

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

LILIANE CRISTINA SOARES SOUSA

VOZES FEMININAS CONTRA O “LEGADO” DA DITADURA: MULHERES E
MILITÂNCIA POLÍTICA NO DOCUMENTÁRIO BRASILEIRO
CONTEMPORÂNEO

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

LILIANE CRISTINA SOARES SOUSA

VOZES FEMININAS CONTRA O “LEGADO” DA DITADURA: MULHERES E
MILITÂNCIA POLÍTICA NO DOCUMENTÁRIO BRASILEIRO
CONTEMPORÂNEO

Dissertação submetida à banca de defesa como requisito para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação “História, Poder e Práticas Sociais”, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon, Linha de Pesquisa “Estado e Poder”.
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ribeiro Paziani

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Sousa, Liliane Cristina Soares
Vozes femininas contra o "legado" da ditadura :
mulheres e militância política no documentário brasileiro
contemporâneo / Liliane Cristina Soares Sousa;
orientador(a), Rodrigo Ribeiro Paziani, 2020.
288 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste
do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de
Ciências Humanas, Educação e Letras, Programa de Pós-
Graduação em História, 2020.

1. Ditadura brasileira. 2. História das mulheres.
3. Militância e memória. 4. Cinema e história. I.
Paziani, Rodrigo Ribeiro. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE LILIANE CRISTINA SOARES SOUSA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 28 dia(s) do mês de fevereiro de 2020 às 15h00min, no(a) Sala 60, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Liliane Cristina Soares Sousa, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Rodrigo Ribeiro Paziani, Patrícia Sposito Mechi, Cláudia Monteiro. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Rodrigo Ribeiro Paziani, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "Vozes femininas contra o "legado" da ditadura: mulheres e militância política no documentário brasileiro contemporâneo". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Patrícia Sposito Mechi, Cláudia Monteiro. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Orientador(a) - Rodrigo Ribeiro Paziani
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Patrícia Sposito Mechi
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de LILIANE CRISTINA SOARES SOUSA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Cláudia Monteiro

Cláudia Monteiro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Liliane P.S. Sousa

Liliane Cristina Soares Sousa

Aluno(a)

Mozes Antunes

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

AGRADECIMENTOS

Concluir esta etapa de finalização dessa pesquisa significa a realização de um sonho muito longínquo da realidade em que advim. Sendo assim, tenho muito a agradecer as muitas pessoas que estiveram ao meu lado em todo o caminho percorrido.

À minha família, que mesmo com a distância sempre foi um porto seguro em todos os momentos. Sou grata a minha mãe (Cleuza), meu pai (Paulo), Patricia (irmã), Ana Paula (irmã), Leandro (cunhado), Luiz (cunhado), Ana Luiza (sobrinha), Leandrinho (sobrinho) e Gabriel (sobrinho).

Ao Clovis, companheiro de todas as horas, sempre disposto a me ouvir e respeitar minhas decisões. Aos amores da minha vida, “Beatriz e Gustavo”, que com palavras de amor acalentaram meu coração todas as vezes em que a caminhada estava muito difícil.

Agradeço, ao corpo Docente do Programa de Pós-graduação da Unioeste, em particular aos professores Davi Félix Schreiner, Carla Luciana Souza da Silva e Moisés Antiquiera, com os quais tive instigantes disciplinas, que permitiram um significativo amadurecimento na minha formação como historiadora e pesquisadora. Um agradecimento especial ao Prof. Alexandre Blankl Batista, que mesmo nos deixando tão cedo e de maneira tão brusca, deixou lições de acolhimento e sensibilidade.

À banca examinadora – Profas. Dras. Cláudia Monteiro e Patricia Spósito Mechi – por terem aceitado o convite e terem disponibilizado seu conhecimento para contribuir com a presente pesquisa.

Ao meu orientador, professor Rodrigo, que tive o privilégio de conhecer e tê-lo como meu mestre no caminho da História. Professor que me conduziu pelo caminho fascinante desta ciência, alimentou as mais diversas possibilidades de pesquisa que esta área do conhecimento poderia me levar, fomentou a cada conversa (orientação) um milhão de curiosidades e vontade de aprender cada vez mais. Foi uma honra ter construído esta pesquisa contigo.

*“Olhar para o passado deve ser apenas um meio de entender mais claramente o que e quem eles são,
para que possam construir mais sabiamente o futuro” (Paulo Freire)*

RESUMO

A partir de uma análise histórica e historiográfica da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), especialmente depois que ela “passou”, analisamos o protagonismo de mulheres em movimentos de resistência e luta contra o legado do nefasto regime e investiga a militância feminina de esquerda a partir dos espaços ocupados por essas mulheres naquele contexto histórico e no processo de transição democrática do país. A partir de memórias de mulheres que militaram no período da ditadura militar e mulheres que lutam no presente momento; sendo elas, familiares de mortos e desaparecidos políticos, ex-militantes ou famílias cujo entes queridos sofreram com a violência do Estado na contemporaneidade, fazemos um estudo sobre as batalhas pelas memórias representadas em produções cinematográficas nacionais (documentários), construídas e lançadas após o regime no país. Memória de suma importância para discutir e refletir sobre as lembranças destas mulheres: que tiveram no *front* das batalhas; que foram desqualificadas/torturadas/odiadas por serem mulheres e desejarem estar em diversos espaços não permitidos a elas; mulheres privadas dos seus direitos; mulheres assassinadas e seus restos mortais foram ocultados para que nunca mais fossem encontrados; histórias necessárias de serem lembradas e contadas para futuras gerações. Debate historiográfico necessário para a escrita da história das mulheres, em particular no presente cenário político e social, onde discursos machistas e desqualificadores das lutas femininas estão urgindo pelo país. A partir dos documentários selecionados, propomos uma análise sobre o protagonismo das mulheres. No documentário “Memória para uso diário” escutamos atentamente vozes de mulheres que compartilham suas lutas pessoais em detrimento de uma temática comum. No filme “Em busca de Iara”, a partir da história de uma mulher militante, vamos adentrando diversas histórias e lembranças de militantes que lutaram na resistência contra a ditadura civil-militar. Memórias que se inter-relacionam na busca por verdade e justiça.

Palavras-chave: Ditadura Brasileira; História das Mulheres; Militância e Memória; Cinema e história; Protagonismo feminino.

ABSTRACT

Based on a historical and historiographic analysis of the civil-military dictatorship in Brazil (1964-1985), especially after it “passed”, it analyzed or led women in resistance movements and struggles against the nefarious regime and investigates a left-wing female militancy from the spaces occupied by these women in this historical context and without a democratic transition process in the country. From the memories of women who are not in the military period and women who are fighting at the moment; being them, relatives of political dead and disappeared, ex-militants or families whose entities suffer from contemporary state violence, they make a study about the battles for the memories represented in national cinematographic productions (documentaries), built and released after the regime in the parents. Memory of paramount importance to discuss and reflect on as memories of these women: who had no front in the battles; who were disqualified / tortured / hated for being women and wishing to be in various spaces not allowed to them; women deprived of their rights; murdered women and their remains were hidden so that they were never found again; stories needed to be remembered and told for future stories. Historiographic debate necessary for the writing of women's history, particularly in the present political and social scenario, where sexist speeches and disqualifying women's struggles are urgent across the country. From the selected documents, we propose an analysis of the role of women. In the documentary “Memory for daily use”, you can listen carefully to women who share their personal struggles at the expense of a common theme. No film “In search of Iara”, based on the story of a militant woman, we will love several stories and memories of militants who fought in the resistance against a civil-military dictatorship. Memories that interrelate in the search for truth and justice.

Keywords: Brazilian dictatorship; Women History; Memory and Activism; Cinema and history; Female protagonism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – CAPA DO DOCUMENTÁRIO.....	115
FIGURA 2 – TATIANA E TÂNIA ROQUE (FILHA E MÃE).....	125
FIGURA 3 – ANA MIRANDA.....	131
FIGURA 4 – FLORA E CECÍLIA.....	136
FIGURA 5 – FLORA ABREU.....	142
FIGURA 6 – MÃE DE MARCOS NONATO FONSECA.....	144
FIGURA 7 – IVANILDA DA SILVA VELOSO.....	147
FIGURA 8 – LOLA E CLÉIA.....	155
FIGURA 9 – MÃOS DE LOLA E CLÉIA.....	157
FIGURA 10 – SÔNIA MARIA MORAES ANGLEL JONES.....	161
FIGURA 11 – ELIZABETH SILVEIRA E SILVA.....	162
FIGURA 12 – O MENINO LUIZ RENÉ SILVEIRA E SILVA.....	164
FIGURA 13 – MARIA DALVA DA SILVA.....	171
FIGURA 14 – TIAGO, FILHO DE MARIA DALVA.....	172
FIGURA 15 – ROSILENE RAMOS DA SILVA, COM ANA MIRANDA.....	177
FIGURA 16 – WALLACE, FILHO DE ROSE.....	179
FIGURA 17 – EVA IAVELBERG.....	201
FIGURA 18 – PAIS DE IARA IAVELBERG – RECONHECENDO SEU CORPO NO IML DE SALVADOR - BA.....	204
FIGURA 19 – MARIANA PAMPLONA (À ESQUERDA).....	209
FIGURA 20 – MARIANA PAMPLONA – CEMITÉRIO ISRAELITA.....	210
FIGURA 21 – ROSA IAVELBERG.....	211
FIGURA 22 – EVA IAVELBERG (MÃE DE IARA).....	212
FIGURA 23 – FAMÍLIA DE IARA IAVELBERG (MÃE, PAI E IRMÃOS).....	213
FIGURA 24 – IMAGENS DO CASAMENTO DE IARA IAVELBERG EM 1961.....	215
FIGURA 25 – PRÉDIO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO MARIA ANTÔNIA (USP) DURANTE A “BATALHA DA MARIA ANTÔNIA”.....	217
FIGURA 26 – IARA IAVELBERG E SAMUEL IAVELBERG.....	220
FIGURA 27 – MAPA RUA MINAS GERAIS.....	229
FIGURA 28 – TRAJETO DE IARA E LAMARCA.....	233

FIGURA 29 – IARA IAVELBERG MORTA.....	235
FIGURA 30 – IARA IAVELBERG MORTA.....	236
FIGURA 31 – DOCUMENTO OFICIAL QUE APRESENTA AS ORIENTAÇÕES DE SIGILO DA OPERAÇÃO.....	239
FIGURA 32 – EDIFÍCIO SANTA TEREZINHA, COM OS APARTAMENTOS 201 E 202	240
FIGURA 33 – RELATÓRIO OPERAÇÃO PAJUSSARA.....	242

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS NACIONAIS DE 1980 – 1988.....	88
QUADRO 2 – PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS NACIONAIS DE 1988 – 2009	89
QUADRO 3 – PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS NACIONAIS DE 1996 – 2019	90
QUADRO 4 – PERSONAGENS DO DOCUMENTÁRIO.....	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - BATALHAS PELA MEMÓRIA: TRÊS DIMENSÕES DE UM PROBLEMA HISTÓRICO.....	33
1.1 Ditadura civil-militar no Brasil: experiência de um nefasto legado.....	33
1.2 Mulheres e militância contra a ditadura: uma história de repressão e oposição.....	54
1.3 Mulheres e militância contra a ditadura nas telas do cinema: caminhos, limites e possibilidades do protagonismo feminino.....	78
CAPÍTULO 2 – “MEMÓRIA PARA USO DIÁRIO” OU ELAS DIZEM: “DITADURA NUNCA MAIS!”.....	111
2.1 Contexto histórico de produção.....	111
2.2 Mulheres e militância no documentário.....	120
2.2.1 Mulheres militantes de luta contra a ditadura e seu legado.....	125
2.2.1.1 Tânia Roque Bicalho.....	125
2.2.1.2 Ana Miranda (Ana de Miranda Batista).....	131
2.2.1.3 Flora Abreu e Cecília Coimbra.....	136
2.2.2 Mulheres militantes em busca de seus “mortos”.....	147
2.2.2.1 Ivanilda da Silva Veloso.....	147
2.2.2.2 Maria Dolores Perez Gonzales (Lola) e Cléa Lopes de Moraes (Cléia).....	155
2.2.2.3 Elizabeth Silveira e Silva (Beth).....	162
2.2.3 Mulheres em busca de militância e justiça.....	171
2.2.3.1 Maria Dalva.....	171
2.2.3.2 Rosilene Ramos da Silva (Rose).....	177
2.3 Conclusões parciais.....	183
CAPÍTULO 3 - “EM BUSCA DE IARA” OU A AUSENTE PRESENÇA DA MILITÂNCIA FEMININA.....	189
3.1 Contexto histórico de produção.....	189
3.2 “Em busca de Iara” no filme.....	198
3.2.1 A exumação do corpo.....	198
3.2.2 História de Iara Iavelberg antes da militância política.....	209
3.2.3 Iara, a estudante- militante: experiências dentro da universidade.....	216
3.2.4 Caminho sem volta: “procura-se” significava “vivo ou morto”.....	224
3.2.5 A “Operação Pajussara”.....	228
3.2.6 Testemunhas contradizem a versão: Iara Iavelberg “suicida”?.....	243
3.2.7 “Descance em paz, Iara!” ou ... o “final” de uma polêmica.....	248
3.3 Conclusões parciais.....	250
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	254
FONTES AUDIOVISUAIS.....	260
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	260
REFERÊNCIAS BLOGS/SITES.....	278
REFERÊNCIAS CINEMATOGRAFICAS.....	281
APÊNDICE 1 – EQUIPE TÉCNICA DO DOCUMENTÁRIO “MEMÓRIA PARA USO DIÁRIO”....	282
APÊNDICE 2 – EQUIPE TÉCNICA DO DOCUMENTÁRIO “EM BUSCA DE IARA”.....	284

INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada “*Vozes femininas contra o “legado” da ditadura: mulheres e militância política no documentário brasileiro contemporâneo*”, procura realizar uma análise histórica sobre a memória do regime ditatorial no contexto de transição democrática, através de um enfoque voltado a militância de esquerda e, mais especificamente, o lugar atribuído às mulheres que participaram/participam ativamente dos movimentos de resistência e luta contra a ditadura que perdurou por mais de 21 anos – cujas marcas históricas ainda são percebidas, sentidas e vividas no Brasil atual – por meio de um mergulho na produção cinematográfica nacional, em particular no campo dos documentários.

Sem dúvida, tratar deste tema significa adentrar o terreno de uma batalha histórica e cotidiana. Neste sentido, um fio condutor de nossa pesquisa – amadurecido ao longo de 2019 – foi a prerrogativa teórico-metodológica, historiográfica e também política de tentar enfrentar o que alguns estudiosos chamam de “batalhas” (por vezes, “disputas”) pela memória. Voltaremos a elas.

Antes, porém, é preciso destacar uma primeira batalha – histórica e pessoal. Este trabalho de pesquisa e análise foi desenvolvida por caminhos árduos e intensos, embora provocante e gratificante. Digo “árduo e intenso” pois não tenho uma trajetória ligada diretamente ao ofício do historiador e nem mesmo das ciências sociais (sociologia, antropologia). Formei-me Bacharel em Biblioteconomia pela UEL (Universidade Estadual de Londrina), em 2010. Ingressei na UFPR (Universidade Federal do Paraná) – Setor Palotina – em 2015, desempenhando o cargo de Bibliotecário/Documentalista. Além disso, sou mulher, esposa e mãe de dois filhos, o que torna minha jornada de trabalho também árdua e intensa.

Nossa militância, está relacionada ao desejo de escuta das mulheres, intencionando analisar o protagonismo, as vozes/testemunhos e os silêncios construídos ao longo da historiografia que envolve o período da ditadura militar, diante dos sujeitos femininos. Consideramos que nosso prisma sobre estas mulheres, remete há muitas temáticas do tempo presente, e que tem ligação direta com nosso cotidiano profissional e pessoal. A luta por espaço de participação política, a disputa por direitos iguais, o desejo de poder ir e vir, o respeito sobre nossos corpos, a resistência diante de discursos machistas e misóginos e além de todas estas questões, o direito a vida das mulheres.

Os caminhos que a pesquisa nos levou desde sua concepção, construção e concretização, fez com que o nosso olhar feminino se transformasse em sentimentos até então não perceptíveis. Algumas delimitações da pesquisa ganharam forma e significado diante de muitas experiências pessoais e de outras mulheres. Ser mulher e estar na universidade depois de tanto tempo, era inimaginável e apenas um sonho ou uma utopia. Utopia experimentada por muitas de nós, sonhos que são reprimidos por diversos motivos, inclusive, colocando todo peso da culpa em nós mulheres. Este sentimento é ativado a partir do momento em que desejamos fazer algo que nos proporciona prazer, quando desejamos opinar sobre algum assunto, quando desejamos dizer *não* para alguma situação de machismo ou miséria ou quando precisamos tomar alguma decisão, em momentos em que somos desmerecidas ou incapacitadas moralmente diante até mesmo do nosso grupo de convívio.

O que nos motivou nesta pesquisa foi fazer com que mulheres que participaram (e participam) ativamente de contextos de crise no país tivessem suas histórias conhecidas (e reconhecidas) por tudo que viveram e vivem até o presente. Movida pelo interesse e certa paixão pela história – e, particularmente, pela temática da ditadura e da luta das mulheres – fui atrás em 2016 de buscar informações sobre programas de pós-graduação em História na região e deparei-me com o curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Após ler atentamente as propostas das linhas de pesquisa, senti-me atraída pelas reflexões e debates propostos pela linha “Estado e Poder”.

Na condição de aluna especial, no primeiro semestre daquele ano, matriculei-me na disciplina eletiva “Tópicos Especiais de Pesquisa em Estado e Poder”, então ministrada pelo Prof. Rodrigo Paziani. A temática proposta pelo docente era instigante: problematizar as relações entre poder, hegemonia e capitalismo no Brasil a partir de um conjunto de filmes produzidos durante a ditadura. Sem entrar em detalhes a respeito da disciplina, verdade é que a partir dela vi-me cada vez mais atraída pelo sonho de ingressar no mestrado.

Quase ao término da disciplina, aproximei-me do Prof. Rodrigo e externei a intenção de construir um projeto de pesquisa, cujo enfoque envolvesse ditadura, mulheres e cinema no Brasil. prontamente aceitei o desafio, o professor e eu nos pusemos a trabalhar sistematicamente ao longo de 2016 na construção do projeto. Apesar de parcial, foi uma experiência fundamental para a feitura do projeto e a inscrição no processo seletivo de ingresso no Programa de Pós-Graduação em História, tendo sido, no início de 2017, aprovada

como aluna regular no mestrado – naquele momento, sob a orientação do Prof. Alexandre Blankl Batista (tristemente falecido em janeiro de 2018).

Desde então, mesmo com algumas idas e vindas, um questionamento sempre acompanhou minha trajetória acadêmica, particularmente desde o ingresso no mestrado em História: qual a relevância histórica de se estudar a ditadura no Brasil e, em especial, de falar sobre mulheres que militaram contra a ditadura e, posteriormente, contra quaisquer formas de violência e/ou violações de direitos humanos? Mais: como o cinema, e, em particular, o documentário brasileiro contemporâneo que focaliza este tema pode contribuir para gerar uma espécie de “arena” simbólica de resistência e luta e, ao mesmo tempo, dar ênfase a militância e ao protagonismo das mulheres contra o nefasto legado deixado por aquele regime?

Não posso negar minha identificação como sujeito-mulher – e hoje, certamente, militante. Acredito que isto justificaria, em parte, a importância do objeto de estudo. Contudo é preciso ir além, pois, ao longo da pesquisa deparei-me com um repertório de referências e análises sobre o lugar das mulheres na história de um país que anda às voltas com o nefasto legado da ditadura e percebi o quão significativo se tornara a abordagem cinematográfica da ditadura e do lugar ocupado por elas como protagonistas.

Foi assim que entramos nas mencionadas “batalhas pela memória” ao buscar articular o tripé ditadura, mulheres e cinema. Como pensar historicamente a memória como um “campo de batalhas”? Em nosso entender, é necessário enfatizar as relações entre memória e história¹, mas numa perspectiva metodológica segundo a qual história e memória não são domínios redutíveis um ao outro e onde o estudo da memória – coletiva, individual, institucional – no campo historiográfico encontra-se indissociável ligada aos conceitos de poder, política e hegemonia, especialmente a contar do século XX.²

¹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Unicamp, 1990. 499 p. ; ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 93-101. ; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Topoi, Rio de Janeiro, dez.2002, p.314-332.

² POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 18 Set. 2019; _____. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992; _____. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.; NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC-SP, n. 10, pp. 07-28, dez. 1993; TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: história, memória e política**. 2ª ed. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

Jacques Le Goff, analisando a relação entre memória e poder e as diferenças entre história-documento e história-monumento, afirmou que *“a história e a memória são representações narrativas que se propõem uma reconstrução do passado e que se poderia chamar de registro de uma ausência no tempo”*³. Marieta de Moraes Ferreira complementa esta assertiva dizendo que a *“memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências”*, posto que *“ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente”*⁴. Enzo Traverso responde a essa discussão, quando salienta que

História e memória nascem de uma mesma preocupação e partilham o mesmo objeto: a elaboração do passado. No entanto, existe uma “hierarquia” entre as duas. De acordo com Paul Ricoeur, a memória possui um estatuto *matricial*. A história é um relato, uma escrita do passado segundo as modalidades e as regras de um ofício – de uma arte ou, com muitas etapas, de uma “ciência” – que tenta responder a questões suscitadas pela memória.⁵

Assim, memória e história são modos distintos de re/elaborar o “passado”. A diferença encontra-se no fato de que a história se apresenta com fundamentos científicos, utilização de métodos, visão crítica dos processos, almejando trazer à luz as verdades possíveis, enquanto a memória – matriz dos fundamentos, métodos e críticas da História – se compromete especificamente com a verdade subjetiva de um testemunho sobre um passado.

Por sua vez, reflexões e avaliações historiográficas como as de Pierre Nora sobre memória e história colocam-nos diante dos chamados “lugares de memória”, a partir de dois processos: de um lado, um processo de ritualização inscrito numa sociedade moderna “desritualizada” e, de outro, um processo de institucionalização de determinados “lugares” (museus, arquivos, monumentos, praças etc.) tomados como símbolos da memória nacional e, portanto, da própria História (tida por “oficial”).⁶

Mas, para além destes termos (embora tendo-os por referenciais), a memória também precisa ser pensada como “lugar” de disputas político-ideológicas na qual diferentes indivíduos, grupos e classes sociais batalham publicamente em torno de visões e projetos

³ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. ... op. cit., p. 140.

⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. ...op. cit., p. 321.

⁵ TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: história, memória e política**. ... op. cit., p. 21.

⁶ Enzo Traverso (2012) discorda desta avaliação de Nora, na medida em que ela incorre no risco de reduzir o estatuto da História ao campo da memória e, mais especificamente, dos “lugares de memória”, de modo que inviabilizaria a história como conhecimento científico e, ao mesmo tempo, a memória enquanto uma experiência subjetiva, dinâmica e mutável.

sobre um determinado modo de usar o “passado”. Traverso, por exemplo, traduz esse terreno de disputas a partir das noções de “memórias fortes” (ou oficiais) e “memórias fracas”:

[...] Existem memórias oficiais, alimentadas pelas instituições, ou seja, os Estados, e memórias subterrâneas, escondidas ou interditas. A “visibilidade” e o reconhecimento de uma memória dependem também da força de quem a possui. Dito de outra forma, existem “memórias fortes” e “memórias fracas” [...] Na América Latina, a memória indígena exprimiu-se durante o quinto centenário da descoberta do continente como uma memória antagonista, directamente oposta à memória oficial dos Estados nascidos da colonização e do genocídio. Força e reconhecimento não são dados fixos e imutáveis, evoluem, consolidam-se ou fragilizam-se, contribuindo em permanência para a redefinição do estatuto da memória.⁷

Mas também é preciso ver a correlação de forças entre as classes sociais em disputa em torno deste passado. Historicamente, o estabelecimento de lugares de memória – vistos como predominantemente coletivos e marcados pela continuidade no tempo ⁸ – são via de regra dominados pelas classes dominantes ou por seus agentes incrustados na máquina do Estado, com o objetivo de definir o que deve ser “lembrado” (logo, o que precisa cair no esquecimento). O que nos leva, em parte, à assertiva de Michael Pollak, segundo a qual “*as organizações políticas difundem um passado particular, com imagem que beneficia as classes dominantes*”⁹, muito embora intencionem convencer outros grupos e classes sociais (pobres, trabalhadores) ou sociedades inteiras (nazi-fascismo) de que tal “*passado particular*” lhes pertence.

Assim, o debate sobre batalhas pela memória recai num diálogo envolvendo poder, política e hegemonia ou, em alguns casos, em pesquisas científicas sobre “políticas de memória” que, de um modo ou de outro, também fazem uso daquelas categorias históricas, com destaque para os estudos sobre ditaduras, incluindo as de natureza fascista¹⁰. Em ambos

⁷ TRAVERSO, op. cit., p. 71 – 72.

⁸ Como afirma Henry Rousso (1992, p. 94), na senda de Halbwachs: “A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, ‘coletiva’, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros”.

⁹ POLLAK, op. cit., p. 43.

¹⁰ MARTINS FILHO, João R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. In: **Varia Historia**. Belo Horizonte, UFMG, Departamento de História, v.1, nº 28, dez. 2002, pp. 178-201; FERREIRA, Maria Leticia M. Políticas da memória e políticas do esquecimento. In: **Aurora**. São Paulo, PUC, n. 10, v. 1, 2011, pp. 102-118. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/4500> Acesso em: 27.11.2019. ; DEZEMONE, Marcus. 1964 e as batalhas de memória 50 anos depois. In: **Maracanã**. Rio de Janeiro, UERJ, n. 11, v. 1, dez. 2014, pp. 56-67. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/revmar.2014.14305>. ;

os casos (ou na junção deles), é quase inevitável – posto que envolve disputas pela hegemonia – uma discussão sobre o Estado, a dominação burguesa e a dimensão da luta de classes.

Tendo em vista essa identificação, tomaremos emprestadas algumas formulações teórico-metodológicas tributárias de Antônio Gramsci¹¹ e de alguns de seus comentadores para pensar a memória como campo de batalha – para nós, “cortada” pela discussão sobre Estado restrito (“sociedade política”), “sociedade civil” e Estado ampliado.¹²

Para Gramsci (e vários de seus comentadores), a “sociedade política” compreendia o “Estado político” ou “Estado-governo”, ou seja, os aparelhos governamentais designados a gestão, a sistematização das coletividades em conflito, assim como a realização da coerção com relação àqueles que se negam ao consentimento (ativo ou passivo). Esse Estado-governo, confundido pelos liberais como a “totalidade orgânica” do Estado, realiza seu papel legitimando as estratégias de dominação da classe burguesa (coerção).

Por sua vez, o marxista sardo também levou em consideração o fato de que existe uma esfera relativamente autônoma, mas pertencente organicamente ao Estado – denominada por ele de “sociedade civil” – referindo-se a um conjunto de “aparelhos privados de hegemonia” representativos das diferentes frações de classe da burguesia (embora também o encontremos no seio da classe trabalhadora) que preocupa-se em criar estratégias de convencimento (consenso) no interior de seu próprio grupo, mas, especialmente, nos mais diversos grupos e classes de uma sociedade como uma forma de aceitação da dominação¹³. Da análise

SILVA, Carla Luciana. As políticas de memória no Brasil, 50 anos após o Golpe. In: LOFF, Manuel; PIEDADE, Felipe & SOUTELO, Luciana (org.). **Ditaduras e revolução: democracia e políticas da memória**. Coimbra: Almedina, 2015, pp. 138-158; LOFF, Manuel; PIEDADE, Felipe & SOUTELO, Luciana (org.). **Ditaduras e revolução: democracia e políticas da memória**. Coimbra: Almedina, 2015; LIMA, Fernanda Luiza Teixeira. **Batalhas pela memória: verdade, reparação e justiça nas narrativas historiográficas e fílmicas sobre a ditadura chilena (1973- 2015)**. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado – História), UFOP, 2015. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/9082/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_BatalhasMem%c3%b3riaVerdade.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

¹¹ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volumes 02. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; _____. **Cadernos do cárcere**. Volume 04. Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil – de Marx a Gramsci. **Novos Rumos**, Brasília, v. 16, n. 21, p.4-10, jan. 2006. Anual. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2093>>. Acesso em: 11 jan. 2019; FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2010; COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e O Marxismo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.27-43, 2014. Disponível em: <http://www.jurupari.unir.br/uploads/36363636/arquivos/MENDON_A__S_601963219.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2019.

¹² Não se trata de um referencial de análise ao qual nos aprofundaremos no decorrer dos capítulos da dissertação.

¹³ De acordo com Virgínia Fontes: “[...] Em Gramsci, o conceito de sociedade civil procura dar conta dos fundamentos da produção social, da organização das vontades e de sua conversão em aceitação da dominação,

metodológica desta natureza dúplice, é que Gramsci labutou (e cada comentador desdobrou e aperfeiçoou) o conceito de “Estado ampliado”.¹⁴

Apesar deste mote ancorado na memória não ser uma prerrogativa de análises gramscianas – e, em geral, marxistas – nossa pretensão em apropriar-se deste contributo vai de encontro ao referido e problematizado no conjunto do texto desta dissertação, mas, em especial, ao conteúdo dos documentários selecionados nesta pesquisa, já que em ambos (e tantos outros) um debate sobre a “herança” da ditadura, a violação de direitos humanos e o protagonismo/conivência do Estado estão muito imbricados nas memórias de mulheres ex-militantes e daquelas que continuam na militância.

Por fim, também é importante pensarmos historicamente as batalhas pela memória na perspectiva da subjetividade, haja vista que a memória (oral, escrita, grafada) guarda relações intrínsecas com as experiências vivida, percebida e valorada pelos sujeitos – individuais e/ou coletivos – em diferentes lugares, situações e contextos particularmente depois que um determinado evento ou episódio histórico aconteceu¹⁵, seja por via “direta” – quando o próprio sujeito participou dele e sofreu interferências vitais – ou por via “indireta”, quando relacionada a “*acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer*”.¹⁶

Além disso, envolve certas formas de conhecimento (social, político, intelectual, biológico etc.) que, por sua vez, retroalimentam a experiência subjetiva inicial e permite que uma recordação ou registro anterior seja não apenas lembrado ou “salvo” do esquecimento (para usar uma expressão de Walter Benjamin), como também repensado e até modificado (não sem dores ou traumas) pelos sujeitos. Conforme afirma Enzo Traverso:

Tirando a sua força da experiência vivida, a memória é eminentemente subjectiva. Fica ancorada aos factos a que assistimos, dos quais fomos testemunhas, ou mesmo actores, e às impressões que deixaram no nosso espírito [...] Pelo seu carácter subjectivo, a memória nunca é cristalizada; mais se parece com um estaleiro aberto, em contínua operação. Não é apenas, segundo a metáfora de Benjamin, «a tela de Penélope» que se modifica todos os dias devido ao esquecimento que «ameaça» em permanência, para reaparecer mais tarde, por vezes muito mais tarde, tecida de uma forma diferente. Não é só o tempo a erodir e a enfraquecer a recordação. A memória

através do Estado” (p. 133).

¹⁴ Concordamos com a definição categórica de Liguori quando diz: “[...] uma afirmação explícita de Gramsci – é que a distinção entre Estados e sociedade civil é de natureza metodológica e não orgânica. São muitas as citações possíveis dos Cadernos, no entanto, é possível afirmar que em Gramsci a ‘unidade real’ é formada pelo Estado e pela sociedade” (LIGUORI, 2006, p. 8).

¹⁵ FERREIRA, op. cit., p. 60.

¹⁶ POLLAK, op. cit., p. 2.

é uma construção, sempre filtrada por conhecimentos adquiridos posteriormente, pela reflexão que se segue ao acontecimento, por experiências que se sobrepõem à primeira e modificam a recordação¹⁷.

Memória: instrumento de disputas para manter o poder e a hegemonia de determinadas classes sociais e/ou do próprio Estado, mas também fruto de combates travados em diversos espaços de sociabilidade (escolas, universidades, mídia, ruas etc.) entre sujeitos, grupos, classes e projetos sociais distintos.

Se o movimento de articulação que as classes dominantes executam para definir a memória “oficial” (ou “forte”) procura estabelecer quais eventos e datas serão comemorados, quais histórias devem ser re/contadas e integradas aos arquivos públicos, outros setores organizados da sociedade – identificados historicamente com posições antiautoritárias e/ou anticapitalistas – lutam para “escovar a contrapelo” a concepção dominante da memória¹⁸, na tentativa de converter as “memórias fracas” (subterrâneas ou escondidas, ou que se querem escondidas) em “memórias fortes”, reconhecidas, inclusive, pelo Estado – como é o caso dos mortos e desaparecidos durante o regime ditatorial no Brasil.

Eis uma definição do que podemos chamar de uma “dialética da batalha” no campo da memória e a qual os historiadores estão mais do que enredados. Pois, de acordo com Demian Bezerra de Melo: *“Assim, isso que comumente é apresentado como ‘batalha pela memória’ ou ‘disputa em torno do passado’, é algo bem menos ingênuo do que costuma figurar, envolvendo embates das forças sociais sobre o presente/futuro”*.¹⁹

Para a nossa pesquisa, trata-se de uma forma de problematizar três dimensões desta batalha: aquele referente a própria experiência e legado da ditadura; uma segunda, abordando a história das mulheres e de sua militância e protagonismo no Brasil durante (e após) a ditadura e, em terceiro, a que diz respeito aos modos pelos quais o protagonismo feminino contra a ditadura foi trabalhado na história recente do cinema nacional, e, em especial, em

¹⁷ TRAVERSO, op. cit., p. 22-23.

¹⁸ Falando sobre os arquivos da memória, assim afirma a historiadora Maria Juvanete da Cunha Pereira (2006, p. 98): “É interessante ainda apontar que a memória é um objeto de luta pelo poder, travada entre classes, grupos e indivíduos. Decidir sobre o que deve ser lembrando e também sobre o que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro. Desse embate resultam, entre outras, o que será lembrado, que datas receberão atenção e comemoração, que histórias, consideradas importantes para todos que deverão integrar os arquivos de memória”.

¹⁹ MELO, Demian B. de. O caráter de classe do golpe de 1964 e a historiografia In: SILVA, Carla L.; CALIL, Gilberto & BOTH, Márcio (org.). **Ditaduras e democracias: estudos sobre poder e hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)**. Porto Alegre: FCM, 2014, pp. 89-107. p.17-18.

documentários produzidos no país durante o (longo, árduo e hoje duvidoso) processo de transição democrática.

A primeira das batalhas pela memória que enfrentamos na história do Brasil recente diz respeito a emergência, nas últimas décadas, de narrativas revisionistas (e negacionistas) sobre a ditadura civil-militar.

Sabemos que “revisionismo” – como afirma Traverso – é uma “palavra camaleão”, no sentido de que *“assumiu ao longo do século XX significados diferentes e contraditórios”*²⁰ e temos um claro entendimento de que nem todo o trabalho de revisão historiográfica constitui um prejuízo histórico e político, bastando citar o caso da história das mulheres (mencionada também por Traverso), considerada uma escrita *“necessariamente revisionista, uma vez que implica uma mutação do olhar, dos objetos e das fontes na forma de fazer a história”*.²¹

O problema central do que estamos chamando de “revisionismo histórico” (e historiográfico) diz respeito tanto a “tendências apologéticas” de determinado período – correndo o risco de cair em formas de negacionismo – quanto a tentativas de reescrever certos domínios da história a partir de posições relativistas e/ou céticas – muitas vezes em oposição ao paradigma marxista – que amenizam o peso de temas “quentes” como golpes, ditaduras, fascismos, lutas sociais e protagonismo das esquerdas.²²

O revisionismo histórico em questão aqui encontra-se situado não apenas na produção de intelectuais ligados à grande imprensa²³ como também no interior da própria historiografia acadêmica e científica²⁴. Neste âmbito, alguns importantes estudos – também recentes – têm

²⁰ TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**: história, memória e política. ... op. cit., p. 149.

²¹ Ibidem, p. 156.

²² NAQUET, Pierre-Vidal. **Os assassinos da memória**: o revisionismo na História. Campinas: Papius, 1988; TRAVERSO, op. cit., 2012.; MELO, Demian B. de. O caráter de classe do golpe de 1964 e a historiografia ... op. cit., 2014; SENA JÚNIOR, Carlos Z. A “boa memória”: algumas questões sobre revisionismo na historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian, CALIL, Gilberto & SENA JÚNIOR, Carlos Z. (org.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro, Consequência, 2017, pp. 41-78.

²³ É o caso do historiador Gilberto Calil (2017) que em recente capítulo teceu críticas a interpretação da ditadura no Brasil encetada pelo jornalista Elio Gaspari em sua obra em 4 volumes, com destaque para a presença rarefeita de lutas sociais na base da sociedade, a suposta tese de que haveria um “golpe de esquerda”, a amenização da responsabilidade dos militares pelo golpe e o regime, a de que a ditadura apenas tornou-se violenta depois do AI-5 ou a completa desqualificação da esquerda armada. Sobre a produção de consenso na grande imprensa e a polêmica da “ditabranda” envolvendo um editorial da Folha de São Paulo e texto de Marco Antônio Villa publicado neste mesmo jornal ver: (SILVA, 2014, pp. 189-207)

²⁴ Por sua vez, parte importante da corrente historiográfica de matriz cultural tem enfatizado o protagonismo de outros sujeitos na história do Brasil, como as mulheres, inclusive durante a ditadura no Brasil. Ou seja, não podemos generalizar a pecha de “revisionismo” a qualquer pesquisa no âmbito da cultura. Sobre isto ver: FICO (2004), a quem, aliás, não consideramos um revisionista, embora ele não coadune com a tese de que a ditadura também foi decisivamente “civil” (isto é, militar e empresarial).

ido na direção de combater determinadas manifestações do revisionismo (ou do negacionismo) histórico e historiográfico em torno da escrita e das memórias da ditadura no Brasil.²⁵

Carlos Zacarias Sena Júnior, por exemplo, destacou a trajetória política e intelectual do historiador Daniel Aarão Reis Filho que, desiludido com os ideais e as experiências da esquerda armada durante a ditadura e também com quaisquer projetos revolucionários (ou de transformação social), passou a empreender pesquisas históricas que, embora legítimas, relativizam o peso do golpe (a teoria dos “dois demônios”) e do próprio regime (encurtando o seu período), bem como o protagonismo da militância de esquerda (titubeante e equivocada).²⁶

Um caso similar, porém numa chave de leitura voltada às políticas de Estado, foi o da historiadora Carla Luciana Silva, que procurou articular em perspectiva gramsciana as “políticas de memória” no Brasil depois dos 50 anos do Golpe de 1964, pensando-as como fruto de relações de poder e hegemonia pelos próprios agentes do Estado amplo e como as questões envolvendo a memória “oficial” da ditadura têm sido duramente enfrentadas pelos movimentos sociais e militantes de esquerda no século XXI.

Definiu “políticas de memória” tanto os modos de produção e uso político que se fez (e faz) da história da ditadura brasileira e a sua presença em diferentes instâncias (historiografia, mídia, “sociedade civil”), quanto as denominadas “políticas sociais da memória”, isto é, “*visualizar que o Estado avança com legislação apenas e tão somente na medida em que parcelas da sociedade se mobilizam nesse sentido*”²⁷. Sobre as políticas de memória do Estado no Brasil, afirma a historiadora:

Estamos buscando perceber em que medida as políticas de memória do Estado brasileiro, partidário do Terror de Estado (Padrós, 2007) durante a Ditadura, reproduzem a lógica da ampliação estatal para com isso diluir lutas e dirimir conflitos sociais [...] na definição de políticas sobre questões de memória o Estado busca na sociedade grupos que representam os conflitos sociais da memória com o intuito de dentro dos aparelhos amainar as lutas sociais concretas.²⁸

²⁵ MELO, op. cit., 2014; SENA JÚNIOR, op. cit.

²⁶ Mas também precisamos reconhecer que o mesmo Daniel Aarão, num livro organizado por ele na década de 1990 denominado “*Versões e ficções: o sequestro da História*”, empreendeu diversas críticas históricas ao filme “O que é isso, companheiro?”, dirigido por Bruno Barreto baseado em livro homônimo de Fernando Gabeira – caso do modo irônico com que o filme retrata a ação dos guerrilheiros e também o lugar da mulher na luta armada. Ver: REIS FILHO (1997).

²⁷ SILVA, **As políticas de memória no Brasil...** op. cit., p. 138.

²⁸ Ibidem, p. 139.

Por outro lado, vale também sublinhar a produção e disseminação de narrativas literalmente negacionistas, encabeçadas por institutos e fundações ultraliberais ligadas ao capital financeiro aliada a uma mídia de traços neofascistas atuante nas redes sociais – reunidos, por exemplo, no canal/empresa “Brasil Paralelo” – que conta, atualmente, com o apoio e a estrutura institucional do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, com o objetivo expresso de veicular uma ideologia anticomunista e de ocultar (no limite, eliminar) tanto um *passado-presente* de impunidade, corrupção e atrocidades cometidas no período da ditadura, como a tentativa de revisitar temas e períodos históricos dissociada de qualquer critério de conhecimento científico e evidência histórica.²⁹

Quanto à história das mulheres e de sua militância contra discriminações e arbitrariedades, entendemos que este debate é fundamental, em particular, num cenário político em que estamos vivendo no Brasil. Trata-se de uma outra batalha pela memória no tempo presente, central em nosso estudo.

Temos um presidente que legitima um discurso machista, desqualificando todo tipo de direito e luta das mulheres³⁰. O atual governo, que tenta propagar e intensificar a retirada de direitos das mulheres, tem como “representante” no ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, ministra que, além de representar a tradicional cultura do patriarcado e os interesses particulares das lideranças neopentecostais, divide com outros ministros o projeto de “*censurar as escolas, destruir a previdência social e privatizar o patrimônio brasileiro*”.³¹

Assim, apesar de reconhecermos que muitas questões relativas à escrita da história das mulheres e do gênero já foram abordadas, não deixa de ser importante trazer a lume pesquisas acadêmico-científicas que analisaram a presença (ou a ausência) das mulheres e do feminino³²

²⁹ SANTOS, Cecília MacDowell. “Memória na Justiça: A mobilização dos direitos humanos e a construção da memória da ditadura no Brasil”. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 88, 2010, URL: <http://journals.openedition.org/rccs/1719>. DOI: 10.4000/rccs.1719.

³⁰ De acordo com o artigo do “Esquerda Diário” intitulado “Mulheres contra Bolsonaro” lemos: “[...] Alegando que “Essa discussão veio importada de países com viés socialista” o governo reacionário de Bolsonaro através de seu Ministro da Saúde opera a retirada de direitos das mulheres mostrando a cara mais misógina dessa extrema direita [...] Damares Alves, reacionária ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro (PSL), disse que agressões são decorrentes da ideia que homens e mulheres são iguais: “já que a menina é igual, ela aguenta apanhar”. [...] Ao contrário dos rumos da história e temeroso da força das mulheres nas ruas, Luciano Bivar (PSL-PE) diz em entrevista que mulheres não possuem vocação para política”. Fonte: <https://www.esquerdadiario.com.br/Mulheres-Contra-Bolsonaro>. Acesso: 05.01.2020.

³¹ Fonte: <https://www.saibamais.jor.br/damares-alves-nao-representa-a-luta-das-mulheres/>. Acesso: 05.01.2020.

³² Apesar da menção a produções acadêmicas que enfatizam o tema do “feminismo”, este não foi um ângulo explorado em nossa dissertação. Exceto em uma outra referência, preferimos trabalhar com o conceito de

na História Várias são as historiadoras que aprofundaram suas pesquisas nesta temática e nos auxiliam na tarefa de apostar no protagonismo das mulheres na produção historiográfica.³³

Especificamente quanto ao lugar ocupado pelas mulheres na historiografia brasileira e sua presença na militância (armada ou não) contra a ditadura, entendemos que houve uma participação efetiva, mesmo que considerada em menor número (comparado aos homens), porém não menos significativa. Neste âmbito, podemos nos referir a historiadoras que investigaram as memórias de mulheres militantes contra a ditadura e seu nefasto legado.

Ana Maria Colling, por exemplo, afirma a necessidade de se revelar as mulheres que protagonizaram na luta contra a ditadura³⁴; Janaina Teles, em sua perspectiva de produzir análises que levem em consideração as militantes que romperam com paradigmas estabelecidos socialmente ao ingressar na luta de oposição à ditadura depois que ela “passou”³⁵. Larissa Tomazoni, relata como as militantes buscaram superar em suas memórias a “regra” de não participação feminina na luta contra a ditadura³⁶, Susel Rosa, quando diz que as concepções de “pecado” e “proibido” reforçam-se ao tentar desqualificar as mulheres que participaram das lutas sociais³⁷ ou ainda Maria Gouveia Rovai, que aponta que as mulheres

“feminino”. Entendemos que o debate sobre o feminismo possui outras perspectivas teóricas e demandaria um esforço analítico que foge aos objetivos da pesquisa.

³³ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-96; PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. V. Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005; _____. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994; SOIHET, R. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997b. p. 275-296; RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-606; DEL PRIORE, M. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M. C. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 217-235; PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. "As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero". **História Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 15, n. 3, p. 398-405, set./dez. 2011.

³⁴ COLLING, Ana Maria. As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. **Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra**. Coimbra, 2004. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana_Maria_Colling.pdf Acesso em: 20 dez. 2018.

³⁵ TELES, Janaina de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi: 10.11606/T.8.2017.tde-31012017-140247. Acesso em: 2019-01-22.

³⁶ TOMAZONI, Larissa. A mulher na ditadura militar: uma análise das limitações e consequências da participação política feminina. **Cadernos da Escola de Direito**, Curitiba, v. 22, n. 1, p.40-51, jan/jun 2015. Semestral. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/3053>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

³⁷ ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante**. São Paulo: Intermeios, 2013.

militantes eram vinculadas ao conceito de “putas” e “depravadas” pelos agentes da repressão.³⁸

No estudo de Elizabeth Ferreira, o relato de mulheres que, ao ousar lutar contra a ditadura, tiveram de abdicar de projetos pessoais³⁹, o mesmo valendo para Renata Meirelles que, ao trabalhar com memórias femininas, concluiu que mesmo num cenário assustador as mulheres não se intimidaram e abriram mão de planos pessoais por uma luta em defesa da liberdade e da democracia⁴⁰; Joana Maria Pedro e Cristina Wolff, ao analisar o relato de mulheres militantes que precisaram a todo momento reforçar a sua bravura diante das atrocidades dos órgãos de repressão⁴¹ ou, mais recentemente, no livro organizado por André Caramante sobre a história de dor e luta de mães – mulheres, em sua maioria, pobres e negras – que vivenciaram (e vivenciam) um cotidiano nas periferias de grandes cidades como São Paulo ou Rio de Janeiro, marcado pela criminalização e assassinato de seus filhos (quase todos negros) perpetrados por um Estado historicamente autoritário e violento.⁴²

Reflexões e análises envolvendo memórias em disputa são, certamente, permeadas por formas de “silenciamento” e “esquecimento”, mas longe estão de serem imunes a permanentes tensões sociopolíticas e buscas por uma “verdade histórica” que muitos não querem que venha à tona. Falar de memória, portanto, significa reiterar uma arena de lutas e batalhas em torno do “passado” na relação com o presente/futuro.

Neste sentido, ela pode vir a ser ressignificada historicamente por meio de vários suportes, como, por exemplo, o cinematográfico. Sabemos que o cinema é parte constituinte da economia mundializada do capitalismo industrial, tecnológico e financeiro e uma poderosa ferramenta institucional, social e política e de poder, podendo ser utilizada para propagar e

³⁸ ROVAI, Marta G. de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. pp. 108 - 132.

³⁹ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁴⁰ MEIRELLES, Renata. Da memória para a história: experiências e expectativas de mulheres subversivas na ditadura militar. **Prisma Jurídico**, São Paulo, v. 1, n. 10, p.111-134, jan. 2011. Semestral. Disponível em: <[http://periodicos.uninove.br/index.php?journal=prisma&page=article&op=view&path\[\]=2804](http://periodicos.uninove.br/index.php?journal=prisma&page=article&op=view&path[]=2804)>. Acesso em: 15 nov. 2018.

⁴¹ PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. "As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero". **História Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 15, n. 3, p. 398-405, set./dez. 2011.

⁴² CARAMANTE, André. **Mães em luta: dez anos dos crimes de maio de 2006**. São Paulo: Ponte Jornalismo, 2016. 247 p.

massificar intenções, valores, ideologias de um determinado grupo ou sociedade⁴³. Segundo Mônica Kornis:

Como objeto industrial, essencialmente, reproduzível e destinado às massas, o cinema revolucionou o sistema da arte, da produção à difusão. Entre as mudanças ocorridas na sociedade nas primeiras décadas deste século, o historiador inglês Eric Hobsbawm inclui o surgimento das artes de elite, e destaca o cinema, que iria influir decisivamente na “maneira como as pessoas percebem e estruturam o mundo”.⁴⁴

Por sua vez, enquanto linguagem e forma de conhecimento, as produções cinematográficas também permitem muitas possibilidades de investigação históricas, pois contempla uma gama de narrativas e interpretações das relações humanas ao longo dos tempos, em diferentes culturas e com muitas abordagens diferenciadas⁴⁵. Na condição de fonte e objeto histórico, o cinema em seu diálogo com a história “[...] *o filme pode tornar-se um documento para a pesquisa histórica, na medida em que articula ao contexto histórico e social que o produziu um conjunto de elementos intrínsecos à própria expressão cinematográfica*”^{46 47}

Certa vez, afirmou o cineasta Walter Salles: o papel principal do cinema “*é gerar uma memória de nós mesmos, refletir o retrato de uma sociedade num dado momento*”. Pensando nesta acepção e na de Mônica Kornis, experiências e representações fílmicas da ditadura brasileira no cinema foram destacadas em várias pesquisas históricas realizadas por Alcides Freire Ramos, Jean-Claude Bernardet, Helena Stigger e Carlos Gerbase, Caroline Gomes Leme⁴⁸, dentre outros.

⁴³ COSTA, Antônio. **Compreender o cinema**. Rio de Janeiro: Globo, 1987; FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

⁴⁴ KORNIS, Mônica A. História e cinema: um debate metodológico. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, pp. 237-250. jan. 1992. p. 237.

⁴⁵ ROSENSTONE, Robert. **A história nos filmes, os filmes na história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010; VALIM, Alexandre Busko. História e Cinema. In: CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. (orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2012, pp. 283-300.

⁴⁶ Em “Cinema e História”, Ferro abriu essa perspectiva de análise híbrida entre os campos histórico e cinematográfico, ao referir-se a uma *abordagem histórica dos filmes e uma abordagem fílmica da história*. Por seu turno, outros estudiosos, como Pierre Sorlin (1994) e Robert Rosenstone (2010), embora reconhecessem o valor heurístico desta dupla abordagem, acabaram por dar primazia em suas análises (semióticas e hermenêuticas) ao poder das imagens e dos filmes de produzirem conhecimento histórico (no caso polêmico de Rosenstone, tão ou mais importante do que o conhecimento produzido cientificamente nas universidades).

⁴⁷ KORNIS, op. cit., p. 5.

⁴⁸ RAMOS, Alcides Freire. **Canibalismo dos fracos: cinema e história do Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2002; BERNARDET, Jean-Claude. **Cineastas e imagens do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; STIGGER, Helena & GERBASE, Carlos. Cinema brasileiro e a experiência da ditadura militar. In: **Alceu**, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, pp. 110-122; LEME, Caroline G. **Ditadura em imagem e som: trinta anos de produções cinematográficas sobre o regime militar brasileiro**. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

Porém, quais as memórias ou os retratos de uma sociedade tornaram-se hegemônicos no cinema brasileiro, especialmente quando lidamos com a experiência ditatorial e, particularmente, o lugar ocupado pelas mulheres contra o regime e seu nefasto legado no período democrático? É neste sentido que o cinema, e, mais especificamente, o documentário pode nos inserir numa última – e fundamental – batalha pela memória, aliás, articulada às duas anteriores.

Em primeiro lugar, ao tomá-lo como um suporte técnico e objeto estético particular – o “olho”, os movimentos e a expressividade da câmera, a montagem, a recepção e os sentimentos – e um “filtro social”, isto é, fruto do “olhar” subjetivo de quem (e o que) filma sob determinadas condições “objetivas” de produção, é necessário descartar sua pretensa “neutralidade” e o estatuto de “transparência” em relação ao universo filmado.^{49 50}

E, em segundo, ao pensá-lo (ao lado da memória) enquanto uma arena simbólica de disputas e lutas (de indivíduos, grupos, classes) em torno de determinadas narrativas, temas e tempos históricos, de maneira a desvelar (ou esconder) tanto modos de dominação e opressão, quanto experiências e relatos de resistência e luta. O que nos leva a definir os filmes ditos “históricos” não apenas como resultado de “produções”, mas, concomitantemente, na condição de “produtores” (ou agentes portadores) de outros significados e sentidos à própria História.⁵¹

O que fica mais interessante quando nos referimos aos documentários, principalmente porque neste campo enfrenta-se, mais diretamente, o problema do estatuto do “real”. Para tanto, valemo-nos da contribuição de alguns intelectuais que debatem os significados e sentidos históricos produzidos pelos documentários.⁵²

⁴⁹ Caso similar ocorre com a fotografia, conforme os estudos de Boris Kossoy.

⁵⁰ XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico**: a opacidade e a transparência. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

⁵¹ FERRO, op. cit.; ROSENSTONE, op. cit..

⁵² COUTINHO, Eduardo. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. In: **Projeto História**, São Paulo, PUC, v. 1, n. 15, abr./1997, pp. 165-171; DA-RIN, Silvio. **Espelho partido**: tradição e transformação do documentário. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004; LINS, Consuelo & MESQUITA, Cláudia. **Filmar o real**: sobre o documentário brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos & KORNIS, Mônica (org.). **História e documentário**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012; TOMAIM, Cássio dos Santos. O documentário e sua "intencionalidade histórica". **Doc On-line**, Covilhã/Pt, v. 15, n. 1, p.11-31, dez. 2013. Disponível em: <http://doc.ubi.pt/arquivo_total.html>. Acesso em: 04 jul. 2019; NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. 6ª. Ed. Trad. Mônica S. Martins. Campinas: Papirus, 2016.

Não pretendemos discutir os limites entre o documentário e a ficção (o que daria um outro mote)⁵³. Em nosso estudo, o documentário é visto sobre três aspectos: como “representação” histórica de um mundo que nos é familiar, e, portanto, traz um sentido de pertencimento (classe, raça, gênero etc.) e afetividade⁵⁴; como a produção de uma determinada “realidade” mediada pela “subjetividade” do/s autor/es e demais personagens e, em terceiro, como a expressão de diferentes modos de ver, sentir, analisar e avaliar o mundo que nos cerca (daí uma certa “objetividade” de quem produz documentários de cunho histórico).

Por outro lado, na senda de estudos distintos como os de Eduardo Coutinho⁵⁵, Bill Nichols⁵⁶ e Cláudia Mesquita & Consuelo Lins⁵⁷, não abrimos mão da perspectiva de pensar que filmes-documentário (especialmente os de natureza ou objetivo histórico) necessitam portar em seu processo de produção e recepção um compromisso ético, estético, político e até ontológico com o “real filmado”, sob o risco de produzir deformações históricas. Além disso, guarda relações com aquilo que Coutinho denominou de “verdade da filmagem”, isto é, a revelação de situações e momentos em que a verdade necessariamente se “faz”, levando em conta todo o acaso e o aleatório que pode acontecer e intervir na filmagem.⁵⁸

Bem, é o conjunto de todos estes fatores que nos levaram, em boa parte, a selecionar filmes-documentário que abordassem o tema da ditadura civil-militar a partir da história de mulheres militantes e do protagonismo feminino. São eles: “Memória para uso diário”⁵⁹,

⁵³ Até porque, desde o começo do século XX, temos o legado conceitual do cineasta escocês John Grierson (1898-1972) segundo a qual o documentário foi definido como o “tratamento criativo da realidade”, desmistificando, logo cedo, a tese de que um filme documentário consiste numa representação fiel (ou “reflexo”) da realidade. Entre os procedimentos técnicos e o objeto a ser capturado, existe a “criação”, ou seja, não apenas as intencionalidades subjetivas do autor/cineasta e os elementos estético-visuais de produção de um filme, como também podemos considerar as situações-limite (ou determinações) a este poder criativo (DA-RÍN, 2004) – como crises econômicas ou políticas, ascensão de ideologias e/ou regimes autoritários ou até problemas de ordem pessoal.

⁵⁴ Como afirmou Cássio Tomaim, o documentário consegue “[...] ser lido como uma chave para o acesso às nossas memórias afetivas, por mais que isso aconteça em termos de rastros, fragmentos de um passado que o documentarista busca atualizar” (TOMAİM, 2013, p. 24-25). Ou seja, ao não permitir que evidências se dissipem ou sejam perdidas, a produção de um documentário (histórico) pode ser visto como o reduto de uma “memória viva” ou em movimento.

⁵⁵ COUTINHO, op. cit., 1997.

⁵⁶ NICHOLS, op. cit.

⁵⁷ LINS & MESQUITA, op. cit.

⁵⁸ COUTINHO, op. cit., p. 167.

⁵⁹ **Memória para uso diário**. Direção: Beth Formaggini. Roteiro: Beth Formaggini. Rio de Janeiro: 4ventos, 2007. (80 min.), colorido. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ys4781EYPBU>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

dirigido por Beth Formaggini e “Em busca de Iara”⁶⁰, roteirizado e produzido por Mariana Pamplona.

Cada um à sua maneira – mas contendo um canal de diálogo histórico e político entre eles – propõe-se a trabalhar e evidenciar marcas indeléveis e trágicas deixadas pelo regime implantado em 1964, porém com objetivo de problematizar e denunciar engodos e enfatizar os modos de enfrentamento e luta através do exercício da memória de ex-militantes, parentes de militantes e/ou mulheres recentemente ingressas na militância contra quaisquer formas de autoritarismo e violação de direitos humanos. Daí, em parte, a importância de estudos envolvendo mulheres e cinema ou gênero e cinema no Brasil e as memórias da ditadura⁶¹, incluindo algumas obras que indiretamente lidaram com essa perspectiva.⁶²

Por último, quanto ao trabalho com as fontes, acabamos por focalizar as de natureza audiovisual. Neste sentido, um grupo de estudiosos sustentam a relevância desta escolha metodológica⁶³. Kornis ressalta a importante contribuição de Marc Ferro para pensar o cinema na história e a história no cinema, ao dizer que ele “*aponta uma série de elementos que comprovam a importância do uso do cinema como documento histórico e insiste na particularidade do trabalho com esse tipo de fonte*”.⁶⁴

⁶⁰ **Em busca de Iara**. Direção: Flávio Frederico. Argumento e roteiro: Mariana Pamplona. Kino Produções, 2013. (91 min.), colorido. Arquivo filmico particular.

⁶¹ TEGA, Danielle. Gênero e cinema: reflexões e discussões teóricas. **IV Enecult**, Salvador, v. 1, n. 1, p.1-10, maio 2008. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14527.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2019; _____. **Mulheres em foco: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina**. 2009. 121 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/98965>>; _____. **Mulheres em foco: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. (Coleção PROPG Digital - UNESP). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109153>>; ROCHA, R. C. Que Bom Te Ver Viva: Gênero, Ditadura, Anistia e Memória. **Contemporâneos**. Santo André, n.14, p.01-17, 2016; VASCONCELOS, Isabela. **Mulheres militantes: retratos das figuras femininas no cinema sobre a ditadura militar brasileira**. 197 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - História da Arte). Guarulhos, Unifesp, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.unifesp.br/jspui/bitstream/11600/49160/1/MULHERES%20MILITANTES%20-%20RETRATOS%20DAS%20FIGURAS%20FEMININAS%20NO%20CINEMA%20SOBRE%20A%20DITADURA%20MILITAR%20BRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

⁶² LEME, op. cit. Ver também: MENEGASSO, Aruana M. **Anos de chumbo nas telas do cinema de Lúcia Murat: reflexões envolvendo ensino de história, filmes e Ditadura Civil-Militar (1964/1989)**. 237 f. Dissertação (Mestrado – Ensino e Processos Formativos). São José do Rio Preto, IBILCE-UNESP, 2018.

⁶³ KORNIS, op. cit.; NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel In: PINSKI, Carla (org.). **Fontes históricas**. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 235-289; FERREIRA, Letícia S. O cinema como fonte da história: elementos para discussão. **Métis: história e cultura**, v. 8, n.15, 2009, pp. 185-200. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/734> Acesso: 25/09/2018; NOVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni. B; FEIGELSON, Kristin. (orgs.). **Cinematógrafo: um olhar sobre a História**. São Paulo: UNESP, 2009; BARROS, José D’Assunção. Cinema e história: considerações sobre os usos historiográficos das fontes filmicas. In: **Comunicação & Sociedade**, Ano 32, n. 55, jan./jun. 2011, pp. 175-202.

⁶⁴ KORNIS, op. cit., p. 243.

Por seu turno, Letícia Ferreira traça um percurso histórico de emergência do cinema como fonte histórica, incluindo ora um ceticismo, ora uma crença em torno da “verdade histórica” (ou “científica”) produzida pelas imagens filmicas, para analisar as possibilidades e os limites do uso metodológico das fontes audiovisuais para o historiador:

O historiador deve, assim, valorizar o cinema como sendo um documento válido para encetar a discussão da história, tanto aquela retratada na grande tela quanto a que está por trás da produção de um determinado filme. Ao se utilizar o filme como objeto de estudo, é essencial salientar o fato de que esse é uma produção coletiva, que envolve expectativas, desejos, concepções de mundo de um grande número de agentes, entre diretores, produtores, atores e responsáveis pelo estúdio no qual está sendo realizado o filme, bem como financiadores.⁶⁵

Por fim, Marcos Napolitano traz uma importante contribuição para pensarmos as concepções e usos de filmes, sejam na modalidade “ficcional”, seja na “documentária”. Um ponto de destaque em seu texto consiste em alertar-nos sobre duas ilusões existentes quando se utiliza fontes audiovisuais:

O cinema, ou o audiovisual de ficção, ocupa um estatuto intermediário entre as duas ilusões aludidas, a “objetivista” e a “subjetivista”. Seu caráter ficcional e sua linguagem explicitamente artística, por um lado, lhe conferem uma identidade de documento estético, portanto, à primeira vista, subjetivo. Sua natureza técnica, sua capacidade de registrar e, hoje em dia, de criar realidades objetivas, encenadas num outro tempo e espaço, remetem, por outro lado, a certo fetiche da objetividade e realismo, reiterado no pacto que os espectadores efetuam quando entram numa sala de cinema ou ligam um aparelho de televisão.⁶⁶

Levando em conta estes aspectos – ou a maior parte deles – a imersão nas fontes cinematográficas proporciona um aprofundamento teórico-metodológico e a concepção da importância dos filmes de natureza documentária – ou, mais amplamente, do cinema e do audiovisual – para a História e os historiadores, com destaque para uma discussão pertinente sobre o protagonismo feminino na ditadura brasileira e nas telas do cinema-documentário.

No Capítulo 1, trabalhamos o contexto histórico e as batalhas pela memória da ditadura no Brasil em tripla perspectiva.

Num primeiro tópico, realizando uma abordagem historiográfica a respeito da própria natureza do regime instaurado no país a partir do Golpe de 1964, entendendo-o na condição de uma ditadura civil-militar; procuramos focalizar nossa análise num tema um pouco mais circunstanciado, qual seja o das tensões envolvendo, de um lado, a chamada “Ditadura de

⁶⁵ FERREIRA, op. cit., p. 190.

⁶⁶ NAPOLITANO, op. cit., p. 236-237.

Segurança Nacional”, bem como o “Terrorismo de Estado” e seus aparelhos institucionais de repressão e tortura, e de outro, as formas de resistência e luta das organizações de esquerda armada (e não-armada) a contar das décadas de 1970 e 80.

Num segundo, adentramos a especificidade da luta feminina contra a ditadura civil-militar, mas também adentramos em particularidades da nossa contemporaneidade política, que demonstram traços similares e avançados de estratégias repressivas, cerceamento de direitos e manipulação da máquina jurídica e de segurança com intuito de “colocar as mulheres em seu devido lugar social”. Investigamos a temática da batalha pela memória das mulheres e da militância política que permanece na resistência desde o fim do regime militar no país. Mulheres que ainda lutam contra a herança obscura da ditadura, nuances ditatoriais que mudaram de “roupagem” mas permanece presente na nossa contemporaneidade; com práticas de torturas, com execuções sumárias, com prisões (sequestros) ilegais e inúmeras ações executadas pelos agentes do Estado, e com mais seriedade – a partir de ordens e legitimação governamental. Este tópico, especifica os espaços de luta de mulheres que estiveram frente a frente com a ditadura, trazendo a luz particularidades de vivências e resistências, diante das arbitrariedades que os aparelhos repressivos do Estado impunham no período; avançamos também, com mulheres que travaram batalhas contra a impunidade do Estado no Brasil “democrático”.

Concluindo a costura deste capítulo, temos um terceiro item, onde propomos um debate e uma reflexão, trazendo a lume o protagonismo das mulheres nas telas do cinema. Trabalhamos com a perspectiva de que o “cinema” é uma fonte histórica rica em “produção e reprodução de valores, ideologias, conceitos e modos de vida”. E diante desta magnitude que esta fonte representa, as mulheres têm representatividade limitada, mesmo tendo o entendimento que diversos movimentos sociais lutam e pressionam a “indústria cultural” para que reverta este quadro. Perante estas reflexões, acreditamos que o cinema-documentário como fonte e objeto histórico têm muito a dizer sobre a participação ativa das mulheres na luta contra a ditadura civil-militar no país.

No Capítulo 2, por sua vez, aproximamo-nos do objeto específico deste estudo – as mulheres / ditadura / cinema – exploramos a produção filmica “Memória para uso diário”, dirigido por Beth Formaggini, lançado no ano de 2007. Esta obra aborda uma relação dialética entre o passado e o presente. A narrativa cinematográfica estabelece um debate com as

temáticas “repressão, violência e tortura”, fazendo uma mediação com situações ocorridas durante a ditadura no Brasil, e ações que aconteceram (acontecem) no país em nosso tempo. A interlocução desse debate é feito através dos testemunhos de ex-militantes de organizações de luta armada, familiares de mortos e desaparecidos no regime militar e das vozes de vítimas da violência policial, fortemente presente nas periferias do país na contemporaneidade. Histórias interligadas na narrativa por meio do trabalho do Grupo Tortura Nunca Mais – Rio de Janeiro. Grupo criado no ano de 1985, por um movimento de pessoas que tiveram de maneira direta ou indireta, experiências traumáticas diante da violência do Estado na ditadura civil-militar.

Por fim, no Capítulo 3, analisamos o documentário “Em busca de Iara”, produzido e roteirizado por Mariana Pamplona, a direção foi feita por Flavio Frederico (esposo de Mariana), foi lançado em 2014, ano em que completou-se cinquenta anos do Golpe de 1964. Esta obra fílmica conta e reconta a trajetória de vida e luta contra a ditadura civil-militar de Iara Iavelberg. Iara nasceu no ano de 1944, foi assassinada por agente do regime militar no ano de 1971, aos 27 anos de idade. As circunstâncias de sua morte, enquanto estava refugiada em um “aparelho” no bairro da Pituba, em Salvador (BA), esteve sempre cheia de mistérios e ocultações. A família de Iara Iavelberg nunca aceitou a versão oficial divulgada pela ditadura – suicídio – e a forma como foi tratado o próprio corpo Iara, cerceando a família de poder fazer um ritual de velório conforme as tradições judaicas, conforme acreditavam. A história de Iara Iavelberg, é intrinsecamente ligada a história de Carlos Lamarca; Iara Iavelberg ficou conhecida como “a companheira de Lamarca”. A produção fílmica, além de contestar a versão oficial de sua morte, requer apresentar Iara como uma mulher autêntica e que teve convicção de sua luta, sem necessariamente estar ligada a Carlos Lamarca.

Propomos evidenciar o protagonismo destas mulheres, em “Memória para uso diário” ouvimos atentos há diversas vozes femininas, que compartilharam suas lutas individuais e por um coletivo em comum. Experiências que tem muito a nos dizer sobre a história do nosso país, um capítulo perverso e ainda cheio de obscuridades. A fonte fílmica permitiu por meio de familiares e amigos, ouvir as vozes de militantes políticos que foram mortos e desaparecidos e possibilitou ter a clareza dos direitos violados por meio do testemunho dos sobreviventes. Mulheres, que por diversos motivos precisaram de muita coragem para denunciar as violências sofridas, não se calando diante de uma sociedade que criminaliza o violentado.

No filme “Em busca de Iara”, a história de uma mulher militante permeia e inter-relaciona muitas outras histórias. Uma vida com significativo protagonismo, uma mulher além do seu tempo, Iara Iavelberg enfrentou a família, resistiu ao machismo, ingressou na luta por um ideal de sociedade e impôs sua presença nos espaços em que não era bem quista. Como dizer que estas mulheres não protagonizaram na luta contra a ditadura no Brasil?

Batalha por memórias que estão representadas nas produções filmicas nacionais, produzidas/lançadas após o fim da ditadura civil-militar no Brasil. Lembranças de mulheres que precisam ser vistas/revisitadas e nunca esquecidas. Mulheres, que estiveram no *front* das batalhas; foram torturadas e odiadas por serem mulheres; foram reprimidas e cercadas de seus direitos por serem mulheres; foram mortas e seus corpos escondidos, para que suas histórias nunca fossem lembradas e contadas para futuras gerações. Não desmerecemos a luta dos homens, no entanto a objeto da nossa investigação, é analisar a partir do olhar feminino as especificidades vivenciadas e enfrentadas por mulheres que militaram (e militam) contra o nefasto legado deixado pela ditadura.

Com esta perspectiva, somos levados a afirmar que ainda existem fortes razões para lidarmos com barbaridades cometidas por ditaduras. Assim, o caminho de reconstrução histórica do protagonismo de mulheres na resistência e luta contra a ditadura – e mesmo em nossa combalida e frágil democracia – no Brasil é tenso e cheio de indagações e, portanto, merece nosso estudo. Vamos a ele.

CAPÍTULO 1 – BATALHAS PELA MEMÓRIA: TRÊS DIMENSÕES DE UM PROBLEMA HISTÓRICO

1.1. Ditadura civil-militar no Brasil: experiência de um nefasto legado

Na semana que antecedia à data de rememoração do Golpe de 1964 e do processo inicial de um regime ditatorial que duraria ao menos 21 anos, saiu noticiado em diversas emissoras de televisão, em jornais e redes sociais o recado do presidente Jair Bolsonaro – por meio de twitter, vídeos e anúncio do porta-voz da Presidência – de que as Forças Armadas deveriam estar preparadas para realizar as “comemorações devidas” do dia 31 de março, data histórica dos 55 anos do Golpe – ou, como eles preferem, da “revolução preventiva” contra um suposto avanço do comunismo no país, reatualizado nos últimos anos pelo governo de extrema-direita.

Em 25 de março, Otávio Rêgo Barros, porta-voz da Presidência, após ter dito uma semana antes que não haveria nenhum tipo de comemoração referente a 1964, veio a público oficializar o anúncio com um outro discurso:

"O nosso presidente já determinou ao Ministério da Defesa que faça as comemorações devidas com relação a 31 de março de 1964, incluindo uma ordem do dia, patrocinada pelo Ministério da Defesa, que já foi aprovada pelo nosso presidente", afirmou Rêgo Barros durante entrevista coletiva no Palácio do Planalto. Questionado por jornalistas sobre o que seriam as "comemorações devidas", Rêgo Barros respondeu: "Aquilo que os comandantes acharem dentro das suas respectivas guarnições e dentro do contexto em que devam ser feitas". Ele afirmou que não há previsão de nenhum tipo de ato no Palácio do Planalto no próximo dia 31 [...] [...] De acordo com o porta-voz da Presidência, o agora presidente da República não considera que houve um golpe militar em 1964.

"O presidente não considera 31 de março de 1964 um golpe militar. Ele considera que a sociedade, reunida e percebendo o perigo que o país estava vivenciando naquele momento, juntou-se, civis e militares, e nós conseguimos recuperar e recolocar o nosso país em um rumo que, salvo o melhor juízo, se isso não tivesse ocorrido, hoje nós estaríamos tendo algum tipo de governo aqui que não seria bom para ninguém", disse (grifo nosso).⁶⁷

Isto num mesmo contexto histórico em que um dos filhos de Bolsonaro, Eduardo, postou vídeos e tuítes reforçando a necessidade de conhecermos a “verdade” sobre 1964 e na qual o “guru” de Jair, Olavo de Carvalho, não cansa de repetir a ladainha – contando com o

⁶⁷ O GLOBO (G1). **Bolsonaro determinou que Defesa faça as 'comemorações devidas' do golpe de 64, diz porta-voz.** 25 de março de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonarodeterminou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-portavoz.ghtml> Acesso em: 15 de abr. 2019.

apupo do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo – de que o “nazismo é um regime de esquerda” ou quando exulta-se a dizer que 1964 foi um “Contra-Golpe”.

Em diversas ocasiões, entre 2018 e 2019, tivemos a oportunidade ler em várias entrevistas o vice-presidente da República, General Hamilton Mourão, afirmar que não houve ditadura no Brasil – reduzindo-a a um “governo autoritário” – ou que o regime militar teria matado poucas pessoas. E, por último, quando o presidente Bolsonaro voltou a sublinhar em uma de suas *lives* nas redes sociais que “nunca teve ditadura no Brasil” ao referir-se à ausência (pela primeira vez na história) de questão sobre 1964 e a ditadura no Exame Nacional do Ensino Médio.⁶⁸

Enfim, tem-se tornado rotineiras afirmações do presidente e/ou algum de seus apaniguados filiais, políticos e ministeriais de que o que ocorreu em 1964 e nos anos seguintes foi uma “medida preventiva” (aparentemente bem-sucedida) levada a cabo pela “sociedade” contra um imaginado “*tipo de governo aqui (eufemismo para ‘comunista’) que não seria bom para ninguém*”. Interessante notar que ao dizer que a dita “sociedade” esteve representada pela junção de “civis e militares”, o porta-voz da Presidência oferecia uma possibilidade de leitura e análise às avessas no interior do seu próprio discurso.

Neste tópico, faremos uma incursão nas “batalhas pela memória” ocorridas na história do Brasil a partir de um primeiro eixo de abordagem: o Golpe e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Entendemos ser relevante abordar e analisar este eixo enquanto parte constituinte do nosso objeto de estudo por, pelo menos, duas razões: uma primeira, relacionada a uma (falsa) disputa de narrativas na mídia e redes sociais – protagonizada por setores estratégicos das classes dominantes no interior do próprio Estado – em torno da existência e do peso histórico atribuído a ditadura brasileira; e, em segundo, mas indissociável da primeira, a re/emergência e o fortalecimento de concepções revisionistas e negacionistas da História.⁶⁹

⁶⁸ “Nunca teve ditadura no Brasil”, diz Bolsonaro sobre questões do Enem”. In: **Correio Braziliense**, 14 de novembro de 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/11/14/interna_politica.806513/nunca-teve-ditadura-no-brasil-diz-bolsonaro-sobre-questoes-do-ene.shtml (Acesso: 03 de janeiro de 2020).

⁶⁹ No dia 01 de abril de 2019, o canal “Brasil Paralelo” – em verdade, um aparelho privado de hegemonia que reúne intelectuais orgânicos, empresários, pastores evangélicos, políticos, representativos de uma fração conservadora e reacionária das classes dominantes e do capitalismo brasileiro na atual quadra histórica – veio a lume para o lançamento do filme revisionista “1964: o Brasil entre armas e livros”. Dez anos antes, em fevereiro de 2009, tivemos a polêmica levantada publicamente pelo jornal “Folha de São Paulo” através de seu editorial intitulado “Limites a Chavez”, na qual, ao fazer a crítica a “ditadura” implantada pelo então presidente venezuelano, comparara-a à uma suposta experiência “branda” do regime ditatorial no Brasil.

Conforme explicado na Introdução, as práticas revisionistas e negacionistas no campo histórico possuem uma vinculação estreita com tentativas de apagamento do pensamento crítico através de estratégias de deformação/deturpação de evidências históricas desenvolvidas em pesquisas científicas. Permeadas também por um viés anti-intelectual e anticomunista, tais estratégias objetivam também relativizar, e, no limite, destruir quaisquer pretensões de verdade histórica ao conhecimento humano e científico, ao construírem narrativas deslegitimadoras tanto de memórias de sujeitos que experienciaram situações de violência, repressão e terror, quanto de pesquisas históricas que têm evidenciado tais situações em diferentes lugares e contextos.⁷⁰

Nesta perspectiva, vamos iniciar o capítulo elaborando uma breve problematização histórica e historiográfica de um dos eixos da “batalha pela memória”: o golpe de 1964 e a ditadura no Brasil. Entendemos ser fundamental esse trabalho metodológico para não cairmos na armadilha de uma posição relativista e/ou leviana da História, isto por que, apropriando-nos da sentença de Josep Fontana:

[...] nós historiadores devemos combater, armados de razões, as profecias paralisadoras da mundialização, com que se pretende substituir àquelas e, com maior empenho ainda, todas as aberrações que servem para justificar, em nome de preconceitos assentados na deformação da memória coletiva, as mais diversas formas de opressão e de extermínio, com o pretexto de superioridades raciais ou de civilização, seja laica ou religiosa.⁷¹

Partimos da premissa histórica de que o contexto de preparação e consumação do Golpe, bem como da ditadura que se seguiu, teve um nítido caráter de classe, articulou interesses empresariais (“civis”) e militares, procurou beneficiar a acumulação de capital multinacional e associado e teve o Estado como ator político central.

Num estudo marcado pela quantidade e variedade de fontes documentais utilizadas e por uma densa e rica análise do processo histórico de construção do Golpe de 1964, René

⁷⁰ Além destas vertentes ideológicas de explícito teor conservantista e reacionário, há de se ter em mente que também na própria historiografia brasileira surgiu, nos últimos anos, um conjunto de estudos e pesquisas voltadas a relativizar questões envolvendo o golpe de 1964 e a ditadura. Chamado de “revisionismo historiográfico”, tal concepção teórica e política acusa certos historiadores de defender a “teoria dos dois demônios” (dois golpes: à direita e à esquerda), de desconstruir o peso histórico do movimento e ação das esquerdas, de dar primazia e espaço institucional à memória de militares e de reduzir enfaticamente o período da ditadura, seja afirmando que ela foi “dura” apenas entre 1968 e 1979. Ver: MELO, Demian B. de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo historiográfico*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014; SENA JÚNIOR, Carlos Z.; MELO, Demian B. de & CALIL, Gilberto G. (orgs.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

⁷¹ FONTANA, Josep. **História: Análise do passado e projeto social**. Trad. Luiz Roncari. Bauru: EDUSC, 1998. 281 p. p. 281.

Dreyfuss traz uma importante contribuição à medida que, enxergou no Golpe uma trama habilmente orquestrada não apenas pelos militares, mas também por elementos “civis”. O cientista político uruguaio procurou delinear melhor os contornos da participação ativa dos “civis” entre as décadas de 1940 e 1960 ao determinar sua caracterização socioeconômica e político-ideológica no interior de frações específicas da classe dominante brasileira representada pelo setor do grande empresariado – incluindo aí o lugar ocupado pela grande imprensa ao longo do regime ⁷² – mas contando com o apoio logístico do governo dos Estados Unidos e a presença destacada do capital transnacional sob hegemonia norte-americana.

Tomando por realidade histórica um país vivendo sob um capitalismo dependente e associado (ao capital transnacional) e, na senda de Florestan Fernandes (1976), histórica e estruturalmente marcado pela experiência autocrática-burguesa na construção dos pilares institucionais do Estado, especialmente em sua contraditória dupla natureza (uma burguesia subordinada aos ditames do capitalismo e, ao mesmo tempo, propulsora de uma “modernização conservadora”), Dreifuss aponta alguns dos fatores que determinaram a queda do chamado “bloco histórico populista”:

A interação entre os interesses contraditórios e as demandas simultâneas do capital transnacional e classes trabalhadoras subordinadas produziu o crítico cenário político do início da década de sessenta, levando à perda de coesão do bloco histórico populista. ⁷³

Após assumir o governo e, particularmente, garantir o regime presidencialista em 1963, João Goulart enfrentou grandes dificuldades em administrar uma disputada correlação de forças entre frações das classes dominantes e entre estas e os trabalhadores (da cidade e do campo) de modo que pudesse estabelecer um relativo “equilíbrio” entre ambas. Vivíamos entre as décadas de 1950 e 60 um conhecido período de efervescência política, social e cultural expressiva da nova configuração da luta de classes e, não menos importante, de um

⁷² Nas palavras da historiadora Carla Silva: “Perceba-se que mesmo na Ditadura brasileira, mesmo com a censura (que garantia a centralização dos desvios), a grande imprensa manteve-se intocada na sua ‘diversidade’, os grandes jornais e revistas mantiveram-se em sua linha de crescimento ‘modernizante’ e ascendente. [...] Diversas outras inserções com o sentido de indicar o que os outros (indesejados, comunistas, inimigos) pensam, fazem, planejam vão se somando à criação de uma dada opinião pública, pela imprensa brasileira”. (SILVA, 2016, p. 47)

⁷³ DREIFUSS, René A. 1964: a conquista do Estado. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2006. p. 156.

processo histórico de “desenvolvimento” econômico impulsionado pelo Estado em bases de modernização abertas ao capital privado internacional.⁷⁴

É nesta conjuntura sobrejamente contraditória e tensa que entraria em cena a formação e/ou consolidação no âmbito da “sociedade civil” e suas relações ampliadas com o Estado⁷⁵, um conjunto de entidades de classe (empresarial) e de órgãos de atuação política construtores de um sistema de produção e propagação ideológica dos interesses do capital multinacional e associado, reunidos sob a alcunha do complexo IPES/IBAD, que objetivava estabelecer um projeto envolvendo agressivos ataques ao governo “nacional-reformista” de Goulart.

A articulação e o significado histórico do Golpe por parte de frações arcaico-modernizantes (grande empresariado urbano com a participação do setor agrário-exportador) das classes dominantes de 1962 a 1964 são explicitadas por Dreifuss do seguinte modo:

Politicamente, significou uma mobilização conjuntural para o golpe, quando estratégia se converteu em política e atividades político-partidária finalmente se transformaram em ação militar. Esse foi o estágio do “esforço positivo” em que vários escritórios de consultoria e anéis burocráticos-empresariais, associações de classe e grupos de ação formaram um centro político estratégico, o complexo IPES/IBAD. Uma vez unificadas as várias oposições sob uma liderança sincronizada comum, formulando “um plano geral”, a elite orgânica lançava a campanha político-militar que mobilizaria o conjunto da burguesia, convenceria os segmentos relevantes das Forças Armadas da justiça de sua causa, neutralizaria a dissensão e obteria o apoio dos tradicionais setores empresariais, bem como a adesão ou passividade das camadas sociais subalternas. Mas antes de se iniciarem hostilidades em nível político-militar, desenvolveu uma campanha ideológica multifacetada contra o bloco histórico-populista [...]

[...] Taticamente, o complexo IPES/IBAD estava engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais, modelando esses interesses em uma classe “para si”. Além disso, ele estava envolvido em uma abrangente campanha que visava impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar as clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesiástica, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e, ao mesmo tempo, mobilizar as classes médias como a “massa de manobra” da própria elite orgânica.⁷⁶

Composta em sua maioria por tecno-empresários, empresários e militares, essa “elite orgânica” de classe edificou-se como força social no interior do Estado, dotando-se de certa homogeneidade interclassista, transformando seus “próprios interesses corporativos, no seu presente e futuro desenvolvimento” e transcendendo “os limites corporativos da classe

⁷⁴ MENDONÇA, Sonia Regina de & FONTES, Virginia. **História do Brasil recente**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

⁷⁵ FONTES, **O Brasil e o capital imperialismo**, op. cit.

⁷⁶ DREIFUSS, op. cit., p. 246 e 298.

puramente econômica” de modo a torná-lo também (senão principalmente) em “interesses de outros grupos subordinados” – isto é, numa perspectiva de classe que procurava articular hegemonia com ditadura.^{77 78}

De acordo com Demian Melo, isto torna o período de 1964 a 1985 marcado fundamentalmente pela bisonha articulação entre o “big business” da ditadura – representado pelo grande empresariado da construção civil e pelo “imperial” sistema financeiro – e a atuação crescente dos aparelhos de repressão:

Um grande negócio para o grande capital, é como se pode sintetizar a ditadura de 1964 a partir de sua história. Em primeiro lugar, uma das resultantes daquele processo de aceleração da acumulação capitalista foi, além de uma expansão da fração do capital ligada à indústria de bens duráveis, o fortalecimento de outras frações das classes dominantes nacionais, cujos agentes teriam maior peso sobre o Estado no período subsequente [...]

[...] O auge da repressão no período do ‘Milagre Brasileiro’... garantindo lucros faraônicos ao grande capital e certa euforia do consumo entre setores consideráveis das classes médias, são certamente elementos que compuseram a relação de forças sociais estabelecida pelo regime. Não por mera coincidência, desde 1964 solidificaram-se aquilo que Paulo Arantes denominou de ‘vasos comunicantes’ entre o mundo dos negócios e os subterrâneos da repressão que desembocariam na criação da Operação Bandeirantes e posteriormente os DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) [...].^{79 80}

Neste sentido, é possível afirmar que estamos com uma perspectiva histórico-historiográfica de um processo golpista articulador de agentes “civis” e militares, mas também com um regime ditatorial que não pode ser reduzido apenas aos sujeitos especificamente

⁷⁷ CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Hegemonia como via de acesso ao pensamento de Gramsci: um foco na revolução passiva. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, v. 35, n. 2, p. 34-53, 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10254> Acesso: 05 de dez. 2018. Ver também: FONTES, op. cit.; MENDONÇA, op. cit.; MELO, op. cit.

⁷⁸ Francisco de Oliveira parece nos oferecer uma outra resposta ao afirmar: “*Por que se dá o golpe? Devido às restrições da aliança de classes que estava no poder e ao deslocamento que, nessa aliança, algumas sofrem em detrimento de outras. A burguesia brasileira estava sendo deslocada, pelo próprio processo de expansão capitalista, de seu lugar central; ela não era mais a única detentora de um poder de classe dominante, senão que, devido ao crescimento e à recepção dos capitais internacionais, aquele lugar estava sendo ocupado por outro ator, união de classes, não cordial. Evidentemente, a burguesia não desapareceu, mas perdeu importância; ou melhor, exclusividade; compete, então, com a burguesia internacional no comando da economia brasileira [...]*”. OLIVEIRA, Francisco de. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-1964. In: TOLEDO, Caio N. de (org.). **1964, visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas, Ed. UNICAMP, 2014, p. 33. Mas, se é correto afirmar que a “burguesia brasileira” perde progressivamente o lugar de “única detentora de um poder de classe dominante”, não nos parece que esta tenha sido uma estratégia derrotista para algumas de suas frações hegemônicas, como as representadas pelos setores empresariais e financeiros.

⁷⁹ Sobre esta discussão, ver a clássica obra de Octavio Ianni, “A ditadura do grande capital”, relançado pela Editora Expressão Popular (2019) e também a excelente pesquisa de Pedro Henrique Campos reunida na obra “Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988” (2017).

⁸⁰ MELO, op. cit., p. 92 - 93.

militares, já que estaríamos confundindo a natureza dos governos (este sim, ocupados estrategicamente por militares) com um projeto social de conquista e dominação do Estado – representado por órgãos burocráticos afetos ao governo, mas, principalmente, pela atuação de aparelhos privados de hegemonia ⁸¹. Daí reiterarmos que a ditadura brasileira foi construída pela junção dos elementos “civil” e “militar”, ou, como querem alguns, “empresarial-militar”. ⁸²

Um exemplo foi a estratégia política do Estado utilizada para sanar a grave crise (criada pelo próprio bloco de poder multinacional e associado) que assolava o país após 1964 com a justificativa (ideológica) de uma necessária “racionalização” de sacrifícios essenciais para uma projeção futura de crescimento econômico. Tais ações tinham um objetivo estratégico: garantir a tendência de taxa de lucros a determinadas frações burguesas (industrial, bancária, serviços). Um outro exemplo foi a participação ativa, influente e decisiva do governo dos Estados Unidos, liderados por Lincoln Gordon e Dean Rusk, na construção e consumação do golpe, mas também da garantia institucional das “forças revolucionárias” no poder (desde o governo provisório de Ranieri Mazzilli). Nas palavras de Carlos Fico:

Os Estados Unidos não apenas ajudaram os golpistas em 1964, como também foram muito uteis na questão do reconhecimento internacional do governo de Mazzilli. O secretário de Estado, Dean Rusk, determinou que todas as embaixadas norte-americanas combatessem versões como as que circulavam na Itália e reafirmassem a interpretação de que a derrubada de Goulart não fora, “de modo algum”, um golpe militar, pois, segundo ele, havia “a continuidade do governo civil, da Constituição e dos processos democráticos” [...] ⁸³

⁸¹ Nesta perspectiva, nos afastamos de alguns autores que procuram dizer que o golpe foi “civil-militar”, mas que a ditadura (vista ora como “regime”, ora como “forma específica de governo”) deve ser considerada particularmente de natureza “militar”. É o caso, por exemplo, de historiadores como Carlos Fico (2004; 2014) e Marcos Napolitano (2014). Embora reconheçamos a importância historiográfica de ambos os historiadores citados – especialmente quando falam de outros sujeitos na história deste período (como os artistas, as mulheres, os estudantes) – temos um entendimento de que tanto o golpe, quanto a ditadura necessitam ser avaliados historicamente na dupla visada de uma participação ativa de setores “civis” (empresariais) e militares, não apenas no aparato técnico-burocrático ou nas entidades de classe, mas no financiamento de práticas de tortura e assassinato de militantes de esquerda.

⁸² DREIFUSS, op. cit., p. 437; MELO, op. cit., p. 105. Ver também: CAMPOS, Pedro Henrique P. **“Estranhas catedrais”**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói/RJ: Eduff, 2017.

⁸³ FICO, Carlos. **O golpe de 64**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 108.

O engodo institucional armado internacionalmente pelos Estados Unidos⁸⁴ – de que não houvera “golpe”, e sim a “*continuidade do governo civil... e dos processos democráticos*” – ancorava-se ideologicamente na suposta (mas surpreendentemente crível) “bolchevização” do Brasil em virtude de aproximações cada vez maiores de João Goulart com setores organizados da esquerda (sindicatos, movimentos pela reforma agrária, intelectuais progressistas) a contar de 1963, sem deixar de mencionar a presença comunista (mais imaginária do que real) de países como Cuba e União Soviética na América Latina.⁸⁵

Utilizando-se abusivamente dos “Inquéritos Policiais Militares” (IPM’s) – um dispositivo político-ideológico de explícito poder coercitivo gestador do primeiro grupo de agentes repressivos – o Estado em sua dimensão ampliada, isto é, incorporando demandas de entidades de classe e aparelhos privados responsáveis pela relação promíscua entre ditadura e hegemonia, desempenhava (e ainda desempenha) o papel de grande exterminador dos elementos considerados “perigosos”.⁸⁶

Um marco histórico deletério do que representou a ditadura civil-militar no Brasil foi a implantação do Ato Institucional n. 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968, contexto marcado pelas práticas cada vez mais ostensivas e sistemáticas de perseguição, prisão, repressão e tortura de jovens dos movimentos estudantis ou aqueles/as que entraram para as organizações de luta armada⁸⁷. Este foi o ápice de um ciclo sublinhado pela extrema coerção como afirmado por Mendonça e Fontes:

⁸⁴ Moniz Bandeira denominou esse engodo institucional de modalidades de “covert action” e “spoiling action”, isto é, mecanismos ideológicos (bem no clima de “Guerra Fria”) de disseminação de falsas notícias (ou “notícias-bomba”) sobre um suposto avanço do comunismo na América Latina. Um procedimento, aliás, bastante conhecido e utilizado no Brasil dos últimos dois anos... Ver: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional. In: In: TOLEDO, Caio N. de (org.). **1964, visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas, Ed. UNICAMP, 2014, p. 113.

⁸⁵ Data deste mesmo período – embora tenha se estendido, pelo menos, desde o pós-1945 até o início da década de 1970 – uma série de estudos e planos estratégicos de âmbito político-militar (mas também ideológico) voltados a interferir diretamente nos ditames dos governos brasileiros (incluía não apenas Goulart, como também Vargas e Kubistchek) e mesmo de organizações armadas de contestação e luta contra a ditadura, denominada de “*Operação Brother Sam*”. Ver: FICO, Carlos. **O Grande Irmão, da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; MONIZ BANDEIRA, op. cit.

⁸⁶ MENDONÇA & FONTES, op. cit., p. 44.

⁸⁷ Não queremos afirmar que a violência institucional do Estado (com anuência e participação do grande empresariado) intensificou apenas a contar de 1968. Sabemos que, desde os primeiros dias do golpe que implantou a ditadura no país (casos explícitos dos dois primeiros atos institucionais), o regime ditatorial utilizou-se de todo um aparato militarizado e midiático para perseguir e punir (com a sentença de morte) todos os que contestavam a ditadura.

O novo Ato Institucional veio... a pôr fim aos movimentos de “rebeldia” que se tinham organizado em vários níveis, desde a Frente Ampla até o movimento estudantil e as greves de trabalhadores em Contagem e Osasco. Decretado em dezembro de 1968, ele suspendia todas as garantias constitucionais e individuais, sem prazo para sua vigência... O AI-5 marcou também o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional [...]

[...] O movimento estudantil, bastante atuante nas manifestações de 1968, sofreu também severas perseguições, desde a direita pára-militar constituída pelo Comando da Caça aos Comunistas (CCC) e pelo Movimento Anti-Comunista (MAC), até a prisão de 800 de seus líderes quando da realização do Congresso da UNE em Ibiúna (São Paulo), marcando seu declínio. A repressão aos sindicatos renovou-se. Configurava-se um novo ciclo na ditadura marcado pela violenta coerção no interior dos partidos, universidades e órgãos públicos.⁸⁸

Após o decreto do AI-5, parcela significativa dos movimentos, grupos e partidos de oposição ao regime – em particular, os de inspiração marxista, comunista e/ou movidos pelos projetos revolucionários na América Latina – viram-se em um novo processo de luta, percebendo que esta não ocorreria (ou dificilmente seria reconhecida) dentro dos marcos legais ou constitucionais de um regime democrático.

Constituíram-se, então, principalmente a contar de 1968-69 várias organizações de luta armada com o objetivo de derrotar a ditadura civil-militar. Jacob Gorender as especifica conforme podemos ler abaixo:

Dentre estas, destacam-se a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR – que somava trotskistas e ex-militares); a Ação Libertadora Nacional (ALN – organizada em torno de Marighela e Jover Telles); o Movimento Revolucionário e de Outubro (MR-8, nome adotado por dissidências estudantis do Rio de Janeiro) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR – Palmares, resultado da fusão de diversas organizações). Já no campo, o principal movimento de guerrilha foi o da região do Araguaia, no sul do Pará, em 1972, organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) e duramente reprimido através de enorme operação militar na Amazônia.⁸⁹

Neste sentido, importa destacar a relação intrínseca entre a presença destas organizações de esquerda da luta armada (tanto no campo, quanto nas cidades) e a intensificação das práticas de violência, repressão, tortura e assassinato promovidas pelo

⁸⁸ Ibidem, p. 44-45.

⁸⁹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999. p. 44-45.

aparelho repressivo do Estado a serviço da hegemonia burguesa⁹⁰ – contando com a participação ativa de grupos “paramilitares” anticomunistas.⁹¹

Se o AI-5, decretado em 1968, significara a instrumentalização do Estado de forma brutal⁹², podemos afirmar que os aparelhos repressivos e os agentes da repressão encontraram-se, até o início da década de 1980, em constante ambiente de ataque e extermínio em relação aos diversos setores de oposição.

Dirigidos aos que reivindicavam o “retorno” de direitos sociais e políticos, seja os que contestassem os encaminhamentos governamentais no campo da economia, ou, mais ainda, voltados às estratégias de desmantelamento agressivo das organizações dos trabalhadores e de luta armada. Era o pleno funcionamento daquilo que o historiador Enrique Padrós chamou de “terrorismo de Estado”. Falando sobre o caso uruguaio, ele afirma:

O terrorismo de Estado uruguaio procurou concretizar como um dos seus objetivos essenciais e mais estratégicos, o reordenamento do sistema social e seus múltiplos aspectos, particularmente no enquadramento e despolitização de importantes setores sociais mobilizados por inúmeras demandas e questionamentos dirigidos ao status quo vigente e propostas de projetos de mudanças estruturais. Portanto, a necessidade de imobilizar, disciplinar e anestesiar tais setores implicou na implementação de práticas repressivas que mostrassem eficiência no combate aos indivíduos e às organizações considerados “inimigos internos” prioritários. Na prática, amparados em um discurso que centrou a polarização na luta contra os elementos “subversivos” os setores que articularam o golpe de Estado e impuseram a ditadura desencadearam uma violência global. Na medida em que partiu do próprio Estado a utilização de modalidades repressivas como a tortura, a execução, o sequestro e a reclusão massiva, a sociedade, em geral, ficou gravemente exposta e fragilizada. A derrota dos setores organizados de oposição ao novo regime foi a antessala da disseminação de uma “cultura do medo” (com variantes que incluíam autocensura, a cooptação e a delação) que, com rara efetividade, conseguiu imobilizar, isolar e desativar os

⁹⁰ “Datam daí as operações de detenção em larga escala, bem como a institucionalização da tortura, envolvendo diretamente setores das Forças Armadas, através da criação de órgãos especializados, como os Destacamentos de Operações e Informações acoplados aos Centros de Operações e Defesa Interna – os DOI-CODIs; o Centro de Informação da Marinha (Cenimar) e o Centro de Informação da Aeronáutica (CISA)”. In: MENDONÇA & FONTES, 2004, p. 48.

⁹¹ Mas também é importante frisar o uso deste aparato contra entidades organizativas da classe trabalhadora: Nas palavras de Marcelo Ridenti: “Com o golpe de 64, reafirmado pelo AI-5 no final de 1968, instaurava-se a modernização conservadora da economia, concentradora de riquezas e consideradas pelas classes dirigentes como a única saída viável para superar a crise vivida em meados da década de 60. A política econômica adotada tinha como contrapartida necessária a total submissão do trabalho aos ditames do capital, o que implicou a repressão ou o desmantelamento das organizações dos trabalhadores, como sindicatos combativos e partidos clandestinos”. RIDENTI, op. cit., p. 30.

⁹² Em 1969, o decreto AI-5 foi incorporado à Constituição Federal, de modo que se tornou uma “carta branca” para o regime ditatorial implantar legalmente ações repressivas a partir de “canetadas” do Executivo.

setores que persistiam na tentativa de contrapor algum tipo de resistência (mesmo que restrita a limitadas ações clandestinas de denúncia).^{93 94}

Enfim, nesta “batalha pela memória”, em que torna-se inevitável combater – em dimensão crítica – vertentes revisionistas e/ou negacionistas da história em relação ao Golpe de 1964 e a ditadura no Brasil, foi necessário expor o nosso conhecimento acadêmico-científico (e, de certo modo, nossa posição política) acerca deste período da História.

Todavia, nesta mesma batalha encontram-se personagens que passaram a encampar a polemicamente chamada “resistência democrática”^{95 96}. Entre a década de 1970 e o decorrer da de 1980, um conjunto heterogêneo de indivíduos e grupos de resistência e luta contra a ditadura foram ganhando relativa expressão em diversos segmentos da sociedade brasileira. Assim, o que se chama de “resistência democrática” diz respeito a:

1. Determinadas organizações da “sociedade civil” com certo canal de relações institucionais com o Estado (igreja, grande imprensa, partido político, entidades jurídicas) na defesa do retorno às “liberdades democráticas” e que, durante parte do período aludido, compactuaram com o golpe e a retórica da “ordem” propugnada pelo regime ditatorial e
2. Grupos de artistas, intelectuais e políticos de esquerda que defendiam a derrubada do regime pela via da “transição democrática”, isto é, pelo processo de abertura política, de denúncia de violações aos direitos humanos, de garantia das liberdades democráticas e, no horizonte, uma nova Constituição.

⁹³ De acordo com Carla Silva (2016, p. 60), o conceito de Terror de Estado é fundamental para auxiliar numa forma de entendimento do regime que vai além do terror enquanto concretização da repressão (policial e militar), mas contempla estratégias de “injunções à vida das pessoas”, que apesar de tudo viviam experiências sob um ambiente de constante conflito da “guerra do convencimento” (consenso).

⁹⁴ PADRÓS, Enrique S. Enterrados vivos: a prisão política na ditadura uruguaia e o caso dos reféns. In: **Espaço Plural**. Marechal Cândido Rondon, Unioeste, CEPEDAL, Ano XIII, n. 27, 2º Semestre 2012, pp. 13-38. ISSN 1518-4196. p. 14.

⁹⁵ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: ____.; REIS, Daniel Aarão & SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 30-47; NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

⁹⁶ Contudo, o acréscimo do termo “polemicamente” ao debate sobre a “resistência democrática” traduz a preocupação desta pesquisa com posturas revisionistas assumidas por renomados historiadores e ex-militantes de esquerda. Caso de Daniel Aarão Reis que, na Introdução de uma de suas obras, associa o discurso da “resistência” a uma suposta “vitimização” defendida pelas esquerdas desde a década de 1980 – segundo ele, resistência “[...] é uma palavra-chave na memória das esquerdas submetidas pela ditadura” (2000, p. 05), contrapondo-a a uma ostensiva “demonização” da ditadura construída pelas próprias esquerdas. Ver a posição deste autor em: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. Sobre a crítica a esta postura revisionista ver: MELO (2014) e SENA JÚNIOR, MELO & CALIL (2018), op. cit.

De um lado, estavam os chamados “setores elitistas da oposição”, ligados a Igreja Católica (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e alguns políticos de esquerda (pecebistas) dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e sua “Frente Nacional de Redemocratização”⁹⁷. Como afirmou Maria Helena Moreira Alves:

Os setores de elite da oposição (a CNBB, a OAB, a ABI e os grupos organizados no MDB) desempenharam papel decisivo em ambos os governos, de Geisel e de Figueiredo. Eles ampliaram o espaço público, enfrentando o Estado a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil e questionando a legitimidade que o Estado de Segurança Nacional tentava assumir. Estes setores também lograram bloquear as tentativas de reinstaurar medidas coercitivas. Ao nível da política formal, estavam entre suas exigências o desmantelamento do Aparato Repressivo, a elaboração de uma nova Constituição e a modificação do modelo econômico.⁹⁸

Ao lado deste amplo setor⁹⁹, um outro – também amplo, porém mais diverso e expressivo – representado por determinados sujeitos e “novos personagens” da sociedade brasileira (trabalhadores, mulheres, estudantes, negros) que re/adentravam na cena política com relativa força de organização e atuação tanto em reivindicações, manifestações e greves, quanto denunciando torturas, desaparecimentos e assassinatos de militantes de esquerda¹⁰⁰.

Os movimentos de luta pela Anistia e em defesa do Estado democrático de direitos (a contar de 1974-75), as greves de trabalhadores operários (1978-80), as associações de bairro, o retorno à legalidade da União Nacional dos Estudantes (1979) e as manifestações estudantis universitárias, tendo por momento de apogeu político o contexto das “Diretas Já” (1983-84) – sem que o aparato repressivo e terrorista do Estado deixasse de atuar – foram ingredientes fundamentais num certo acirramento da luta de classes. De acordo com Sônia Mendonça e Virgínia Fontes:

Simultaneamente eclodiu... um surto de mobilização social. A despeito da permanência do aparelho repressivo, as velhas questões pendentes ressurgiram,

⁹⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985; NAPOLITANO, op. cit.; FICO (2014), op. cit.

⁹⁸ ALVES, op. cit., p. 225.

⁹⁹ É Alves (1984, p. 226) também quem diz que este setor de elite da oposição encontrou na “*emergência de um movimento popular configurado na aliança entre as comunidades de base ligadas à Igreja, os grupos associativos seculares e o novo movimento sindical, tanto do campo quanto das áreas urbanas*” uma ampliação da “margem de manobra” para fortalecer o movimento pela transição democrática.

¹⁰⁰ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, v. 24, n.º. 47, 2004, pp. 29-60; FREDERICO, Celso. **A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984)**. São Paulo: Expressão Popular, 2010; NAPOLITANO, op. cit.

assistindo-se, desde 1978, à multiplicação de tentativas de organização popular alternativas, cujo denominador comum – do sindicalismo às associações de bairro – foi sua luta pela autonomia face ao Estado¹⁰¹. Crise econômica, crise de legitimidade e movimentos de massa deram a tônica à chamada abertura.¹⁰²

É preciso reconhecer, porém, as contradições históricas inerentes ao próprio processo de transição democrática do país, na medida em que:

a) a paulatina “liberalização” do regime a contar do governo Geisel em 1977-78 não expressava apenas o resultado de pressões de setores da oposição, mas também (senão principalmente) uma reorientação político-institucional do próprio Estado em direção de atender um setor do grande empresariado – sob a batuta de um capitalismo de traços neoliberais – em direção a um menor intervencionismo na economia e

b) a participação política de diversos setores da “sociedade civil”, expressa na luta pela Anistia, nas greves operárias, no movimento estudantil e restabelecimento da UNE e no clima efusivo das “Diretas Já”, não representou uma real e necessária ampliação das relações destes mesmos atores com o Estado, posto que o caminho da *transição democrática* passara pela via de uma “transição pelo alto”, lenta e gradual, articulada pelos setores arcaico-modernizantes (empresariado e latifundiários) e suas bancadas parlamentares.¹⁰³

Neste arco bem delimitado, portanto, a batalha pelos direitos (civis, políticos, jurídicos) no Brasil emergiu com maior potência na metade dos anos de 1970 com a oposição dos movimentos diante das arbitrariedades que a ditadura impunha à sociedade – casos dos movimentos em prol da Anistia de exilados e presos políticos e, particularmente, da criação dos Grupos “Tortura Nunca Mais” (GTNM), a partir da década de 1980, na denúncia de violações dos direitos humanos e na defesa da verdade sobre o regime e da justiça do Estado diante de centenas dos mortos e desaparecidos.

Mesmo diante da repressão ditatorial, os movimentos combatiam a ditadura resistindo as ações de coerção dos agentes civis-militares, exigindo que fossem respeitados os direitos

¹⁰¹ Uma “autonomia” relativa – ao menos na batalha das ideias – e bastante limitada pelos rumos do país no decorrer das décadas de 1980 e 90, quando, ao lado de uma “Constituição Cidadã” (incorporando algumas demandas dos trabalhadores e camadas populares) ocorreu o progressivo ingresso da economia brasileira no receituário neoliberal capitalista. In: MACIEL, David. Neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil. **Cadernos Cemarx**, nº. 5, São Paulo, 2009, pp. 195-210.

¹⁰² MENDONÇA & FONTES, op. cit., p. 99.

¹⁰³ DREIFUSS, René A. **O jogo da direita: na nova República**. Rio de Janeiro: Vozes, 1989; MACIEL, David. **A argamassa da ordem: da ditadura militar à nova república (1974-1985)**. São Paulo: Xamã, 2004; SILVA JÚNIOR, Samuel Fernando. **Diretas Já e autocracia burguesa no Brasil: luta política na transição conservadora**. Marechal Cândido Rondon, 286f. Dissertação (Mestrado – História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018.

humanos e conseqüentemente iniciaram um processo de politização de inúmeros espaços sociais. De acordo com Cecília Coimbra, ex-presca política e militante do GTNM, sede do Rio de Janeiro:

Estes movimentos, a um só tempo de resistência à ditadura e de luta em defesa dos direitos humanos, politizaram o cotidiano nos locais de trabalho e moradia, inventando outras formas de fazer política. “Novos personagens entraram em cena” como “novos sujeitos políticos” que, no cotidiano, lutavam por melhores condições de vida, trabalho, salário, moradia, alimentação, educação, saúde e pela democratização da sociedade. As experiências políticas criadas a partir da segunda metade da década de 70 foram, de fato, constituídas com os “estilhaços” do golpe de 1964 e com o AI-5, em 1968.¹⁰⁴

No ano de 1979 foi ratificada a Lei da Anistia (Lei n. 6683, de 28 de agosto de 1979), considerada limitada e insuficiente para atender as demandas requeridas pelos movimentos sociais de luta pelos direitos humanos. Uma característica peculiar desta lei criava um termo jurídico denominado “crimes conexos”, que anistiava militares que torturaram, sequestraram e/ou desapareceram com cidadãos brasileiros (militantes de esquerda) que se opuseram ao regime.¹⁰⁵

O caso da tortura foi (e continua sendo) emblemático. Ela se baseia em estratégias de humilhação verbal, física e a exposição do alvo aos estertores da dor e dos traumas psicológicos, sob a “justificativa” de obter informações referentes aos movimentos e grupos de oposição ao regime. Sobre os objetivos do uso de práticas de tortura pelos órgãos de repressão, Colling afirmou que:

O objetivo dos órgãos de repressão, sob o manto da legalidade de defensores da ordem política e social, era dismantelar a oposição de esquerda ao regime militar instituído em 1964, tentando eliminar sua capacidade de intervenção na vida política do país. Para isso, era necessário agir sobre os homens e mulheres militantes que compunham a vida das organizações políticas. No estado de guerra que estabeleceu, a prisão dos militantes não era suficiente, era necessário destruí-los e/ou dominá-los fisicamente.¹⁰⁶

¹⁰⁴ COIMBRA, Cecília Maria Bouças; PASSOS, E.; BARROS, R. B. Direitos Humanos no Brasil e o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. In: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BARROS, R. B. (org). **Clínica e Política**. Rio de Janeiro: Ed. Te Cora, 2002. p. 2.

¹⁰⁵ “A Anistia da ‘conciliação nacional’ de Figueiredo abriu caminho para que nenhum torturador fosse julgado e os crimes do Estado esquecidos, ou jamais conhecidos. Foi um lance decisivo na engenharia política, permitindo que o governo ‘conseguisse avançar definitivamente na passagem da distensão para a abertura’, mas garantindo controle político”. In: MACIEL, 2004, op. cit., p. 205. Ao que complementa Carla Silva ao afirmar: “O que não se questiona (sobre a Lei da Anistia) é que foi feita uma medida com vistas a um acerto de contas imediato com a realidade da repressão”. In: SILVA, op. cit., p. 358.

¹⁰⁶ COLLING, op. cit., p. 79.

Os agentes da repressão agiam alicerçados na extrema violência e em espaços físicos clandestinos. Existiam instituições paramilitares, instaladas em imóveis residenciais, em bairros suburbanos nas cidades, livres de suspeita, aparentemente casas familiares, além dos órgãos do Exército (quartéis) e na Marinha. Nestes locais era montado um aparato utilizado para executar os horrores da tortura. Estes espaços estavam distantes dos sistemas de proteção e justiça legal do país. Como alude Tomazoni: *“A tortura foi institucionalizada em nosso país, passando a ser um ‘método científico’. Eram ministradas aulas a respeito e os interrogados passaram a ser usados como cobaias, instrumentos de demonstrações práticas desse sistema”*.^{107 108}

Além de torturas, durante a ditadura no Brasil foram bastante comuns as práticas de violência sexual e de execuções sumárias¹⁰⁹. O intuito das organizações criminosas “legalmente” a serviço do Estado – Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Operação Bandeirantes (OBAN), dentre outras¹¹⁰ – ou entre as ditaduras do Cone Sul – caso da “Operação Condor” entre as décadas de 1970 e 80 – era ir além da obtenção de informações, desejavam impor a força, o medo e apresentar o extermínio das pessoas que ousavam opor-se ao regime.¹¹¹

Neste sentido, segundo Cecília Coimbra: *“Mantinha-se o poder nas mãos dos conservadores preservando-se a impunidade e esquecendo-se de toda nossa história recente”*. Tanto que, ainda nos anos 1980, foi construída uma efetiva campanha nos meios de comunicação de massa associando o aumento da criminalidade com o fim do regime ditatorial: *“A abertura dos debates acerca dos direitos humanos no início da década de 80 é, assim, acompanhada por um discurso conservador e, paradoxalmente, contra os direitos*

¹⁰⁷ Para articularmos com o foco desta pesquisa, o cinema brasileiro explorou em alguns filmes a representação de cenas de violações/violências cometidas pelo regime ou, mais especificamente, de sessões de tortura, utilizando maior ou menor dramaticidade nestas cenas: são os casos de “Paula, a história de uma subversiva” (1980), de Francisco Ramalho Jr., “Pra Frente, Brasil” (1982), de Roberto Farias, “Zuzu Angel” (2006), de Sérgio Rezende e “Batismo de Sangue (2007), de Helvécio Rattton. Sobre as reflexões entre cinema e ditadura no Brasil ver, por exemplo, as produções acadêmicas de Ismail Xavier (2001), Alcides Freire Ramos (2002), Helena Stigger e Carlos Gebase (2012) e Caroline Gomes Leme (2013)

¹⁰⁸ TOMAZONI, Larissa. A mulher na ditadura militar: uma análise das limitações e consequências da participação política feminina. **Cadernos da Escola de Direito**, Curitiba, v. 22, n. 1, jan/jun 2015, p. 45. Semestral. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/3053>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

¹⁰⁹ PADRÓS, op. cit.

¹¹⁰ RIDENTI, op. cit.

¹¹¹ *“Tempos de estado de exceção, de ditadura, de repressão, de pena de morte, de assassinatos e perseguições políticas explícitas”* In: ROSA, op. cit., p. 19.

humanos”¹¹². Diante deste cenário, em 1985, foi criado o Grupo Tortura Nunca Mais, cuja primeira sede foi no Rio de Janeiro.¹¹³

Grupo que tem sido um importante vetor institucional de denúncias contra as violências e violações de direitos cometidas pelo (ou contando com a conivência de agentes do) Estado. A partir da década de 1990, tem ramificado seus projetos e ações para os estados de São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia, Alagoas e Paraná¹¹⁴. De acordo com Coimbra:

Falar desse movimento, fundado por ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos políticos e cidadãos que se indignam com a prática cotidiana e banalizada da tortura, é falar de questões que continuam sendo colocadas para “debaixo do tapete” por diferentes governos civis, “eleitos” nas urnas. É falar do comprometimento e convivência com a ditadura militar (1964-1985) de todos esses governos que, desde 1985 – com a chamada “Nova República” – substituíram os militares. É falar dos desaparecidos políticos – figura perversa inventada pela ditadura brasileira, nos anos 70, exportada para os demais regimes de força latino-americanos – que a até hoje não tiveram seus restos mortais entregues a seus familiares e amigos.¹¹⁵

Os GTNM’s trabalham no intuito de elucidar a conjuntura em que centenas de pessoas que se opunham ao regime militar, foram mortas, desaparecidas e/ou assassinadas entre 1964 a 1985, mas indo além deste período ao acompanhar de perto situações de violência envolvendo tanto as mulheres, quanto populações de periferia (majoritariamente negras e pobres)¹¹⁶. Fomentam investigações e esclarecimentos das violações cometidas em nome da “ordem” ou da “segurança nacional”, batalhando pela memória de uma história recente do nosso país. História essa que vem sendo negada sistematicamente pelo Estado.

Em suas linhas de trabalho, também investigam casos de desaparecimentos, e junto a outras organizações que lutam por direitos humanos, fizeram um levantamento que aponta cerca de 250 militantes políticos brasileiros que desapareceram no país. Segundo Cecília Coimbra: *“De 1964 até 1972 foram 47 os desaparecidos; somente em 1973 e 1974*

¹¹² COIMBRA et. al., op. cit., p. 3.

¹¹³ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

¹¹⁴ ARAUJO, Maria do Amparo Almeida et. al. (org.). **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. 444 p. Disponível em: www.dhnet.org.br. Acesso em: 20 set. 2019.

¹¹⁵ COIMBRA et. al., op. cit., p. 4.

¹¹⁶ Esta perspectiva analisada no capítulo envolvendo o documentário “Memória para uso diário”.

desapareceram 87 opositores. Somente na Guerrilha do Araguaia – cuja ação repressiva foi extremamente violenta – temos 69 desaparecidos”.¹¹⁷

No entanto, a mesma autora ressalta que estes números podem não contemplar todos os casos, pois ainda há muita falta de informação, e pode acontecer de casos que não chegaram ao conhecimento dos grupos defensores dos direitos humanos. De acordo com Coimbra:

O desaparecimento de pessoas – ocultação de seus restos mortais e circunstâncias em que se deram suas mortes – tem se caracterizado por ser uma das mais perversas práticas de tortura sobre seus familiares e amigos, pois para a “história oficial” essas pessoas estão vivas e para as autoridades são “foragidas” da justiça. Ou seja, apesar de terem sido seqüestradas, torturadas e assassinadas pelos órgãos de repressão, as autoridades governamentais jamais assumiram suas prisões ou mortes oficialmente.¹¹⁸

Combatem para que seja escrita de outro modo a “história dos vencidos”, que não estão (ou podem não constar) nas narrativas históricas oficiais (Estado) e lançam a reflexão sobre qual “*memória histórica vem sendo construída em nosso país*”, pois, de acordo com Coimbra, “*A história ‘oficial’ tem construído desconhecimentos sobre os embates ocorridos em nosso país, como se os ‘vencidos’ não tivessem estado presentes no cenário político, apagando até mesmo seus projetos e utopias*”.¹¹⁹

Coimbra nos diz ainda, em outro texto, que existem diversas maneiras de contar a história de um país, diante desta concepção, a autora debate sobre a “ótica dos vencidos”, que é:

[...] é aquela forjada pelas práticas dos movimentos populares, nas suas lutas, no seu cotidiano, nas suas resistências e na sua teimosia em produzir outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outras percepções. Práticas que recusam as normas pré-estabelecidas, e que procuram de certa forma construir outros modos de subjetividade, outros modos de relação com o outro, outros modos de produção, outros modos de criatividade.¹²⁰

Diante da importância que as memórias sob a ótica dos “vencidos” têm na construção histórica do país, inúmeros movimentos e entidades como o GTNM/RJ lutam pelo resgate das lembranças dos mortos e desaparecidos políticos da ditadura civil-militar. Segundo Marilena

¹¹⁷ COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Produzindo esquecimento**: histórias negadas. 1999, pp. 14-15. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

¹¹⁸ Ibidem, p. 15.

¹¹⁹ COIMBRA et. al., op. cit., p. 4.

¹²⁰ COIMBRA, **Produzindo esquecimento**..., op. cit., p. 1.

Chauí é preciso uma: “[...] *desconstrução da memória, desvendando não só o modo como o vencedor produziu a representação de sua vitória, mas sobretudo, como a própria prática dos vencidos participou desta construção*”.¹²¹

A edificação de uma memória “oficial”, significa uma prática que as frações de classes dominantes traçam com o intuito de hegemonizar sua visão (deformada e deformadora) dos fatos e anular os vestígios históricos que grupos de oposição (as esquerdas) deixaram/deixam ao longo do tempo, nas mais diversas experiências relacionadas a resistência e luta contra o legado nefasto da ditadura.

Falando sobre a relação entre memória e esquecimento na história das ditaduras cívico-militares de Segurança Nacional no Cone Sul, com ênfase no caso dos desaparecidos políticos, Enrique Padrós aponta para uma questão preocupante:

[...] A história recente da região coloca frente a frente o binário memória – desmemória. Em detrimento do debate sobre os direitos humanos, da guerra suja, da tortura, do extermínio e dos desaparecimentos, a “história oficial” resultante, de forma geral, tentou justificar a atitude de indução da desmemória. Este é um conceito que pode expressar o esquecimento do pouco que se conhece sobre certos aspectos do período assim como o produto da não-informação sobre responsabilidades e crimes cometidos na lógica do terror de Estado. Em ambos os casos conformam-se, como decorrência, uma espécie de anestesiamento político e de amnésia demarcadoras de impunidade.^{122 123}

Neste sentido, é inegável que as formas de resistência e luta emergidas no Brasil e em outros países do Cone Sul no âmbito do combate às atrocidades praticadas pela ditadura têm representado uma verdadeira “batalha pela memória” (o que inclui a verdade histórica) contra a histórica impunidade.

Mais recentemente, tivemos a experiência – em parte, malograda – da “Comissão Nacional da Verdade”, instituída em 2012 no governo de Dilma Rousseff, e suas congêneres

¹²¹ Ibidem., p. 2.

¹²² PADRÓS, Enrique S. A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional. **Tempos Históricos**, v.10, 1º sem. 2007, p. 115. Em outro texto, Padrós analisou outras dificuldades em realizar pesquisas históricas no tempo presente sobre as atrocidades cometidas pelas ditaduras no Cone Sul: “No caso das Ditaduras de Segurança Nacional, o fator inconclusão está relacionado, principalmente, às dificuldades já apresentadas sobre a acessibilidade das fontes oficiais assim como ao tempo necessário para que certos ‘testemunhos vivos’ venham publicamente a se pronunciar, sejam eles vítimas ou repressores [...] Há consciência sobre a falta de informação em relação a aspectos pontuais e a questões individuais que se ressentem da falta de esclarecimento, inclusive dos governos posteriores às ditaduras. O silêncio institucional constrange os fundamentos básicos da democracia ao gerar impunidade e reforçar a sensação negativa de persistência da corrupção e do medo estrutural de uma sociedade onde o funcionamento da justiça parece não ter, como objetivo básico, a proteção dos cidadãos nem o tratamento igualitário destes diante da lei” In: PADRÓS, Enrique S. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009, p. 34.

¹²³ PADRÓS, **Os desafios na produção do conhecimento histórico...**, op. cit., p. 1.

estaduais, a contar de 2013-2014, trazendo para o banco dos réus uma lista de agentes da repressão envolvidos em casos concretos de violência e tortura, como Paulo Malhões e Carlos Alberto Brilhante Ustra, bem como o depoimento de ex-militantes vítimas de torturas¹²⁴, com o objetivo de reunir provas cabais de participação do Estado como agente institucionalizador de atrocidades cometidas durante o regime ditatorial.

Após esta contextualização histórica e historiográfica sobre o golpe e a ditadura civil-militar no Brasil, concebemos ser importante abordar os mais de 50 anos do Golpe de 1964.

Conforme Sá Mota, Reis, Ridenti, o cinquentenário do Golpe apresenta circunstâncias favoráveis para investigações com um certo distanciamento dos acontecimentos. Este afastamento no tempo permite obter um prisma crítico e menos impulsivo, mesmo que haja um forte interesse “politicamente e compromissado” com o repúdio as ações violentas e ao autoritarismo.¹²⁵ Apesar desse decurso temporal, as temáticas referente à ditadura permanecem na contemporaneidade, muitas dessas particularidades segue presentes como um legado questionando e perdurando à expectativa de elucidações satisfatórias:

[...] o autoritarismo que continua a impregnar certas relações sociais; a democratização incompleta do Estado e da sociedade, parte dela ainda incapaz de exercer a cidadania plena; os níveis elevados de violência social e policial que nos assolam; as desigualdades sociais (de renda, educação, acesso à Justiça) extremas que ainda caracterizam a paisagem brasileira.¹²⁶

Tais problemas não podem ser atribuídos exclusivamente a ditadura civil-militar, estas estruturas estão presentes na sociedade há muitos anos, sendo assim, um lapso imputar à ditadura a responsabilidade exclusiva de precursora de tais problemas. Entretanto, após o golpe de 1964, houve um agravamento e interrupção de processos políticos com possibilidades de enfrentamento de diversas questões citadas, pois naquele momento histórico existia uma mobilização popular organizando-se e exigindo maior participação política e

¹²⁴ No Estado do Paraná, por exemplo, foi criada em 2014 a Comissão Estadual da Verdade, com o objetivo de colher depoimentos de ex-militantes de esquerda ligados a organizações de luta armada (Grupo dos 11, VPR, VAR-Palmares) e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) sobre suas experiências de militância, mas também de violência e tortura sofridas. Tais depoimentos foram reunidos em um livro: SILVA, Carla L. & BATISTA, Alfredo (orgs.). *Combatentes: tempos de falar – depoimentos da Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Paraná*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2016. Ver também: PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* São Paulo: Alameda, 2019.

¹²⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). *A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 5.

¹²⁶ Idem., p. 5.

social. Além destes elementos, a implantação do regime ditatorial favoreceu um agravamento significativo das “desigualdades estruturais da sociedade brasileira”.¹²⁷

A hodiernidade do regime ditatorial é efeito também do “impacto duradouro”, por consequência, até o presente perceptível entre nós. Segundo Sá Mota, Reis e Ridenti:

Os militares brasileiros e seus aliados civis lograram deslanchar um processo de modernização que implicou mudanças importantes na infraestrutura do país, com repercussões principalmente na economia, nas comunicações, no aparato tecnológico e científico, na indústria cultural, entre outros.¹²⁸

Este projeto “modernizador” costurou uma relação muito próxima com a “conservação e a consolidação dos pilares tradicionais da ordem social”, da qual o alicerce está baseado em uma supressão de uma fração da classe subordinada e a agregação de maneira subjugada de alguns segmentos populares mais afortunados. Tal “modernização conservadora”, com características fortemente autoritárias, teve como protagonistas no comando a “tecnocracia civil e militar”. A narrativa destes autores refere-se às mudanças ocorridas pós Golpe de 1964, modificações implantadas de maneira autoritária, com propósito de manter as estruturas da ordem determinada, assegurando dessa maneira, “*a continuidade, em novos termos, da velha combinação entre ‘moderno’ e ‘arcaico’ que marca a sociedade brasileira*”.¹²⁹

Para Mariana Joffily, os 50 anos do Golpe de 1964 ocorreram num contexto de tenso debate público acerca de “um conjunto de políticas de memória”, cujo vetor principal fora os trabalhos da CNV (Comissão Nacional da Verdade). O período marca uma considerável contraposição “entre os setores da esquerda e direita”, em consequência das consecutivas gestões do Partido dos Trabalhadores, uma maior multiplicidade de vozes e protagonistas, e a concorrência eleitoral para a presidência da República. Foi um ano de muitos debates acadêmicos, uma ampliação significativa das temáticas do período ditatorial, gerando uma abundante construção de narrativas sobre 1964.¹³⁰

Além disso, segundo Caio de Navarro de Toledo, é importante pensarmos que, mesmo transcorridos cinquenta anos, não foi edificada uma exclusiva “obra cultural” expressiva, dentre elas – “*na historiografia, na literatura, no cinema, no teatro, na música popular etc.*”

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Ibidem., p. 5.

¹²⁹ Ibidem.

¹³⁰ JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Revista Tempo e Argumento**, Universidade do Estado de Santa Catarina, v. 10, n. 23, p. 204-251, 20 abr. 2018. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180310232018204>.

- que defendesse ou reconhecesse a “ação golpista... ou o regime militar de 1964”. No entanto, em contrapartida, constam inúmeras obras com respaldo artístico e intelectual, nos mais diversos campos da construção cultural brasileira, que “*denunciam o golpe contra a democracia e repudiam a ditadura militar*”. Apesar de haver em nossa sociedade um predomínio de uma cultura política de representações democráticas, não podemos idealizar uma ilusão sobre a dimensão dessa “‘vitória’ ideológica e cultural”; pois ainda temos um insuficiente conhecimento sobre o período ditatorial no país, e ausência de debates públicos sobre o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar instalada. O autor avança em sua concepção, ao afirmar que a democracia vivenciada no país ainda não alcançou sua plenitude, em virtude de não ter sepultado de maneira definitiva a ditadura implantada após o golpe de 1964. Resquícios de um legado ditatorial, ainda estão presentes em instituições e dispositivos sociais herdados do regime, conseqüentemente, muitos efeitos permanecem sendo sentidos na vida social contemporânea. Enfim, a memória da ditadura – para considerável proporção da sociedade brasileira – é considerada “frágil, imprecisa e lacunar”.¹³¹

Uma questão de suma importância que é fomentada na narrativa de Toledo é a seguinte: “*Quem ou quais setores da sociedade civil brasileira têm se mobilizado para denunciar os crimes e os arbítrios da ditadura militar?*”. A partir desta questão, compreendemos o quão importante representa as lutas de ex-militantes e familiares de mortos e desaparecidos políticos da ditadura civil-militar. São estas pessoas que trilham uma busca por verdade e justiça por anos, e a cada “(des)comemoração” do golpe de 1964, reforçam suas lutas perante a sociedade civil. Sendo assim, na ausência de mobilização popular, na inexistência de um profuso debate público e a falta de espaços de memória e “museus públicos” sobre a ditadura no país, o que resta entre a sociedade civil, é, muitas vezes, “o silêncio e a cultura do esquecimento”.¹³²

Neste decorrer de século XXI, a participação efetiva de movimentos, entidades e grupos – como o “Tortura Nunca Mais” – continuam persistentes na resistência e luta contra o legado da ditadura, especialmente num contexto de ascensão e fortalecimento de governos de extrema-direita no Brasil e no exterior. No Brasil, em particular, ainda é sintomático os inúmeros casos envolvendo sujeitos em situações de alto risco – pobres, negros, mulheres,

¹³¹ TOLEDO, 1964: visões críticas do golpe, op. cit., p. 10.

¹³² Idem., p. 11.

homossexuais – que permanecem sendo alvos de violência, repressão e violação de direitos humanos.

Daí a necessidade premente de desdobrarmos uma outra “batalha pela memória”: aquela identificada com a participação das mulheres e sua militância política nos movimentos de resistência e luta contra a ditadura, o fato de tornarem-se alvos específicos (e, por vezes, prediletos) dos agentes da repressão e como elas procuraram se re/organizar no contexto de transição democrática do país. É o que veremos a seguir.

1.2. Mulheres e militância contra a ditadura: uma história de repressão e oposição

No dia 14 de março de 2018, uma outra “batalha pela memória” foi re/acendida na sociedade brasileira, demarcando as faces perversas e não rompidas da experiência ditatorial no país, mas bastante sintonizadas com o que trabalhamos no tópico anterior.

Marielle Franco, então vereadora pelo PSOL, e o motorista do veículo onde ela estava, Anderson Pedro Gomes, foram brutalmente assassinados a tiros no bairro do Estácio, Região Central do Rio de Janeiro, após Marielle ter participado de um evento chamado “*Jovens Negras Movendo as Estruturas*”, na Lapa.

Moradora de periferia, militante negra, homossexual e feminista, Marielle tornou-se nos últimos anos uma das principais denunciadoras na Câmara Municipal tanto dos altos índices de violência contra mulheres¹³³ (especialmente negras, pobres e lésbicas), quanto os esquemas de “territorialização” do poder e de poder dos territórios nas áreas de periferia do Rio envolvendo políticos (parlamentares)¹³⁴, empresários e agentes da polícia civil e militar – conhecidos hoje como “milicianos”.¹³⁵

¹³³ Segundo uma recente pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde, revelou que uma mulher é agredida a cada 4 minutos no país. Uma reportagem, feita pela “Fórum”, apresenta dados bastante alarmantes, a partir da informação anterior: “*Esse número conta apenas as que sobrevivem às agressões, já que as taxas de feminicídio levam outra categorização. Ainda, no ano passado, foram registrados mais de 145 mil casos de violência física, sexual, psicológica e de outros tipos em que as vítimas sobreviveram*”. Ver: “Violência contra a mulher não para de crescer no Brasil e números repercutem nas redes”. **Revista Fórum**, 09 de setembro de 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/violencia-contra-a-mullher-nao-para-de-crescer-no-brasil-e-numeros-repercutem-nas-redes/>

¹³⁴ Incluindo aí membros da família Bolsonaro – caso do seu filho Carlos Bolsonaro (vereador pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro) e o próprio pai, Jair, atual Presidente da República.

¹³⁵ “Caso Marielle Franco: enquanto não souber quem mandou matar, o medo não passa, diz ex-chefe de gabinete da vereadora”. **BBC News Brasil**, 12 de março de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47530607>

O caso Marielle já possui vários capítulos e a luta pela prisão dos mandantes e por justiça social continua a circular em diferentes espaços – Ministério Público do Rio de Janeiro, tribunais, mídia corporativa, redes sociais, universidades, rodas de conversa, atos nas ruas e até na Comissão de Direitos Humanos da ONU.¹³⁶

Em setembro de 2018, uma marcha histórica encabeçada pelo movimento feminista tomou as ruas de várias cidades no Brasil, não apenas posicionando-se contra as posições racistas, sexistas, misóginas e truculentas do candidato de extrema-direita (o movimento autodenominara-se “#Elenão”), mas também denunciar os seis meses do assassinato de Marielle e exigindo uma resposta imediata do Estado brasileiro. Mas, até o presente momento, muito pouco se avançou no caso e, pior, existem denúncias de corrupção na Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro.¹³⁷

As pesquisas historiográficas que analisam criticamente o nefasto legado deixado pela ditadura e, por seu turno, aquelas debruçadas sobre o lugar da militância feminina neste viés crítico ao regime, têm um papel importantíssimo no combate tanto a emergência de um revisionismo historiográfico nas últimas décadas, quanto aos recentes ataques de organismos privados de hegemonia burguesa (jornais, redes sociais, entidades empresariais, milícias, certas comunidades religiosas) e do próprio Estado, organizados em torno da chamada “nova direita” no país.

Sabemos o quanto as mulheres ainda são consideradas alvos de preconceito, repressão e violência. Mas também batalham em nome do seu protagonismo histórico e lutam por igualdade de direitos e mais democracia. No presente tópico vamos analisar a temática da luta das mulheres e da militância política na (e contra a) ditadura no Brasil. O objetivo será o de retratar o lugar das mulheres militantes que lutaram contra o regime estabelecido entre 1964 e 1985 face aos modos, práticas e ações do aparelho repressivo do Estado e também as formas de resistência e luta construídas por elas (ou com participação delas) no processo de transição democrática do país.

Sobre a participação militante das mulheres durante a ditadura civil-militar no Brasil, há algumas obscuridades que não foram descortinadas sobre estas protagonistas. Falamos em “protagonismo feminino” neste período em particular, pois nos deparamos com fontes que

¹³⁶ “O assassinato de Marielle Franco no radar da ONU”. *El País* (Brasil), 18 de março de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/18/opinion/1521399707_091965.html

¹³⁷ Enquanto, o próprio Presidente da República continua a escarnecer e a querer dar pouca importância ao caso. Ver: “Bolsonaro sobre caso Marielle: ‘outras acusações virão’”. In: *Conversa Afiada*, 13 de dezembro de 2019.

consideramos ser concretas para análise, pois contradizem questões divulgadas sobre a ditadura brasileira, inclusive em relação à participação delas nos movimentos e organizações de resistência e de luta armada. Primeiramente, verificamos que o padrão de análise sobre as mulheres militantes não contemplava a totalidade dos pensamentos e ações femininas na sociedade brasileira da época.¹³⁸

É possível afirmar que parte significativa das mulheres não se contentaram com o “isolamento” nos espaços privados, desempenhando papéis sociais destinados exclusivamente a elas: a mulher do “lar”, a mãe dedicada exclusivamente à família, a submissa ao marido, a que deveria se comportar de acordo com a moral e os bons costumes pregados pela igreja etc. Revelar as mulheres protagonistas da luta contra a ditadura, demonstra historicamente que elas romperam com a atuação quase exclusiva nos espaços privados, seu descontentamento com as regras impostas.

Nas palavras de Ana Maria Colling: *“Neste sentido a história da representação durante o período da ditadura militar é uma história de homens. A mulher militante política não é encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder”*.¹³⁹ E complementa: *“Falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que elas estiveram presentes, mas é reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos”*.¹⁴⁰ Que situações particulares foram vivenciadas por elas nos movimentos de resistência? O que significava “ser” mulher diante dos agentes da repressão? Como elas se organizaram para enfrentar as agruras do regime?

A ditadura civil-militar serviu-se da repressão violenta contra homens e mulheres que ousaram se impor contra o regime, exigindo a igualdade de direitos e a construção de um país democrático. Muitos foram mortos em decorrência do ideal que defendiam. Desta maneira, Teles caracteriza a militância feminina:

Elas tiveram que romper barreiras criadas em diversos espaços: da família, da religião, do mercado de trabalho, da escola, da sociedade em geral, do aparato

¹³⁸ É necessário deixar claro que ao falarmos em “mulheres militantes”, estamos nos referindo àquelas que entraram para as fileiras da luta no espectro das esquerdas no Brasil, seja em organizações de luta armada, seja em partidos ou movimentos sociais. Vale lembrar que, no contexto do Golpe de 1964 e além, existiu uma entidade de classe liderada por mulheres da burguesia empresarial (com apoio de setores médios), reunidas na CAMDE, “Campanha da Mulher pela Democracia”. Sobre este assunto ler: CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009; SOUSA, Reginaldo C. Associativismo feminino e participação política: um estudo sobre as bases sociais de apoio à ditadura militar em Curitiba (1964-1985) In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, nº 65, pp. 390-412, set.-dez. de 2018.

¹³⁹ COLLING, op. cit., p. 2.

¹⁴⁰ Idem., p. 2

estatal repressivo e destruidor e, muitas vezes, tiveram que enfrentar os próprios grupos de esquerda que não acreditavam na sua capacidade de resistir, lutar e decidir os rumos políticos da luta.¹⁴¹

Na perspectiva de Teles, as mulheres envolvidas com a militância política não apenas lutavam contra as barbaridades da ditadura, como também buscavam provocar descontinuidades com os padrões culturais estabelecidos, enfrentando um grande desafio nos diversos espaços de sociabilidade e mesmo naqueles onde tais espaços foram bastante restringidos ou negados (clandestinidade).

Ao ingressarem, por exemplo, na oposição ao regime ditatorial aquelas que entraram para organizações de luta armada, como Helenira Rezende Nazareth¹⁴², Maria Auxiliadora Lara Barcelos¹⁴³ e Iara Iavelberg¹⁴⁴ (e outras mulheres militantes cujas trajetórias de luta resultaram em assassinatos ou morte por traumas psicológicos) ou Amélia de Almeida Teles¹⁴⁵ e, sua irmã, Criméia de Almeida¹⁴⁶ necessitaram impor seu protagonismo e vontades de mudança, provar que seus argumentos eram válidos para participar em projetos ou

¹⁴¹ TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. *Ridh*, Bauru, v.2, n.2, p.9-18, jun. 2014. Mensal. Disponível em: <https://www.3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/17397>. Acesso em: 14 dez. 2018. p. 13.

¹⁴² Helenira foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e esteve na Guerrilha do Araguaia, tendo sido assassinada durante a operação militar na região do Araguaia (possivelmente no Pará) em setembro de 1972. É considerada uma “desaparecida política”. In: <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/helenira-rezende-de-souza-nazareth/>. Acesso: 10.12.2019. Outra menção sobre Helenira será feita no capítulo 2, quando analisaremos o documentário “Em busca de Iara”.

¹⁴³ Maria Auxiliadora foi militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), tendo sido presa e brutalmente torturada em novembro de 1969. Participou da operação de sequestro de Giovanni Bucher, embaixador suíço no Brasil, e entrou na lista de 70 presos políticos banidos para o Chile. Migrada para a então Alemanha Oriental na década de 1970, “Dora” foi internada em clínica psiquiátrica e “suicidou-se” em 1976. In: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/maria-auxiliadora-lara-barcelos/>. Acesso: 10.12.2019.

¹⁴⁴ Iara foi militante na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), na VAR-Palmares e, finalmente, no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) – junto com Carlos Lamarca, seu companheiro. Foi assassinada, em 1971, numa operação da polícia militar (“Operação Pajussara”). Sobre Iara, falaremos mais no capítulo 2. In: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/iara-iavelberg/>. Acesso: 10.12.2019.

¹⁴⁵ Amelinha foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tendo sido presa em dezembro de 1972, numa das ações repressivas da Operação Bandeirantes (Oban) e levada ao DOI-Codi. Ai foi submetida a sessões de torturas comandadas por Carlos Alberto Brilhante Ustra, à época então comandante do DOI-Codi de São Paulo. In: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/maria-amelia-de-almeida-teles/>. Acesso: 10.12.2019.

¹⁴⁶ Criméia foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Participou da luta contra a ditadura como membro da Guerrilha do Araguaia, responsável pela comunicação entre os guerrilheiros e as lideranças do PC do B. Durante o Congresso de Ibiúna (SP), em 1968, foi presa pela Operação Bandeirante (Oban) e levada ao DOI-Codi, tendo sido torturada quando estava grávida de sete meses. In: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/crimeia-de-almeida/>. Acesso: 10.12.2019.

operações de enfrentamento, além de encarar as situações de subestimação de seus próprios companheiros de organização por terem coragem de pegar em armas.¹⁴⁷

Por outro lado, muitas delas foram classificadas – em cartazes nas ruas, páginas de jornal, noticiários televisivos – como ameaças eminentes para a sociedade. Para os agentes da repressão essas mulheres eram um risco, entendiam que elas estavam mais determinadas que os homens, pois tinham a intenção de competir com o masculino. Amelinha Teles – presa política seviciada e torturada (na frente de seus filhos) – aponta qual o olhar diante de mulheres envolvidas com a luta armada e projetos revolucionários: *“A repressão tratou as mulheres como muito perigosas, pois elas queriam ‘superar os homens’, eram consideradas promiscuas porque eram capazes de abandonar seu ‘papel social’ a ponto de aspirar ao poder político e participar da luta armada”*.¹⁴⁸

Perigosas por estarem atuando nos espaços públicos, destinados aos homens, dessa forma, a concepção que prevalecia era intenção feminina de superar limites colocados por uma sociedade historicamente patriarcal e capitalista. Estas questões apontam o quão necessário à punição das mulheres, desejando colocá-la em seu devido lugar, no espaço de submissão, de esposa e nos espaços privados, reforçando a culpa que elas deveriam ter por estarem fora dos lugares privados e padrões estabelecidos. A mudança de perspectivas trouxe um sentimento de coragem e de enfrentamento contra o governo. Em outro texto, Teles afirma:

No Brasil, durante a ditadura militar, as mulheres representaram o segmento da população que mais teve mudanças nas suas relações sociais, no trabalho, na família, nas relações com os homens e nas questões políticas. Isto trouxe mudanças no seu comportamento e na sua subjetividade, possibilitando a inserção de novos valores e novas perspectivas.¹⁴⁹

A ditadura trouxe a diversos indivíduos, não exclusivamente ela, a coragem de se impor diante das arbitrariedades do Estado, ferindo um dos princípios importantíssimos ao ser

¹⁴⁷ JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança equilibrista**: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2005. 170 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3337>>. Acesso em: 31 jan. 2020; MERLINO, Tatiana & OJEDA, Igor (orgs.). **Direito à memória e à verdade**: substantivo feminino. São Paulo: Caros Amigos, 2010; CONRADI, Carla Cristina. **"Memórias do sótão"**: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). 266 f. Tese (Doutorado - História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

¹⁴⁸ TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. In: **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, Dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000301001&lng=en&nrm=iso>.

¹⁴⁹ TELES, op. cit., p. 13.

humano, a sua liberdade. A partir desse momento, o plano era resistir, se opor ao que estava sendo arquitetado e implantado no país.

Em entrevista a revista on-line do “Instituto Humanitas Unisinos”, Cristina Scheibe Wolff trouxe importantes reflexões sobre o papel e mudanças das mulheres pré, durante e pós período da ditadura civil-militar. De acordo com a pesquisadora:

Na época do Golpe de 1964, as mulheres estavam vivendo um momento de grandes transformações com relação ao que se esperava delas na sociedade e às suas possibilidades de atuação profissional e política. No mundo ocidental, a Segunda Guerra Mundial tornou necessário o trabalho de muitas mulheres em campos de atuação até então tidos como masculinos e, com a volta dos soldados nos países atingidos pela guerra, muitas delas foram mandadas “de volta para casa”. Mas essa volta não foi assim tão fácil. Então, apesar de se esperar que as mulheres, nesse período, se limitassem às tarefas domésticas e tivessem participação pequena nos eventos públicos, na década de 1960 já havia muitas mulheres exercendo profissões antes reservadas aos homens, frequentando universidades e fazendo política.¹⁵⁰

Na passagem acima, a autora ressalta a presença das mulheres no mercado de trabalho no Brasil e no exterior entre os anos de 1945 e 1964, mostrando que elas tinham uma significativa participação, desconstruindo a ideia de que foi somente a partir dos anos 1960 que as mulheres iniciaram sua atuação em postos de trabalho.

A questão é que, de maneira gradativa, houve o reconhecimento da participação das mulheres na sociedade, mesmo que não completo, mas com uma maior visibilidade. Wolff ainda se pergunta “*no que as mulheres que participaram dos movimentos de resistência ao golpe modificaram estas identidades sociais?*”:

Neste momento dos anos 1960 e 1970, as mulheres estavam chegando às universidades massivamente, pela primeira vez na história. E muitos dos movimentos de resistência à ditadura se desenvolveram e recrutaram seus militantes, em grande parte, justamente no movimento estudantil. Assim, nestas organizações clandestinas, geralmente com orientação ideológica de esquerda, as mulheres tiveram espaço. Elas assumiam tarefas diversas, como a comunicação, esconder pessoas, a manutenção das células ou aparelhos (que eram casas ou apartamentos em que um grupo de militantes morava, fazia reuniões, imprimia folhetos e jornais, etc.). Além disso, nos grupos armados, algumas delas chegaram a ter treinamento militar, participar ativamente de ações armadas e assumir papéis de liderança. Elas também tiveram papel preponderante nas organizações que, já nos anos 1970, passaram a denunciar as atrocidades que estavam sendo cometidas pelos militares, policiais e alguns civis contra os e as militantes das organizações e partidos de esquerda, como sequestro, tortura, assassinato e sequestro de filhos.¹⁵¹

¹⁵⁰ WOLFF, Cristina. O golpe de 1964 e a luta feminina por espaço na memória. **Instituto Humanitas Unisinos**. Entrevista com a autora. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/529997-a-luta-feminina-por-espaco-namemoria>. Acesso em: 12 fev. 2019.

¹⁵¹ Ibidem., 2014.

A participação ativa nos diversos movimentos, desde a denúncia de atrocidades ou busca por justiça, trouxe um olhar protagonista na “cena política e de forma coletiva”, promovendo um amplo processo de debate sobre questionamentos internos e externos relacionados a participação social e político no país. Neste sentido, Tomazoni desvela a construção do regime ditatorial sobre as mulheres militantes:

Ao construir o sujeito político feminino, este é descrito como um ser desviante e não político. Quando aparecem em documentos oficiais é porque são filhas, irmãs, esposas ou amantes dos homens procurados. Elas não teriam vontade própria e estavam na militância por outros motivos que não a política, como por exemplo, à procura de homens.¹⁵²

Ser mulher e opor-se ao regime era um desvio de alta gravidade aos aparelhos de repressão. Mulheres que ousaram entrar na luta eram vistas como fortes opositoras e transgressoras dos padrões femininos que lhes era imputado.

Diante destas mulheres que lutavam contra o cerceamento de direitos, os agentes da repressão as classificaram como mulheres “fáceis” e “comunistas”, representadas de forma promíscua, fora do padrão normal, não desejável. Algumas historiadoras que pesquisaram o tema, afirmaram que era comum entre delegados, policiais, militares a utilização do termo “*puta comunista*” para designar as mulheres que militaram ou se opunham frontalmente contra a ditadura¹⁵³. Segundo Ana Colling:

Para a repressão, a mulher militante será definida sempre como – puta comunista. É Simone que afirma (*depoente*): “*elas usam uma expressão que é constante, elas não usam o teu nome, elas usam sempre – puta comunista*”. A imagem da mulher como anjo ou demônio está muito presente. O anjo corporificado em Maria, pura e santa, é a mulher tradicional, a mãe assexuada, restrita ao mundo privado do lar; e o demônio é corporificado em Eva, que levou o primeiro homem ao pecado, portanto desviante e corrompedora, sexuada e sedutora. É neste segundo modelo que se enquadra a militante comunista.¹⁵⁴

Deste modo, as mulheres que ousaram lutar contra o regime ditatorial foram tratadas de maneira particular pelos agentes da repressão. Verificamos alguns elementos evidenciados nos documentos que registraram as ações dos aparelhos de repressão, apontando indícios de tratamento específicos para sujeitos femininos.

¹⁵² TOMAZONI, op. cit., p. 42.

¹⁵³ FERREIRA, op. cit.; COLLING, op. cit.; JOFFILY, op. cit.; TELES (2015), op. cit.; CONRADI, op. cit.

¹⁵⁴ COLLING, op. cit., p. 37.

Levamos em consideração os estudos de Rosa, Colling e Teles, dentre outras, referindo-se as especificidades exploradas pela repressão sobre os sujeitos femininos nas torturas, nos registros dos agentes e na mídia. Ser mulher e militante após o golpe de 1964 era um “erro imperdoável”, para os agentes da repressão. Susel de Oliveira Rosa, por exemplo, expõe o papel das mulheres militantes a partir do conceito da repressão:

[...] para a repressão e seus agentes, as mulheres militantes encarnavam um “papel duplamente transgressor: enquanto agentes políticos (insurgindo-se contra o regime) e enquanto gênero (rompendo com o padrão vigente)”. A figura da “mãe” ou da “santa” cedia lugar rapidamente à figura da “bruxa” e da “prostituta”.¹⁵⁵

Colocadas forçosamente à margem da sociedade pela conjuntura política do país, as mulheres militantes estavam inseridas no centro da desqualificação (terroristas, putas), da perseguição (as que subvertiam os padrões) e da repressão (as “técnicas” de tortura). Nesta tarefa, o Estado atuava como legitimador institucional de ações repressivas não apenas contra grupos de esquerda¹⁵⁶, mas, numa guerra “moral”, contra mulheres de esquerda, vendo nelas uma “malignidade” personificada em seus corpos e ações.¹⁵⁷

O que associa, de certo modo, com o problema da relação delas com homens. Além da imagem desqualificadora extraída de uma interpretação bíblica – a mulher “pecadora”, “desviante”, “corrompedora” – as mulheres militantes (comunistas) eram, por vezes, representadas como coadjuvantes: amantes, esposas, filhas ou possuíam algum relacionamento (incluindo o sexual) com homens que militavam dentro das organizações de luta armada.

Difícilmente elas eram vistas (ou descritas) como tendo um comportamento próprio, autônomo e de própria vontade de acordo com o entendimento dos agentes da repressão. Por sua vez, Tomazoni acrescenta um outro viés a respeito das mulheres que combateram a ditadura:

¹⁵⁵ ROSA, op. Cit., p. 59.

¹⁵⁶ Segundo Álvaro Bianchi (2008, p. 175), citando Gramsci: “*O Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão máxima desse grupo, mas esse desenvolvimento e essa expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal (Q 13, §17, p. 1584)*”. Ou seja, o Estado não deve deixar transparecer as disputas e intenções classistas (ou interclassistas), especialmente de setores burgueses. Apropriando-se da afirmação gramsciana, podemos dizer que no trabalho de forjar consensos sobre grupos de esquerda e, em especial, de mulheres que militavam e participavam destes grupos (armados e, mesmo depois, na transição democrática) identificando-as com termos desqualificadores – putas, vagabundas, terroristas, imorais etc.

¹⁵⁷ Baseando-se nas análises historiográficas de Michele Perrot, podemos dizer que a concepção do pecado e do proibido ganhara aqui tonalidades reforçadas para descrever as mulheres que entravam na luta contra a ditadura.

As mulheres adentravam os movimentos de combate à ditadura por sua convicção política e essas organizações apareciam como um espaço aberto para a entrada de mulheres, para o questionamento das desigualdades sociais e para o debate e construção de uma nova sociedade.¹⁵⁸

De um lado, novas perspectivas abriram-se para que as mulheres pudessem ingressar nos espaços públicos e participar ativamente da vida social, política e econômica do país a contar das décadas de 1950 e 60 em diante – inclusive na defesa de igualdade social, da democracia e da libertação.

Porém, de outro, as que dedicaram parte de sua juventude na luta contra o regime narram em seus depoimentos que a oposição à ditadura significava travar uma luta contra a própria percepção de ser mulher num país atravessado historicamente pelo machismo e o patriarcalismo. Carla Conradi, em tese de doutoramento, trabalhou com fontes orais e relatou um trecho de depoimento de Cecília Barçoni sobre o “extremo machismo” do namorado, nos tempos em que era estudante universitária do curso de Jornalismo na PUC, em Curitiba, no final da década de 1960:

E a posição dele é que mulher não podia fazer, ter qualquer tipo de participação. Ele achava interessante, até gostava porque era uma pessoa inteligente, mas atuar nunca! [...] e era uma discussão que a gente tinha, eu quebrava o pau com ele, achava isso tudo um absurdo, e discutíamos muito, já tinha uma consciência ainda que muito desorganizada, digamos assim, do papel da mulher na sociedade, né, e uma noção de liberdade de necessidade de autodeterminação de rompimento.¹⁵⁹

Houve uma construção ideológica originada na “sociedade civil” – no sentido gramsciano de organismos privados de hegemonia burguesa (CAMDE, União Cívica Feminina, propagandas de revista etc.) – enfatizando qual seria a representação da mulher ideal, bem como daquela que representava o perigo social, isto por que, em parte: “*É no campo da sociedade civil que são disseminados os valores e interesses da classe dirigente, entrelaçando-se ‘o consenso e a direção moral e intelectual do conjunto social’ [...]*”¹⁶⁰, pois, de outra parte, sabemos que tal construção fora consequência de relações tentaculares das entidades privadas das classes dominantes no interior do aparelho governamental do Estado.¹⁶¹

Para Meirelles, a esperança da militância era mostrar para a sociedade civil as atrocidades do regime ditatorial. Buscando ampliar a corrente de oposição ao regime,

¹⁵⁸ TOMAZONI, op. cit., p. 43.

¹⁵⁹ CONRADI, op. cit., p. 72.

¹⁶⁰ VASCONCELOS; SILVA & SCHMALLER, op. cit., p. 86.

¹⁶¹ DREIFUSS, op. cit.

conscientizando a população sobre o poder de mudança que a classe trabalhadora tinha para exigir um novo contexto político. Além disso, a autora afirma: “*Engajar-se politicamente, naquele momento, significava abrir mão de projetos individuais e enfrentar a permanente ameaça de cerceamento da liberdade em busca de outro projeto de sociedade*”.¹⁶²

Mesmo diante de um cenário assustador, de perseguição, medo constante, muitas mulheres ingressaram na luta contra o regime. Deixaram para trás suas vidas privadas para ingressar em uma luta maior¹⁶³. Uma luta que deixou marcas de sangue. Conforme a análise de Colling:

A opção pela militância política representava uma mudança radical no modo de vida de todas as mulheres entrevistadas. A clandestinidade, o permanente risco da prisão e da tortura, a necessidade do aperfeiçoamento teórico e o desenvolvimento de ações práticas exigiam disciplina, dedicação e sobretudo paixão.¹⁶⁴

Escolher ser militante resultava correr riscos iminentes a todo o momento, colocando sua vida em risco, por uma luta primordial para a conquista da liberdade. A convicção da prisão e tortura estava presente o tempo inteiro. A escolha por estar naquele contexto demandava muito além de convicções políticas, mas sim, uma paixão, um desejo de mudança. Outro ponto de destaque aparece em Meirelles:

Para as mulheres, tomar parte na luta contra a ditadura pressupunha não apenas o risco de estarem sujeitas à violência do aparelho repressor, mas também contrariar as expectativas relacionadas à condição feminina na sociedade dos anos 1960-70, isto é, questionar o tradicional papel feminino de dedicação ao lar e à família.¹⁶⁵

Interessante pensar essa dupla tarefa: não apenas enfrentar a “violência do aparelho repressor” do Estado, mas, também enfrentar e, no limite, mudar os paradigmas tradicionais relacionados ao papel social e sexual atribuído às mulheres por uma sociedade historicamente patriarcal e capitalista.

¹⁶² MEIRELLES, R. Da memória para a história: experiências e expectativas de mulheres subversivas na ditadura militar. **Prisma Jurídico**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 111-134, jan./jun. 2011, p. 112.

¹⁶³ No entanto, essa decisão trouxera altos custos pessoais e psicológicos. Em entrevista recente à Tatiana Merlino, Victoria Grabois – filha de Maurício Grabois, fundador do PC do B assassinado na Guerrilha do Araguaia – afirmou o seguinte: “*Vivi durante 16 anos da ditadura civil-militar do Brasil na clandestinidade. A tortura física é algo imensurável. Já conversei isso com muitas mulheres, que viveram tanto a clandestinidade, como viveram e foram torturadas e sobreviveram e viveram na cadeia, e elas diziam que a pior coisa da vida é a clandestinidade porque você tem que ser outra pessoa*” (PÚBLICA, 10/05/2019). In: <https://apublica.org/2019/05/dulce-pandolfi-fui-objeto-de-uma-aula-de-tortura/>. Acesso: 05.12.2019.

¹⁶⁴ COLLING, op. cit., p. 47.

¹⁶⁵ MEIRELLES, op. cit., p. 112.

Por outro lado, elas também entenderam que a inserção nos grupos de esquerda, seria uma maneira de participar na construção de um Brasil diferente, seja lutando por ideais/projetos socialistas e comunistas, seja na pressão pelo retorno às liberdades democráticas. De acordo com Ana Maria Colling:

A decisão de assumir a militância política em tais organizações expressa a vontade radical das mulheres de se tornarem protagonistas ativas da história. Todos os depoimentos demonstram que foi um ato de consciência, que superava o simples repúdio à ditadura militar. As mulheres militantes buscavam a construção de uma sociedade mais justa.¹⁶⁶

As mulheres igualmente desejaram participar da concretização deste projeto sonhado pela esquerda para a sociedade. Não entendemos que estes projetos de mudança foram homogêneos ou únicos, mas repleto de debates e reflexões entre os grupos de esquerda. Ao decidirem participar da luta contra o regime imposto, estas mulheres romperam com um status completamente oposto ao que era categorizado na época: ter relativa autonomia de participação em lugares predominantemente masculinos foi uma ousadia para a época.

Jovens (em sua maioria), as mulheres militantes que frequentavam os espaços universitários sabiam quais eram os objetivos de sua luta, bem como o alvo a ser combatido e, não menos importante: a necessidade do estudo, a preocupação com a formação “teórica”. Perspectiva está alicerçada no desejo de mudança, baseada nos estudos e na formação intelectual indissociável das experiências e práticas políticas no interior da esquerda (armada ou não). A respeito do quesito “liberdade”, destacamos que estar em uma organização de esquerda, já era caracterizado uma situação de risco:

Os depoimentos das mulheres entrevistadas descrevem, com o rigor de quem vivenciou uma determinada experiência, as circunstâncias em que cada uma foi feita prisioneira, bem como o tratamento recebido na prisão. Obviamente trata-se de uma violência contra um dos direitos mais elementares do ser humano: o direito à liberdade. Todas elas foram impedidas do exercício da sua liberdade e foram de alguma forma torturadas; porém, para algumas, houve um tratamento diferenciado.¹⁶⁷

A prisão se tornou algo além da ação concreta (institucionalizada), a clandestinidade era uma forma de prisão, o medo contínuo de sair nas ruas, estar em casa (aparelho), conviver com determinados grupos de pessoas etc. Os direitos políticos e civis foram claramente

¹⁶⁶ Ibidem., p. 48.

¹⁶⁷ Ibidem., p. 58.

cerceados durante a ditadura e marcaram profundamente a trajetória de várias militantes que se opuseram ao regime.

O medo – presença constante na vida das militantes – tornou-se perceptível a contar das estratégias de repressão do Estado ditatorial. Silenciar a oposição armada com perseguições, torturas e mortes tornaram-se estratégico e fazia parte das rotinas de trabalho. Foi utilizado para silenciar, reprimir, assassinar e desconstruir quaisquer formas de resistência e luta. Sobre as especificidades da repressão e do medo imputado às mulheres militantes, Teles afirma que:

Não era raro ver que as militantes mulheres recebiam um tratamento bastante diferente dos militantes homens. Os documentos, quando se referiam à mulher, usavam expressões como “ativa fanática em subversão”, “bom grau de inteligência”, “moça de muita valentia”.¹⁶⁸

Frente aos homens não se tinha a mesma postura por parte dos agentes da repressão: “naturalmente” ligados à coragem, valentia e racionalidade, não seria necessário ressaltar características consideradas intrínsecas aos homens nos relatórios policiais e militares.

No caso feminino, os registros enfatizam a necessidade de “masculinizar às avessas” a imagem da mulher, apontando para a construção de adjetivos particulares. Rovai também se refere a esta (des)caracterização do feminino:

A condição de comunistas era associada à imoral socialização de mulheres como propriedade coletiva, o que permitiria o respeito às que haviam ousado tomar o espaço público, abandonar desonrosamente o lar – e legitimaria, portanto, a humilhação e a violação de seus corpos nos porões dos órgãos de repressão.¹⁶⁹

Vincular o conceito de “mulher depravada”, pelo fato de estar ligada a organizações de esquerda, era uma prática comum. Os órgãos repressores atuaram enfaticamente no sentido de humilhar, invadir e desmoralizar as militantes. Na medida em que estas mulheres estavam fora do seu lugar estabelecido socialmente, tal posição validaria o direito de violação de seus corpos e de subjugamento da sua condição feminina. No limite, reforça o quanto estas práticas intencionavam reproduzir um paradigma conservador, machista e patriarcal.

Um outro elemento importante é o caso da tortura. A tortura tornou-se arma privilegiada para reprimir e exterminar as militantes que faziam parte das organizações de luta

¹⁶⁸ TELES, op. cit., p. 1011.

¹⁶⁹ ROVAI, op. cit., p. 118.

armada. Renata Meirelles analisou as especificidades de gênero femininos utilizados nos processos de interrogatório, com ênfase nas práticas de tortura:

A tortura... tinha um componente de gênero que não pode ser negligenciado e isso ficou particularmente evidente no caso de Criméia, que foi detida e torturada quando estava grávida, com seis meses de gestação. Apesar de tanto homens quanto mulheres terem sido submetidas às mais bárbaras formas de tortura, as mulheres foram atingidas de forma particular, uma vez que se encontravam sempre nas mãos de agentes da repressão do sexo masculino, ou seja, sofreram todos os tipos de constrangimentos e sofrimentos sob o olhar de alguém que lhes era diferente.¹⁷⁰

As atrocidades legitimadas pelo (e com o) Estado, diante das ações que os aparelhos repressores executavam na ditadura, atingiram homens e mulheres.

Porém de uma forma diferenciada, as mulheres eram postas frente a figuras masculinas que intencionavam penalizá-las, não apenas pela militância, mas por estarem desenvolvendo papéis totalmente fora dos padrões morais estabelecidos pela “sociedade” (leia-se: pelos setores conservadores e reacionários de evidente posição classista), deveriam estar nos espaços privados destinados a elas. Ainda no que tange as particularidades no tratamento de mulheres pela repressão, Colling fala sobre as torturas:

Foram várias formas de tortura aplicadas às mulheres. A forma recorrente foi ameaça de tortura física, de estupro, de prisão e tortura de familiares. Outras formas foram à humilhação, a tortura física e uma técnica utilizada pela repressão: a nudez e a vendagem dos olhos.¹⁷¹

As ameaças e a tortura psicológica eram fatores que as presas experimentaram quase todo o tempo. A tortura requeria primariamente mostrar a relação de poder sobre a mulher, impossibilitando qualquer tipo de defesa por parte da militante. A repressão entendendo estas normas sociais, utilizou-se destes saberes para executar as torturas direcionadas aos sujeitos femininos, de forma a atingi-las na sua essência. Amélia Teles acrescenta que:

As mulheres foram alvo sistemático de violações sexuais. A prática de estupros e abortamentos forçados foi corriqueira, nas sessões de tortura, quando se tratou de repressão política violenta contra as militantes de esquerda. Mulheres e homens eram forçados a se despir frente aos torturadores e se não o fizessem, suas roupas eram arrancadas violentamente e até rasgadas.¹⁷²

A violação dos corpos femininos foi prática cotidiana nos porões da ditadura. Os relatos abordados na obra de Teles, apresenta falas que reforçam os processos utilizados nas

¹⁷⁰ MEIRELLES, op. cit., p. 126.

¹⁷¹ COLLING, op. cit., p. 81.

¹⁷² TELES, op. cit., p. 14.

sessões de tortura, destacando a questão da nudez. A dominação sobre os corpos, especialmente os das mulheres, precisava ser consolidada a todo o momento, pois, de acordo com o relato de Lucinda: *“Há de se ter cautela com essa gente que menstrua”*. Conforme consta em depoimentos, os agentes da repressão *“não gostavam de estuprar mulheres menstruadas”*.^{173 174}

Para os agentes que executavam as torturas à mulher militante despertava sentimentos de ódio, por ser um indivíduo que não deveria estar naquele lugar de maneira alguma. Ser mulher e militante (“terrorista”, “puta comunista”, “amante”, “vagabunda”) destoava completamente do que (ainda) se esperava da condição feminina entre as décadas de 1960 e 1980. Larissa Tomazoni avança nesta análise, quando faz referência a certas contradições entre a “idealização” da mulher na sociedade e a relação misógina estabelecida pelos torturadores:

Nos depoimentos dados por mulheres, salta aos olhos que além dos métodos violentos de tortura, existiam diversos tipos de violência sexual. Procura-se demonstrar a partir do que já foi apresentado, que nesse caso a tortura tinha um cunho eminentemente sexual, pois eram vistas pelos agentes da repressão apenas como “mulher-objeto”, com o único fim de “servir sexualmente”. Ou seja, além da dor física, há uma quebra moral, onde a maternidade e a feminilidade são atingidos.¹⁷⁵

Segundo a autora, os métodos de tortura com mulheres militantes foram utilizados para satisfazer desejos escusos de militares, mas não apenas destes, pois um número significativo de civis (empresários e médicos) participou ativamente de sessões de tortura de corpos femininos.¹⁷⁶

¹⁷³ De acordo com Teles (2015), ao saberem destas informações várias militantes guardavam absorventes sujos de sangue, e quando iam para os interrogatórios colocavam rapidamente na calcinha, tentando evitar serem violentadas naquele momento. A autora ressalta ainda que presas no Chile, durante a ditadura de Pinochet, também relatavam esta prática na mesma situação. Estratégia de resistência, mesmo diante do perigo quase que inevitável, passavam umas para as outras os aprendizados que talvez pudessem protegê-las de alguma maneira da tortura sexual.

¹⁷⁴ TELES (2015), op. cit., p. 1010.

¹⁷⁵ TOMAZONI, op. cit., p. 46.

¹⁷⁶ Um dos casos emblemáticos foi o de Albert Hening Boilesen (1916-1971), empresário de origem dinamarquesa radicado no Brasil, presidente e sócio proprietário do Grupo Ultragas. Além de ser um dos reais beneficiários da agenda repressiva e truculenta do Estado durante a ditadura, fora um dos principais financiadores (via FIESP) de grupos paramilitares – em São Paulo, a “Operação Bandeirante” (OBAN), desde 1969, coordenada pelo delegado-facínora Sérgio Paranhos Fleury – e um conhecido entusiasta e expectador de sessões de tortura nos porões da DOPS/SP. Foi morto em 15 de abril de 1971, em São Paulo, numa operação conduzida por membros das organizações de luta armada “Movimento Revolucionário Tiradentes” (MRT) e “Ação Libertadora Nacional” (ALN). Sobre as relações espúrias entre o grande empresariado e a ditadura civil-militar no Brasil ver: DREYFUSS, op. cit. Em 2009, a história do empresário foi para as telas do cinema com o documentário “Cidadão Boilesen”, dirigido por Chaim Litewski.

Casos de choques elétricos na vagina e no ânus, estupros, abortamentos forçados em decorrência de chutes ou choques na barriga, nos seios, na cabeça; crianças que nasceram nos DOI-CODI's, bebês que nasceram encarcerados (e não se sabe os seus paradeiros), mulheres assassinadas grávidas: estes são apenas alguns dos problemas relatados e denunciados pelas vítimas da repressão. A propósito, na obra “Brasil: nunca mais”, encabeçada pelo cardeal D. Evaristo Arns, existem depoimentos de mulheres que sofreram violência sexual em sessões de tortura:

A engenheira Elsa Maria Pereira Lianza, de 25 anos, presa no Rio, narrou em seu depoimento, em 1977: (...) que a interrogada foi submetida a choques elétricos em vários lugares do corpo, inclusive nos braços, nas pernas e na vagina; que o marido da interrogada teve oportunidade de presenciar essas cenas relacionadas com choques elétricos e os torturadores amplificavam os gritos da interrogada, para que os mesmos fossem ouvidos pelo seu marido; [...] A bancária Inês Etienne Romeu, 29 anos, denunciou: [...] A qualquer hora do dia ou da noite sofria agressões físicas e morais. “Márcio” invadia minha cela para “examinar” meu ânus e verificar se “Camarão” havia praticado sodomia comigo. Este mesmo “Márcio” obrigou-me a segurar o seu pênis, enquanto se contorcia obscenamente. Durante este período fui estuprada duas vezes por “Camarão” e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades, os mais grosseiros [...] Em 1973, no Rio, o tribunal militar ouviu da revisora gráfica Maria da Conceição Chaves Fernandes, de 19 anos: [...] sofreu violências sexuais na presença e na ausência do marido [...]¹⁷⁷

Práticas que destruíram vidas – públicas, privadas, íntimas – de mulheres, deixando marcas e traumas para sempre em suas memórias: uma página da história que não pôde (e nem pode) ser apagada.

Maternidade e família também foram utilizadas como estratégia de tortura pelos agentes da repressão – ponto crucial de vulnerabilidade para as mulheres militantes: ser mãe “e” engajar-se em movimentos ou organizações de esquerda significava romper com os modelos femininos reproduzidos socialmente e legitimados pelo regime¹⁷⁸. Deslocar-se do atributo de “sexo frágil” e adentrar os lugares destinados (aparentemente) aos homens, simbolizava um processo de emancipação feminina.

Por sua vez, acusar a família pelas atitudes “desviantes” cometidas por suas filhas mulheres incluía o objetivo de responsabilizar os próprios genitores pela “má educação” e, pior, pela justificativa dos agentes da repressão em torturar as vítimas, oferecendo-lhes a

¹⁷⁷ **Brasil: Nunca Mais**, op. cit., p. 47-48.

¹⁷⁸ COLLING, op. cit., p. 85.

“educação” que não fora devidamente ensinada por seus pais. Com a maternidade não foi diferente. Conforme analisa Larissa Tomazoni:

Além do caráter sexual no processo de tortura, os militares exploravam a maternidade. A intenção do uso do corpo da vítima era instrumental, e no caso das mulheres, o corpo oferecia maiores possibilidades. A gravidez não era impedimento para a tortura, também as crianças e os companheiros foram usados como instrumentos de pressão, tudo “justificado” pela necessidade de urgência nas informações sobre os transgressores do regime.¹⁷⁹

Em diversos casos relatados, mulheres conceberam seus filhos nos porões da ditadura. A maternidade foi usada com o intuito de desestabilizar psicologicamente essas mulheres. Houve situações em que mulheres sem relação nenhuma com a militância, passaram por ameaças dos agentes de repressão. Em outros casos, enquanto companheiras de homens que estavam na luta, foram coagidas sob a possibilidade de serem torturadas por causas de seus companheiros e/ou filhos.

Neste sentido, Elizabeth Ferreira contribui nesta análise quando nos permite revelar mais detalhes dos relatos orais coletados em sua pesquisa:

“Terrorista não pode ter filho; quem tem filho, agora agente”: essas palavras de Amílcar Lobo (médico que dava assistência às operações do DOI-Codi no Rio) citadas por Hercília em sua entrevista, elucidam certas práticas da repressão. Tanto o fato de não considerarem a gravidez impedimento para a tortura (casos de Vitória e de Corina), quanto o de utilizarem, além dos próprios companheiros dos presos, também crianças como instrumento de tortura (caso de Corina com seu filho recém-nascido e seus sobrinhos) mostram a racionalidade e a eficácia dos métodos aplicados, bem como as maiores possibilidades que o corpo da mulher oferecia a essas técnicas.¹⁸⁰

Mulheres “terroristas” que não tinham o direito de ter filhos e constituir família: imagem pública que o regime se valia para desqualificar as militantes que lutavam contra a ditadura civil-militar. Ainda de acordo com Ferreira, a maternidade foi, sem dúvida, usada como ponto fraco nas práticas desumanas de repressão e tortura, com o objetivo de “arrancar” informações das vítimas:

Quando Vitória foi presa, estava no início de uma gravidez. Foi torturada de acordo com o método aplicado: uma vez encontrado o ponto fraco do (a) preso (a), era imprescindível utilizá-lo de modo insistente e eficaz. No seu caso, a eficácia do método resultou em aborto durante a sessão de choques elétricos. Corina, por sua vez, estava grávida de mais de seis meses quando foi presa. Foi torturada do mesmo modo que os outros presos que se encontravam detidos pela Oban no quartel da PE

¹⁷⁹ TOMAZONI, op. cit., p. 47.

¹⁸⁰ FERREIRA, op. cit., p. 154.

em São Paulo. Quando é transferida para outro quartel – dessa vez em Brasília – e tendo ao seu lado o filho recém-nascido, torturaram-na com ameaças à criança. Joana é estuprada nas instalações da PE no Rio. Com isso, é duplamente torturada, pois, ao saber que está grávida, não suporta a ideia de ter a criança. Entretanto, não precisou enfrentar essa realidade. O fato não se consuma porque Joana acaba perdendo a criança. Por outro lado, diz que “o resultado daquela violência foi eu jamais ter tido coragem de ter filhos, mesmo adorando crianças”.¹⁸¹

Atingir o feminino no seu mais profundo grau de fragilidade, estabelecendo um poder absoluto sobre aquele corpo: dessa maneira a repressão tentou destruir a qualquer custo as mulheres que militaram na ditadura.

Tratando das relações entre corpo e tortura, encontramos em texto da psicanalista Maria Rita Kehl uma narrativa que nos provoca a pensar a tortura em diversos âmbitos sociais, envolvendo o corpo do/a torturado/a:

Um corpo torturado é um corpo roubado ao seu próprio controle; corpo dissociado de um sujeito, transformado em objeto nas mãos poderosas do outro – seja o Estado ou o criminoso comum. A tortura refaz o dualismo corpo/mente, ou corpo/espírito, porque a condição do corpo entregue ao arbítrio e à crueldade do outro *separa o corpo e o sujeito*.^{182 183}

Todavia, é preciso contrabalançar o peso das torturas com a luta de mães e familiares de militantes contra estas mesmas práticas violentas. O significado afetivo e político das famílias para as/os militantes era de fundamental importância para manter viva a chama da luta contra a ditadura civil-militar.

Este foi o caso, por exemplo, das “Mães da Praça de Maio” na Argentina, a contar da década de 1970, e como a ditadura portenha tentou hostilizar e desmoralizar o movimento, enquanto as mães buscavam resistir às ameaças e denunciar as práticas de tortura¹⁸⁴. Por sua vez, nos textos de Ana Maria Colling e Amélia Teles, que fizeram uso de relatos orais, evidencia-se o fato de algumas famílias de militantes buscarem informações sobre o “paradeiro” de seus filhos e passarem a questionar a ditadura no Brasil.

Fazendo uma conexão entre a experiência das mães na Argentina e aquelas que lutavam contra a ditadura no Brasil, nos valem da análise de Ana Colling quando afirma:

¹⁸¹ Ibidem, p. 153.

¹⁸² KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFLATE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 123-132.

¹⁸³ Paradoxalmente, alerta-nos Kehl, é preciso compreender a tortura como prática “humana”, admitida pela sociedade, visto que: “*não conhecemos nenhuma espécie animal capaz de instrumentalizar o corpo do indivíduo da mesma espécie, e além do mais gozar com isso, a pretexto de certo amor à ‘verdade’*” (KEHL, 2010, p. 131).

¹⁸⁴ JAUJARENA (et. al.). **Guardianas de la memoria colectiva**: relatos de Madres y Abuelas de Plaza de Mayo. La Plata: EDULP, 2016.

No Brasil, há inúmeros exemplos da coragem e determinação das mães na libertação dos seus filhos prisioneiros. Em Ibiúna, quando os estudantes que participavam do Congresso da UNE foram presos e faziam greve de fome escreviam com sangue “Estamos em greve de fome”, e mostravam para elas. Foram as mães que organizaram um movimento que obrigou a polícia a liberar os estudantes. Zuzu Angel foi morta quando procurava seu filho Stuart. Para ela, Chico Buarque de Hollanda fez uma belíssima canção, “Angélica”, que repetia sempre o estribilho “só queria embalar meu filho que mora na escuridão do mar””. [...] “Na defesa da vida dos seus filhos, as mães tornam-se militantes aguerridas que desconhecem limites. Por isso, são temidas pela repressão. Deve-se considerar também o fato de que os agentes repressores têm mães, o que deve ter algum significado moral e ético. Não é um advogado ou uma liderança política que está reivindicando a liberdade de um prisioneiro, é uma mãe, figura que expressa uma instituição universal na cultura ocidental e cristã.¹⁸⁵

As famílias não tinham a clareza dos abusos sofridos pelos militantes até entrar em contato com eles. A compreensão do que estava acontecendo somente se concretizava quando o familiar conseguia ver a/o militante e presenciar seu estado físico e mental; em alguns destes casos, os pais não aguentavam ver a situação deplorável de seus filhos, sendo acometidos por crises nervosas, problemas cardíacos, entre outros.

Clandestinidade. Processo de “desaparecimento social”. Significava mudar de nome, mudar de cidade/estado, ficar longe da família e descaracterização física. Apesar dessas medidas de proteção, continuar em estado de alerta por manter-se em situação de risco constante. Segundo Scarpeli: *“Um contingente significativo de militantes de várias organizações permaneceu no Brasil. Tornaram-se clandestinos com o objetivo de combater os militares e avançar o processo revolucionário, ou mesmo se protegerem da repressão”*.¹⁸⁶

A clandestinidade foi além de estratégia de sobrevivência, era preciso preservar as ações de combate a ditadura civil-militar. Em um primeiro momento, havia a possibilidade de movimentos de luta aberta, com movimentos estudantis nas ruas, greves nas fábricas e a volta de movimentos de massa. Porém a partir do AI-5, estabeleceu um ponto final nos movimentos de reivindicação de mudanças governamentais. Dessa forma, a maneira mais segura e concreta de continuar os movimentos de oposição foi mediante a clandestinidade da militância.

¹⁸⁵ COLLING, op. cit., p. 90.

¹⁸⁶ SCARPELLI, Carolina. Vidas clandestinas: a ditadura militar brasileira e as memórias da clandestinidade. **Encontro Nacional de História Oral**, Pernambuco, v. 1, n. 1, p.1-16, abr. 2010. Disponível em: <https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270410148_ARQUIVO_VidasClandestinas-TrabalhoCompleto.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019. p. 7.

Segundo Elizabeth Ferreira: “*A clandestinidade foi vivida de diversas formas – tanto em relação à qualidade da experiência, quanto em relação ao tempo (contínuo ou não) de sua duração*”.¹⁸⁷ A clandestinidade foi determinada por inúmeros fatores. Situações que não dependiam da vontade da (o) militante. A motivação essencial era a convicção política, a necessidade de mudança no país, a luta por liberdades, por direitos e contra censuras, torturas e assassinatos.

De acordo com Rosa, diminuir os riscos, para si e para outros companheiros, fazia parte de estratégias para sobreviver a repressão:

Além de tornar-se invisível socialmente e morrer para o mundo, habitar o espaço liminar da clandestinidade significa furtar-se à estrutura jurídica e política, transgredir os códigos e as fronteiras demarcatórias, usar mensagens codificadas, mudar de nome, de roupa, trocar a cor do cabelo, passar por privações emocionais e físicas.¹⁸⁸

Estar na clandestinidade necessitava de cuidados minuciosos com a aparência e a discrição nos aparelhos. A mudança na aparência era uma estratégia de disfarce, para fugir da repressão e passar uma imagem convincente para as pessoas ao seu redor, como vizinhos, colegas de trabalho etc. Mudanças nos cabelos, estilo de se vestir, mudança de sotaque, inserção em trabalhos formais entre outros.

Neste âmbito, a militância feminina exigia uma nova vida, conseqüentemente uma nova identidade. Ana Maria Colling fala sobre a difícil decisão de afastar-se da família:

Inegavelmente houve uma ruptura política entre a família e as mulheres militantes, principalmente pelas condições de clandestinidade em que se desenvolvia a atividade política. Violeta relata as dificuldades em deixar a família para trabalhar como operária na Bahia, decisão que se inseria na estratégia geral da AP”. [...] “Passei mais de sete meses preparando a minha saída da família, porque eu era e sou uma pessoa extremamente ligada à família. A minha mãe disse que eu iria acabar voltando para casa grávida e sem nenhum tostão. Eu disse que não estava indo para isto, mas para fazer política. Só que voltei sem um tostão, fugindo da polícia e grávida”.¹⁸⁹

Família... porto seguro das (os) militantes. A decisão de afastar-se era difícil e complexa, proteger sua vida dos entes queridos foi o preço pago pela maioria das militantes. Escolheram entrar na luta contra a ditadura, dessa forma, precisaram deixar de lado sonhos pessoais para construir algo maior.

¹⁸⁷ FERREIRA, op. cit., p. 135.

¹⁸⁸ ROSA, op. cit., p. 49.

¹⁸⁹ COLLING, op. cit., p. 61.

Há relatos de mulheres que militaram contra a ditadura com ações quase imperceptíveis na sociedade. Entretanto o seu protagonismo não deixou de ser significativo para os militantes da esquerda. Rovai refere-se a essa militância:

Além das mulheres que pegaram em armas, houve ainda um número incontável delas que participou de forma ainda mais invisível em acontecimentos não devidamente explorados pela historiografia e desconhecidas da sociedade brasileira; atuaram dentro de casa, acolhendo pessoas, escondendo armas, objetos e documentos, levando mensagens para membros dos grupos clandestinos ou circulando entre a cadeia e as famílias, como intermediárias.¹⁹⁰

Militância feminina invisível, atuaram nos bastidores da repressão, desempenhando atividades pouco conhecidas na sociedade brasileira. Agiam na proteção das pessoas que militavam, disponibilizavam suas casas para abrigar militantes, ofereciam comida, cuidavam dos feridos, dispunham de medicamentos necessários, levantavam informações e documentação falsa para indivíduos das organizações.

Joana Maria Pedro e Cristina Wolff assinalaram que a presença dessas mulheres mudava o cenário de desconfiança que os aparelhos poderiam transmitir:

Elas atuaram na busca de informações, no reconhecimento do espaço para a preparação das atividades, organizaram a camuflagem dos “aparelhos” – casas ou apartamentos utilizados pelos militantes - transformados em “lares normais” com sua presença; elas atuaram como mensageiras, dentre outras atividades consideradas importantes, porém secundárias.¹⁹¹

Elas eram incumbidas na organização dos espaços, no disfarce dos aparelhos e tornando-os residências “livres de qualquer suspeita”. Além disso, espionavam instituições e agentes da repressão, levavam mensagens, escondiam armas, entre outras atividades. Neste âmbito, Rovai explica a motivação dessas mulheres na luta: *“Suas ações movidas pela paixão ampliaram ainda mais as táticas de resistência à ditadura, praticadas por elas e muitas vezes desconhecidas ou desvalorizadas como ações históricas ou políticas”*.¹⁹²

Apesar destas importantes iniciativas de mulheres (e familiares) em situações de protagonismo quase “invisível”, um outro processo de resistência e luta envolvendo mulheres – mães, esposas, companheiras, irmãs – em defesa da memória, da justiça e dos direitos humanos encontrou uma guarida institucional no Brasil ainda durante a ditadura (década de 1970) e no decorrer da “transição democrática”.

¹⁹⁰ ROVAI, op. cit., p. 120.

¹⁹¹ PEDRO & WOLFF, op. cit., p. 403.

¹⁹² ROVAI, op. cit., p. 121.

Tais ações ocorreram através de duas substanciais formas de organização e atuação políticas. Referimo-nos aqui ao “Movimento Feminino pela Anistia” (MFPA) e ao protagonismo e liderança de mulheres nos grupos “Tortura Nunca Mais”, da década de 1980 até os dias atuais.

O “Movimento Feminino pela Anistia” (MFPA) foi criado pela militante e ex-prisioneira política Therezinha Godoy Zerbini (1927-2015) durante uma sessão do “Congresso do Ano Internacional da Mulher”, realizado pela ONU na Cidade do México em 1975. No mesmo ano, em São Paulo, Zerbini funda oficialmente o MFPA

[...] um ano após a posse do presidente general Ernesto Geisel que colocou em sua pauta de governo uma política de distensão para uma via democrática. Esse discurso possibilitou, ao menos, a esperança de as oposições se colocarem em cena, já que desde os atos institucionais e, mais intensamente depois da aplicação da doutrina de segurança nacional, a resistência à ditadura militar foi inviabilizada de qualquer ação.¹⁹³

De acordo com Vargas, o MFPA teve como objetivo principal um trabalho de conscientização na “sociedade civil” – particularmente em entidades de classe e diversas organizações civis – “sobre a importância da concessão da anistia aos presos políticos e exilados”¹⁹⁴, num contexto histórico, como a própria autora aludiu, marcado por uma relativa “liberalização” do regime no governo de Ernesto Geisel.

Atuando em oito estados brasileiros (São Paulo, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul), o movimento envolvendo o protagonismo feminino na luta pela Anistia não pode ser analisado de maneira isolada ou “típico” face ao restante da América Latina. Pelo contrário, apenas conseguimos compreender sua relevância histórica no conjunto de outras experiências vividas nas ditaduras do Cone Sul:

O MFPA juntou-se a outros movimentos criados ou liderados, entre as décadas de 60 e 80, do século XX, na América Latina, especialmente, na região do Cone Sul, por mulheres mobilizadas, sob motivos semelhantes. Movimentos semelhantes ao MFPA são registrados no Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia e Brasil que enfrentaram ditaduras, entre as décadas de 60 a 80, do século passado, articuladas pela Operação Condor, aliança que interligou aparatos repressivos de países que passaram a agir além fronteiras. As ditaduras se auto-imputavam o direito de prender, torturar, matar e ocultar cadáveres, em guerra que contou com o patrocínio dos Estados e de setores da sociedade civil, com impactos

¹⁹³ VARGAS, Mariluci Cardoso de. O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira. In: Vestígios do Passado: a história e suas fontes. IX Encontro Estadual de História – ANPUH-RS, Rio Grande do Sul, 2008. p. 1.

¹⁹⁴ Outras informações básicas podem ser levantadas, por exemplo, no site <http://memorialanistia.org.br/movimento-feminino-pela-anistia/> (acesso: 18.11.2019, 16h03s)

diferentes na vida de homens e mulheres, diretamente relacionados às posições diferenciadas no sistema de gênero no período.¹⁹⁵

Na Argentina, Ana Rita Duarte cita o caso, já mencionado, das “Mães de Maio” a contar da década de 1970. Em outro estudo, Adriana das Graças de Paula procurou estabelecer uma abordagem comparativa (e aproximativa) entre a atuação do MFPA e das “Mães de Maio” costurando-a pelo viés reivindicatório da democracia. Destacou, por exemplo, os canais de comunicação por onde “*essas mulheres expuseram as suas concepções de democracia*”, como o jornal “Maria Quitéria” (MFPA) e o boletim “Madres de Plaza de Mayo”, pertencente à entidade de mesma nomenclatura.¹⁹⁶

No Brasil, em especial, o Movimento Feminino Pela Anistia transformou-se numa espécie de desdobramento e maturação das formas organizativas anteriores, nas quais predominava ações individualizadas. Tratando sobre o MFPA cearense, fundado em 1976, Ana Duarte aborda essa característica organizativa do movimento, haja vista que individualmente

O trabalho de mães, irmãs, esposas, namoradas, atraí outras mulheres sem parentes presos, que viram, na atuação do Movimento, a possibilidade de retomar atividades de militância política interrompidas pela repressão, ou simplesmente, de exercer a solidariedade aos presos, exilados, banidos e famílias.¹⁹⁷

A perspectiva de aliar uma dimensão coletiva de organização e ampliação do movimento na luta contra a repressão com uma necessidade de politização da militância das mulheres (mães, irmãs, esposas e namoradas) de presos, exilados e desaparecidos confunde-se com a trajetória militante da idealizadora e co-fundadora do MFPA, Therezinha Zerbini.

Preso em 1968 pela Operação Bandeirantes (OBAN), por ter sido a responsável pela intermediação no empréstimo do sítio onde foi realizado o Congresso clandestino da UNE, em Ibiúna (interior de São Paulo), bem como pela ação solidária com que abrigara clandestinamente vários militantes de organizações de luta armada perseguidos pelo regime, Zerbini e outras sete mulheres decidiram construir uma mobilização mais ampliada em favor

¹⁹⁵ DUARTE, Ana Rita Fonteles. Movimento feminino pela anistia: militância e afeto na luta política contra a ditadura militar brasileira. **Fazendo Gênero 9**, Santa Catarina, v. 1, n. 1, p.1-9, 23 ago. 2010. Disponível em: <http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278167443_ARQUIVO_textoAnaRitaFonteles-FazendoGenero9.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020. p. 01.

¹⁹⁶ PAULA, Adriana das Graças de. Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia, as Mães da Praça de Maio e os intelectuais. **XI Encontro Internacional da ANPHLAC**, 2014, Niterói. Anais. Disponível em: <<http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Adriana%20de%20Paula.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2019. p. 02-03.

¹⁹⁷ Idem., p. 03.

da anistia.¹⁹⁸ Tal mobilização concretizou-se na redação do “*Manifesto da mulher brasileira em favor da Anistia*”, de 1979.¹⁹⁹

Considerado um primeiro documento público e formal de crítica à ditadura no Brasil e de reivindicação do retorno às liberdades democráticas, o “Manifesto” do MFPA encarnava um efetivo protagonismo feminino em defesa do Estado democrático de direitos e da anistia ampla e geral. Tal posição foi reconhecida pela própria Therezinha Zerbini.²⁰⁰

Em certo trecho de uma entrevista concedida a Ana Rita Dorneles Fontes, na cidade de São Paulo em 31 de agosto de 2006 (mas publicada em 2019), Zerbini afirmou o seguinte:

[...] O Movimento Feminino pela Anistia foi a alavanca para as mulheres começarem a perceber que elas podiam e deviam. Porque o cidadão tem direitos e deveres. Nossos deveres nós devemos cumprir todos e direitos a gente tem que exigir. Não tem que pedir não, é exigir. Foi uma beleza [...]²⁰¹

Para além da alcunha de “feminino”, o MFPA também é considerado uma organização política de cunho “feminista”. Em primeiro lugar, pelo já destacado protagonismo – e um certo “vanguardismo” – das suas militantes na luta contra o regime.

Mas existiam outros fatores. Um deles, em virtude da força do movimento, haja vista que o “Manifesto” continha 16 mil assinaturas, e “*era um chamado a organização política dos diferentes setores da sociedade civil, sobretudo as mulheres, para que engajassem na luta pela anistia política*”,²⁰² além do mais “*a organização deste movimento foi um momento importante na definição da luta pela emancipação das mulheres e na reivindicação pelo estabelecimento de seus direitos*”.²⁰³ Por fim, cabe mencionar que no estatuto do MFPA era vetada a presença de homens – segundo as próprias palavras de Therezinha Zerbini.²⁰⁴

¹⁹⁸ VARGAS, op. cit., p. 2.

¹⁹⁹ Dizia o seguinte: “*Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da história provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque nós nos antepomos aos destinos da nação que só cumprirá sua finalidade de paz se for concedida anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres no sentido de se unirem a esse movimento, procurando o apoio de todos que se identifiquem com a idéia da necessidade de anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da nação*”. (ZERBINI, 1979 Apud VARGAS, 2008).

²⁰⁰ DUARTE, op. cit.

²⁰¹ Idem., p. 02.

²⁰² CONRADI, op. cit., p. 2.

²⁰³ Idem., pp. 2-3.

²⁰⁴ Indagada, Zerbini complementou: “*Os homens podiam vir, mas onde o homem vai, ele inibe. Você vai numa reunião de operários, de estudantes, tem lá um grupinho de mulheres. Se tem homens, eles inibem. Porque a mulher não foi treinada, ela não tem a velocidade mental porque sempre foi o homem que mandou. Ele sempre foi o chefe e patrão [...]*”. In: DUARTE (2019), op. Cit.

Comentado no tópico anterior, os Grupos “Tortura Nunca Mais” (GTNM) espalhados pelo Brasil têm sido responsáveis por lutas incansáveis da democracia e dos direitos humanos, bem como da defesa da memória, verdade e justiça de centenas de mortos e desaparecidos políticos face às atrocidades cometidas pelo aparelho repressivo e o terrorismo de Estado.

Diferentemente do Movimento Feminino pela Anistia – extinguiu-se com o processo de transição democrática do país – os GTNM não se constituíram especificamente para defender o tema da anistia (embora fosse uma de suas principais “bandeiras”), nem foram organizações femininas e feministas, apesar da presença efetiva de ex-militantes e ex-presas políticas.

Porém, em sua origem, organização e atuação, os GTNM possuem a participação efetiva de mulheres na militância política. O grupo carioca – cujo enfoque será particularizado em um dos próximos capítulos²⁰⁵ – foi o primeiro a ser constituído no Brasil em setembro de 1985, e em sua trajetória teve/tem como presidentas, diretoras e/ou figuras de proa na militância nomes como os de Dulce Pandolfi²⁰⁶, Victoria Grabois, Cecília Coimbra, Flora Abreu e Ana Miranda.

Uma das questões fundamentais historicamente colocadas no GTNM/RJ (e, mais recentemente, na Comissão Nacional da Verdade), especialmente quando se pensa na trajetória de vida e de militância destas mulheres – durante e após a ditadura – tem sido a crítica da (e todo um trabalho psicológico contra a) “vitimização” dos sujeitos que vivenciaram (ou vivenciam) situações de violência e tortura. Algumas delas preferem usar o termo “sobrevivente”, caso de Victoria Grabois em recente entrevista:

Primeira coisa: não sou vítima, sou sobrevivente. Eu nunca fui vítima. Eu até brinco com as minhas amigas que eu devo ser um ser à parte, porque o que vejo do sofrimento das pessoas... No grupo Tortura Nunca Mais, nós tivemos uns 15 anos com um projeto clínico-psicológico em que nós atendemos os familiares de mortos e desaparecidos políticos e os companheiros que foram torturados. Você ir no grupo Tortura Nunca Mais é um choque quando você entra. E consegui sobreviver a isso, de viver na clandestinidade, de criar meu filho, de reconstruir a minha vida, de ser militante. Eu sou uma sobrevivente da ditadura militar. Eu não quero que ninguém ache que eu sou uma vítima...²⁰⁷

²⁰⁵ Um certo detalhamento sobre a criação e atuação do GTNM, sede do Rio de Janeiro, será explicitada no capítulo 3, quando formos analisar o documentário “Memória para uso diário”.

²⁰⁶ Pernambucana de nascimento e historiadora de formação acadêmica, Dulce Chaves Pandolfi foi militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN), tendo sido presa e barbaramente torturada no DOI-Codi (Rio de Janeiro) em 1970. As trajetórias das outras militantes já foram ou serão mencionadas em próximo capítulo.

²⁰⁷ AGÊNCIA PÚBLICA. **Mulheres perseguidas relembram situações e sentimentos ao longo da ditadura e comentam o momento negacionista vivido sob o governo Bolsonaro: “Nós temos uma dor que jamais será apagada”**. 2019. Disponível em: <https://www.abcdabc.com.br/brasil-mundo/noticia/dulce-pandolfi-fui-objeto->

Bem, ao longo deste tópico buscamos compreender questões vivenciadas por mulheres durante e após a ditadura no Brasil. Procuramos trazer elementos que permitissem entender a participação dessas mulheres em organizações de luta e de resistência, desde a opção pela luta armada e suas duras consequências, seja, em movimentos e entidades de denúncia das arbitrariedades do regime, de defesa da Anistia, dos direitos humanos e do Estado democrático a contar do final da década de 1970.

No entanto, a investigação avança nas “batalhas pela memória”, procurando articular o problema da ditadura civil-militar no Brasil com as dimensões do protagonismo de mulheres na militância política durante (e após) o regime, mas com suas lentes voltadas para uma singular direção: o lugar histórico ocupado pelas mulheres no cinema brasileiro, seja na “ficção” ou no “documentário” – com destaque para a sua presença e/ou protagonismo em filmes durante e após a ditadura.

Um mote fundamental para adentrarmos em nosso último tópico.

1.3. Mulheres e militância contra a ditadura nas telas do cinema: caminhos, limites e possibilidades do protagonismo feminino

Quando falamos das relações históricas entre mulheres, militância e a luta contra a ditadura ou quaisquer formas de dominação, é preciso não perder de vista que em vários espaços de produção e reprodução de valores, ideologias, conceitos e modos de vida o lugar de destaque ocupado pelos sujeitos femininos ainda é reduzido, apesar das pressões e lutas históricas.

É o caso, por exemplo, do protagonismo delas dentro e fora das telas do cinema brasileiro. Em agosto de 2018, o site “Metrópoles” publicara uma matéria²⁰⁸, onde discutia a presença ainda rarefeita de mulheres em posições-chave do cinema, como direção e produção, predominantemente ocupado por homens. Fatos como estes revelam traços de conservadorismo, misoginia e patriarcalismo. Ou ainda, mais recentemente, em setembro de 2019, quando o bolsonarista Ricardo Alvim²⁰⁹ acessou as redes sociais para ofender a atriz Fernanda Montenegro chamando-a de “sórdida”, após esta posar para uma capa da revista

aula-tortura-81167. Acesso em: 10 dez. 2019.

²⁰⁸ “Por trás das câmeras: a luta das mulheres no cinema brasileiro”. In: **Metrópoles**, 07/08/2018. Link: <https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/feminismo/por-tras-das-cameras-a-luta-das-mulheres-no-cinema-brasileiro>. Acesso: 19.12.2019.

“Quatro Cinco Um” vestida de bruxa sendo queimada na fogueira, em alusão às práticas de censura e desinvestimento do governo federal na área da cultura.²¹⁰

Mas estas situações também apontam, paradoxalmente para determinadas formas de inserção social, de engajamento político-cultural e do reconhecimento de sua condição de sujeito histórico. Ou, em outras palavras, trata-se de uma outra batalha pela memória quando nos referimos à história do Brasil, e, em particular, sobre a memória da militância feminina na luta contra a ditadura. Assim, de acordo com Rocha reconhecer o “*imbricamento entre política, gênero e relações sociais*” é enfatizar a seguinte afirmação:

[...] somos curiosos quanto à relação entre a atuação feminina militante e o regime ditatorial tendo em vista que as memórias do período são, ainda, eminentemente masculinas. Entendemos que a reconstituição da trajetória das mulheres acarreta a formação de outra/paralela versão deste momento, em que surgem sujeitos que normalmente, encontra-se-iam ausentes nas análises sobre o período. Tal ausência pode ser justificada pela imposição de sua condição de gênero, que universalmente aparta as mulheres da atuação na vida pública.²¹¹

Como vimos anteriormente, as mulheres tiveram – e têm – um protagonismo histórico significativo nos movimentos e organizações de resistência e luta contra a ditadura militar no Brasil. Porém, as memórias femininas, especialmente as de mulheres militantes, ainda permanecem pouco conhecidas e/ou reduzidas ao âmbito da perspectiva de escrita e análise predominantemente masculinas. Isto sem deixar de mencionar o atual momento histórico do país, marcado pelo ressurgimento de discursos e práticas misóginas e o já mencionado crescimento do feminicídio.

De certo modo, o cinema – como elemento integrante das transformações científico-tecnológicas e industriais do capitalismo desde a segunda metade do século XIX que lhe permitiram (permitem) tornar-se uma prática social e um *meio* diferenciado de produção (e reprodução) de imagens, representações e narrativas “históricas”²¹² – caracteriza-se não apenas por “refletir” os problemas e desafios colocados pelas sociedades em diferentes

²⁰⁹ Ricardo Alvim foi Diretor da FUNARTE e, posteriormente, responsável pela Secretaria de Cultura do Governo Federal, mas acabou sendo demitido deste cargo em janeiro de 2020 por gravar um vídeo sobre a cultura no país a partir de trechos de um discurso do nazista Josef Goebbels.

²¹⁰ “Diretor bolsonarista Roberto Alvim ataca Fernanda Montenegro”. In: **Catraca Livre**, 23/09/2019. Link: <https://catracalivre.com.br/cidadania/diretor-bolsonarista-roberto-alvim-ataca-fernanda-montenegro/>. Acesso: 28.12.2019.

²¹¹ ROCHA, Raquel C. Que Bom Te Ver Viva: Gênero, Ditadura, Anistia e Memória. **Contemporâneos**. Santo André, n.14, p.01-17, 2016. p. 2.

²¹² VALIM, op. cit.

contextos, mas também o de “*gerar uma memória de nós mesmos*” (como afirmou, certa vez, o cineasta Walter Salles).

Neste duplo sentido, entendemos que, ao longo de nossa história mais recente, ainda há a predominância da geração de uma memória – e, portanto, de uma identidade social – de um “nós” construído ou constituído por homens, particularmente quando falamos de militância contra a ditadura em filmes nacionais. É certo que, nos últimos 30 ou 40 anos, tivemos avanços significativos na participação feminina em produções cinematográficas – seja protagonizando filmes ou os produzindo e dirigindo²¹³ – mas a matéria que iniciou este tópico também deixa entrever algumas “ausências”, com destaque para o protagonismo feminino e sua militância política nas telas.

A presença das mulheres no protagonismo do cinema brasileiro ainda é tímida em comparação a atuação dos homens. Até o ano de 1930, o Brasil contava com apenas uma mulher na direção de produções fílmicas – Jacyra Martins Silveira, cujo nome profissional era “Cléo de Verbena (1909 – 1972)”; ela dirigiu o filme “*O mistério do dominó Preto*”, no ano de 1930. No ano de 1940, o país conta com duas referências de diretoras: Carmen Santos (1904 – 1952), participou na atuação do cinema mudo no país, iniciando sua atuação profissional no ano de 1919 também na produção de obras cinematográficas. Seu grande desafio foi o projeto “*Inconfidência mineira*”, lançado no ano de 1948, este trabalho propiciou atuação como produtora, diretora e atriz.

Gilda de Abreu (1904 – 1979), iniciou sua carreira atuando no filme “*Bonequinha de Seda*”, teve um romance de sua autoria adaptado para o cinema (“*Mestiça*”), dirigiu os filmes “*O Ébrio (1946)*” / “*Pinguinho de gente (1947)*”/ “*Coração Maternal (1949)*”. No período dos anos 1950, contamos com mais duas diretoras: Carla Civelli (1921 – 1977), iniciou sua carreira no cinema como assistente de montagem e montadora, dirigiu “*É um caso de polícia*” no ano de 1959; Maria Basaglia, nascida na Itália, dirigiu em seu país “*Sua alteza há dito*” (1953) e “*Sangue de cigana*” (1956), no Brasil participou da direção de “*Pão que o diabo amassou*” (1957) e “*Macumba na alta*” (1958). No ano de 1960, encontra-se Zélia Costa, que atuou como continuísta em “*Estrela da manhã*”, “*Ticotico no fubá*” e “*Appassionata*”. Atuou também como assistente de montagem em “*Trabalhou bem*”, “*Genival*”. Outra atuação foi como assistente de direção nos filmes “*Karla*” e “*Sedenta de sexo*”. Participou da montagem

²¹³ Neste último caso, basta citar os filmes produzidos e/ou dirigidos por Lucia Murat, Ana Muylaert, Beth Formaggini, Laís Bodanzky, Suzana e Tata Amaral, Daniela Thomas, Kátia Lund, e tantas outras.

das produções de “*Com minha sogra em Paquetá*” e “*Os cafejeste*”. Protagonizou na direção do filme “*As testemunhas não condenam*” no ano de 1961. A partir do final dos anos de 1970 e início dos anos 1980, revelam-se diretoras que consolidaram carreira cinematográfica e atuam até a contemporaneidade: Tizuka Yamasaki, Helena Solberg, Ana Carolina, Lúcia Murat, Tetê Moraes etc. No ano de 1990, Sandra Werneck iniciou sua carreira, tendo como mérito, ser uma das diretoras que mais dirigiram longas-metragens no país. Entre os anos de 1996 a 1999, houve um significativo destaque nas produções cinematográficas do país, tendo a participação de diversas cineastas mulheres: Carla Camurati, Laís Bodansky, Tata Amaral, Anna Muylaert, Eliane Fonseca, Eliane Caffé, Monique Gardenberg, Suzana Moraes, Mara Mourão, Rosane Svartman, Daniela Thomas, Sandra Werneck, Lina Chamie, Tânia Lamarca, Mirella Martinelli, dentre outras. No período entre 2001 e 2010, por exemplo, em média 162 mulheres estrearam na direção de produções filmicas no país.

Nosso destaque, entretanto, é a cineasta Lúcia Murat²¹⁴. Murat dirigiu vários filmes desde 1989 – produções cinematográficas que se caracterizam por uma particularidade: sua luta contra a ditadura civil-militar, uma luta pessoal e política que ela procurou traduzir para os campos da arte e da linguagem cinematográfica.

Por meio deles, Lúcia propõe reflexões, disputas pela memória e um resgate histórico crítico do regime militar no Brasil. Sua produção perpassa por: “*Que bom te ver viva*” (1989), abordando as memórias de mulheres que passaram pela situação de prisão e tortura, uma produção que intenciona levar a público memórias de mulheres que desafiaram resistir a ditadura militar no país; “*Oswaldianas*” (1992); “*Doces poderes*” (1996); “*Brava gente brasileira*” (2004); “*Quase dois irmãos*” (2005); “*Olhar estrangeiro*” (2005); “*Maré: nossa história de amor*” (2007); “*Memórias que me contam*” (2012), filme de ficção que também retrata experiências de mulheres diante das situações vividas na ditadura.

Para contextualizar histórica e historiograficamente a relevante produção filmica de Murat, é preciso dizer que entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980 já era possível identificar algumas mudanças sintomáticas no modo do cinema brasileiro tratar os problemas do seu tempo – mesmo numa fase de apogeu de filmes classificados como “pornochanchada”. De acordo com Ismail Xavier, tais mudanças estavam associadas a um conjunto de produções cinematográficas cujo enfoque consistia em abordar as práticas

²¹⁴ Logo a seguir faremos uma explanação mais detalhada da importância das produções de Lúcia Murat, para a posterior pensar a análise das nossas fontes filmicas

violentas e repressivas da ditadura a partir de diferentes sujeitos que, naquele período, reivindicavam também seu protagonismo histórico. Xavier os aponta e explica. Era

A mulher, o negro, o índio, a comunidade religiosa, o burguês nacionalista sabotados. Na multiplicidade de problemas, a preocupação comum em afirmar valores, iluminar experiências históricas, dentro de um impulso de revisão do passado muito próprio dos anos 1970 e 1980. Resgate, memória, emergência de outras vozes ou reafirmação dos mesmos mitos são dados de um inventário que envolve a política oficial da preservação e o movimento das oposições no sentido de documentar e veicular a informação interdita.²¹⁵

Além disso, o cinema – por meio de estratégias de produção – alcança uma reinterpretção de um pretérito recente, de acordo com Teles: “*A combinação de fotografias, filmes de arquivo, entrevistas e comentários do narrador é característica de um cinema que, pelo trabalho de montagem, assumia interpretações de um passado recente*”.²¹⁶ Também proporcionava um arcabouço de possibilidades de produção de outras memórias, a repercussão social muito significativa para o não esquecimento, a contestação das memórias hegemônicas e determinadas verdades ocultadas pelo Estado sobre o regime ditatorial.

Dito assim, as produções cinematográficas no Brasil desde o final da década de 1970 têm apresentado diferentes prismas em relação a ditadura. Pelo dizer de Xavier, tais prismas envolvem as narrativas de outros sujeitos – ou a “*emergência de outras vozes*” – com o objetivo tanto de “revisar” o passado, quanto de produzir memórias capazes de “*documentar e veicular a informação interdita*” pelo regime.

Mas percebemos que o uso da categoria feminina vem no singular e de modo generalizante: “a mulher”. Sem abandonar as questões amplas, mas não seriam “as” mulheres, numa dimensão plural?²¹⁷ Isto por que falar de mulheres no cinema brasileiro – e, mais especificamente, as mulheres militantes – parece significar uma luta pela atribuição de sentido de “presença” ativa destes sujeitos durante (e após) um período tão deletério de nossa História.

Algumas das intelectuais que têm trabalhado com estudos de mulheres no cinema – mesmo numa abordagem predominantemente feminista – trazem importantes contribuições a nossa pesquisa. O cinema dispõe de um protagonismo essencial na reprodução de princípios

²¹⁵ XAVIER, Ismail. **O cinema brasileiro moderno**. São Paulo: Paz & Terra, 2001. p. 88.

²¹⁶ TELES, Janaina de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura**: ... op. cit., p. 80.

²¹⁷ O que, aliás, corrobora com o próprio desdobramento teórico e metodológico da historiografia que debruça-se sobre história das mulheres e estudos de gênero desde a década de 1980.

tradicionais e na repercussão de novos costumes sociais. Também tem uma força na elaboração de questões referente as relações de gênero, perpassando a construção e desconstrução de estereótipos, na recomendação de inovadoras divisões de ações sociais, tendo dessa maneira, influência na política, economia e cultura de um país. No dizer de Alves, Alves e Silva:

[...] o Cinema tem papel fundamental seja na retransmissão de antigos e tradicionais valores e distinção de papéis entre os gêneros ou, ao contrário, na transformação desses valores, na desconstrução dos rótulos, na sugestão de novas divisões de funções e ações que vão refletir nas políticas públicas do país.²¹⁸

Segundo Kaplan, por exemplo, as produções cinematográficas não deixam explícito que o “filme é uma fabricação”, o gênero dominante do cinema permanece apresentando uma visão distorcida de naturalidade da produção das obras filmicas aos expectadores.²¹⁹ De acordo com a autora, o cinema se apropria de signos “*carregados de uma ideologia patriarcal que sustenta nossas estruturas sociais e que constrói a mulher de maneira específica*”.²²⁰

As composições narrativas das obras cinematográficas, em particular as mais tradicionais, expõem o feminino por um viés imagético unilateral. No dizer desta mesma autora, existe uma história das mulheres em todas as formas de representação e expressão social, inclusive no cinema. Essa história no cinema precisa ser “redescoberta” para

[...] demonstrar que em termos da narrativa dominante no cinema, na forma clássica, as mulheres, do modo como têm sido representadas pelos homens nesses textos, assumem uma imagem de que têm um *status* “eterno” que se repete, em sua essência, através das décadas: superficialmente, a representação muda de acordo com a moda e o estilo – mas se arranhamos a superfície, lá está o modelo conhecido.²²¹

À medida que as narrativas “históricas” nos filmes desconsideraram as especificidades femininas, estabelecendo uma relação de “*ausência, ao silêncio e à marginalidade*”, as mulheres foram deslocadas para “*a fimbria do discurso histórico*” estabelecido, durante muito tempo, pela escrita de homens. Porém, o que nos importa aqui é apropriar-nos desta possibilidade de “redescobrir” o protagonismo feminino contra a ditadura nas telas do cinema brasileiro contemporâneo.

Um estudo fundamental à nossa pesquisa foi a realizada por Daniele Tega, nesta sua pesquisa, a autora problematiza alguns estudos sobre mulheres e cinema numa perspectiva

²¹⁸ ALVES; ALVES & SILVA, **Mulheres no cinema brasileiro...** op. cit., p. 366.

²¹⁹ KAPLAN, Elizabeth. **A mulher e o cinema: os dois lados da câmera.** Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 17.

²²⁰ Ibidem., p. 45.

²²¹ Ibidem., p. 17.

feminista. Este é o caso, por exemplo, de Laura Mulvey, que afirma que o cinema: “*reflete, revela e até mesmo joga com a interpretação direta, socialmente estabelecida, da diferenciação sexual que controla imagens, formas eróticas de olhar e o espetáculo*”.²²² A composição da subjetividade, com suas delimitações preconizadas de atração, quanto os princípios sociais que a constituíram, são vistas como parâmetros que enfatizam a “*atração irresistível pelo cinema*”.

Mulvey faz ainda uma análise sobre a imagem que prevalece nas produções fílmicas, na qual é reforçado “*o olhar masculino, sendo a imagem da mulher um objeto passivo do olhar*”, diante desta consideração a autora diz:

Num mundo governado por um desequilíbrio sexual, o prazer no olhar foi dividido entre ativo/masculino e passivo/feminino. O olhar masculino determinante projeta sua fantasia na figura feminina, estilizada de acordo com essa fantasia. Em seu papel tradicional exibicionista, as mulheres são simultaneamente olhadas e exibidas, tendo sua aparência codificada no sentido de emitir um impacto erótico e visual de forma a que se possa dizer que conota a sua condição de ‘para-ser-olhada’.²²³

A diferenciação da iminência das possibilidades “voyeurista” do cinema, está ligada na maneira como é construída a forma de olhar a mulher na obra cinematográfica. De acordo com a autora: “*é o lugar do olhar e a possibilidade de variá-lo que definem o cinema*”.²²⁴

Se a importância do estudo das mulheres e das relações de gênero são, de acordo com Joan Scott²²⁵, essenciais para perceber os “*modos como as sociedades representam o gênero [e] servem-se dele para articular as regras de relações sociais*”, as produções cinematográficas caracterizam-se como um modo significativo de investigação das representações sociais de mulheres, diante do impacto que as imagens causam no espectador – pois, no cinema, segundo Debord “*a relação social entre pessoas é mediada por imagens*”.²²⁶ Ou, em outras palavras: como a subjetividade das mulheres é representada historicamente nas telas do cinema?

Por sua vez, Tereza de Laurentis aponta para a necessidade de investigações históricas sobre as mulheres no cinema que desvendem “*[...] as imagens para compreender a*

²²² TEGA, Danielle. **Mulheres em foco**: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. (Coleção PROPG Digital - UNESP). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109153>>. p. 49.

²²³ Ibidem., p. 63.

²²⁴ Ibidem., p. 452.

²²⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990. p. 14.

²²⁶ TEGA, Danielle. Gênero e cinema: reflexões e discussões teóricas. **IV Enecult**, Salvador, v. 1, n. 1, p.1-10, maio 2008. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14527.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2019. p. 3.

visibilidade ou a ocultação de questões relevantes na representação social, levando em consideração a complexa relação entre o mundo construído pelos filmes e a sociedade".²²⁷

Ao refletir sobre as discussões que permeiam as representações nas imagens fílmicas que objetivam as mulheres, a autora destaca:

Tais discussões sobre as imagens da mulher dependem de uma oposição muitas vezes rasa entre positivo e negativo, a qual não é apenas desconfortavelmente próxima a estereótipos populares, tais como mocinhos *versus* bandidos ou boa moça *versus* garota má, como contêm ainda uma implicação menos óbvia e mais arriscada. Pois supõe que as imagens são diretamente absorvidas pelos espectadores e que cada imagem é imediatamente legível e significativa em si mesma e a partir de si mesma, independentemente do seu contexto ou das circunstâncias da sua produção, circulação e recepção.²²⁸

Assim sendo, ela reforça a perspectiva de que a prática investigativa necessita de uma análise aprofundada, ao dizer que as imagens precisam ser entendidas *“como (potencialmente) férteis em contradições, tanto no processo subjetivo quanto no processo social”*.²²⁹ Laurentis problematiza ainda as relações de poder, por vezes mais profunda que a *“dicotomia masculino/feminino”*, possibilitando diversos dispositivos de investigação das fontes cinematográficas – o que nos leva a pensar criticamente o modo como as próprias mulheres, enquanto personagens ou cineastas, abordam temas e questões que ultrapassam (embora incorporem) a sua condição feminina.

Mirian Adelman, citada na obra de Tega, analisou a maneira pela qual as abordagens das *“feminilidades e masculinidades”* são resgatas nas fontes fílmicas.²³⁰ Nessa análise, segundo ela, predomina a premissa que parte de uma investigação que contempla as representações pelas imagens apresentadas quanto o contexto social em que a obra foi produzida, pois

[...] examinar as relações de gênero representadas no cinema significa transitar entre a obra cinematográfica e o mundo das relações sociais ‘fora do cinema’; é um ir e voltar, pois o cinema, como toda produção cultural, reflete práticas e significados sociais ao mesmo tempo em que os constrói e, para usar o termo corrente, os ‘re-significa’.^{231 232}

²²⁷ TEGA, **Mulheres em foco**... op. cit., p. 51.

²²⁸ Ibidem., p. 51.

²²⁹ Ibidem., p. 51.

²³⁰ Ibidem., p. 52.

²³¹ Ibidem., p. 86.

²³² Adelman, por exemplo, entende que a fonte fílmica promove uma concepção de *“vida social”* e influencia nessa específica realidade, intervindo de maneira a fazer parte do contexto e auxiliando na produção dessa realidade, que de forma cinematográfica, é produzida como uma representação do *“real”*.

A autora, todavia, manifesta a possibilidade de mudança nas maneiras de representar as mulheres, ao observar que existem modos de abrir espaços para novas concepções e representações sociais, com o objetivo de enfrentar um determinado “olhar masculinista” nas produções fílmicas contemporâneas – embora entendamos que tal enfrentamento tem sido feito, sem cair em simples disputas de gênero, particularmente por mulheres cineastas e militantes (caso emblemático, no Brasil, de Lúcia Murat).

As perspectivas de análise cinematográfica do ponto de vista do pensamento feminista, demonstra diversas maneiras de abordagens e muitos avanços ao longo das décadas. Mesmo não aprofundando estas questões neste trabalho, entendemos que estas concepções contribuem para uma ampliação do prisma de análise para compreendermos quais os modos de produção e de representação social que o cinema reelabora ao lidar com o protagonismo das mulheres durante e após a ditadura no Brasil.

No dizer de Daniele Tega, a abordagem de diversos sentidos sobre “gênero e cinema” permitem uma análise detalhada sobre a forma como as produções cinematográficas reestruturam as “relações de gênero”.²³³ Neste sentido, por exemplo, as representações fílmicas da ditadura civil-militar no Brasil são construídas por acontecimentos, segundo Tega, “*inquietantes quando vistas a partir dos estudos de gênero*”²³⁴, isto por que segundo a autora, confirmando, de certo modo, a afirmativa de Xavier:

Após a segunda metade da década de 70, a chamada abertura lenta, segura e gradual, mesmo que de forma conturbada e com a permanência da repressão e, em muitos casos, da censura, permitiu uma esfera pública na qual narrativas e relatos, até então contidos, puderam ser incorporados [...]²³⁵

As fontes fílmicas, em particular as que tratam da ditadura, trazem uma manifestação que agrega, segundo a autora: “*Imagens em movimento, vozes, música e fotos de arquivo são combinadas na construção de uma memória sobre esse passado e, nesse sentido, entram em debate com outras memórias*”²³⁶, caso de memórias audiovisuais – e, em particular, nos documentários, como veremos – que denunciam o sistema violento e repressivo da ditadura e/ou retratam situações de resistência e oposição ao regime e a necessidade de continuar a luta no processo de transição democrática.

²³³ TEGA, **Mulheres em foco**... op. cit., p. 67.

²³⁴ Ibidem., p. 69.

²³⁵ XAVIER, **O cinema brasileiro moderno**... op. cit., p. 65.

²³⁶ TEGA, **Mulheres em foco**... op. cit., p. 71.

Por este ângulo, é possível afirmar que a produção cinematográfica brasileira que aborda a temática da ditadura é realmente extensa. Ela aponta para uma perspectiva histórica e audiovisual em que são retratadas uma variedade de contextos, personagens e circunstâncias históricas afetas ao período do regime, embora uma parte significativa produzida depois de 1985, assim como expõem situações e fatos históricos de um “passado” que ainda persiste e atormenta. No entanto, como poderemos ver adiante, as produções fílmicas que abordam especificamente a história de mulheres que militaram na resistência e luta contra o regime, colocando-as como protagonistas dos filmes, fica restrito a um determinado modo de operar e a um número reduzido de obras produzidas entre a década de 1970 e a atualidade.

À título de introdução, é preciso afirmar que na maioria das produções fílmicas que remetem a ditadura no Brasil, as mulheres são representadas ora como “revolucionárias” destituídas de feminilidade – “*guerreiras, masculinas, duras e agressivas*” – ou ora encontram-se “à sombra” de um personagem masculino – “*amantes, femininas, frágeis e emotivas*”.²³⁷ Entendemos que estas representações originam-se de contradições inerentes a um país historicamente conservador e patriarcal, mas também de um contexto histórico-social multissecular no qual as mulheres deveriam permanecer num determinado espaço – exclusivamente privado ou doméstico – e de mudanças substanciais ocorridas no decorrer do século XX envolvendo a participação ativa cada vez maior de mulheres na vida pública e política.

Para Rocha, torna-se necessário debater as interpretações das mulheres e do feminino nas produções fílmicas sobre a ditadura brasileira. A autora enfatiza que a militância das mulheres durante o regime foi singular, ampliando as motivações dessa luta para além da oposição política e agregando uma batalha por mudanças na “visão social do gênero”.²³⁸

A ousadia na inserção das mulheres em organizações de resistência e luta armada, por exemplo, fez com que houvesse uma cisão nas perspectivas do que era provável e determinado às mulheres, pois na conjuntura do período – como vimos em tópico anterior – as militantes se posicionavam com outras identificações, que rompiam com o papel social tradicional destinado ao feminino. Teles e Leite apontam que as mulheres foram o segmento da “sociedade civil” que mais sentiu transformações nas relações sociais durante e após a ditadura:

²³⁷ LEME, **Ditadura em imagem e som...** op. cit.

²³⁸ ROCHA, **Que Bom Te Ver Viva...** op. cit.

A luta por liberdades democráticas, pelo fim da repressão, pela anistia e pelo fortalecimento do movimento popular. A concepção marxista, era ponto em comum. As mulheres queriam ler, estudar e pensar sobre as causas de sua subordinação aos homens e buscavam outras formas de relações afetivas e políticas.²³⁹

Neste sentido, Rocha complementa falando sobre a narrativa de mulheres em produções filmicas: “[...] ao garantir espaço para depoimentos das situações de violência, exílio, clandestinidade e outras expressões de dor, os depoimentos das mulheres se configuram, ao mesmo tempo, em testemunhos e em evidência, pois adquirem caráter jurídico e histórico”.²⁴⁰ Assim, abordar as relações intrínsecas entre cinema, mulheres e ditadura – agregando-as ao campo das memórias – significa produzir e reelaborar “visões de mundo” de sujeitos silenciados ou não ouvidos.

Desse modo, faremos uma síntese da abordagem das mulheres nas produções filmicas nacionais a partir dos anos 1980. Um livro fundamental para esta tarefa é “*Ditadura em imagem e som: trinta anos de produções cinematográficas sobre o regime militar brasileiro*”, de Caroline Gomes Leme.²⁴¹ Nesta obra, Leme fez um levantamento cronológico de todas as produções cinematográficas sobre a ditadura militar no país entre os anos 1979 e 2009, considerando produções filmicas com mais de 70 minutos. Os dados foram coletados para sua pesquisa a partir da Cinemateca Brasileira, em publicações especializadas e no portal da Agência Nacional do Cinema. Vamos acompanhar os quadros (1 e 2) abaixo:

QUADRO 1 – PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS NACIONAIS DE 1980 – 1988

ANO	TÍTULO	DIREÇÃO	GÊNERO FÍLMICO
1980	E agora José? Tortura do sexo	Ody Fraga	Ficção (Drama)
1980	Paula – A história de uma subversiva	Francisco Ramalho Jr.	Ficção (Drama)
1980	A idade da Terra	Glauber Rocha	Ficção
1981	Deu pra ti anos 70	Nelson Nadotti e Giba Assis Brasil	Ficção
1981	Eles não usam black-tie	Leon Hirzman	Ficção
1981	O torturador	Antonio Calmon	Ficção
1981	Memórias do medo	Alberto Graça	Ficção
1982	Filhos e amantes	Francisco Ramalho Jr.	Ficção
1983	A próxima vítima	João Batista de Andrade	Ficção
1983	Pra frente Brasil	Roberto Farias	Documentário
1983	Ao sul do meu corpo	Paulo César Saraceni	Ficção
1983	O bom burguês	Oswaldo Caldeira	Ficção

²³⁹ TELES, A.; LEITE, R. S. C. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 121.

²⁴⁰ ROCHA, Que Bom Te Ver Viva... op. cit., p. 8.

²⁴¹ LEME, op. cit..

1984	Cabra marcado para morrer	Eduardo Coutinho	Documentário
1984	A freira e a tortura	Ozualdo Candeias	Ficção
1984	Jango	Silvio Tendler	Documentário
1984	Nunca fomos tão felizes	Murilo Salles	Ficção
1984	O evangelho segundo Teotônio	Vladimir Carvalho	Documentário
1984	Tempo sem glória	Henrique de Freitas Lima	Ficção
1984	Verdes anos	Carlos Gerbase e Gilberto Assis Brasil	Ficção
1985	Céu aberto	João Batista Andrade	Documentário
1985	Muda Brasil	Oswaldo Caldeira	Documentário
1985	Patriamada	Tizuka Yamasaki	Ficção (Drama)
1985	Tensão no Rio	Gustavo Dahl	Ficção (Drama)
1986	O beijo da mulher aranha	Hector Babenco	Ficção
1986	A cor do seu destino	Jorge Durán	Ficção (Drama)
1986	O homem da capa preta	Sérgio Rezende	Ficção (Drama)
1987	Besame mucho	Francisco Ramalho Jr.	Ficção (Drama)
1987	Leila Diniz	Luiz Carlos Lacerda	Ficção (Drama)
1987	O país dos tenentes	João Batista de Andrade	Ficção (Drama)
1988	Dedé mamata	Rodolfo Brandão	Ficção (Drama)

Fonte: Leme (2013) adaptado pela A autora (2019)

QUADRO 2- PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS NACIONAIS DE 1988 – 2009

ANO	TÍTULO	DIREÇÃO	GÊNERO FÍLMICO
1988	Banana Split	Paulo Sérgio Almeida	Ficção (Drama)
1988	Feliz ano velho	Roberto Gervitz	Ficção (Drama)
1988	Tanga (Deu New York Times?)	Henfil	Ficção (Comédia)
1989	Kuarup	Rui Guerra	Ficção (Drama)
1989	Primeiro de abril, Brasil	Maria Letícia	Ficção (Comédia)
1989	Que bom te ver viva	Lúcia Murat	Documentário
1990	Corpo em delito	Nuno César de Abreu	Ficção
1994	Alma corsária	Carlos Reichenbach	Ficção (Drama)
1994	Lamarca	Sérgio Rezende	Ficção
1996	As meninas	Emiliano Ribeiro	Ficção (Drama)
1997	O velho – A história de Luiz Carlos Prestes	Toni Venturi	Documentário
1997	O que é isso, companheiro?	Bruno Barreto	Ficção (Drama)
1998	Ação entre amigos	Beto Brant	Ficção (Drama)
1999	Caminho dos sonhos	Lucas Amberg	Ficção (Drama)
1999	Dois córregos – Verdades submersas no tempo	Carlos Reichenbach	Ficção (Drama)
2000	A terceira morte de Joaquim Bolívar	Flávio Cândido	Ficção (Drama)
2000	Barra 68, sem perder a ternura	Vladimir Carvalho	Documentário
2003	Casseta & Planeta – A taça do mundo é nossa	Lula Buarque de Hollanda	Ficção (Comédia)
2003	Vale a pena sonhar	Stela Grisoti e Rudi Bohn	Documentário
2004	A dona da história	Daniel Filho	Ficção
2004	Benjamim	Monique Gardenberg	Ficção (Drama)
2004	Voo cego rumo ao sul	Hermano Penna	Ficção

2004	Tempo de resistência	André Ristum	Documentário
2005	Araguaya – A conspiração do silêncio	Ronaldo Duque	Ficção (Drama)
2005	Cabra-cega	Toni venturi	Ficção (Drama)
2005	Quase dois irmãos	Lúcia Murat	Ficção (Drama)
2005	Vlado – 30 anos depois	João Batista de Andrade	Documentário
2006	O ano em que meus pais saíram de férias	Cao Hamburger	Ficção (drama)
2006	Dom Helder Câmara – O santo rebelde	Erika Bauer	Documentário
2006	Eu me lembro	Edgard Navarro	Ficção (Drama)
2006	1972	José Emilio Rondeau	Ficção (Comédia)
2006	Meteoro	Diego de la Texera	Ficção (Drama)
2006	O sol - caminhando contra o vento	Tetê Moraes	Documentário
2006	Sonhos e desejos	Marcelo Santiago	Ficção (Drama)
2006	Três irmãos de sangue	Angela Patricia Reiniger	Documentário
2006	Zuzu Angel	Sérgio Rezende	Ficção (Drama)
2007	Batismo de sangue	Helvécio Ratton	Ficção (Drama)
2007	Caparaó	Flávio Frederico	Documentário
2007	Hércules 56	Silvio Da-Rin	Documentário
2007	Memória para uso diário	Beth Formaggini	Documentário
2008	Condor	Roberto Mater	Documentário
2008	Os Desafinados	Walter Lima Jr.	Ficção
2009	Corpo	Rubens Rewald e Rossana Foglia	Ficção
2009	Cidadão Boilesen	Chaim Litewski	Documentário
2009	Simonal – ninguém sabe o duro que dei	Cláudio Manoel, Micael Langer, Calvito Leal	Documentário

Fonte: Leme (2013) adaptado pela A autora (2019)

Algumas destas produções fílmicas foram exibidas no ano que consta no quadro e existem outras que tiveram suas filmagens interrompidas por conta do regime ditatorial, e só puderam ter continuidade no projeto, após a transição democrática, como, por exemplo, *Eles não usam black-tie*, de Leon Hirzman, *O bom burguês*, de Oswaldo Caldeira e *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho

Elaboramos um outro quadro com a finalidade de agregar outras produções cinematográficas, que acreditamos ser importante para a temporalidade dos nossos objetos de pesquisa, pois, “Memória para uso diário” foi lançado no ano de 2007; já “Em busca de Iara”, a exibição foi lançada em 2014. Sendo assim, entendemos que precisamos avançar de maneira cronológica e atualizar as produções cinematográficas depois de 2009.²⁴²

QUADRO 3 – PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS NACIONAIS DE 1996 – 2019

ANO	TÍTULO	DIREÇÃO	GÊNERO FÍLMICO
1996	15 Filhos	Maria Oliveira e Marta Nehring	Documentário

²⁴² Dados obtidos na base de dados da Cinemateca Brasileira, em publicações especializadas e no portal da Agência Nacional do Cinema (Ancine).

2001	AI-5: o dia que não existiu	Paulo Markum	Documentário
2004	Memórias clandestinas	Maria Thereza Azevedo	Documentário
2004	Peões	Eduardo Coutinho	Documentário
2009	Perdão, Mister Fiel	Jorge Oliveira	Documentário
2011	Marighella: retrato falado do guerrilheiro	Silvio Tendler	Documentário
2011	Hoje	Tata Amaral	Ficção
2012	Eu me lembro	Luiz Fernando Lobo	Documentário
2012	Repare bem	Maria de Medeiros	Documentário
2012	Vou contar para os meus filhos	Tuca Siqueira	Documentário
2012	Marighella	Isa Grinspum Ferraz	Documentário
2012	Em nome da Segurança Nacional	Renato Tapajós	Documentário
2012	Abdias: raça e luta	Maria Maia	Documentário
2012	Damas da liberdade	Célia Gurgel e Joe Pimentel	Documentário
2012	Dois histórias	Ângela Zoé	Documentário
2012	Ainda existem perseguidos políticos	Coletivo Catarse Documentário	Documentário
2012	A mesa vermelha	Tuca Siqueira	Documentário
2013	Os advogados contra ditadura: por uma questão de justiça	Silvio Tendler	Documentário
2013	Cassandra Rios: a Safo de Perdizes	Hanna Korich	Documentário
2013	As memórias que me contam	Lúcia Murat	Ficção (Drama)
2013	O dia que durou 21 anos	Camilo Tavares	Documentário
2013	Tatuagem	Hilton Lacerda	Ficção
2014	Em busca de Iara	Flávio Frederico e Mariana Pamplona	Documentário
2014	Os militares que disseram não	Silvio Tendler	Documentário
2014	70 (SETENTA)	Emília Silveira	Documentário
2017	Soldados do Araguaia	Belisário Franca	Documentário
2018	Deslembro	Flavia Castro	Ficção
2019	Marighella	Wagner Moura	Ficção

Fonte: adaptado A autora (2019)²⁴³

Diante do exposto, temos uma lista com um número considerável de filmes, sendo eles classificados como “ficções” e “documentários”. Nosso objetivo será o de selecionar algumas obras filmicas produzidas entre os anos de 1970 e 2000 para analisar (de maneira sucinta) o lugar ocupado pelas mulheres nestas produções, quais as abordagens que os filmes exploram em seus roteiros e como são retratadas as especificidades da ditadura sobre as mulheres. Para tanto, elencamos filmes como *E agora, José? Tortura do sexo*, de Ody Fraga; *Paula – A história de uma subversiva*, de Francisco Ramalho Jr.; *O bom burguês*, de Oswaldo Caldeira; *Ação entre amigos*, de Beto Brant; *Zuzu Angel*, de Sérgio Rezende; *O ano que meus pais*

²⁴³ Conteúdo arrolado no acervo da Filmografia Brasileira, da Cinemateca Brasileira e revista Fórum.

saíram de férias, de Cao Hamburger; *Corpo*, de Rossana Foglia e *Ao sul do meu corpo*, de Paulo César Saraceni

Segundo Caroline Leme, em um dos tópicos de seu livro, na maior parte dos filmes produzidos e lançados durante a década de 1980 (ou mesmo alguns dos produzidos ainda nos anos 1970), predominara uma concepção estética e política de que havia a necessidade de abordar as mulheres na ditadura através da exposição do corpo feminino a torturas ou ferimentos “visíveis”.²⁴⁴

É o caso, por exemplo, de *E agora, José? Tortura do sexo*, dirigido por Ody Fraga. No filme observa-se um apelo sexual que marca a narrativa, outro ponto de destaque, é o modo como a produção cinematográfica mistura a situação trágica vivida por José Zurim e cenas de tortura envolvendo corpos femininos, na medida em que, de acordo com Leme, é “[...] *tênue a linha que separa a denúncia da violência, de um lado, e sua apologia, de outro – especialmente no que diz respeito às personagens femininas*”.²⁴⁵

A trama conta com três personagens mulheres, e no dizer de Leme: “*Os corpos dessas mulheres são exibidos nus durante praticamente todo o filme, sendo explorados pela câmera de maneira voyeurista, característica dos filmes eróticos voltados ao público masculino*”²⁴⁶. Desse modo, segundo a mesma autora, a exploração do corpo feminino fica clara a partir da divulgação do cartaz do filme, onde se sobrepõem a “*imagem da tortura do personagem masculino submetido ao ‘pau de arara’ com a exibição dos corpos femininos erotizados ao mesmo tempo que submissos*”.²⁴⁷ A produção filmica apresenta uma peculiaridade particular, observa-se a elaboração de um “jogo de manipulação de luz e sombras” ou certo enquadramento das câmeras que acaba ocultando a nudez masculina.

No que se refere a nudez feminina, especificamente nas três personagens mulheres, as filmagens “abusam” da exposição do nu feminino, determinando uma característica do estilo cinematográfico chamado de “pornochanchadas”, que favorecia o prisma masculino. No dizer de Leme, sobre as três mulheres presas na produção filmica: “*As mulheres detidas por envolvimento com ele foram agredidas com socos e pontapés, violentadas sexualmente,*

²⁴⁴ LEME, op. cit., p. 42.

²⁴⁵ Ibidem., p. 15.

²⁴⁶ Ibidem., p. 15

²⁴⁷ Ibidem., p. 16.

*submetidas a choques elétricos; uma delas sofreu queimaduras de cigarros nas nádegas... ”.*²⁴⁸

A partir dos anos de 1970, as produções filmicas se enveredaram pelo gênero pornochanchada. Produções cinematográficas com baixo custo de produção, executados em cenários improvisados, com equipe técnica (atores e atrizes) desconhecida, sendo que a grande parcela não tinha talento nato nem conhecimento técnico de atuação, porém se destacavam pela beleza física.²⁴⁹ No ponto de vista de Marcos Napolitano, na pornochanchada:

As histórias eram variações dentro do mesmo tema: a traição conjugal, as estratégias de conquista amorosa, as moças do interior que se perdiam na cidade grande, as relações entre patrões e empregadas ou entre chefes e secretárias. A partir destes motes, os filmes abusavam das cenas de nudez feminina e de simulações malfeitas de sexo.²⁵⁰

Apesar de “*E agora, José? Tortura do sexo*”, ter características específicas do estilo de produções filmicas das “pornochanchadas”, não é possível classificá-lo de tal modo. Pois a construção ampla que o envolve traz outros elementos significativos que o afasta do caráter “leve” das comédias eróticas conhecidas como “pornochanchadas”²⁵¹. Seus elementos de produção remetem a exploração da violência contra o feminino aprisionado, conforme Leme: “*tangencia o gênero WIP (Women in Prision), subgênero do chamado cinema exploitation, fortemente misógino, que explora situações sórdidas envolvendo os corpos femininos submetidos ao confinamento*”.²⁵² Esta produção filmica pertence ainda a um grupo de filmes que exhibe, de acordo com Linda Williams: “*espetáculos da vitimização feminina*”.²⁵³

A produção cinematográfica “*Paula – A história de uma subversiva*”, de Francisco Ramalho Jr, foi lançado em novembro de 1980. Produção que se remete ao período do regime militar, “*Paula – A história de uma subversiva*”, mas provavelmente é lembrado, mesmo tendo uma considerável menção na imprensa da época, ao contrário de “*E agora, José? Tortura do sexo*”. O enredo de “*Paula – A história de uma subversiva*”, segundo Leme é o seguinte:

²⁴⁸ Ibidem., p. 40.

²⁴⁹ RAMOS, Fernão (org.). **História do cinema brasileiro**. São Paulo: Art Editora, 1987.

²⁵⁰ NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: utopia e massificação**, 2004. p. 99.

²⁵¹ Ibidem., 2004.

²⁵² LEME, op. cit., p. 17.

²⁵³ Idem.

[...] se passa no final dos anos 70, quando Marco Antônio, um arquiteto outrora ligado ao Partido Comunista, tem sua filha de 15 anos desaparecida e precisa contar com os serviços de Dr. Oliveira, antigo delegado do Departamento de Ordem Política e social (Dops) e atual chefe da Divisão de Tóxicos, para investigar o caso. O reencontro com o delegado suscita em Marco Antônio lembranças de dez anos atrás, quando foi preso em decorrência de envolvimento com a militante da esquerda armada, Paula.²⁵⁴

Protagonista do filme, Marco traça um fio condutor que perpassa várias gerações, compondo uma relação explícita entre o passado e o presente (do personagem), ponderando os impactos do regime ditatorial para estas pessoas, que personificam as quatro gerações apresentadas no filme.

Conforme o site “Memórias da Ditadura”, as quatro gerações são as seguintes: “*Marco Antônio, arquiteto que viveu a juventude no final dos anos 1950; Bia, sua ex-mulher, fotógrafa de moda; Celinha, sua filha de 15 anos, usuária de drogas; e Paula, militante da esquerda armada que morreu há dez anos nas mãos dos órgãos da repressão*”. Caroline Leme justifica a fórmula para o não sucesso do filme:

Em *Paula* temos a frustração de expectativas; as gerações perdidas; a continuidade do arbítrio e da repressão; a degradação das relações inumanas; e apenas uma tênue esperança que remete não a um futuro abstrato, mas à reivindicação da necessidade de luta para a transformação do presente.²⁵⁵

Neste filme, a tortura é apresentada de maneira mais implícita, mexendo com o imaginário do expectador. Segundo Leme: “[...] são apresentadas imagens de um preso severamente machucado; pode-se ouvir os gritos de Paula quando está sendo “interrogada”; é sugerida a morte sob tortura, quando são oferecidas roupas de um preso que “*não pertence mais a este mundo*”. Por outro lado, sobre a personagem-tema do filme, a autora diz: “*Paula é assassinada por Oliveira e sua equipe, quando retorna clandestina ao Brasil após ter sido exilada com a troca de prisioneiros políticos por um embaixador e os métodos de Oliveira são explicitados quando, dez anos depois, ele usa violência como meio de obter informações...*”.²⁵⁶ Na produção cinematográfica, não há imagem de Paula sendo torturada: o que percebemos são cenas que remetem a tortura, pelos ferimentos na face. A tortura do feminino não é apresentada de maneira explícita, ela fica insinuada no imaginário do expectador, ao contrário da abordagem do masculino – cena de Marco Antônio na cela –

²⁵⁴ Ibidem., p. 27.

²⁵⁵ LEME, op. cit., p. 27.

²⁵⁶ Ibidem., p. 40.

aparece um homem todo ensanguentado e gemendo de dor, sofrendo pela violência a qual foi cometido.

Em *“Ao sul do meu corpo”*, de Paulo César Saraceni, lançado em 1981, uma especificidade dessa produção cinematográfica é a filmagem uma mulher nua, em pé, com feridas nos seios e gritando desesperada por ter conhecimento que seu companheiro está sendo torturado. A cena da tortura dessa mulher não é explicitada pela obra cinematográfica, porém fica evidente os sinais de tortura que ela sofreu. Em contrapartida, o filme mostra as torturas perpetradas no rapaz de maneira explícita. Curiosamente a iluminação que evidencia os dois personagens têm considerável diferença: no masculino a luz que incide sobre ele é discreta e não percebe a intenção de exploração do corpo do rapaz, simbolizando as ações dos agentes da repressão; no caso do corpo feminino, é possível verificar a exposição dos ferimentos, a luz traz os detalhes do corpo e do sentimento de desespero também.

Na obra *“O bom burguês”*, sob a direção de Oswaldo Caldeira, lançado nacionalmente em 1983. A narrativa desta produção apresenta ao expectador a tortura de uma personagem feminina, de nome Joana. De acordo com Caroline Leme: *“Ela aparece nua e submissa no canto de uma sala ampla e completamente branca; seu corpo não apresenta nenhum sinal de agressão e só se presume que passara por tortura sexual e/ou psicológica pelos sinais de perturbação mental que apresenta”*.²⁵⁷ A autora ressalta que, antes desta cena de terror vivida por Joana (interpretada por Christiane Torloni), o filme a apresentara de biquíni na praia, enquadrada pela câmera de maneira sensual. Deste modo, ficamos impressionados com a problemática conexão das imagens de Joana na sala de tortura, perturbada, com as filmagens sensuais dela na praia: ou faz-nos supor que o filme explora um prazer (sádico) no ato de tortura ou que existiria um nivelamento deste mesmo prazer entre ver um corpo torturado e um corpo sensualizado.

Por outro lado, vemos uma relativa mudança de abordagem ocorrer em relação a exibição da tortura do corpo feminino a conta da década de 1990. De acordo com Leme: *“Nos filmes sobre a ditadura lançados nos anos 1990 e 2000, observamos que o corpo feminino sob tortura fica no campo do ‘não visível’ na quase totalidade dos filmes estudados”*.²⁵⁸

É o caso, por exemplo, de *“Ação entre amigos”*, de Beto Brant, lançado em 1998. Participantes da luta armada no fim dos anos 1960, quatro amigos resolvem se encontrar para

²⁵⁷ Ibidem., p. 43.

²⁵⁸ Ibidem., p. 41.

uma suposta pescaria. Um deles afirma ter encontrado o torturador do grupo na cidade programada para a pescaria. Chegam à cidade e, na procura pelo torturador, um passado mal resolvido vem à tona. No filme, há uma personagem feminina chamada Lúcia (interpretada por Melina Athís). Sua participação no desenrolar da trama está associada à atuação como uma militante grávida que caiu nas mãos dos agentes da repressão. Sua morte ganha uma repugnância ainda maior, diante da situação por ela vivida, e faz com que seu companheiro (Miguel) busque vingança contra o torturador. Entretanto, na produção fílmica o corpo de Lúcia não é evidenciado em nenhuma das circunstâncias da tortura: o espectador apenas é avisado da morte de Lúcia por meio de conversas entre o torturador e seu companheiro Miguel.

Esta questão do “não visível” também aparece – de diferentes modos – em duas películas de produção um pouco mais recentes, como “*Corpo*”, direção de Rossana Foglia (exibido em 2004) e “*O ano que meus pais saíram de férias*”, dirigido por Cao Hamburger (2006). Enquanto na primeira obra cinematográfica, a ausência de torturas em mulheres é contraposta com a descoberta de um cadáver de corpo feminino com evidentes sinais de tortura, e, a partir daí, inicia-se uma investigação policial para averiguar as possíveis causas da morte desta mulher (um corpo “ausente”), na segunda, além de não mostrar cenas de tortura em corpos femininos, a mãe do pequeno Mauro (Simone Spoladore), foge com o marido da repressão militar e reaparece ao final do filme com sinais de muita debilitação, deixando a nós, espectadores, a suposição de que ela e Daniel (Eduardo Moreira) sofreram torturas no período em que estiveram longe de seu filho.

Contudo, apesar de concordarmos com a posição de Caroline Leme – que, por sua vez, retira parte de sua análise do trabalho de Daniele Tega – a referida assertiva “*o corpo feminino sob tortura fica no campo do ‘não visível’ na quase totalidade dos filmes estudados*” nos anos 1990 e 2000 não significou uma invisibilidade total de cenas de tortura do corpo feminino, mas certamente coincidiu a produção de filmes – de natureza ficcional e/ou documentária – que tem explorado um certo deslizamento (ou alternância) de sentido que vai da exibição e expressão cinematográfica da tortura (física) ao trato mais específico das relações entre memória e história como modo de lidar (ou enfrentar) com as mortes, assassinatos e traumas da ditadura no tempo presente.

Embora já vislumbremos essa operação em filmes de ficção como “Ação entre Amigos” e “Corpo” – ou, antes deles, “Corpo em Delito” (1990) e “O que é isso, companheiro?” (1997) – para nós duas películas, em especial, são fundamentais para compreender as relações entre mulheres, militância e memória no cinema brasileiro. Falamos aqui do bastante conhecido “*Que bom te ver viva*”, documentário de Lúcia Murat (1989) e, quase vinte anos depois, de “*Zuzu Angel*”, ficção baseada em fatos, lançado em 2006, sob a direção de Sérgio Rezende.

Se é preciso reconhecer que em “*Zuzu Angel*”, nas palavras de Caroline Leme “*a tortura é contundentemente ‘visível’, todavia, em corpos masculinos, não tratando explicitamente da violência em corpos femininos*”²⁵⁹, isto em nada diminui – pelo contrário, intensifica – a forte dimensão simbólica e concreta do filme de Rezende para uma crítica da ditadura civil-militar no Brasil, num contexto em que essa trágica experiência ainda persiste no imaginário social.

A relevância histórica do filme se dá principalmente em dois ângulos, específicos e complementares: de um lado, por se tratar de uma personagem histórica real (interpretada por Patrícia Pilar) cuja morte/assassinato e a do seu filho, o jovem militante Stuart Angel Jones (Daniel de Oliveira), muito recentemente foi reconhecida oficialmente pelo Estado Brasileiro²⁶⁰ e, de outro, devido ao fato de representar uma determinada e singular manifestação feminina não apenas na luta contra o regime ditatorial, mas, mesmo depois de sua morte, como signo da luta contra toda e qualquer violação de direitos humanos.^{261 262}

²⁵⁹ Ibidem., p. 41.

²⁶⁰ De acordo com uma recente matéria publicada no site “Vermelho”, no dia 09 de setembro de 2019, intitulada “Estado reconhece que ditadura militar matou Stuart e Zuzu Angel”. No cabeçalho da matéria, lemos: “Depois de quase 50 anos, a jornalista Hildegard Angel recebeu as certidões de óbito do irmão, o estudante Stuart Angel, e da mãe, a estilista Zuzu Angel, mortos pela ditadura militar na década de 1970. Nos dois documentos, emitidos na sexta (6), consta como causa ‘morte não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro, no contexto da perseguição sistemática e generalizada a população identificada como opositora política ao regime ditatorial de 1964 a 1985’”. Ver: <https://vermelho.org.br/2019/09/09/estado-reconhece-que-ditadura-militar-matou-stuart-e-zuzu-angel/> (Acesso: 03.01.2020).

²⁶¹ SCHEMES, Claudia; ARAÚJO, Denise C. de & PUHL, Paula Regina. As manifestações femininas na tela: Zuzu Angel e a moda-protesto. In: **Polém!ca**. Rio de Janeiro, UERJ, v. 11, n. 2, mai. 2012, pp. 285-306. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3101/2222>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

²⁶² Vale sublinhar que, entre as décadas de 1960 e 70, ocorreu uma série de questionamentos, especialmente nos EUA e Europa, acerca do protagonismo e da atuação feminina na sociedade moderna. De acordo com a historiadora Maria Izilda Matos, foi também “[...] na década de 70, (que) as mulheres ‘entraram em cena’ e se tornaram visíveis na sociedade e na academia, na qual os estudos sobre a mulher se encontravam marginalizados na maior parte da produção e na documentação oficial”. In: MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. 2 ed. Bauru: Edusc, 2000, p. 09-10. No Brasil, não é fruto de qualquer coincidência que, em 1976, após o assassinato de Zuzu (embora não seja exclusivamente em função da morte dela), tenha sido

A trama cinematográfica apresenta a protagonista Zuzu enquanto uma história de vida marcada por uma trajetória de oposição aos costumes da época, destoando inclusive da imagem que as mulheres deveriam apresentar socialmente nos anos 1950 e 1960 (doméstica, recatada, passiva): separada, depois desquitada do americano Norman Angel Jones – com quem teve três filhos – Zuzu sustentou a família trabalhando inicialmente como costureira e, entre as décadas de 1960 e 70, quando se tornou uma das mais importantes estilistas de moda no Brasil e exterior.²⁶³

Sua personagem, no filme, surge como uma *“heroína que luta para alcançar um objetivo bem definido: encontrar o filho ou ao menos reaver seu corpo”*.²⁶⁴ A narrativa expõe a angústia pela busca de seu filho, Stuart, os diversos conflitos com personagens que representam os militares e as relações com aliados que auxiliam na caminhada desta luta por verdade e justiça. O filme também retrata Zuzu como uma pessoa *“esclarecida e com opiniões próprias”*. De acordo com Cláudia Schemes, Denise Araújo e Paula Puhl:

Zuzu Angel já era bastante politizada, o que era raro naquela época para uma mãe de família. Ela era uma mulher à frente do seu tempo, como evidenciam as atitudes tomadas por ela ao longo de sua vida. Segundo depoimento de sua filha mais velha, Zuzu sempre foi politqueira. Era juscelinista. Participou dos comitês de mulheres pró-JK. Era anti-lacerdista até o último fio de cabelo. Anti-UDN. Quando havia o risco de Juscelino ser preso, ela nos levou para fazer vigília no apartamento dele, em Ipanema. Assim como fomos levá-lo ao aeroporto, cantando o *Peixe Vivo*, quando foi embora do país [...].²⁶⁵

E, ao lado desta característica politizada, esclarecida e de posições próprias, Zuzu ora aparece como *“uma mulher atraente, inteligente e corajosa; estilista de sucesso; mãe dedicada e amorosa”*²⁶⁶, ora a trajetória de uma mulher – quando no filme a acompanhamos em busca de informações sobre o “desaparecimento” de Stuart – que enfrenta os silêncios, as adversidades, as ameaças e as possíveis alianças, e que na

[...] batalha entra em conflito com outros personagens, particularmente os militares – seus antagonistas -, mas também com outras figuras que obstam seu caminho, como um capelão que apoia as torturas ou um jornalista que se nega a publicar qualquer referência a Stuart, por impedimento da Censura. De outro lado, conta com aliados,

criado em São Paulo o já mencionado “Movimento Feminino pela Anistia”, sob a liderança de mulheres como Therezinha Zerbini.

²⁶³ SILVA, Priscila Andrade da. **A moda de Zuzu Angel e o campo do design**. Dissertação (Mestrado em Design). Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2006, 140f.

²⁶⁴ LEME, op. cit., p. 95.

²⁶⁵ SCHEMES; ARAÚJO & PUHL, op. cit., p. 4-5.

²⁶⁶ LEME, op. cit., p. 212.

como as amigas Lúcia e Elke, as filhas Hilde e Ana, o advogado Fraga e os norte-americanos Ray Bunker, da Anistia Internacional, e senador Church.^{267 268}

Por fim, vale dizer que esta produção fílmica é fundamentalmente dramática e comovente, na medida em que

O espectador compartilha o sofrimento da personagem, se compadece da dor da mãe e se revolta com a deformação do sistema legal e com a impunidade dos torturadores. Por outro lado, o desfecho não deixa de ser apaziguador, pois o filho depois de brutalmente assassinado volta serenamente para acalantar a mãe. O caso é plenamente esclarecido e não há a angústia da dúvida. Os letrados informam que a morte de Zuzu foi reconhecida como assassinato pela Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos.²⁶⁹

Embora concordemos com Leme que o “*desfecho não deixa de ser apaziguador*”, na medida em que o filme “recoloca” o filho em cena (numa espécie de sonho acordado de Zuzu) para “*acalantar a mãe*”, após seguirmos a luta daquela mulher e sabermos em detalhes do brutal assassinato de Stuart, temos uma interpretação conclusiva um pouco diferente.

Para nós, ao mover-se por meio de uma estrutura narrativa que pendula – no trabalho de rememorar na ficção a trajetória de Zuzu Angel (e dos quarenta anos de sua morte) – entre um sentimento de profunda tristeza e indignação com o fim trágico da mãe e do filho e uma esperança de que a verdade sobre as atrocidades da ditadura venha à tona e a justiça seja feita no tempo presente (os letrados no final da película referem-se a morte de Zuzu reconhecida pela Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos), o filme de Sérgio Rezende adquire um novo significado histórico – tanto no cinema, quanto no protagonismo feminino – ao convergir com o mencionado reconhecimento do próprio Estado em 2019 acerca dos assassinatos cometidos contra Zuzu e Stuart Jones.

Ao lado de narrativas ficcionais baseadas em fatos e contextos históricos reais, temos também a produção de documentários. Sem ter a pretensão aqui de teorizar diferenças e aproximações entre o documentário e o ficcional, certo é que o cinema documentário possui uma maneira peculiar de “*se engajar no mundo pela representação*” que se caracteriza por

²⁶⁷ Ibidem., p. 199.

²⁶⁸ Soma-se a outra passagem, relacionada ao assassinato de Sônia Angel Jones – uma das militantes de esquerda cruelmente torturadas pela ditadura no Brasil – na qual o filme utiliza a voz da protagonista principal (Zuzu/Patrícia) com o objetivo de gerar uma memória da herança nefasta do regime. Na cena, vemos Zuzu usar o gravador e relatar (para nós?): “*Em 1973, nova tragédia: a viúva de meu filho, Sônia, foi presa quando voltou da clandestina ao Brasil. Antes de ser assassinada, ela levou choques, foi espancada, seviciada com um cassete e teve os seios arrancados. Seu corpo também nunca foi entregue à família*”. (LEME, 2013, p. 42). Por seu turno, A história de luta da mãe de Sônia Angel Jones, Cléa, será abordada na análise do documentário “*Memória para uso diário*”.

²⁶⁹ Ibidem., p. 212.

um retrato do mundo que nos é familiar, cujos temas necessariamente representam os interesses de outros e que, tal como os advogados, “*defendem uma determinada interpretação das provas que temos diante de nós*”.²⁷⁰

Estas três características – retrato “familiar” do mundo, tema de interesse público e defesa de uma interpretação baseada em evidências – estão presentes na história dos documentários no Brasil, especialmente a contar da década de 1980. Produções distintas de variados períodos como “*Linha de Montagem*” (1981), de Renato Tapajós, “*Cabra Marcado Pra Morrer*” (1984) e “*Boca de Lixo*” (1993), de Eduardo Coutinho, “*Notícias de uma Guerra Particular*” (1999), de Kátia Lund e João Moreira Salles, “*Hércules 56*” (2006), de Silvio Da-Rin, ou, mais recentemente, “*Menino 23 – infâncias perdidas no Brasil*” (2016), de Belisário Franca, fazem parte de uma extensa lista de filmes que possuem as características apontadas acima.

Mas, do ponto de vista do lugar de destaque ocupado pelas mulheres na história do cinema e, como vimos no início do tópico, mesmo das produções culturais no Brasil, a lista ainda é bastante curta²⁷¹. Um dos primeiros filmes de caráter documental a explorar este viés foi “*Mulheres no Cinema*”, produzido e dirigido por Anna Maria Magalhães em 1976. Por outro lado, fato é que os documentários – e mesmo ficções preocupadas em abordar e reelaborar o “real” histórico – tornaram-se um campo privilegiado para travar batalhas pela memória de mulheres que militaram/militam contra a ditadura e que sofreram na pele as atrocidades do regime.

Neste sentido, quando falamos em documentários que focalizam memórias, experiências e representações de mulheres relacionando-as ao período ditatorial no Brasil, tomando-as como protagonistas de sua própria história, impossível não analisar o documentário “*Que bom te ver viva*” (1989), produzido e dirigido por Lúcia Murat. É preciso reconhecer, no entanto, que sobre este filme e sua relação com mulheres, gênero, ditadura e memória existe um conjunto significativo de abordagens e estudos.²⁷²

²⁷⁰ NICHOLS, op. cit., p. 61- 62.

²⁷¹ RAMOS, **História do cinema brasileiro...** op. cit. Ver também: LIMA, Fernanda Luiza T. **Batalhas pela memória: verdade, reparação e justiça nas narrativas historiográficas e filmicas sobre a ditadura chilena (1973-2015)**. 147f. Dissertação (Mestrado – História), UFOP, 2015. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/9082/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_BatalhasMem%c3%b3riaVerdade.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

²⁷² TEGA, Danielle. **Mulheres em foco: construções cinematográficas brasileiras da ...** op. cit., 2010. ; LEME, Caroline G. **Ditadura em imagem e som: trinta anos de produções cinematográficas...** op. cit., 2013. ; BEZERRA, Claudio. **A personagem no documentário de Eduardo Coutinho**. São Paulo: Papirus, 2014. ;

Segundo Tega, Lúcia Murat aderiu no final da década de 1960 às atividades do diretório Acadêmico e no interior do movimento estudantil. No ano de 1968, aos 17 anos, foi presa pela primeira vez quando participava do Congresso da UNE, em Ibiúna. A partir desse momento, foi considerada uma pessoa “marcada” pelos agentes da repressão. Ainda em 1968, quando da institucionalização do AI-5, foi presa em São Paulo onde permaneceu na prisão por aproximadamente sete dias. Em consequência do acirramento da repressão, ingressou na clandestinidade, abandonando a vida “legal”²⁷³. Em entrevista à Nagib, Murat afirmou o seguinte:

Em setembro de 1969, depois do sequestro do embaixador americano, entrei na clandestinidade total. Foi um período negro em minha vida. Fiquei um tempo na Bahia. Descoberta, consegui não ser presa. Fiquei, por três meses, trancada dentro de um apartamento até conseguir ser levada para o Rio. Cercada pouco depois, em abril de 1971, fui presa e torturada nos dois meses e meio em que estive do DOI-Codi. Uma experiência que me marcou para o resto da vida.²⁷⁴

De acordo com Aruana Menegasso, esta e outras produções cinematográficas da cineasta²⁷⁵ guardam relações intrínsecas com sua experiência histórica de militância política quando participou da luta armada pelo “Movimento Revolucionário 8 de Outubro” (MR-8), até o ano de 1971. Além disso, o que ela produz significa também uma contraposição

[...] à imagem do ideal do guerrilheiro, caracterizado pela força e pela virilidade masculina, representando em figuras como Lamarca e Mariguela. Essa contraposição é levada à cabo como forte base na própria experiência vivida pela diretora Lúcia Murat.²⁷⁶

A cineasta transformou sua luta e dor em produção cultural, sua luta permanece presente no processo de elaboração de suas obras. Lúcia Murat relata como a ideia do filme

ROCHA, R. C. Que Bom Te Ver Viva: Gênero, Ditadura, Anistia e Memória. **Contemporâneos**. Santo André, n.14, p.01-17, 2016. ; VASCONCELOS, Isabela. **Mulheres militantes: retratos das figuras ...** op. cit., 2018. ; MENEGASSO, Aruana M. **Anos de chumbo nas telas do cinema de Lúcia Murat: ...** op. cit., 2018. ; AGUIAR, Jéssica Carolina Aparecida de; TROMBINI, Mariana da Cunha; GUTIERRE., Maria Madalena Borges. Que bom te ver viva: vozes da resistência feminina na Ditadura Militar brasileira. **Revista Eletrônica de Letras**, Franca, v. 12, n. 12, p.1-47, jan. 2019. Anual. Disponível em: <file:///C:/Users/Asus/Downloads/1730-4608-1-PB.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

²⁷³ TEGA, op. cit., p. 55.

²⁷⁴ Idem, p. 51.

²⁷⁵ Segundo Tega (2010, p. 56), filmes como *Doces Poderes* (1997), *Brava Gente Brasileira* (2000) e *Quase dois irmãos* (2004), além de *Que bom te ver viva* (1989), e, mais recentemente, *A Memória que me contam* (2012), são os exemplos onde a questão da violência (ou o trauma da violência) aparece de forma mais manifesta na obra da cineasta.

²⁷⁶ MENEGASSO, op. cit., p.166.

germinou, em meio as cicatrizes ainda presentes no seu corpo e na sua mente. Na mesma entrevista a Nagib, a cineasta narrou as “razões” do filme:

Certo dia acordei com a ideia do que viria a ser *Que bom te ver viva*, uma possibilidade de trabalhar com documentário e ficção, ego e superego, intimidade e distanciamento. Acordei com a estrutura de um filme sobre as mulheres torturadas na época da repressão, que depois fui depurando. A estreia de *Que bom te ver viva* foi muito profunda, emocionante, não só pra mim como para todos que participaram do filme. Foi uma sensação prazerosa; pela primeira vez, depois de tanta violência sofrida, podíamos falar. A repercussão do filme foi enorme.^{277 278}

Uma característica peculiar desta produção é a inter-relação entre a natureza do documentário e aspectos ficcionais, propondo ao expectador uma conexão do sujeito com as ações repressivas e as torturas praticadas pelos agentes, a partir do prisma das mulheres: são oito personagens que perpassam a narrativa fílmica, relatando suas experiências de luta contra o regime.

O documentário traduz a intenção da cineasta de apresentar “a tortura durante a ditadura no Brasil”, dando voz a mulheres que sobreviveram e relatando o que significa viver com a memória sobre um período repleto de violência após mais de 20 anos do Golpe de 1964. O acervo documental permeia a vida de mulheres que experimentaram na “pele” a militância política, conseqüentemente as torturas. O documentário caracteriza-se por edificar sua narrativa com um repertório indicial²⁷⁹, desde recortes de jornal com notícias da época (evidenciando a cobertura da mídia com relação a oposição travada pelos/as militantes das organizações de esquerda) até a utilização de documentação produzida pelos agentes da repressão, como certidões que comprovam o monitoramento dessas pessoas, documentos com ordens de busca e apreensão e outros que reportavam-se de maneira a desclassificar as ações de militância.

A produção fílmica adentra a ficção, a partir do momento que Murat apresenta uma personagem “sem nome”, que é protagonizada pela atriz Irene Ravache: sua participação contextualiza-se através em “monólogos” que são intercalados entre os testemunhos das militantes. E, ao mesmo tempo, a ficção é penetrada de situações e experiências concretas, quando ela introduz no documentário – através da performance de Ravache e dos

²⁷⁷ TEGA, op. cit., p. 56.

²⁷⁸ Mas, mesmo diante de um misto de emoções no lançamento da produção cinematográfica, a cineasta também apontou na entrevista que a produção do filme foi envolta ainda no período em que os órgãos da repressão ainda estavam próximos, tendo como consequência o recebimento de ameaças veladas antes do lançamento.

²⁷⁹ NICHOLS, op. cit.

depoimentos das ex-militantes de luta armada – a sua própria experiência de vida e de luta, estabelecendo um contraponto em relação ao que prevalecia até então nas produções fílmicas, ao enfatizar a figura da mulher militante.

Segundo Rocha, esta produção fílmica da cineasta tem caráter “testemunhal”, pois fomenta um “trabalho da memória” remetendo a resistência e a luta contra o regime ditatorial e suas sequelas trágicas:

Ao garantir espaço para os depoimentos das situações de violência, histórias do exílio, testemunhos da clandestinidade e a narração da dor, os depoimentos destas mulheres, militantes, mães, filhas, estudantes buscam representar as situações históricas determinadas pelas quais passaram suas narradoras. Essas mulheres são consideradas testemunhas e sobreviventes, ou seja, os depoimentos registrados também possuem um caráter jurídico e histórico.²⁸⁰

Uma outra característica das obras cinematográficas produzidas por Lúcia Murat consiste em realizar aquele “trabalho de memória” no sentido de explorar o problema da violência sofrida por mulheres – foi o caso dela – ao participar de organizações de resistência e luta contra a ditadura. Aqui, por exemplo, a questão da tortura ao corpo feminino atinge o seu clímax. Como afirma Caroline Leme:

Que bom te ver viva é, entre todos os filmes brasileiros, o que tematiza mais a fundo a tortura do corpo feminino. Trabalha com depoimentos de ex-militantes de esquerda que foram presas pelos órgãos de repressão do regime militar e não busca simplesmente descrever ou narrar as vivências das ex-presas políticas torturadas, denunciando sevícias por que passaram, mas aprofunda-se na abordagem das consequências das experiências de tortura para o cotidiano dessas mulheres. Esse filme coloca o corpo feminino em questão e trata das dores, dos traumas e dos estigmas que essas mulheres carregam consigo ao longo dos anos.²⁸¹

Mas, por outro lado, realizar filmes como estes também significa um modo de enfrentar e – quem sabe – superar as dores, os traumas e estigmas. Apropriando-nos de conhecida assertiva de Walter Benjamin²⁸², a “politização da arte” – desde que de forma não dogmática e com a clareza de quem sabe as razões do posicionamento diante das misérias do mundo – pode ser uma “arma da crítica” a ditadura.

Em outra entrevista, concedida para Henrique Augusto na “Revista de Cinema”, ela afirma essa perspectiva ao promover a relação entre a arte e o sujeito que a produz e a relevância do cinema – para além de uma “grande indústria” – enquanto manifestação artística

²⁸⁰ ROCHA, op. cit., p. 11.

²⁸¹ LEME, op. cit., p. 46.

²⁸² BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2012, v. 1.

de um “processo de elaboração” autoral, portanto, ligado ao seu objetivo de debater com o público (politizar) as experiências de dor e sofrimento²⁸³:

Acho que questões como a da violência vão ficar eternamente prá mim. De certa maneira, apesar de o cinema ser uma grande indústria onde gira muito dinheiro, acabou sendo uma maneira de eu sobreviver a tudo isso discutindo essas questões [...] Eu acho que a arte tem muito a ver com o sujeito. Não que ela seja realisticamente autobiográfica, mas tem a ver com seus questionamentos, angústias. Ou seja, é trabalho autoral. O meu cinema é autoral, eu não faço cinema sob encomenda, então inevitavelmente eu estou presente [...].²⁸⁴

O desejo de Lúcia Murat era lançar o filme no ano de 1988, como uma manifestação de 40 anos da Assinatura da Declaração dos Direitos Humanos da ONU, haja vista que “*Que bom te ver viva*” era (é) considerada para Lúcia Murat citada por Tega como “*de grande importância para a história do Brasil, porque pretende resgatar uma parte da memória nacional de difícil assimilação*”.²⁸⁵

Ainda segundo Tega, a produção filmica foi classificada em críticas de cinema como “*um filme fundamental*”, “*que resgata fatos, memória e sabe como trabalhar essa investigação na direção do futuro*”, sendo “*impossível ver sem se emocionar*”, embora seja “*antes de tudo cinema, bem elaborado, estruturado*”.²⁸⁶ Memórias que precisam ser resgatadas e trazidas à tona, em especial as lembranças das mulheres que lutaram, resistindo as arbitrariedades que o regime ditatorial impôs aos que estiveram na frente da batalha em defesa da liberdade e da democracia.

Recentemente, Lúcia Murat produziu “*Memórias que me contam*” (2013), ficção que trabalha com as difíceis experiências de rememoração do período da ditadura. Inclusive o filme compartilha suas experiências pessoais de luta. Anos antes da produção do filme, morria Vera Silvia Magalhães, amiga de Lúcia e conhecida militante de organização de luta armada (Dissidência Comunista da Guanabara e do MR-8). A morte da companheira, os resíduos de angústia e dor sofrida por Lúcia e as dúvidas que ainda pairam sobre questões delicadas como

²⁸³ Como afirma Isabela Vasconcelos (2018, p. 9), citando o livro de Tega: “*Estas mulheres, em seus depoimentos, tem a possibilidade de contar suas histórias do período de militância e refletir sobre como este passado político se articula no presente, onde elas assumem outros papéis. Elas reconstróem através da fala seus sentimentos em relação ao período e à luta política. Dessa forma, Murat ‘(...) une o afetivo ao histórico, o individual ao geral, politizando o privado*” (TEGA: 2010, 133).

²⁸⁴ TEGA, op. cit., p. 56.

²⁸⁵ Idem.

²⁸⁶ Ibidem., p. 57.

a opção pela luta armada, a imagem idealizada do guerrilheiro e a crença na “revolução” marcaram a feitura desta película.²⁸⁷

Produção cinematográfica com fortes traços autorreferente, visto que há sua inserção pessoal como uma das personagens na trama, assim como a homenagem à companheira Vera Magalhães²⁸⁸, companheira com fortes laços afetivos com Lúcia Murat na vida real. Segundo Menegasso o filme aborda: “... *ideais e a visão política dos filhos daqueles que viveram a Ditadura. Diferenças entre gerações sugerem diferenças entre sobreviventes e herdeiros da história*”²⁸⁹. Os personagens da narrativa explicitam diversos sentimentos e reflexões, no entanto, as considerações não desvendam as questões levantadas de maneira direta, desse modo, tende a instigar problematizações a serem confrontadas pelos expectadores.

Por fim, em 2014, tivemos o lançamento de “*Retratos de identificação*”, documentário dirigido por Anita Leandro – professora da Escola de Comunicação e Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Partindo de registros de identificação destes militantes – o fichamento, ordens de captura, fotografias das torturas etc. – entre os anos de 1969 a 1976, o documentário procura estabelecer um diálogo entre as memórias destes homens e mulheres que lutaram contra a ditadura e o testemunho de alguns de seus amigos e parentes, ou, no dizer de Maria Guiomar Frota, das “*relações entre os retratos da repressão e os testemunhos das vítimas, ao longo de um processo conflituoso de reconstituição das memórias e de reconfiguração das identidades*”.²⁹⁰

Uma personagem feminina em destaque é Maria Auxiliadora Lara Barcelos. O documentário mostra a história de Maria Auxiliadora, acompanhada de dois companheiros, Antônio Roberto Espinoza (seu marido) e Chael Charles Schreier, foram presos em um cerco planejado no aparelho em que viviam, em 21 de novembro de 1969. Levados para o DOPS-RJ e brutalmente torturados, Chael Schreier não resistiu a violência das torturas e morreu 24 horas depois de sua prisão. Antônio Espinoza e Maria Auxiliadora resistiram por um longo tempo presos; foram envolvidos na operação que enviou para o exílio aproximadamente 70

²⁸⁷ Sobre esta e outras análises ver: MENEGASSO (2018).

²⁸⁸ Sobre Vera Magalhães, consta a produção do documentário “Vera Magalhães, a história de uma guerrilheira” (Direção: Ivan Santos, 2011).

²⁸⁹ MENEGASSO, op. cit., p. 25

²⁹⁰ FROTA, Maria Guiomar da C. Retratos e testemunhos nas memórias da repressão e da resistência: uma interpretação do filme *Retratos de Identificação* dirigido por Anita Leandro. In: **XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação** – “Informação, sociedade, complexidade”. Marília: UNESP, 23 a 27 de outubro de 2017, pp. 01-15. p. 2.

presos políticos no ano de 1971, em troca da vida do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Bucher.²⁹¹

Maria Auxiliadora foi para o Chile – onde tentou concluir o curso de medicina, porém, após o golpe de Pinochet em 1973, teve de solicitar asilo no México. Posteriormente, foi para Bélgica, onde viveu até o ano de 1974. Neste mesmo ano conseguiu uma bolsa de estudos em Berlim. Ao quase concluir sua formação, ela começou a ter problemas de saúde, em particular, situações decorrentes de “amnésia”, sendo necessário sua internação em uma clínica psiquiátrica. No ano de 1976, depois de ter tido alta, voltou aos estudos, mas meses depois suicidou-se jogando-se numa linha de metrô.²⁹²

O documentário expõe que as marcas psicológicas que o regime operou na vida dos militantes políticos, por meio da violência ficaram para toda a vida; algumas vítimas conseguiram sobreviver e conviver com toda a dor gerada. Mas, muitos não resistiram as atrocidades que a ditadura militar estabeleceu em suas vidas, inclusive por meio das torturas legitimadas pelo Estado. Segundo Lessa Filho, a obra cinematográfica de Anita Leandro, “*segue o desejo de (Walter) Benjamim*”²⁹³, qual seja

[...] o de resgatar os nomes, as fisionomias, os locais e a marca afetiva de três homens e uma mulher (dois vivos e dois mortos) profundamente censurados pelo horror ditatorial, fazendo das imagens-arquivo uma nódoa de sangue no tempo e, simultaneamente, um testemunho fundamental das violências e humilhações executadas pelos órgãos militares da época.²⁹⁴

Assim, o documentário de Anita Leandro expõe “fotos de prisioneiros” analisando a sobrevivência dos arquivos no que tange o exercício de uma “memória nacional”, pois até então, as imagens utilizadas no filme foram produzidas pelos agentes da repressão. No entanto, as imagens e documentos que foram construídas com o intuito de “fichar, documentar

²⁹¹ LESSA FILHO, R. Retratos de identificação. In: **Significação: revista de cultura audiovisual**, 46(52). <https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.2019.148487>

²⁹² Informações retiradas do depoimento de Clélia Lara Barcellos – mãe de Maria Auxiliadora. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=h2J7bkR66yo>. Acesso: 26.12.2019.

²⁹³ Segundo Lessa Filho (2019, p. 103 citando Farge, 2009), uma das mais importantes historiadoras francesas do século XX, evocava a profunda e complexa experiência dos arquivos que frequentava. Ela chamou esta experiência da vivência dentro dos arquivos de “[...] (O sabor do arquivo), título de ensaio precioso onde a autora desenterra documentos arquivados – e por tanto tempo esquecidos – daqueles que careciam de história, ou para utilizar as palavras de Walter Benjamim (2012a), daqueles cujos destinos não prestavam contas à história oficial, daqueles que partilhavam na obscuridade do mundo uma história derrotada por serem eles mesmos seres vencidos por uma violência gradativa”.

²⁹⁴ LESSA FILHO, op. cit., p. 103.

e condenar” os militantes políticos na época da ditadura transformaram-se em concretização de provas dos crimes cometidos pelos agentes.

“Retratos de identificação” traz ao espectador uma tonalidade de comprovação e legitimação, auxiliando em uma narrativa histórica que não foi a “oficial”, contando a história de personagens históricas que foram “vencidas” pelo regime. A documentação arquivística utilizada como embasamento da discussão em torno do filme, sugere às testemunhas “*um confronto com as imagens do passado*”, expondo “*cicatrices da memória traumática*”.²⁹⁵

Após vinte e cinco anos de “*Que bom te ver viva*”, este é um documentário que também expõe um passado tão cruel e tão presente em pleno século XXI. Mas o faz através de um estudo elaborado e minucioso do papel das imagens documentais sobre a ditadura civil-militar. A própria diretora, em recente artigo, compartilhou uma questão emblemática que a moveu a realizar o documentário:

Num país em que uma memória coletiva sobre o passado ainda não foi suficientemente elaborada, como é o caso do Brasil em relação à ditadura militar, qual seria o papel das imagens documentais na construção das narrativas históricas sobre esse período?.^{296 297}

Anita Leandro fala, a certa altura do artigo, a respeito de uma disputa *com as* imagens referindo-se às enormes dificuldades em compor de modo coerente os arquivos documentais de militantes presos e torturados. Além de uma “dimensão lacunar” própria destes arquivos, eles “*dão acesso apenas a fragmentos de uma história ainda a ser escrita*” ou a “*sobras do passado*”, mesmo quando se tratam de grandes acervos da ditadura disponíveis em instituições de salvaguarda documental. E existem os problemas dos escritos e/ou filmagens de militantes que ficaram presos em diferentes presídios e em condições precárias.²⁹⁸

É aí que entra, segundo ela, o lugar ocupado pela montagem fílmica, que pode, através da seleção, construção e articulação entre diferentes imagens recompor um passado que ainda

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ LEANDRO, Anita. Os acervos da ditadura na mesa de montagem. In: **Logos** 45. Rio de Janeiro, V. 23, n. 02, 2º semestre 2016, pp. 103-116. p. 104.

²⁹⁷ Para a professora e cineasta, um dos desafios postos a/ao documentarista está relacionado a uma disputa *pelas* imagens (direito de acesso às fontes, muitas são “*segredos de Estado*”), *com as* imagens (em defesa delas, “*apreendendo-as como objetos, ao mesmo tempo, estéticos e políticos, irredutíveis, por essa razão, ao papel de mera ilustração de conteúdo histórico*”) e *entre as* imagens (durante o processo de montagem, quando se cruzam as fontes utilizadas e se produz um conhecimento fílmico de uma determinada história) (LEANDRO, 2016, p. 104).

²⁹⁸ LEANDRO, op. cit., p. 107.

é pouco conhecido. Neste trecho, ela faz uma referência a montagem das narrativas de Maria Auxiliadora Barcelos para “Retratos de Identificação”.

Inicialmente, partiu dos dois principais documentários sobre a tortura – “*Não é hora de chorar*” (de Luiz Alberto Sanz e Pedro Chaskel, Chile, 1971) e “*Brazil: a Report on Torture*” (de Saul Landau e Haskell Wexler, EUA, 1971) – produzidos na época em que parte dos 70 militantes brasileiros trocados pelo embaixador suíço Eugênio Bucher, concederam entrevistas às equipes. Porém, nós podemos fazer uma questão relevante: no processo de montagem, como tornar Maria Auxiliadora uma protagonista da história no combate à ditadura no Brasil sem correr o risco de apenas “reduzir” ou “ilustrar” – e até mesmo “romantizar” – o seu passado? A cineasta parece responder quando diz:

[...] Entre os entrevistados dos filmes de Sanz-Chaskel e de Landau-Wexler está Maria Auxiliadora Lara Barcellos, que explica, de maneira detalhada, as diferentes formas de tortura a que fora submetida no DOPS da Guanabara e na PE da Vila Militar do Rio de Janeiro. Maria Auxiliadora se suicidaria mais tarde em Berlim, durante o exílio, em 1976, o que torna as entrevistas filmadas em 1971 documentos raros. As falas de Maria Auxiliadora existentes nos dois filmes são retomadas quase que integralmente em Retratos de identificação. A montagem as coloca em diálogo com duas outras testemunhas vivas (Antônio Roberto Espinosa e Reinaldo Guarany) e com duas séries de fotografias localizadas no acervo Polícias Políticas do APERJ. Essas séries foram produzidas em diferentes momentos da prisão de Maria Auxiliadora. A primeira delas foi feita em novembro de 1969, no ato da prisão, ao dar entrada do DOPS. Nessas fotos, ela aparece vestida, em plano aproximado cintura, de frente e de perfil. A segunda série foi produzida um ano depois, em dezembro de 1970, durante o exame de corpo de delito a que foram submetidos os 70 prisioneiros trocados pelo embaixador suíço, fotos em que ela aparece nua, de corpo inteiro, de frente, de costas e de perfil esquerdo e direito. A fala de Maria Auxiliadora rememora fatos de extrema violência e era preciso que a montagem se colocasse à altura da gravidade do seu discurso [...] A montagem de 2014 deveria se oferecer como o lugar de um encontro, enfim, possível entre a fala de uma sobrevivente, filmada em 1971, e os documentos relacionados à sua prisão, produzidos entre 1969 e 1970...²⁹⁹

Neste sentido, concordamos com Rovai, quando diz que as produções filmicas fornecem uma maneira de inter-relação com narrativas históricas contemporâneas no país, propondo uma série de reflexões e análises sobre a ditadura brasileira nas telas do cinema, pois estes filmes

[...] articulam, cada qual a seu modo, com certos recursos técnicos, uma ideia a respeito da vida social e política brasileira durante o período da ditadura militar. Destarte, merecem ser vistos como uma intervenção sobre essa realidade, uma forma

²⁹⁹ Ibidem., pp. 107-108.

de experimentar fatos e acontecimentos ainda muito presentes, pois se referem a um passado que ainda não passou, que permanece e incomoda.³⁰⁰

Os filmes podem “resgatar”, mas também produzir e ressignificar diferentes versões e interpretações sobre acontecimentos e processos históricos, como é o caso do protagonismo feminino durante a ditadura civil-militar nas telas do cinema brasileiro. Considerando o fato de que as mulheres tenham se tornado epicentros reais e complexos de produções filmicas no país a contar, em nosso entender, do documentário *Que bom te ver viva*, entendemos que ainda é recente (30 anos) a necessidade de reafirmar esse protagonismo no combate ao legado da ditadura.³⁰¹

Nossa pesquisa defende que as mulheres tiveram um protagonismo significativo na luta contra o regime ditatorial, indo além das contestações políticas, mas reivindicaram ainda que de maneira secundária (velada), questões sociais sobre o feminino, sobre o lugar de atuação e posicionamento como sujeitos de classes, fazendo transpor as relações de gênero. Deste modo, fazer uso de representações das mulheres nas produções cinematográficas – particularmente quando são alçadas à condição de militantes e protagonistas – garante que possamos destacar o seu lugar específico na história e, ao mesmo tempo, na defesa da memória e da verdade e na luta pelos direitos civis e políticos (questões amplas). Segundo Rocha as mulheres:

[...] afirmaram sua presença no espaço político e colocaram em xeque valores e hierarquias estabelecidas no código social vigente, em que a mulher é comumente percebida em um papel secundário e passivo. Ao abraçarem uma causa coletiva, como a oposição à ditadura militar implantada no Brasil, romperam com o que era esperado de uma mulher, adotando outras identificações, até então, a elas negadas.³⁰²

Mulheres militantes que desbravaram novos caminhos de atuação política, tiveram que enfrentar as arbitrariedades da ditadura, impondo seu desejo de mudança e a construção de um sonho: uma sociedade mais justa e com mais possibilidades de atuação feminina. Neste sentido, compreendemos que o cinema – e, em especial, o campo dos documentários – pode

³⁰⁰ TEGA, op. cit., p. 44.

³⁰¹ Em setembro de 2019 foi lançado o documentário “Torre das donzelas” que também é uma produção filmica que enfatiza memórias de mulheres que militaram contra a ditadura civil-militar no país. A produção cinematográfica tem como direção Susana Lira – diretora, roteirista, produtora. O documentário apresenta testemunhos de mulheres, presas políticas do regime ditatorial, após quarenta anos. Torre das donzelas era o nome denominado a penitenciária onde estas mulheres foram presas. Uma personagem que se destaca na produção é o relato de Dilma Rousseff – ex Presidente da República. Não analisamos detidamente este filme, porém no trailer oficial do mesmo, conseguimos perceber a rev isitação que estas mulheres fazem nas suas próprias histórias, com depoimentos repletos de emoção.

³⁰² ROCHA, op. cit., p. 3.

auxiliar significativamente na construção de reflexões e análises sobre a experiência ditatorial no Brasil recente.

A partir de obras filmicas que abordaram temáticas e problemas históricos candentes no país, tais como denúncias sobre as arbitrariedades e atrocidades cometidas pelo regime ou as memórias dos que resistiram e lutaram em defesa das liberdades democráticas, e, um dia, do socialismo e do comunismo. O mesmo vale para a investigação de produções cinematográficas que nos permitam trabalhar com a presença e o protagonismo das mulheres na oposição à ditadura e o seu nefasto legado.

Deste modo, vamos focalizar a análise em dois documentários específicos que, em nosso entender, trabalham a dialética entre o passado e o presente da ditadura brasileira através das memórias e da participação ativa de mulheres na militância contra toda e qualquer forma de violação dos direitos humanos: “Memória para uso diário” (2007), dirigido por Beth Formaggini e “Em busca de Iara”, direção de Flavio Frederico, mas roteirizado e produzido por Mariana Pamplona (sobrinha de Iara).

A escolha e análise destes documentários está pautada em uma interpretação pessoal sobre questões emergentes para debates e reflexões; entendemos que nossas fontes audiovisuais partem de um tripé – memória / ditadura / mulheres – que possibilitam um debate historiográfico sobre a militância feminina no período da ditadura civil-militar. Estas reflexões promovem o olhar atento as memórias: de mulheres que lutaram por mais de 21 anos contra a ditadura; de mulheres que sobreviveram aos horrores do regime; dos familiares de militantes políticos que não sobreviveram as atrocidades; de mulheres que lutam na contemporaneidade contra a violência herdada da ditadura, buscando por justiça, diante de uma rotina de violência policial nas periferias do país. Os documentários de Lúcia Murat (*Que bom te ver viva*), Beth Formaggini (*Memória para uso diário*) e Mariana Pamplona (*Em busca de Iara*) possibilitam uma inter-relação de análise no que toca a questão da memória, ambas produções estão permeadas pela disputa de memórias de mulheres em suas diversas especificidades de luta.

É o que veremos nos dois próximos capítulos.

CAPÍTULO 2 – “MEMÓRIA PARA USO DIÁRIO” OU ELAS DIZEM: “DITADURA NUNCA MAIS!”

2.1. Contexto histórico de produção

“Memória para uso diário”, lançado nacionalmente em dezembro de 2007, é um documentário brasileiro dirigido por Beth Formaggini. Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mas, desde jovem, apaixonada pelo cinema e, especificamente, os documentários ³⁰³, Formaggini (atualmente com 67 anos) tem em seu currículo trabalhos como “Coutinho.doc – ap. 608” (2008), “Cidades invisíveis” (2009) e, mais recentemente, “Pastor Cláudio” (2017), este último um documentário polêmico envolvendo a história de um torturador na ditadura (o ex-delegado da DOPS, Cláudio Guerra) que se “transmutou” em pastor evangélico. Além disso, destaca-se sua participação em pesquisas e produções documentárias de Eduardo Coutinho (1933-2014), como “Babilônia 2000”, “Edifício Master” e “Peões”.

Beth Formaggini tornou-se pesquisadora, roteirista, diretora e produtora de filmes no Brasil ao longo da década de 1970 – contexto histórico no qual, ao mesmo tempo em que o regime ditatorial começava a transitar (lentamente) para uma distensão política, houve uma aproximação e apropriação da linguagem cinematográfica (e documentária) para dentro dos meios de comunicação de massa, em particular as grandes emissoras de televisão, como a Rede Globo.³⁰⁴

Em entrevista concedida à TV Cultura, em 2013, ela narrou um pouco de sua trajetória e atuação profissional, destacando a realização de pesquisas históricas e audiovisuais para o programa “Globo Repórter” na década de 1970. Nas palavras de Beth: “[...] foi uma época em que se produziu documentários para a televisão brasileira, nos anos 70, com linguagem de cinema, que é uma escola, para quem quer fazer documentário hoje...comecei a pesquisar estes documentários...”.³⁰⁵ Beth tem razão. Pois, de acordo com Alcides Freire Ramos, foi

³⁰³ Beth é Elizabeth Versiani Formaggini, natural de Montes Claros, Minas Gerais.

³⁰⁴ RAMOS, Alcides Freire. João Batista de Andrade e Eduardo Coutinho: aspectos estéticos, políticos e éticos da luta contra a ditadura militar In: ____; CAPEL, Heloisa & PATRIOTA, Rosângela. **Criações artísticas, representações da história**. São Paulo: Hucitec, 2010, pp. 13-27.

³⁰⁵ **Provocações com Beth Formaggini** - bloco 01. Rio de Janeiro: Tv Cultura, 2013. (13 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=171&v=n0eUBCnfS8Q&feature=emb_title>. Acesso em: 09 nov. 2019.

neste mesmo período que importantes documentaristas como João Batista de Andrade e Eduardo Coutinho, tiveram a experiência de aprimorar o trato estético, ético e político com a linguagem audiovisual, a produção/ressignificação do “real” e o trabalho de câmera – como se pode perceber em “Cabra Marcado Para Morrer”, de Coutinho.³⁰⁶

Mas também – e fundamentalmente – no exercício ético, estético e político de construir a relação com o “outro” diante da câmera³⁰⁷ (“*Quando você está trabalhando com o outro, você tem que estar o tempo todo atento pra que essa pessoa não vire objeto de chacota ou que tenha problemas no futuro com aquilo que ela está falando*”³⁰⁸) e no trabalho de rememoração, especialmente em se tratando de filmes sobre “períodos quentes” como a ditadura civil-militar no Brasil.

Em “Memória para uso diário”, Beth Formaggini estabelece esta dupla visada. O documentário aborda – numa relação dialética entre passado e presente – o tema da repressão, violência e tortura ocorridas durante (e após) a ditadura no Brasil através das trajetórias, narrativas e experiências sofridas por ex-militantes de organizações de luta armada, familiares de mortos e desaparecidos no regime e vítimas de violência policial em áreas periféricas no contexto histórico recente.

Estas histórias são “costuradas” no filme pelo trabalho realizado – atualmente, há mais de três décadas – pelo Grupo Tortura Nunca Mais (Rio de Janeiro). Trata-se de uma entidade privada da “sociedade civil”, instituída em 1985, por presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos que experimentaram situações de trauma, violência e tortura durante a ditadura.

Contra qualquer tipo de violação dos direitos humanos, buscam continuamente manter viva a memória dos que lutaram e dos que ainda lutam por justiça num país onde o Estado, mesmo após a Constituição “Cidadã” de 1988³⁰⁹, detém o monopólio estrutural da violência e em suas relações ampliadas (e estreitas) com os interesses de classe e de frações burguesas

³⁰⁶ RAMOS, João Batista de Andrade e Eduardo Coutinho... op. cit.

³⁰⁷ Essa relação com “outro” numa estética documental que se nega a “dar a voz”, mas que prefere escutá-la, tentando extrair dela uma riqueza de experiências, saberes e detalhes – uma característica essencial da obra de Coutinho, posto se tratar de um modo de fazer cinema marcado pela força da palavra oralizada, “*fortemente amparado na deriva narrativa do outro e cuja matéria basilar é a memória*” e, em algumas obras (como “Cabra Marcado Pra Morrer”), possui o intento “*de exumar o passado e de visitar algumas memórias da resistência, conferindo-lhes visibilidade (removendo o véu do esquecimento)*” pode ser visto em: RODRIGUES, Laécio R. de. Coutinho, leitor de Benjamin. In: *Devires*, Belo horizonte, UFMG, v. 8, n. 2, pp. 118-137, jul./dez. 2011

³⁰⁸ Esta fala está presente num trecho do arquivo de roteiro para o documentário “Pastor Cláudio”, citado a frente.

³⁰⁹ Um ciclo, aliás, que não se encerrou na transição do regime ditatorial para a democracia.

têm eliminado milhares de vidas, histórias, memórias dos que se opõem a determinado projeto social e/ou são criminalizados por suas instituições.³¹⁰

É o que pensa a própria cineasta em várias entrevistas nestes últimos anos³¹¹. Numa delas, concedida em 2014 ao Canal “Curta” – no contexto de rememoração dos 50 anos do Golpe de 1964 – Beth Formaggini afirmou o seguinte (e nos parece bastante atual!):

Eu acho que a grande herança, que a gente tem hoje no Brasil da ditadura militar, é a violência do Estado. Os crimes que a gente viu naquela época, a gente continua vendo hoje. A diferença é que são... os movimentos sociais são criminalizados, a pobreza é criminalizada...eu acredito que a ditadura militar, ela trouxe essa carga por conta da impunidade. A gente hoje vive num regime de exceção... porque hoje, agora e nesse momento tem alguém apanhando numa delegacia, tem uma criança num órgão que deveria protegê-la – apanhando ou sofrendo maus tratos!³¹²

Ou mais recentemente (2018), num trecho do arquivo de roteiro para o documentário “Pastor Cláudio”, quando, retomando em parte esta posição, a cineasta expôs a razão de se pesquisar e produzir filmes, como “Memória para uso diário” e o mencionado anteriormente, que combatam a memória “cristalizada” (ou “oficial”) da ditadura:

[...] preencher essa lacuna que é de conhecer a História. O que se passou nesse país. A gente teve durante mais de 20 anos no Brasil uma ditadura violenta, e as pessoas que viviam, quando a gente era adolescente, a gente não tinha nenhuma informação. Porque a televisão ocultava, então ninguém ficava sabendo de nada porque a imprensa não noticiava. O que ela noticiava eram informações mentirosas, que diziam que aquelas pessoas tinham morrido em combate, atirando contra a polícia, quando na verdade elas estavam morrendo dentro dos porões, dentro das prisões. Torturadas ou assassinadas. A gente vivia como se a sociedade estivesse alheia ao que estava acontecendo [...] Então faz parte da minha vida essa necessidade de começar a filmar e de começar a tirar esses véus. Porque o que existe é um apagamento, não só do que aconteceu naquele período como hoje ainda você tem toda a violência do Estado; ninguém escreve quando morre um jovem no Brasil, em uma favela, as pessoas comemoram... ‘Ah que bom, bandido bom é bandido morto, menos um...’

³¹⁰ MARTUSCELLI, Danilo. O autoritarismo civil no Brasil pós-1988 In: SILVA, Carla; CALIL, Gilberto & BOTH, Márcio Antônio (org.). **Ditaduras e democracias**: estudos sobre poder e hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014). Porto Alegre: FCM, 2014 pp. 195-210.

³¹¹ Numa entrevista concedida para Mattos e Reis (2019), quando perguntada sobre o motivo de abordar temas relacionados à ditadura civil-militar (“Memória para uso diário” e “Pastor Cláudio”), Beth deu uma resposta histórica, do ponto de vista pessoal e político: *“Escolhi o assunto destes filmes pela necessidade que todo cidadão tem de conhecer a sua história. Quando me tornei adulta o Brasil estava enterrado na pior fase da repressão política que foi o governo Médici. Estudei história na UFF, a Universidade Federal Fluminense, e desde então tenho me dedicado a conhecer melhor essa época através do meu trabalho de documentarista”*.

³¹² 1964: 50 Anos Depois - Depoimento Beth Formaggini | Curta!. São Paulo: Canal Curta, 2014. Son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=e6G_7LeMYSA. Acesso em: 10 ago. 2019.

E como complemento, em entrevista à Müller, Formaggini falou sobre o sentimento de impunidade que a Lei da Anistia, de 1979, trouxe aos agentes da ditadura civil-militar no Brasil, diante de seus crimes:

Os crimes que eles cometeram são contra a humanidade. Todos esses desaparecimentos, assassinatos à queima-roupa e afins não poderiam entrar na Lei da Anistia. Já houve vários questionamentos dos grupos militantes dos direitos humanos, mas o Supremo Tribunal Federal diz que a Lei cobre isso. Mas há diversos tratados internacionais assinados pelo Brasil, nos quais tais contravenções não são passíveis de perdão. A própria Clarice, viúva do Vladimir Herzog³¹³, nunca parou de entrar com ações na justiça. São crimes inafiançáveis. [...] ³¹⁴

Assim, se “Memória para uso diário” foi produzido num contexto histórico marcado por relativos avanços político-jurídicos e institucionais – como a “Lei dos Desaparecidos” (1995), a Lei de reparação econômica e de caráter indenizatório ao anistiado político (2002), a ampliação desta lei a familiares de mortos e desaparecidos (governos Lula) e a criação da “Comissão Nacional da Verdade” (2012)³¹⁵ – e no clima, três anos antes, de rememoração e balanço crítico dos 40 anos do Golpe de 1964, entendemos que ele recobre um arco mais elástico, pendular e emergencial no tempo, ao expor um aparato violento e repressivo do Estado a movimentar-se entre os tempos ditatorial (“passado”) e democrático (“presente”).

Em meio a esta concepção elástica, pendular e emergencial de tempo, aparece o protagonismo do Grupo *Tortura Nunca Mais* (GTNM/RJ). O grupo, que tem entre seus princípios a luta por identificação de cemitérios clandestinos e a ânsia por reconhecimento de corpos desaparecidos, ampliou suas lutas nas últimas décadas, ao indicar a permanência de resquícios da ditadura, “*seja a estrutura repressiva, seja a violência policial contra a população pobre e negra brasileira*”.³¹⁶

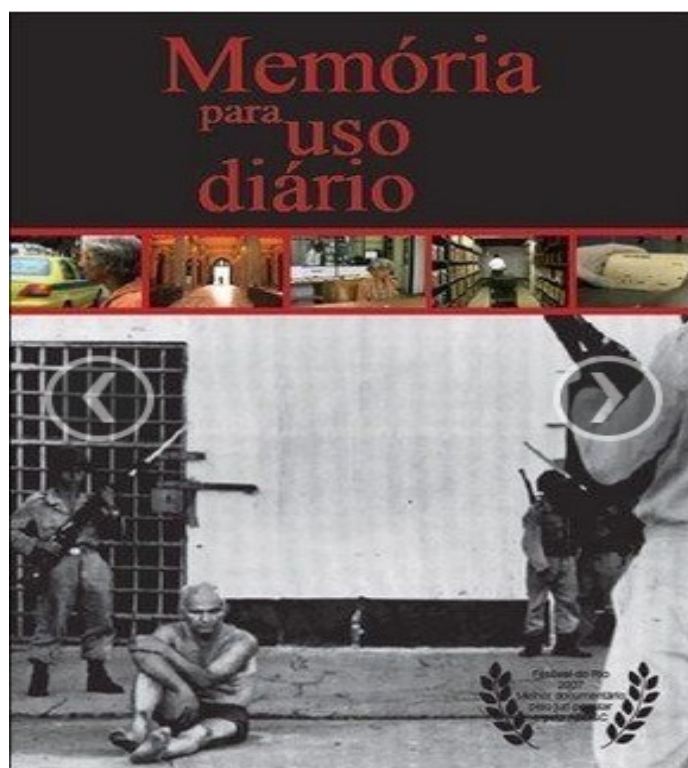
³¹³ Acatando intimação feita pelo DOI-CODI/SP para que se apresentasse naquele departamento, Wladimir foi preso no dia 25 de outubro de 1975, acusado por possíveis ligações com o PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). Nesse mesmo dia, Wladimir morreu em consequência das torturas sofridas. Segundo a versão oficial, Herzog teria se enforcado com o cinto do macacão de presidiário que vestia desde sua entrada no DOI/CODI. [...] (DOSSIÊ, P. 212)

³¹⁴ MÜLLER, Marcelo. **Entrevista exclusiva com Beth Formaggini**. 2019. Disponível em: <<https://www.papodecinema.com.br/entrevistas/pastor-claudio-entrevista-exclusiva-com-beth-formaggini/>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

³¹⁵ Afirmamos serem “relativos” tais avanços, pois, embora vendo neles um fundamental valor histórico e político atribuído a luta de entidades partidárias, sindicais, de movimentos sociais e de familiares de mortos e desaparecidos, ficaram (e ainda ficam) intocadas tanto a questão polêmica dos “crimes conexos” – a isonomia entre torturador e torturado – da Lei da Anistia, quanto a impunidade e o protagonismo não reconhecido pelo próprio Estado nas práticas de tortura e extermínio comandadas por delegados de polícia e altos oficiais militares. Ver: MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro - a anistia e suas consequências**: um estudo do caso brasileiro. São Paulo, Humanitas/Fapesp, 2006.

³¹⁶ SILVA, **As políticas de memória no Brasil...** op. cit., p. 370.

FIGURA 1 – CAPA DO DOCUMENTÁRIO



FONTE: Google (2019)

Neste sentido, familiares e membros do grupo buscam passar a limpo elementos da história da ditadura que permanecem ocultados, seja por não terem sido abertos todos os documentos (registros) produzidos pelos agentes que trabalhavam nos órgãos da repressão, seja por estar “viva”, no tempo presente, a herança da repressão e violência do regime, que atinge sujeitos pobres, negros e moradores de periferia.

A produção cinematográfica trabalha com narrativas e experiências de militantes em luta no exercício da verbalização das vivências e o escutar de suas vozes. No dizer de Gianordoli-Nascimento, é fundamental ouvir estas vozes que por muito tempo não foram ouvidas, ou tentaram fazer com que fossem esquecidas:

A historiografia oficial de uma etapa importante para a construção da memória social brasileira contemporânea, os anos da ditadura militar, começa a assimilar, de forma mais sistemática, os depoimentos de alguns dos principais envolvidos nos acontecimentos desse período. Por mais de 30 anos, uma grande parcela de sujeitos não pôde, por motivos diversos, assumir e contar suas próprias histórias.³¹⁷

³¹⁷ GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid F. et al. A construção da memória histórica da ditadura militar brasileira: contribuição das narrativas de familiares de presos políticos In: **Psicologia e Saber Social**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 103-119, jun. 2012. ISSN 2238-779X. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi->

Além das narrativas orais, em “Memória para uso diário” a cineasta fez uso de um arquivo de imagens de documentação produzida durante o regime – caso de laudos médicos, cartazes, fotografias, matérias jornalísticas –, reportagens televisivas (da Rede Globo) ocorridas entre as décadas de 1980 e 1990 (ambas existentes no site do GTNM) e também de acervos particulares das mães de dois jovens assassinados na periferia do Rio de Janeiro (fotografias e desenho de um deles). Esse conjunto heterogêneo de fontes de pesquisa e investigação revelam não apenas o caráter indicial do documentário, mas também um tom comprobatório do que se quer explorar nele (ainda que aberto a interpretações).

Fazendo uma primeira e breve incursão no documentário – mais exatamente nos dois primeiros minutos – podemos perceber justamente essa dupla natureza indicial e comprobatória já enunciada na abertura. Durante este período de tempo, o documentário é envolto por um som de batuque: a trilha sonora pauta-se na música “Bateria fantástica” do baterista, percussionista e compositor carioca Luciano Perrone (de um álbum lançado em 1960).

Ao iniciar o som de “Bateria fantástica”, segue a seguinte mensagem: “Até 1964 o Brasil era apenas o país do futuro, e então o futuro chegou” – uma frase marcada, ao mesmo tempo, pelo teor de ironia e, na sequência, de medo e terror. Ironia, pois trata-se de uma referência explícita a uma afirmação feita pelo escritor suíço Stefan Zweig (1881-1942), que publicara em 1941 o livro ufanista “Brasil, país do futuro” após uma visita ao país. Ainda é uma imagem sedutora e muito forte. Segundo Carlos Fico:

A visão que muitos temos sobre o Brasil é marcada por alguns mitos: nosso país seria imune a grandes catástrofes naturais, como terremotos e furacões, mas também seria afortunado pela grandeza de nossas riquezas naturais, pela dimensão continental do território e pelas características singulares do povo – cordial e otimista. Mais ainda: viveríamos uma democracia racial assinalada pela convivência pacífica das raças e teríamos uma história incruenta, pois as grandes transformações políticas – como a Independência e a República – teriam se dado sem derramamento de sangue. Assim, o golpe de 1964 – como outros eventos marcantes da história política brasileira – teria ocorrido sem violências.³¹⁸

Por sua vez, o medo e o terror – ou o “futuro” que chegou – serão mostrados após a frase através do desencadear de uma multiplicidade de imagens de arquivo registradas a partir de 31 de março de 1964, isto é, do Golpe e a ditadura que se seguiu. Militares armados

[sabersocial/article/view/3249](https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2012.3249)>. Acesso em: 17 set. 2019. doi:<https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2012.3249>. p. 105.

³¹⁸ FICO, op. cit., p. 57.

correndo em direção a câmera; um corredor de porão, muito sujo e cheio de celas com grades; várias pessoas (homens e mulheres, jovens) sendo detidas, com policiais empurrando-os com armas e cassetetes; um homem aparece sendo carregado (morte de Edson Luís); a luta entre policiais militares e manifestantes; o presidente (Médici) escoltado por diversos guardas, subindo a rampa presidencial em Brasília; soldados marchando; um famoso cartaz com a seguinte mensagem *“Terroristas procurados – ajude a proteger sua vida e a de seus familiares – avise à polícia”* (dentre eles, reconhecemos Carlos Lamarca e Iara Iavelberg); um carro com a porta aberta e um corpo coberto por um pano, onde vemos o rosto de Carlos Marighella; uma propaganda governamental do “Dia da Pátria”, contendo a frase: *“Prá frente Brasil”*; a imagem de Vladimir Herzog enforcado; o discurso do presidente Ernesto Geisel assistido por uma multidão que o aplaude; o hasteamento da bandeira nacional com a participação do exército e uma plateia a erguer bandeirolas; um avião da Aeronáutica lançando bomba nas proximidades de um rio (Guerrilha do Araguaia); vários corpos amontoados; uma outra propaganda do regime: *“Ninguém segura mais este país”*; uma cena do filme “Estado de Sítio” (Costa Gravas, 1972) onde vemos uma sessão de tortura de militante de esquerda diante de um grupo de militares; vários soldados conduzindo um homem de idade avançada, sujo e ensanguentado até uma cela, o identificamos: é Gregório Bezerra, logo nos primeiros dias do golpe. Enfim, são imagens que querem retratar as ações de violência e repressão impostas após 64.³¹⁹

A trilha sonora e o desencadeamento destas imagens de um “futuro” tenebroso naquele Brasil após 1964 serão quebrados por duas imagens dissonantes. Primeiro aparece a logomarca institucional do grupo “Tortura Nunca Mais”/RJ – como a anunciar um símbolo de resistência e luta e, na sequência, um trecho do discurso presidencial do General Médici em 31 de março de 1970: *“Haverá repressão sim, dura e implacável, mas apenas contra o crime e só contra os criminosos”*, enquanto uma representação do verdadeiro inimigo a combater. E surgem, então, as narrativas dos personagens do filme: familiares de mortos e desaparecidos, ex-presos políticos e equipe de gestão do GTNM (ver abaixo).

³¹⁹ Ao mesmo tempo, o documentário presta uma homenagem especial a Apolônio de Carvalho (1912-2005), militante histórico do Partido Comunista Brasileiro e fundador, em 1969, do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), ao lado de Mário Alves e Jacob Gorender. Um dos grandes entusiastas da criação do GTNM.

QUADRO 4 – PERSONAGENS DO DOCUMENTÁRIO

Maria Dolores Perez Gonzales (Lola)	Cléa Lopes de Moraes	Cecília Coimbra	Flora Abreu
Romildo Maranhão do Vale	Rosilene Ramos da Silva	Maria Dalva da Costa Correia da Silva	Elizabeth Silveira e Silva
Carmem Lúcia Lapoente da Silveira	Sebastião Alves da Silveira	Ana Miranda	Victória Grabois
Vera Vital Brasil	Sátiro Nunes	Ivanilda Veloso	Tatiana Roque e Paulo Onetto
Tânia Roque	Leda Nonato Fonseca	Maria Helena Vignoli de Moraes	João Braga da Silva
Isaura Lima Maciel Soares	José Edson Schumann Lima	Marilena Castro Silva	Eduardo, Ângela, Sonia e Maria Helena Benevides
Gilberto Molina	Dr. Celso Haddad Lopes	Vânia Amoretty Abrantes	Cel. Sérgio Guimarães
Dra. Leonor Nunes Paiva			

FONTE: Memória para uso diário – adaptado pela autora (2019)

A produção cinematográfica está envolta em uma ampla equipe técnica e de personagens. Para o desenvolvimento da nossa análise, fizemos um recorte de personagens e cenas – não foi tarefa fácil, pois o documentário permite outras possibilidades de investigação. Neste âmbito, selecionamos personagens que caracterizam uma aproximação relevante ao nosso objeto de pesquisa: mulheres e militância política.

Partindo de uma noção ampliada de militância, isto é, a militância contra o regime ditatorial e sua bárbara violação de direitos humanos, a militância em defesa do trabalho do GNTM e da memória dos mortos e desaparecidos, a militância da assistência aos familiares atingidos na ditadura, a militância em prol de mães de jovens (negros) assassinados nas periferias do Rio de Janeiro, daremos um destaque em “Memória para uso diário” às narrativas e os relatos de mulheres – mães, esposas, militantes – no trabalho de rememorar e denunciar as atrocidades do regime e sua permanência no contexto atual.

Entendemos a importância de trazer a luz a vida de determinados sujeitos que tem lutado contra o não esquecimento, batalham por uma memória constantemente ameaçada, anseiam por verdade e justiça e combatem uma herança de arbitrariedades do Estado desde o período ditatorial. Deste modo, focalizar nossa análise nas mulheres militantes do

documentário significar falar sobre o protagonismo feminino em diversos espaços (ou arenas) de luta política, como é o caso tanto do roteiro e direção (Beth Formaggini), quanto da produção e das experiências narradas no documentário (algumas das presas políticas e militantes do GTNM).

Segundo Gianordoli-Nascimento, falar de ditadura não é tarefa simples, mas ter como protagonistas as vozes femininas, fica mais complexo ainda:

Falar de familiares de militantes implica falar de perseguidos, presos e torturados. Falar de sofrimento não esperado, prisão repentina, tortura inimagináveis a si e aos seus. É também falar do lugar social das mulheres, daquelas que tiveram suas vidas afetadas profundamente por acompanharem o sofrimento de seus companheiros, maridos, pais, mães e filhos. Em geral os relatos enfatizam as ações e vicissitudes de mulheres que abandonaram suas famílias, os estudos, perderam seus trabalhos, afastaram-se de seus amigos e sofreram as mais diversas violências físicas, psicológicas e morais. Ao enfatizarmos aqui a presença das mulheres não estamos negando ou desvalorizando tudo o que viveram os homens, mas reconhecendo que nesse cenário a representação sobre o lugar social da mulher permitia que essas pudessem ter muitas vezes mais acesso, entrada e voz em um submundo no qual o comando da violência era perpetrado por homens para homens. Imperava a representação da mulher-mãe passiva, esperavam delas mais subserviência, ingenuidade, submissão.³²⁰

Essa aproximação que realizamos entre o foco central do documentário – o trabalho do GNTM/RJ na luta contra a violência, a tortura e a qualquer tipo de violação dos direitos humanos – e as narrativas de distintas mulheres militantes permite-nos não apenas trazer a tona a questão do protagonismo histórico delas.

Também pretende potencializar as experiências narradas ou as conversas travadas por elas em relação às marcas cruéis da ditadura e sua extensão na dor e na luta de familiares na busca de informações e detalhes dos *seus* mortos e desaparecidos, o sofrimento de mães que aguardam uma resposta e anseiam por velar e enterrar seus filhos, irmãos e maridos – uma realidade vivenciada por muitas famílias até hoje.

Para expor – com sensibilidade e firmeza – um capítulo tão cruel (e tão presente) da história do Brasil, a ponto de causar nos dias que se seguem um mal-estar generalizado e a opção por não falar, não ouvir e não conhecer este capítulo, é que exploraremos as trajetórias, narrativas e experiências de mulheres como Lola e Cléia, Cecília e Flora, Ana e Tânia, Rose e Maria Dalva – mulheres com várias histórias de vida (e de morte) que foram atingidas duramente pelo aparato repressivo e violento do Estado brasileiro.

³²⁰ GIANORDOLI-NASCIMENTO, op. cit., p. 112.

É o que veremos a seguir na análise de “Memória para uso diário”, de Beth Formaggini – outra mulher militante.

2.2. Mulheres e militância no documentário

Mulheres e militância, o que dizer sobre suas histórias em “Memória para uso diário”? De que modo o documentário dirigido por Beth Formaggini pode auxiliar-nos na focalização do papel destas mulheres que lutaram (e lutam) pelo não esquecimento numa batalha incansável em defesa da memória, da verdade e da justiça? Qual a relevância desta angulação do olhar para pensarmos a história de um país que, de 2007 (ano do lançamento do filme) até os dias atuais, tem pendulado de forma extrema à direita da balança?

As narrativas das mulheres selecionadas em nossa análise perpassam toda a narrativa do documentário. Por um lado, tratam-se de narrativas a representar e expressar memórias – de vida, de lugar, de luta, de dramas – no tempo fílmico em perspectiva individual, já que em “Memória para uso diário” as histórias de cada uma delas são respeitadas e delimitadas em diferentes cenas. Contudo, também representam e expressam uma memória de dimensão coletiva e institucional, posto que atravessam os limites experienciais de cada trajetória individual através da referida “costura” – explicitada no argumento do filme – tecida pelo trabalho do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM).

Desta forma, nosso entendimento é que, sem deixar de lado as individualidades e especificando o olhar sobre o protagonismo feminino, “Memória para uso diário” acompanha as vidas, as dores e as histórias de sujeitos militantes que partilham experiências em comum de luta contra o legado nefasto da ditadura civil-militar após o “término” do regime, e que o Estado brasileiro reconheça sua participação ativa no assassinato, morte e desaparecimento de corpos de jovens ontem e hoje.

Ao destacar o trabalho do GTNM desde o início da década de 1980, é visível a presença e participação de mulheres que tem dedicado sua luta na busca por verdade e justiça. Algumas foram militantes de organização de luta armada (ALN, POLOP, MR-8) e criminalizadas como “presas políticas” durante a ditadura; outras não participaram da luta (em partidos políticos e ou grupos de luta armada) na época do regime, mas, por serem parentes de militantes mortos e desaparecidos entraram na luta pela Anistia e, posteriormente, no GTNM; outras ainda, embora vivendo parte de sua vida no tempo da ditadura, foram atingidas

duramente pela herança repressiva e violenta deixada pelo regime no contexto de democracia ao ver seus filhos – jovens, negros, moradores de periferia – serem brutalmente assassinados pela polícia.

Essas mulheres são mães, irmãs, esposas, filhas e militantes que se identificaram com a luta do outro; desejando que as memórias de seus entes queridos não sejam esquecidas. Logo a seguir vamos falar brevemente destas personagens femininas a qual vamos analisar no documentário.

Um dos motes de abordagem diz respeito a história mulheres que militaram em organizações de luta armada, nas décadas de 60 e 70, estando em posições estratégicas dentro das organizações de esquerda. Atualmente desempenham no GTNM um protagonismo dentro da direção do grupo na luta contra a violação de direitos humanos, em defesa do reconhecimento e responsabilização do Estado diante das ações executadas por seus agentes de repressão; buscam mecanismos que além de reparar, sejam reconhecidos os responsáveis pelas mortes e desaparecimentos desde o período da ditadura.

Cecilia Maria Bouças Coimbra, membro da equipe fundadora e então presidenta do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, quando das filmagens com ela em “Memória para uso diário”. Cecília Coimbra nasceu no Rio de Janeiro, em 1941. Na juventude, foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB, tendo sido presa e torturada no DOI-CODI/RJ, em 1970. Psicóloga, historiadora e professora-adjunta aposentada na Universidade Federal Fluminense (Programa de Pós-Graduação em Estudos da Subjetividade), Cecília é uma das mais ativas militantes das causas defendidas pelo GTNM.³²¹

Flora Abreu Henrique da Costa, também foi militante do PCB ao lado de seu marido, Alcir Henrique da Costa, durante a ditadura, tendo sido perseguidos e forçosamente exilados em vários países da América do Sul, como Uruguai, Argentina e Peru. Membro fundadora do grupo Tortura Nunca Mais, tendo sido presidenta da entidade entre 2007 e 2009, Flora é, junto com Cecília, dois nomes fortes da luta contra o legado da ditadura. Em 2015, foi homenageada com a “Medalha Chico Mendes” por sua história de militância política no GTNM.

³²¹ Informações extraídas de um número especial da revista “Psicologia: ciência e profissão” (v. 32, n. 3), de 2012, na qual Cecília foi a homenageada.

No filme, os diálogos entre estas duas mulheres são carregados de histórias, revelações sobre a militância durante o regime, especificidades relacionadas à concepção do grupo, os medos vividos e um relato dos obstáculos enfrentados ao longo de suas vidas.

Tânia Roque Bicalho, ex-diretora e ex-presidenta do grupo Tortura Nunca Mais/RJ, Foi militante do PC do B nos anos 1960 e 70, esposa de Lincoln Bicalho Roque (1945-1973), também militante do PC do B e estudante de Ciências Sociais, assassinado por agentes da repressão em 1973, aos 21 anos de idade³²². Os seus diálogos mostram a luta pela sua militância, somada a militância pela memória de seu companheiro. Sua luta foi pelo reconhecimento da verdade sobre a morte de Lincoln, que oficialmente diz que ele foi morto em confronto com a polícia. Porém, essa versão é contestada, diante das fotografias e documentos divulgados, ela mostra essas imagens, inclusive no rosto dele é possível ver vestígios de tortura.

Um último nome é o de Ana de Miranda Batista (Ana Miranda). Ex-presença política e militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e da Aliança Libertadora Nacional (ALN), Ana é uma ativista e conhecida militante do GTNM/RJ. Prestou depoimento, em 07 de maio de 2014, a Comissão Nacional da Verdade. No documentário, sua narrativa é permeada de lembranças e sequelas das torturas sofridas. Uma fala que suscita reflexões sobre transformar a dor em enfrentamento.

Temos os casos das mulheres que tiveram parentes mortos e desaparecidos durante a ditadura e/ou que se solidarizaram com a causa das famílias atingidas pelo regime. Caso de Lola ou Maria de Dolores Perez Gonzales, professora aposentada e uma das fundadoras do grupo Tortura Nunca Mais – Rio de Janeiro. Segundo site do GTNM:

Lola que não teve nenhum familiar preso ou desaparecido e não foi perseguida política, assim mesmo foi uma intransigente defensora dos direitos humanos [...] Incansável, permaneceu militando no Grupo até a idade de 80 anos, quando por questões de saúde foi se afastando.³²³

³²² Dirigente do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B). “[...] Lincoln desapareceu em 13 de março de 1973. De imediato, a família percorreu os órgãos policiais à procura de informações. Após uma incansável busca, pediram ajuda à CNBB. Em 21 de março divulgou-se a notícia de que Lincoln fora morto ao resistir à prisão em um choque armado no Campo de São Cristóvão. [...] O corpo apresentava inúmeras marcas de tortura e foi mantido fora da geladeira do dia 22 para o dia 23 de março. Tais fatores, juntamente com as pressões dos órgãos de segurança, dificultaram o reconhecimento e obrigaram a família a realizar o enterro imediatamente, sem ao menos velar seu ente querido”. (ARAÚJO et al. 1995, p. 195)

³²³ Site do Grupo Tortura Nunca Mais

Sua trajetória de militância política confunde-se com a luta pela Anistia, ao final da década de 1970. É o que lemos em um texto autobiográfico publicado na página da Fundação Perseu Abramo, em 2006. Na campanha pela Anistia, em São Paulo no ano de 1978, Lola participou do Congresso Nacional de Anistia, tendo-se mudado para o Rio de Janeiro um ano depois, onde continuou sua luta na Comissão de Anistia na sede carioca.

Apesar de não ter tido “nenhum familiar preso ou desaparecido” e não ser “perseguida política”, neste período Lola teve contato direto com os familiares “*cujos relatos de mortes e desaparecimentos dos seus entes queridos, nos deixaram profundamente emocionados e marcados*”³²⁴. Segundo ela, um contato que a tocou profundamente foi com Alzira Grabois (1917-1999), esposa do militante histórico do PCB, Maurício Grabois. Como ela disse: “*Quando lhe perguntei quem ela tinha perdido na luta contra a ditadura, ela me respondeu na sua voz sumida: ‘Todos’. Ela perdera o marido, o filho e o genro na guerrilha do Araguaia*”.

Outra personagem feminina é Cléa, ou Cléa Lopes de Moraes (falecida em 2013), também parte da equipe fundadora do grupo Tortura Nunca Mais/RJ. De acordo com uma biografia feita por Flora Abreu em dezembro de 2013, disponível na página do GTNM no Facebook³²⁵, ao lado do esposo, Cel. João Luis de Moraes, Cléa começou a participar ativamente das reuniões do grupo logo após a sua fundação em abril de 1985. No GTNM, ela assumiu a secretaria da entidade por vários mandatos – enquanto o marido, João, foi presidente da entidade. Segundo as palavras de Flora Abreu:

A presença dos dois (Lola e João) nos primeiros anos do grupo foi fundamental, cada um a sua maneira. A Cléa não era de fazer discursos, isto ficava por conta do João, mas a sua influência e equilíbrio eram determinantes nessa atuação. A Cléa era a que, disposta a todas as tarefas, dedicava-se àquelas que exigiam organização e planejamento em seu sentido mais amplo.³²⁶

Cléa foi mãe de Sônia Maria Moraes Angel Jones (1946-1973)³²⁷, jovem universitária e militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN) presa, torturada e brutalmente assassinada por agentes da DOPS em 1973. Em virtude da morte da filha e todo as escaramuças do regime

³²⁴ABRAMO, Perseu. **Maria Dolores Perez Gonzales (Lola)**. 2006. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/04/23/maria-dolores-perez-gonzales-lola/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

³²⁵ Página do Facebook do Grupo Tortura Nunca Mais.

³²⁶ Idem.

³²⁷ Sônia foi casada com Stuart Angel Jones, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), sequestrado e morto pela ditadura em 1971. A trágica história de luta de sua mãe, a estilista Zuleika Angel Jones, em busca de informações sobre o paradeiro do filho, foi transformada no filme “Zuzu Angel” (direção de Sérgio Rezende), cujo lançamento se deu em 2006, mesmo ano em que saiu “Memória para uso diário”.

para esconder informações sobre a morte, Cléa e João passaram a entrar para a luta em defesa da memória e justiça. Em 1985, segundo Flora Abreu, Cléa e seu marido “[...] tinham acabado de fazer o vídeo *Sonia Morta e Viva*, importante documentário de denúncia que muito ajudou na construção do Grupo aqui do RJ, assim como em outros Estados”.³²⁸

Beth, é Elizabeth Silveira e Silva, ex-militante do PC do B na década de 1970, e Presidente do GTNM/RJ entre os anos de 2005 e 2007. Além de sua militância política no interior desta instituição, no documentário Beth faz sérias indagações e (ainda) busca respostas sobre a morte de seu irmão, Luiz René Silveira e Silva (também militante do PC do B), desaparecido desde 1972 na operação militar que desbaratou a “Guerrilha do Araguaia”.

Sua fala representa muitas famílias que anseiam por respostas, por pistas e por responsabilizações. O desejo de saber o que realmente aconteceu com seu irmão, onde se encontra o corpo dele. No próprio documentário é comentado, sobre a “perversidade” do silenciamento de informações sobre estas ações executadas pela repressão.

Outro nome importante é o de Ivanilda Veloso, membro do GTNM/RJ e esposa de Itair José Veloso, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desaparecido desde 1975. Fio condutor de toda a trama, como veremos adiante, a história de Ivanilda é a de várias mulheres que buscam incansavelmente por informações concretas a respeito não apenas da morte, mas do próprio sentido da vida de um ente querido.

Em seu mais recente filme, “Pastor Cláudio”, Beth Formaggini promove um encontro com o ex-delegado da DOPS, Cláudio Guerra, famoso torturador do Rio de Janeiro, que teria feito parte da operação que assassinou Itair. Ivanilda participa deste documentário – o que nos leva a crer que sua luta é contínua.

Por fim, uma terceira abordagem que compreendemos ser significativa para analisar a produção fílmica, são as das mulheres – em sua maioria, negras e moradoras em complexo de favelas no Rio – que foram (e tem sido) assistidas (política, jurídica e psicologicamente) pelo Grupo Tortura Nunca Mais, por conta do assassinato de seus filhos pelas mãos dos agentes do Estado, legitimando ações similares que aconteciam na ditadura civil-militar.

É o caso de Maria Dalva da Silva, participante do *Movimento Posso Identificar*. Mãe de Tiago Correia da Silva, jovem de 19 anos, executado pela polícia em 2005. Um depoimento emocionante, que reflete os dias atuais, a violência do Estado no tempo presente

³²⁸ Página do Facebook do Grupo Tortura Nunca Mais

da sociedade brasileira. Composto no documentário, os traços que foram herdados da ditadura, a violência que ainda persiste em se manter, nos diversos espaços, em especial nas periferias do país. Essa mãe transformou sua dor em luta, buscando a construção de uma sociedade melhor.

E também o de Rose, ou Rosilene Ramos da Silva, mãe de Wallace Ramos da Silva, também assassinado em 2005, aos 17 anos. Na trama, ela representa uma mãe que ainda não conseguiu assimilar a dor de perder seu filho. Seu depoimento está carregado de emoção e dor, nas suas falas Wallace está fortemente presente. Rose já tem a consciência que sua dor precisa se transformar em algo que ajude outras famílias a não passarem pela mesma situação que ela vive, porém ela está em processo de luto. Ainda não conseguiu transformar sua dor em luta.

2.2.1. Mulheres militantes de luta contra a ditadura e seu legado

2.2.1.1. Tânia Roque Bicalho

FIGURA 2 – TATIANA E TÂNIA ROQUE (FILHA E MÃE)



FONTE: Memória para uso diário (2007)

Num trecho inicial das filmagens de “Memória para uso diário”, a câmera de Formaggini segue o percurso no interior de um veículo cujo trajeto vai sendo conhecido pelo espectador através de um jogo de imagens entre os que estão no veículo, o diálogo entabulado e o destino final – a visita a uma escola pública municipal no Rio de Janeiro que leva o nome “Lincoln Bicalho Roque”. Dentro do veículo são mostrados três personagens, mas a legenda

(e a própria câmera) focaliza duas delas: Tânia e Tatiana Bicalho Roque (mãe e filha), companheiras de luta em defesa da memória de Lincoln.

Numa primeira fala (03:10 – 03:19), vemos Tânia dizer à câmera: *“Eu sou de família comunista. Entendeu? Meu pai era do Partido Comunista, atuou até 64. Meus tios, lá em campus, todo mundo comunista!”* – já deixando claro ao espectador as suas origens e formação política, na família e na universidade. Numa outra sequência, Tânia, ainda dentro do veículo, parece reforçar na memória a origem comunista desde o berço ao fazer questão de sublinhar a sua aspiração política após o Golpe de 1964: *“Se você perguntasse pra mim o que você quer ser? Eu não queria ser nada, eu só queria derrubar a ditadura!”* (04:09 – 04:13).

Apesar de o trecho sofrer um corte abrupto da câmera – esta se volta para os muros da escola a ser visitada – a afirmação é forte e apresenta uma militante disposta a lutar com toda a sua energia contra a ditadura. No retorno ao veículo, Tânia rememora o tempo de juventude e militância estudantil associando-a ao combate à ditadura: *“Então para derrubar a ditadura, melhor coisa era ou eu entrar para a Nacional de Filosofia ou eu entrar pro Caco³²⁹, ai chegou lá tinha uma lista de cursos, eu escolhi lá, Biologia”*.

Sobre a Faculdade Nacional de Filosofia (depois, Universidade Federal do Rio de Janeiro) nos primeiros anos do regime, Fávero afirma que:

De 1964 a 1968, a Faculdade Nacional de Filosofia – como as demais instituições universitárias, principalmente as públicas – se afligia com o afastamento de seus professores, alunos e funcionários, provocado por diversos atos ou dispositivos governamentais do regime militar. Tais medidas arbitrárias sofrem metamorfoses quanto às roupagens até o final desse regime – as formas podem ser diferentes, o conteúdo, no entanto, permanece o mesmo...³³⁰

A ditadura civil-militar atingiu vários setores da “sociedade civil”, e as universidades públicas foram um setor que tiveram medidas particulares em todo o processo da repressão. Com a institucionalização dos Atos Institucionais, foram implementados ao longo dos governos ditatoriais a fim de restringir direitos dos cidadãos e eleger aos governos poderes plenos de cerceamento de direitos.

Por outro lado, diante de inúmeras situações vivenciadas pelos jovens que militaram contra o regime ditatorial, havia um desejo, que entendemos ser unânime na luta – mesmo

³²⁹ Centro Acadêmico “Cândido de Oliveira”, na UFRJ.

³³⁰ FAVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Faculdade Nacional de Filosofia: origens, construção e extinção. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, [S.l.], nov. 2013. ISSN 2318-1982. Disponível em: <<http://www.gpec.ucdb.br/serie-estudos/index.php/serie-estudos/article/view/511/405>>. Acesso em: 06 out. 2019. p. 114.

sabendo que a luta nas diversas organizações de esquerda não tinha um alinhamento único de ideais – derrubar a ditadura. Segundo Rosa:

[...] derrubar a ditadura animava parte significativa dos universitários do país, daqueles que não concordavam com o regime de exceção imposto com o golpe. Os ventos da revolução sopravam entre os estudantes, ansiosos por transformar o mundo...³³¹

Além disso, sabedores/as de que o regime implantado intencionava agravar os problemas sociais, privilegiar determinadas classes hegemônicas, acirrar a repressão aos movimentos que se opunham ao governo, transformar, querer mudar o mundo, impulsionava muitos jovens a se transformarem e mudar as suas vidas. O ingresso na luta significava deixar suas raízes por uma “causa maior”, ser militante impunha muitos sacrifícios em nome da luta por uma sociedade mais justa.

Com o Ato Institucional n.5, em 1968, tendo como premissa do governo coibir toda e qualquer tipo de manifestação, seja de caráter político ou reivindicação universitários, os poderes de repressão do Estado foram intensificados e direcionados aos militantes estudantis de esquerda e parte da comunidade acadêmica. Segundo Piletti:

O Decreto-Lei 477 ampliou a repressão e o terrorismo governamental às redes de ensino. O primeiro artigo desse decreto excedeu “infração disciplinar” de professores, alunos e funcionários dos estabelecimentos de ensino público e particular: o aliciamento e incitamento à greve, o atentado contra pessoas, bens ou prédio, os atos destinados à organização de movimentos subversivos, o sequestro e o uso de estabelecimentos escolares para “fins de subversão”.³³²

No documentário, porém, a narrativa de Tânia e as imagens que se seguem desejam contrapor-se a este “estado de exceção” provocado por medidas restritivas e punitivas do regime ditatorial. Numa das sequências, aparece a voz de Paulo Domenech Oneto (professor e pesquisador da Escola de Comunicação da UFRJ e companheiro de luta do GTNM), fazendo uma pergunta para Tânia sobre sua relação com Lincoln justamente no momento em que chegavam à escola: “*Foi aí (Faculdade Nacional de Filosofia) que você conheceu o Lincoln? / Tânia: É!*”.

À resposta afirmativa de Tânia, o documentário produz um corte no tempo da narrativa dela (“presente”) e, fazendo uma operação de memória audiovisual (“passado”)

³³¹ ROSA, **Mulheres, ditaduras e memórias...** op. cit., p. 29.

³³² PILLETI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

comprobatória do que Tânia diz à câmera, mostra um trecho de outro documentário – “Oito universitários”, dirigido por Cacá Diegues (1967) – na qual aparece “*Lincoln, 21 anos, Ciências sociais*” dizendo, em frente à câmera:

Bom, eu acho que o estudante deve participar ativamente da vida política do país, eu acho que é uma tendência das lideranças serem mais radicais, que o resto do movimento estudantil. Isso em virtude principalmente da liderança ter uma ligação muito maior com os acontecimentos políticos. (10:01 – 10:33)

Ao extrair este trecho do documentário, Beth Formaggini parece evocar uma memória de resistência e luta do movimento estudantil (e, particularmente, de suas lideranças) contra a ditadura nas décadas de 1960 e 70 no sentido de religá-la não apenas com o “presente” da narrativa de Tânia, mas também com as participações e expressões políticas dos estudantes no Brasil desde o papel da UNE até as lutas no processo de transição democrática – este último, aliás, um tema que tem sido trabalhado em pesquisas na área de Ciências Humanas.³³³

Tal perspectiva reaparece em outra sequência do documentário, quando Tânia adentra a escola e encanta-se com a forma de recepção das crianças. Neste momento, faz-se um novo corte no tempo da filmagem e nos vemos diante de outro trecho de “Oito universitários”. Num primeiro plano, ouve-se a fala e vê-se o rosto de Tânia, jovem militante, dentro de um automóvel; depois, um outro corte, ela ressurgue em plano geral, defronte a uma edificação, dizendo com microfone em mãos:

Eu tenho certeza que as mudanças sociais vão se realizar no Brasil. Que é uma questão mesmo de evolução histórica... né... a gente não pode dar um passo atrás na história. A minha vida e a dele (*referindo-se a Lincoln*) será dedicada a política, fora dela nada tem sentido!

Mais uma vez, o passado e o presente re/encontram-se no trabalho estético de montagem das imagens e narrativas; neste caso, porém, com uma carga simbólica de subjetividade ainda maior, posto que representam na cena a mesma mulher em dois momentos distintos e marcantes de sua vida.

³³³ ARAÚJO, Maria P. (org.) **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Roberto Marinho, 2007. MORAES FREIRE, Silene de. Movimento estudantil no Brasil: lutas passadas, desafios presentes In: **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**. Colômbia, Universidad Pedagógica y Tecnológica de Boyacá, vol. 11, 2008, pp. 131-146. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86912618007> Acesso: 15 jan. 2020; BOUDIN, Aldimara C. B. D.; FLACH, Simone de F. Movimento estudantil brasileiro: Da formação às estratégias de luta na atualidade. **Revista Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 8, n. 2, maio/ago. 2017, pp. 215-231.

Voltando ao tempo da filmagem, Tânia finalmente chega ao seu destino. Vemos ela dizer: *“Escola Lincoln Bicalho Roque, é aqui! É aqui a entrada”*. Ao chegarem ao local, visualizamos a escola. Entraram. Ouve-se o barulho de vozes de várias crianças. A câmera focaliza a fotografia de Lincoln na parede da diretoria, e Tânia prende seu olhar à fotografia de longe. Tânia se surpreende com as crianças vindo em sua direção. Brinca com o sentido daquele movimento usando uma expressão política: *“É uma passeata?!”*

As crianças – orientadas por uma professora – vêm ao seu encontro com uma grande faixa, contendo a seguinte frase: *“Igualdade social, Tortura Nunca Mais”*. Tânia sorri e se emociona com as crianças a segurar uma faixa cujo lema é o seu próprio e do GTNM, justamente na escola que recebe o nome do ex-companheiro. Em homenagem a ele, na sequência vemos as crianças a cantar o hino da escola (19:47 - 21:29): *“Lincoln Bicalho Roque nossa escola ... é com toda a emoção que cantamos essa canção ... Lincoln Bicalho Roque nunca iremos te esquecer e mesmo que o tempo passe, voltaremos pra te ver...”*.

Ora, não é difícil compreender que se tratava de uma visita previamente agendada por Tânia (ou pelo GTNM) e possivelmente do conhecimento de Beth Formaggini. Se havia algum objetivo de tornar a cena “natural”, a sequência mencionada (caso do gesto “guiado” das crianças) e o que vem a seguir deixam explicitado que o motivo real da visita era uma homenagem a Lincoln Bicalho. Contudo, diante da câmera, não poderia ser “qualquer” homenagem. Por exemplo, um dos alunos faz uma pergunta intrigante a Tânia:

Menino: Como a senhora reagiu ao saber que Lincoln morreu?

Tânia: Saiu no jornal, nas primeiras páginas do jornal, que um terrorista tinha sido morto em combate, em embate com as forças de repressão. E na verdade não foi nada disso que aconteceu, na verdade ele foi morto no DOI-Codi, e depois foi levado para... ao lado do Pavilhão de São Cristóvão, ali em São Cristóvão, eles botavam o cadáver da pessoa, com tiros, e existem essas fotos dele morto. E diziam que foi embate com a polícia. Não foi... foi em tortura! Porque não poderiam admitir que ele tinha sido torturado, porque isso é ilegal. Ninguém pode pegar uma pessoa, levar para um órgão oficial, do estado, do município ou federal, e matar. Isso é ilegal e matar, isso existe hoje em dia, porque isso que aconteceu com Lincoln, existe hoje em dia também. Está acontecendo demais! As pessoas são pegadas, são levadas para as prisões, são torturadas, as prisões se assemelham a isso aqui ó (mostrando um livro a ditadura) e são fábricas de tortura. (48:59 – 50:17)³³⁴

³³⁴ Logo na sequência, vemos o documentário lançar fortes dúvidas sobre a visão da ditadura contada nas páginas de um jornal a respeito das ações políticas e da morte de Lincoln Bicalho, cuja matéria (intitulada “Terror do PC”) é mostrada ao espectador (50:18 – 50:32). Estas dúvidas são fortalecidas pelo contraponto da narrativa de Tânia (com fotos do corpo de Lincoln morto em mãos): *“Essas são as fotos, quer dizer não são as fotos, são xerox do corpo, no Pavilhão de São Cristóvão, as fotos olham... o rosto.... Apesar do relatório oficial dizer que foi embate com a polícia, é possível ver nas imagens que o rosto estava muito machucado, com sinais*

Ao longo do regime ditatorial no Brasil foi enfatizado e comprovado “*tortura, abusos e violências de parte dos agentes públicos contra opositores políticos presos e indefesos, e contra a população civil*”.³³⁵ Os relatos e relatórios oficiais apontam para execuções arbitrárias; produção de registros documentais (laudos oficiais) com informações falsas; simulação de cenas de assassinatos, forjando nos locais possíveis confrontos; ocultação de corpos; destruição de provas; destruição de documentos oficiais públicos, entre outras ações.

Porém, a assertiva de Tânia vai além. Ao apontar características que contradizem o laudo médico oficial propagada na época – a partir de “apenas xerox” de fotografias produzidas por agentes da repressão – e afirmar categoricamente que o ocorrido “ilegalmente” com Lincoln acontece todos os dias em prisões (“fábricas de tortura”), ela procura desconstruir uma violência estrutural e institucionalizada do Estado que atravessou o tempo da ditadura civil-militar.

E arremata, em outra sequência: “*Rotulava como terrorista, hoje em dia rotula como traficante. A quantidade de jovens entre dezoito e vinte e cinco anos que são mortos...né...uma quantidade enorme. É um genocídio!*”. (57:23 – 57:35). O que Tânia afirmou nas filmagens de “Memória para uso diário” (2007), também aparecem podem ser lidos nas páginas do livro “Mães em luta: dez anos dos crimes de maio de 2006”, em São Paulo:

Se há um genocídio negro, se há um genocídio indígena, e conhecemos as palavras, e as pronunciamos, e nada acontece, criou-se algo novo no Brasil atual. Algo que não é censura, porque está além da censura. Não é que não se pode dizer as palavras, como no tempo da ditadura, é que as palavras que se diz já não dizem. O silenciamento de hoje, cheio de som e de fúria nas ruas de asfalto e também nas ruas de bytes, é abarrotado de palavras que nada dizem. Este é o golpe. E a carne golpeada é negra, é indígena. Este é o golpe fundador do Brasil que se repete. E se repete. E se repete. Mas sempre com um pouco mais de horror, porque o mundo muda, o pensamento avança, mas o golpe segue se repetindo. A ponto de hoje calar mesmo as palavras pronunciadas.³³⁶

De acordo com este autor, enquanto não houver “*o acerto de contas com a história, um país condena o presente*”, justificando que o “*passado segue se repetindo no presente. E nada pior do que um passado que não passa*”. Não é a mesma avaliação de Tânia. Após

de tortura”. (50:33 – 50:57)

³³⁵ BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Habeas Corpus, que se apresente o corpo**: a busca dos desaparecidos políticos no Brasil. Brasília: SDH, 2010. p. 12.

³³⁶ BRUM, Eliane. O golpe e os golpeados: a barbárie de um país em que as palavras já não dizem. In: CARAMANTE, André (org.). **Mães em luta**: dez anos dos crimes de maio de 2006. dez anos dos crimes de maio de 2006. São Paulo: Nós Por Nós, 2016. p. 12-247. p. 18.

passar pelo projeto de “Clínica Grupal” do GTNM/RJ, a partir dos anos 1980, ela diz conseguir enfrentar melhor os “fantasmas” do passado e lutar contra o legado da ditadura no tempo presente: *“E hoje em... isso... eu falo tranquilamente dessas... dessas... estes acontecimentos, este período, e inclusive isto tem um valor pra mim assim político. Sabe de denunciar.... de, vamos dizer fazer a ponte com o presente”*. (44:18 – 44:41)

2.2.1.2. Ana Miranda (Ana de Miranda Batista)

FIGURA 3 – ANA MIRANDA



FONTE: Memória para uso diário (2007)

De acordo com Ana Maria Colling: *“Lembranças puxam lembranças e elas falam. Falaram de sua experiência, sua dor... Eram lembranças remotas que foram se materializando, criando corpo”*.³³⁷ O trabalho materializador de recordar e criar “corpo” – político – em meio a necessidade de falar sobre um tempo difícil e traumático constitui um traço marcante das narrativas femininas e do próprio documentário.

Numa das sequências, a câmera em plano americano nos aproxima de outra mulher de militância contra a ditadura e no interior do GTNM/RJ. Trata-se de Ana Miranda (nome completo, Ana de Miranda Batista) que diz no início da filmagem: *“Eu era militante de um grupo tático armado... da ALN”*³³⁸. O fato de afirmar-se subjetivamente como “militante... da

³³⁷ COLLING, op. cit., p. 47.

³³⁸ Na legenda, porém, diz que Ana foi ex-presca política do PCBR e ALN.

ALN” perante a câmara caracteriza, ao mesmo tempo, uma identificação histórica e uma posição político-ideológica clara em relação aos ditames do regime ditatorial brasileiro. Mas estamos a falar de uma mulher militante.

A respeito disso, a historiadora Maria Cláudia Badan Ribeiro, em entrevista ao jornal “Brasil de Fato”, falando sobre o “protagonismo feminino na ALN”, disse que as mulheres militantes “romperam com sociedade e família para integrarem a frente de batalha”. E continua:

Historicamente, no Brasil, a figura do desobediente político é sempre do homem, a mulher fica reservada ao lar ou tem uma pequena esfera de ação dentro das tarefas do cotidiano. Quando a mulher tinha alguma punição, diziam que ela tinha feito aquilo levada por alguém, nunca como uma decisão pessoal e independente, como se essa mulher não tivesse política na cabeça. Era uma questão que a repressão e a imprensa da época tentavam difundir, de que a mulher não tinha autonomia de militância, não era um ser político e tinha que ficar em casa.³³⁹

Decidir entrar na militância política, significou o desejo ousado das mulheres em ter um papel protagonista na construção da escrita da história do país. A produção fílmica, utiliza-se da estratégia cinematográfica, de apresentar “fios de memória”, fomentando no seu público indagações, que ao longo da narração, a caminho do fim, vamos tecendo concepções sobre as memórias femininas apresentadas.

Aprofundando mais no documentário, vamos trazendo elementos do período ditatorial, que representam a vivência de Ana Miranda na luta contra a ditadura. A partir do acirramento da repressão após o AI-5, o movimento de guerrilha urbana padece de significativas perdas e conseqüentemente grandes desarticulações, tendo como decorrência a clandestinidade e a luta armada, não mais como uma estratégia de guerrilha, mas uma maneira de sobrevivência nestes tempos sombrios. Na mesma entrevista, mencionada acima, Badan Ribeiro afirmou:

Eu quis explorar o chamado setor de apoio na organização, porque sempre se associa setor de apoio e mulheres vinculando ao papel maternal de cuidar e eu quis mostrar que isso não era realidade.

Isso também aconteceu em outras organizações, mas na ALN existia maior liberdade de ação em que a mulher era protagonista da história e da luta. Eu quis mostrar que a figura da guerrilheira de armas na mão é importante, mas ela também pode ser muito abstrata se desconsidera o funcionamento real de uma organização.

Era definido, por exemplo, setor de apoio e logística da ALN, um processo que o então professor Joel Rufino participava com sete mulheres em volta. Então falavam

³³⁹ DULCE, Emilly. **Mulheres foram protagonistas da resistência armada à ditadura**. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/09/06/mulheres-foram-protagonistas-da-resistencia-armada-a-ditadura/>>. Acesso em: 06 set. 2018.

que ele era amante dessas mulheres, mas, na verdade, elas estavam militando pela ALN, mas sempre aparecia como ele encabeçando o processo.

Na realidade, era uma rede de apoio que mantinha a organização: elas ajudavam a tirar gente pela fronteira, davam dinheiro, emprestavam o carro para fazer ação e empregavam gente que tinha sido despedida dos empregos, já que não se podia ter atestado ideológico. Enfim, são vários os gestos que mostram o compromisso político dessas mulheres.³⁴⁰

Ainda nesta entrevista, a historiadora fez questão de salientar a importância do protagonismo das militantes mulheres na luta, pois muitas perderam suas vidas em nome de um objetivo maior - “derrubar a ditadura” (termo visto e ouvido na narrativa de Tânia).

Dentro desta perspectiva de falar sobre a sua história na militância política em organização de luta armada, Ana desvela um relato dramático e um capítulo triste de (sua) história. Ela diz:

Eu sou um presente da ditadura brasileira! Foi no dia em que eu fiz 21 anos, presente de maioridade. Cercaram minha casa pegaram minha mãe e minha irmã, meu irmão chegou mais tarde da faculdade – também foi preso.
A militante era eu! Por que minha mãe foi presa? Minha irmã foi presa e torturada?
Meu irmão foi preso! (17:40 – 18:11)

Se, de início, surge uma ironia (ser um “presente da ditadura brasileira”, presa quando completava 21 anos), em seguida sua narrativa é marcada pela violência e perversidade da ditadura. A prática de cerco da casa e a prisão do militante e sua família, explicitada por Ana, era comum nas abordagens policiais de agentes da DOPS.³⁴¹

Uma versão mais completa e peculiar deste episódio envolvendo sua captura/prisão e a prisão da mãe, do irmão e da irmã (esta torturada) foi recontada a Comissão Nacional da Verdade, em 07 de maio de 2014. Quando perguntada pelo membro da CNV a respeito de sua semiclandestinidade, Ana respondeu (recontando o ocorrido acima):

No dia que eu fiz 21 anos, que era dia do meu aniversário. Eu tinha combinado com a mamãe, ela ia me comprar, um presente, sei lá, uma roupinha. Sempre me levava um dinheirinho aqui ou ali. E ela não foi ao encontro, ela era muito pontual. O encontro era há três quarteirões lá de casa. Aí eu falei: “Vou dar um pulo lá em casa”. Eram cinco da tarde. Aí eu fui descendo pela Irene Nescou, fui para a Barata Ribeiro, eu parei na esquina da Anita Garibaldi. Onde eu parei tinha um telefone fixo, um orelhão, outro dia eu olhei, ainda estava lá. Aí eu falei: “Não, eu vou dar uma ligada”. Aí eu liguei e mamãe falou: “Desaparece que a casa está cercada desde as cinco da manhã”. Ela falou em ídiche, que eu não entendo direito e não falo, eu entendo um pouco, mas não falo. Mas eu entendi imediatamente, no segundo, o que ela falou. E depois ela me disse que os caras estavam dentro de casa, na cozinha, ela atendendo no telefone. Tinha na frente, do lado, em cada quarteirão, no terraço do

³⁴⁰ Ibidem., p. 2.

³⁴¹ ARAUJO, op. cit.

prédio, cercaram a casa toda desde cedo [...] Invadiram a casa dos meus pais. Sim, invadiram e brigaram com ela. “Com quem a senhora está falando?”. Ela falou: “Com a minha mãe”. Porque ela falava com a mãe dela em ídiche. Comigo ela não falava em ídiche, mas eu entendi imediatamente. Fiquei meio atarantada assim e saí. Nesse dia, um pouco mais tarde, depois disso, levaram ela e a minha irmã que tinha 14 anos para o DOI-CODI. E meu irmão, que vinha chegando mais tarde da faculdade, também foi levado [...].³⁴²

Além destas questões, é preciso mencionar que o fato de jovens militantes de esquerda terem entrado para organizações de luta armada fez com que suas vidas pessoais e privadas fossem invadidas pelo Estado (polícia), incluindo aí os membros da família. Se era “subversivo”, se era “terrorista”, se era “comunista”, então todos na família o eram: estamos diante da ideologia do “inimigo interno” da Ditadura de Segurança Nacional.³⁴³

Sobre as consequências da prisão e da tortura sofridas em função do grau de barbárie cometido pelos agentes da repressão de Estado, Ana Miranda contou com detalhes:

Eu fiz duas cirurgias enquanto estava presa! Eu perdi um rim – perdi o esquerdo. Tem aqui uma cicatriz de 20 e uma de 10 cm, as outras são pequenininhas, que me deram choque e que ficou inflamado. Mas a principal é de cabeça mesmo. Que é a tentativa de te destruir como pessoa – e destruir mesmo. E vários foram destruídos, vários enlouqueceram, outros se suicidaram, muitos foram assassinados mesmo. E alguns tem sequelas bastantes graves, não só do ponto de vista físico, mas do ponto de vista psicológico. O grupo faz um belo trabalho em cima disso. (41:41- 42:32)

De acordo com Brasil Nunca Mais: “*em muito presos políticos, a tortura não deixou marcas físicas, pois foram tomados os devidos cuidados para evitá-las*”.³⁴⁴ Sabemos que esta prática não foi respeitada pelos torturadores, pois muitos militantes tiveram sequelas severas em decorrência das práticas violentas perpetradas pelos agentes da repressão. No caso da narrativa de Ana fica muito claro, quando especifica a maior danificação causada pelas sessões de tortura: “[...] *a principal é de cabeça mesmo. Que é a tentativa de te destruir como pessoa – e destruir mesmo*”. Destruição do militante como sujeito existencial e histórico, como ser humano, como alguém que “é”, a ponto de causar problemas patológicos ou o suicídio.

Na composição da equipe de torturadores atuavam médicos e enfermeiros que davam suporte nas seções de tortura: em casos de emergências, para colocar o torturado em condições de ser novamente torturado, aplicando medicações, orientando com relação às quais

³⁴² COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Ana de Miranda Batista**. 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/173587968-Ana-de-miranda-batista.html>. Acesso em: 02 maio 2019. p. 4-5.

³⁴³ PADRÓS, **História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos**, op. cit.

³⁴⁴ **Brasil: Nunca Mais**, op. cit., p. 223.

torturas os sujeitos aguentavam etc. E, como Ana relata, a maior seqüela é a psicológica, a destruição do psíquico do preso político foi um alvo extremamente explorado. Em diversos casos eles alcançaram o que almejavam, muitos enlouqueceram, se suicidaram e tiveram as seqüelas físicas, como dores e limitações em consequência das torturas.

No dizer de Amélia Teles as lesões abertas pela tortura, são feridas que não cicatrizam nunca, a todo momento esta herança de dor e sofrimento vêm à tona nas memórias dos sujeitos que passaram por estes momentos de terror:

[...] hoje (2014) as feridas são invisíveis, mas elas ainda sangram. Não sei se alguém conseguiu superar isso, eu não hoje eu aprendi a conviver com as minhas feridas, são parte de mim, parte da minha história, parte do que eu sou, mas ainda dói muito.³⁴⁵

Apesar disso, as vozes femininas que vivenciaram o horror da tortura precisam ser vistas e ouvidas, como na tela de documentários, e dessa maneira desmistificar muitos ocultamentos ocorridos no período ditatorial. Inclusive a busca por ajuda psicológica, é fundamental para trabalhar questões que facilitem, ou permitam que essa mulher consiga seguir a vida de maneira a transformar sua dor em luta.

No caso de Ana Miranda, a transformação desta dor em luta não aparece no documentário como resultado da “ajuda psicológica” – embora suponhamos que sim, pela narrativa no filme de Vera Vital Brasil, outra militante e ex-presa política, responsável pela Clínica Grupal do GTNM/RJ. Em “Memória para uso diário”, vemos Ana atuar em duas frentes de luta: uma delas, no campo da memória coletiva, no acompanhamento de ruas e/ou praças que levam o nome de militantes mortos e desaparecidos na ditadura e, na outra, na assistência a mães de jovens assassinados nas periferias do Rio de Janeiro (veremos mais adiante).

³⁴⁵ TELES, **O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura...** op. cit., p. 15.

2.2.1.3. Flora Abreu e Cecilia Coimbra

FIGURA 4 – FLORA E CECÍLIA



FONTE: Memória para uso diário (2007)

O ano de 1962, é o ponto de partida do diálogo estabelecido entre Cecília Coimbra e Flora Abreu, duas das principais militantes do GTNM, Rio de Janeiro. A experiência compartilhada por Flora e Cecilia, que também foram militantes de organização de luta armada contra a ditadura, é iniciada nesse diálogo do documentário:

Cecília: - Há quantos anos nós somos amigas?

Flora: - Desde 1962!

Cecília: - 1962 quando a gente entrou para a faculdade!

Flora: - Quando você entrou! Eu já estava lá.

Cecília: - Você já estava lá! Você é mais velha...hahaha

Flora: - Eu sou mais velha...hahaha (02:32 – 02:40)

O diálogo entabulado entre Cecília e Flora – filmado por Beth Formaggini – apresenta um momento de descontração de duas amigas que iniciaram sua trajetória política antes do Golpe de 1964. Interessante notar o uso deste diálogo descontraído logo no começo do documentário.

De um lado, ele nos remete talvez a um dispositivo estético utilizado pela cineasta: enquadrar as duas mulheres (o mais das vezes, em plano americano) conversando “naturalmente” e sentadas confortavelmente num jogo de sofá, dando ares de “bate-papo” informal a questões políticas candentes. Ou também, nesse mesmo enfoque, tentando desconstruir a imagem “sisuda” e “intelectualizada” das mulheres e da militância.

O ano era 1962. Vivíamos no país um período de contradições históricas do capitalismo sob o governo de João Goulart – modernização de caráter “desenvolvimentista” mesclada a uma herança autocrática e de dependência e associação ao capital multinacional ³⁴⁶ – ao mesmo tempo em que já se experienciava, desde os anos de 1950, uma singular efervescência política e partidária de esquerda (na esfera parlamentar e/ou na imprensa), bem como uma intensa mobilização popular e uma maior organização da classe trabalhadora no campo e nas cidades ³⁴⁷.

De outro, a descontração da conversa filmada trouxe à cena a memória de ambas na juventude universitária, a história de duas mulheres que tiveram seus laços de amizade e militância construídos na universidade, espaço de debate público e de formação política de parcela dos jovens de classe média urbana no Brasil. O ano de 1962 também foi marcado, por exemplo, pela crise interna do PCB e o surgimento de suas entranhas do Partido Comunista do Brasil (PC do B) – germe do aparecimento de várias organizações de luta armada após o golpe.

A partir dos anos 1950 e 60, os debates em torno dos interesses universitários estavam delimitados no interior das universidades, as discussões reivindicatórias deixaram seus muros, incorporando novas vozes e novos protagonistas na discussão, deixando de ser exclusivamente debate de estudantes e professores, promove-se dessa maneira um processo de análise crítica e planejada para a universidade no Brasil. Nas palavras de Fávero:

O movimento pela modernização do ensino superior no Brasil, embora se faça sentir a partir de então, vai atingir seu ápice com a criação da Universidade de Brasília (UnB). Instituída por meio da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, a UnB surge não apenas como a mais moderna universidade do país naquele período, mas como um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional, como o foram a USP e a UDF nos anos 30. Nesse contexto, a participação do movimento estudantil se dá de forma muito densa, o que torna difícil analisar a história do movimento da Reforma Universitária no Brasil sem que seja levada em conta essa participação. Dos seminários e de suas propostas, fica evidente a posição dos estudantes, através da UNE, de combater o caráter arcaico e elitista das instituições universitárias.³⁴⁸

³⁴⁶ DREIFUSS, René A. **O jogo da direita**, op. cit.; MENDONÇA & FONTES, op. cit.

³⁴⁷ MONIZ BANDEIRA, Luiz A. **O Governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 8ª Ed. São Paulo: UNESP, 2010. ; LOVATO, Angélica. Partidos, sindicatos e movimentos sociais nos anos 1950-64: balanço histórico-bibliográfico preliminar. In: **Aurora**, ano V, n. 9, Dez. 2011. ISSN: 1982-8004 <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/>. ; CALEGARI, Elis Regina. **Formação continuada na escola: reorganização das práticas pedagógicas e perspectivas para o trabalho docente**. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Unioeste, Francisco Beltrão, 2015. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2895/5/Elis%20R%20Calegari%202015.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

³⁴⁸ FAVERO, op. cit., p. 29.

Certamente, um ponto de destaque nesta análise fora a participação de jovens estudantes universitários contra o regime. O conhecimento extraído da literatura sobre o assunto revela que, em grande medida, os universitários estavam entre o público mais atingido pela repressão advinda depois de 1964. Segundo Sampaio:

Para os militares, sobretudo no início, os problemas do ensino superior eram uma questão de polícia e disciplina. Com diferentes ênfases em um e outro país, reitores eleitos foram substituídos por coronéis, professores foram demitidos, estudantes foram presos, as ciências sociais acabaram sendo banidas e a educação cívica obrigatória foi introduzida. Amplos setores das universidades foram destruídos e desmoralizados, enquanto milhares de estudantes se engajaram na guerrilha urbana.^{349 350}

Enfim, em torno deste contexto histórico do início da década de 1960 até o golpe de 64 que veio a atingir em cheio o ambiente acadêmico e estudantil, Flora Abreu e Cecília Coimbra se conheceram e construíram suas trajetórias políticas e de que modo sofreram as agruras do regime ditatorial.

Diante de um cenário de resistência, elas narram – ainda com certa descontração – um assunto muito caro aos militantes de esquerda que lutavam contra a ditadura mulheres: o exílio, a prisão e as torturas. De acordo com o diálogo abaixo:

Cecília: - A flora nunca foi presa... né Flora?
 Flora: - Eu não... eu sempre escapei.
 Cecília: - A Flora ficou na clandestinidade braba. Flora com duas crianças pequenas... né Flora?
 Flora: - E até 72 ... eu saí do país.
 Cecília: - Alcir foi preso duas vezes..
 Flora: - Alcir foi preso duas vezes e eu escapei as duas vezes porque eles eram muito incompetentes...hahaha
 Cecília: - hahahaha
 Flora: - Eles foram muito incompetentes!
 Cecília: - Que bom que a gente consegue rir.
 Flora: - tem que rir... então a gente saiu e fomos para o sul, pegamos um avião e fomos para o Uruguai. Atravessamos de avião, era a coisa mais loca. A gente montou ... eu e ele, montamos um esquema. Saimos só nós dois, sem filhos né – as crianças ficaram.
 Cecília: - eu fui presa no período mais brabo da ditadura no governo Médice em 1970 – agosto de 1970. Aliás nesse período, nós estamos em setembro, eu estava presa. Fui presa em 24 de agosto fui solta, liberada porque eles não conseguiam comprovar nada contra a gente. Porque eu não era do Partido Comunista, não era do MR-8, eles estavam me acusando de ter participado do sequestro do embaixador

³⁴⁹ SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991. p. 16.

³⁵⁰ Em Brasil Nunca Mais (1985, p. 85) mediante pesquisa desenvolvida pelo grupo Tortura Nunca Mais, aponta-se que: “...38% tinham idade igual ou inferior a 25 anos ... E mais: em meio a esses 2868 jovens processados em idade inferior a 25 anos, 91 ainda não tinha sequer atingido os 18 anos...”.

norte-americano, eu apenas tinha dado uma infraestrutura, uma pequena infraestrutura, que o Gabeira e alguns outros companheiros ficaram lá em casa. Foi o documento que eles encontraram lá em casa. Foi a denúncia que fizeram, a denúncia anônima, encontraram tal documento. Que era um documento, que ficamos dois dias no DOPS, ninguém sabia de onde era, a gente dizia “não sei, não sei”. Aí fomos para o DOI-CODI, “ai que a cobra fumou!” (39:57 – 41:33)

Clandestinidade, conectada intrinsecamente com a invisibilidade do sujeito. Para Rosa a clandestinidade significa: “*Desterritorialização geográfica, emocional e psíquica, a clandestinidade, enquanto experiência liminar, está estreitamente ligada à invisibilidade: tornar-se um clandestino significa tornar-se invisível*”.³⁵¹ Flora experimentou esta vivência, desaparecer para a repressão, ocultar-se para a sua família, esconder-se de seus companheiros de luta política, pois não deveriam saber de sua história. Perpassando os limites da identidade, ora sendo Maria, ora Sandra, ora Sônia, entretanto, jamais Flora.

Prisão, a decisão de envolver-se na luta política na época significava uma transformação profunda na maneira de viver socialmente, e diante das especificidades, as mulheres estabeleciam uma maneira particular na militância. Cecília narra a sua experiência com a prisão e tortura, “*ai que a cobra fumou*”, entonação que instiga o imaginário do expectador. Nós que estamos na busca por mais conhecimento sobre a ditadura militar, ficamos abalados com essa expressão, pois, entendemos minimamente, o que significou ser mulher nos porões da ditadura.

Após o diálogo anterior entre Flora e Cecília, o documentário traz uma cena, em que Cecília fala em outro momento temporal – uma entrevista exibida em 07/03/1999 – onde ela explicita alguns indícios vivenciados por mulheres que foram presas pela repressão durante a ditadura no Brasil: “*A primeira coisa que faziam quando você era presa, era te colocar nua! Eu fui abusada sexualmente! Como a maioria das mulheres foi... e poucas realmente revelam isso*” (41:34 – 41:40). De fato, durante décadas, várias mulheres sentiram sua sexualidade desrespeitada, preferindo silenciar-se, em virtude de tamanha humilhação e vergonha submetida, e na sua maioria preferiam que não fosse divulgada para a sociedade.³⁵²

³⁵¹ ROSA, op. cit., p. 49.

³⁵² No dizer de Rosa (2013, p. 59): “*Embora a nudez e a tortura nos órgãos genitais fossem constantes para homens e mulheres no momento da tortura, o estupro é utilizado especificamente contra mulheres. Estupro que, como lembra Tania Swain, tem sido utilizado como arma de guerra, sem distinção de idade, raça ou estilo corporal: ‘este tipo de violência é especificamente dirigido contra os corpos e integridade física e mental das mulheres, porque são mulheres, pois se não são propriedade de um homem, pertencem, no sistema patriarcal, a todos eles’*”.

A fragilidade feminina nas mãos dos seus algozes (torturadores), tinha inúmeros graus de estratégia para a destruição do “ser humano”. Ser comunista era algo inaceitável socialmente, e mulher comunista se caracterizava como mais um agravante para os agentes da repressão. Cecília narra este assunto no seguinte trecho de diálogo, quase ao final do documentário: “*Cecília: - Você se via como um não humano! Como uma pessoa diferente. E para o não humano vale tudo! Para o dito perigoso – pro dito diferente e perigoso – o que está colocando em risco a segurança do regime, ou a segurança da sociedade*”. (58:07 – 58:22)

Como podemos ver, a conversa filmada das duas mulheres pela câmera de Beth Formaggini, então carregada das memórias envoltas num clima de alegria e descontração da juventude nas primeiras cenas vão sendo, aos poucos, transmutadas para uma luta política contra o legado da ditadura civil-militar no Brasil. Como no trecho abaixo, onde falam do início da organização do GTNM/RJ:

Flora: - Na faculdade era toda politizada. E na minha turma de História era todo mundo de esquerda! Quando a gente começou a fazer as primeiras reuniões... e as pessoas estavam na dúvida! Fizemos o seguinte, vamos chamar a turma antiga...

Cecília: - Todo mundo da faculdade!

Flora: - Aí fizemos um grupo... começamos a telefonar... (05:28 – 05:48)

Se, num primeiro momento, Flora enfatiza a politização dos jovens e o engajamento de sua turma à esquerda do espectro ideológico nos anos 1960, na sequência ela dá um “salto” no tempo e chega ao processo de fundação do Grupo Tortura Nunca Mais, mais de vinte anos depois. Neste “salto”, assentado nas “primeiras reuniões”, revela-se a preocupação e a dúvida quanto a criação do grupo. Qual a solução? “*Fizemos o seguinte, vamos chamar a turma antiga*” (“*Todo mundo da faculdade!*”, no dizer de Cecília), ou seja, telefonaram para todos/as aqueles/as que resistiram e lutaram contra a ditadura e – claro – estavam vivos.

A sede de justiça que movia (e move) estes/as militantes torna-se exposta no documentário de Formaggini através de uma realidade cruel que se descortina em várias cenas: ainda temos repressão, ainda temos torturas e torturadores... vivemos ações do Estado que refletem heranças da ditadura civil-militar no Brasil. Na conversa de Flora e Cecília vamos conhecendo os primeiros passos galgados para a concretização do GTNM/RJ:

Cecília: - Como é que a gente começou a se articular?

Flora: - Pois é! O governo do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, um governo nacionalista, progressista ... e de repente o secretário de defesa civil...

Cecília: - da época ...o José Halfeld Filho...

Flora: - Nomeia para subcomandante... né?

Cecília: - Não... para comandante do Corpo de Bombeiros o Walter Jacarandá.

Flora: - O Jacarandá!

Cecília: - O Coronel Walter Jacarandá...que era bombeiro.

Flora: - Pois é... o Jacarandá que havia torturado uma boa parcela de presos políticos na época. É o iniciozinho, é abril de 1985. E começa uma grande repercussão! E aí juntou umas pessoas ... e vimos o seguinte...juntou quatro ou cinco pessoas e diziam: não basta fazer denúncia de que tem um torturador num cargo público! A gente precisa começar a chamar pessoas e fazer uma coisa mais constante... (06:12 – 07:10)

Em entrevista concedida para Gomes e Fontes em meados da década de 1990, Cecilia Coimbra explicou com maiores detalhes sobre a formação do GTNM/RJ, sendo possível compreender pormenores sobre a nomeação de um torturador para cargo de confiança do governo do Estado do Rio (Leonel Brizola!) em 1985:

Em 1985, por acaso, tivemos conhecimento pela imprensa de que o major Walter Jacarandá estava sendo indicado para comandante do Corpo de Bombeiros. Essa pessoa, através dos jornais, foi reconhecida pelo então secretário estadual de Transportes e ex-presos político, Brandão Monteiro, como sendo um de seus torturadores. A partir daí outras pessoas também reconheceram o Walter Jacarandá. Naquele mesmo momento tivemos contato com o ex-deputado federal e advogado de presos políticos, Modesto da Silveira, que na época tinha assento, representando a ABI, na Comissão de Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos, que havia sido criada pelo governo Brizola vinculada à Secretaria Estadual de Justiça. Ele nos disse que na Comissão pesava sobre o secretário de Defesa Civil a desconfiança de que ele teria pertencido ao aparato da repressão. Ex-presos políticos surgiram e confirmaram a denúncia, dizendo que o secretário José Halfeld Filho fora carcereiro do presídio São Judas Tadeu, um presídio que existia no andar térreo do Dops, e que ele era a pessoa que fazia a ligação entre o Dops e os Centros de Informações do Exército (o CIEEx), da Marinha (o CENIMAR) e da Aeronáutica (o CISA). Logo depois viemos a descobrir também que o assessor de segurança para o Banerj era um major da PM, Riscalá Corbaje, muito conhecido no período da ditadura como dr. Najib. Ele torturou a mim e a várias outras pessoas. (GOMES & FONTES, 1996, p. 1)

Tanto na conversa entabulada no documentário entre Flora e Cecília, quanto no depoimento da segunda em entrevista nos anos 90, notamos o quanto a tessitura burocrática, administrativa, judiciária e policial-militar do Estado na ditadura pôde permear o contexto de “transição democrática” do Brasil na década de 1980 – no exemplo do Rio de Janeiro, com a permanência de agentes da repressão e tortura como Walter Jacarandá, Riscalá Corbaje e José Halfeld Filho dentro da institucionalidade do Estado em “transição democrática”.

Na época, houve um clamor dos militantes do GTNM para que os torturadores não pudessem investir-se de cargo público e muito menos participar do “Conselho Estadual em Defesa dos Direitos Humanos” para discutir sobre os crimes hediondos praticados durante a

ditadura civil-militar, com destaque para ex-agentes da DOPS que torturaram os próprios membros do GTNM ou seus companheiros mortos e desaparecidos. Como no diálogo abaixo:

Flora: - A gente disse, com Halfeld presente as entidades se retiram... e o Halfeld nunca mais pode entrar num conselho e sentar.

*Reunião do Conselho Estadual em Defesa dos Direitos Humanos (reportagem exibida em 02/07/1985): - Por que não é possível, quer dizer um conselho com a respeitabilidade, a credibilidade, com pessoas da sociedade civil, com representantes do estado, que na próxima reunião o Coronel Halfeld continue sentando-se ao lado para poder julgar. E quem sabe até fazer parte da comissão que vai apurar estes crimes.*³⁵³

Cecília: - De início ficou-se muito em cima daquela questão da denúncia! De repente a gente começou de abril, maio, junho... a gente fazendo reuniões, discutindo toda segunda feira... a gente começou a perceber que havia um claro em termos de sociedade brasileira naquele momento, onde estas questões não eram faladas. (07:22 – 08:09)

FIGURA 5 – FLORA ABREU



FONTE: Memória para uso diário (2007)

Após vermos uma alternância do diálogo entre Flora e Cecília com arquivos de imagens da década de 1980 – referentes a criação do GTNM, a presença de alguns de seus integrantes no Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado do Rio e o imbróglio envolvendo algozes da ditadura no governo – passam a ganhar destaque no filme uma sequência de três imagens.

A primeira, uma manifestação de familiares das vítimas das torturas e mortes na ditadura, com uma faixa grande “*Famílias dos mortos e desaparecidos no DOI*” (ao fundo, ouvimos um som de manifestação, várias pessoas protestando). Logo a seguir, uma segunda

³⁵³ O que está em itálico corresponde a inserção de uma reportagem da Rede Globo em 1985, na qual Flora é entrevistada pelos repórteres (ver imagem acima), entremeada entre as falas de Cecília e Flora no tempo da filmagem do documentário.

imagem produzida em frente a um monumento histórico (não identificado), com militantes que seguravam uma faixa com os seguintes dizeres: “*Tortura Nunca Mais – RJ*”. E a terceira, uma filmagem de militantes a segurar outra faixa: “*Tortura Nunca Mais*”. Todas elas representando um contexto de reivindicações políticas em torno do fim das torturas e em defesa da democracia e da justiça.

Neste sentido, o processo de criação e estruturação do GTNM/RJ demandou muito empenho, pois perceberam que existia uma demanda muito considerável de trabalho necessário a ser executado. Cecília e Flora esclarecem um pouco mais este processo no trecho abaixo do documentário, ao tratar de um tema específico:

Flora: A gente tinha que preparar o material todo, fazer pesquisa dos mortos e desaparecidos...

Cecília: Levantar biografia de cada um, fazíamos contato com as associações de moradores locais...

Flora: Fazíamos todo trabalho anterior com os moradores do bairro...

Cecília: Para preparar a inauguração! (08:26 – 08:47)

Nesta sequência, as duas militantes conversam sobre o processo de pesquisa histórico-biográfica dos mortos e desaparecidos e a organização do futuro acervo do GTNM/RJ. Cecília, inclusive, lembrou-se do trabalho de levantamento de informações junto a associação moradores de bairros, mas... com qual o objetivo? Ela responde, exaltada: “*Para preparar a inauguração!*”. De repente, vem um corte. Que significava haveria nesta afirmação? Em diferentes cenas de “*Memória para uso diário*”, vemos um grupo de militantes do GTNM – dentre eles, Ana Miranda, Victoria Grabois e Cecília Coimbra – percorrendo bairros a procura de nomes de mortos e desaparecidos pela ditadura, homenageadas em ruas e praças do Rio.

Trata-se de uma das atividades do grupo captada pela câmera do documentário: não apenas elaborar um trabalho de rememoração, mas também pressionar os governos estadual e municipal a construir (e manter) uma espécie de “*memória pública*” destes militantes atingidos pela ditadura. Uma das cenas mais tocantes foi o re/encontro de Leda Nonato Fonseca, mãe de Marcos Nonato Fonseca (1953-1972)³⁵⁴, com a placa de rua contendo o nome do filho. O fotograma (abaixo), capta o instante em que um objeto nominado sensibiliza a memória da mãe. Todavia, o péssimo estado da placa, exigiu que Leda e a equipe do GTNM tirassem a prova de reconhecimento ao solicitar a um morador a conta de luz elétrica.

³⁵⁴ Jovem assassinado aos 19 anos pela Polícia em 1972, Marcos era estudante e militava na Aliança Libertadora Nacional (ALN).

FIGURA 6 – MÃE DE MARCOS NONATO FONSECA



FONTE: Memória para uso diário (2007)

Além disso, em meio ao diálogo entre Cecília e Flora desfilam na tela placas de ruas, contendo nomes de militantes mortos e desaparecidos como Rua Ísis Dias de Oliveira³⁵⁵ ; Praça Vergílio Gomes da Silva³⁵⁶; Praça Paulo Cesar Botelho Massa³⁵⁷; Rua Januário José Pinto de Oliveira³⁵⁸; Rua Guilherme Gomes Land³⁵⁹; Rua Mário Alves³⁶⁰; Rua Eduardo Collier Filho³⁶¹. Histórias de jovens que tiveram suas vidas ceifadas com requintes de crueldade, por motivo torpe e sem a chance de defesa.

³⁵⁵ Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL. [...] Desaparecida desde 1972, quando tinha 31 anos. [...] declarações de Amílcar Lobo que reconheceu Ísis no DOI-CODI/RJ, sem precisar a data. No Arquivo do DOPS/PR, em uma gaveta com a identificação: “falecidos” foi encontrada sua ficha. Os Relatórios dos Ministérios da Marinha e do Exército insistem em afirmar que Ísis está “foragida”. (ARAÚJO et al. 1995, p. 306).

³⁵⁶ [...] foi o primeiro desaparecido da ditadura militar. [...] Em setembro de 1969, comandou a ação do sequestro do embaixador americano, Charles Burke Elbrick e logo depois foi preso pela Operação Bandeirante, (Oban), em São Paulo.[...] Segundo diversos presos políticos, Virgílio foi morto um dia após seu sequestro. As Forças Armadas jamais admitiram o crime oficialmente. (MEMÓRIA 2019).

³⁵⁷ Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL. [...] Desaparecido aos 26 anos de idade, no Rio de Janeiro. [...] Em entrevista ao jornal “Folha de São Paulo”, um general de destacada posição dentro dos órgãos de repressão, confirma a morte de Paulo e outros 11 desaparecidos. (ARAÚJO et al. 1995, p.365).

³⁵⁸ Membro da VAR-Palmares, desapareceu em 1983, em São Gonçalo.(ALTINO, 2015).

³⁵⁹ Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B). [...] Desaparecido, desde 1973, na Guerrilha do Araguaia com 26 anos. [...] O Relatório do Ministério da Marinha confirma a data de sua morte, sem outros esclarecimentos. (ARAÚJO et al. 1995, p.296).

³⁶⁰ Secretário-Geral do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR).[...] Desaparecido aos 47 anos, no Rio de Janeiro. (ARAÚJO et al. 1995, p.352).

³⁶¹ Militante da AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA (APML). Desaparecido desde 1974 quando contava 26 anos de idade. [...] No Arquivo do DOPS/PR, pesquisado em 1991 pela CFMDP, o nome de Eduardo aparece em uma gaveta identificada como: “falecidos”. (ARAÚJO et al. 1995, p.288).

O documentário retoma uma nova sequência do diálogo entre Cecília e Flora, onde explora situações de drama e tensão envolvendo a criação do GTNM e as denúncias contra a repressão, torturas e mortes legitimadas pelo Estado depois de 1964, quando faziam as primeiras reuniões na sede do Sindicato dos Jornalistas no Rio.

Enquanto vemos a câmera “subir” as escadarias do sindicato e “flagrar” um placa comemorativa e fotografias de mortos e desaparecidos políticos na parede de uma sala, é Flora quem elenca as situações de medo num contexto histórico ainda marcado pela ditadura ao dizer que “[...] *algumas pessoas que inclusive foram a favor da denúncia – primeiro tinham medo – porque a gente não vivia numa democracia! Havia todo o aparato de repressão que estava aí, e continuava existindo*”. E complementa com certa indignação – a câmera focalizada nela alternando com as fotografias na parede:

[...] Segundo, as pessoas já estavam um pouco desacreditadas, e não tiveram a noção do alcance do que significava a luta que a gente estava propondo. Porque lutar por Tortura Nunca Mais, resgatar os mortos e desaparecidos, resgatar nossa história, ter objetivo de ir para a sociedade resgatar tudo isso e denunciar, e homenagear e dizer que os que morreram não eram bandidos! Eram nossos heróis, foram pessoas que deram suas vidas, foram de uma generosidade sem limites! Isso tudo não estava sendo dito. (18:12 – 19:23)

Neste trecho do diálogo tem-se uma ênfase no significado político da luta “*por Tortura Nunca Mais*”. Certamente um ato de denúncia contra a herança nefasta da ditadura, mas também uma batalha de memória no sentido de “*resgatar nossa história*” (militantes de esquerda), desconstruir as narrativas “oficiais” do regime e publicizar à sociedade “[...] *que os que morreram não eram bandidos! Eram nossos heróis... pessoas que deram suas vidas [...]*”, com entrega e generosidade.

Contudo, ao longo do documentário também nos é apresentada uma outra batalha travada pelo GTNM/RJ contra a impunidade da ditadura dentro do Estado democrático pós-Constituição “Cidadã”, deu-se com a criação da “Medalha Chico Mendes”, em 1989.

O diálogo entre Cecília e Flora revela que o real motivo da criação estava ligado a uma premiação oferecida pelo Exército a torturadores, a chamada “Medalha do Pacificador” – entregue em 31 de março! – e um contraponto político (e simbólico) entre as duas celebrações:

Flora: Me lembro do dia. em 89, o Moraes chegou indignado. Gente em 31 de março esses bandidos com a medalha do pacificador, premiando torturadores...

Cecilia: E lá no DOI-CODI!

Flora: nós temos que criar nossa medalha! [...]

Flora: Uma das coisas mais bonitas da entrega da medalha Chico Mendes todos os anos...

Cecilia: A primeira medalha me lembro que foi é... dom Paulo Evaristo Arns, um dos primeiros a ser homenageados. Apolônio de Carvalho que era ... Apolônio era homenageado e ia inclusive em todas as medalhas. Eu lembro que a gente chamava Apolônio para dar as medalhas também né. (33:23 – 33:53/34:23 – 34:50)

“*E lá no DOI-CODI!*”, exclama subitamente Cecília. Uma homenagem prestada pelo Estado (através do Exército) aos horrores praticados pelo próprio aparato repressivo estatal durante a ditadura civil-militar. Como complemento, em entrevista feita com Cecilia nos anos 1990, é-nos apresentado um retrospecto da elaboração e concretização desse projeto de homenagem da “Medalha Chico Mendes”:

A fora isso, uma outra atividade que o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ tem é o evento que fazemos uma vez por ano, de entrega da Medalha Chico Mendes de Resistência. Este ano de 1996 foi o oitavo ano em que esse evento ocorreu. Essa medalha surgiu em 88, quando o Exército resolveu, no dia do aniversário do golpe de 31 de março, fazer uma homenagem a vários oficiais, entre eles muitos torturadores, onde funcionou o DOI-CODI. Nós fomos para a porta do DOI-CODI e fizemos um escândalo. Eles receberam a chamada medalha do Pacificador. Resolvemos que teríamos a nossa medalha e foi justamente no ano em que o Chico Mendes morreu. Consultamos a família, o irmão dele esteve aqui e concordou. A Medalha Chico Mendes é um evento que reflete muito bem o trabalho do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, porque ela homenageia não só os mortos e desaparecidos políticos, ou familiares de pessoas que combateram durante o período da ditadura, mas fundamentalmente pessoas que estão combatendo hoje. Por exemplo, nós tivemos este ano como homenageada a Deolinda Alves, o Luís Fernando Veríssimo; o Caco Barcelos também já foi lembrado. Pensamos em pegar diferentes segmentos, a Igreja, os sem-terra, as vítimas da violência urbana, pessoas que estão sendo ameaçadas de morte. Todo dia 1º de abril realizamos esse evento. E é um ato muito emocionante e muito bonito.³⁶²

Neste sentido, o documentário e a entrevista deixam explicitados que celebrar a “Medalha Chico Mendes” corresponderia a um reconhecimento da luta dos mortos e desaparecidos políticos e dos militantes do Grupo Tortura Nunca Mais contra as atrocidades cometidas pelo Estado desde o golpe de 1964.

O documentário de Formaggini, em particular, parece presta a sua própria homenagem. Numa das cenas de “Memória para uso diário”, vemos Flora participar de uma destas cerimônias e entregar a medalha para Cléa, mãe de Sônia Moraes Angel Jones (34:16 – 34:22). Em outra, aparece uma filmagem antiga de Apolônio de Carvalho, possivelmente nos anos 1980, recebendo a sua medalha.

³⁶² GOMES, Ângela de Castro & FONTES, Virgínia. Tortura: nunca mais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.166-183, maio 1996. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/tempo/entrevistas/entres1-1.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2019. p. 10-11.

Porém, como o título do filme alude, a memória a ser usada não pode ser uma ferramenta de luta contra as arbitrariedades do “passado”, e sim contra o que ocorre no “presente”, nos dias que se seguem. Pois a repressão, a violência e as torturas ostensivas do período ditatorial, reaparecem no Brasil “democratizado” mirando suas armas para jovens, pobres, negros, desempregados, moradores de favela. Cecília e Flora tocam neste assunto ao final do documentário:

Cecília: - Neste momento tem alguém sendo torturado em alguma delegacia policial!
Em algum presídio!

Flora: - Sem dúvida!

Cecília: - Algum jovem dito infrator, em algum desses estabelecimentos de reeducação – como eles dizem! Eu acho que essa experiência da gente, com relação à questão da tortura da ditadura. Eu acho que dá um gancho muito grande a questão dos direitos humanos hoje... né Flora?

Flora: - Sem dúvida... (1:13:23 – 1:14:10)

Ontem, como hoje, torna-se necessário usar sabidamente a memória em defesa dos direitos humanos, não apenas em relação aos mortos e desaparecidos na ditadura, mas, especialmente, aos milhares de jovens assassinados nas esquinas deste país vivendo, novamente, em “tenebrosas transações”.

2.2.2 Mulheres militantes em busca de seus “mortos”

2.2.2.1. Ivanilda da Silva Veloso

FIGURA 7 – IVANILDA DA SILVA VELOSO



FONTE: Memória para uso diário (2007)

Como afirmamos no início deste capítulo, a história de Ivanilda da Silva Veloso constituiu o fio condutor de toda a trama narrativa e visual do documentário, pois sua luta resume a diversas situações vivenciadas pelos vários personagens que serão retratados ao longo da produção cinematográfica.

A trama está interlaçada com a história de amor de Ivanilda, viúva que busca nos arquivos do Estado, algum vestígio sobre seu marido, Itair José Veloso³⁶³, militante pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e desaparecido em 1975. Registros comprovam que Itair José Veloso foi preso, torturado e morto durante a Operação Radar.³⁶⁴

A busca dessa esposa por respostas, durou aproximadamente 31 anos. Lutando por justiça e o reconhecimento por parte do Estado como responsável pelo desaparecimento de Itair, sua experiência de militância demonstra o impacto psicológico que toda essa situação de busca por corpos desaparecidos políticos acarreta nos parentes. Ivanilda empenha-se incessantemente na busca por respostas concretas sobre o paradeiro de Itair, como muitas outras famílias trilharam este caminho de angústia, além de informações sobre vidas que foram arrancadas pela ditadura.

A trajetória (e o trajeto) de Ivanilda, mulher militante, perpassa várias outras histórias contadas na narração fílmica e, dessa maneira, vamos identificando outros sujeitos que tiveram diversas experiências relacionadas à ditadura entre os anos de 1964 e 1985 ou aos indícios atuais da ditadura no Brasil contemporâneo. De acordo com Carlos Fico, falando sobre as “raízes do mal” após o golpe de 64:

A brutalidade do golpe de Estado de 1964 está evidenciada pelo sangue das pessoas que morreram. Deve ser denunciada não apenas por outras formas de violência, inclusive a de natureza institucional, mas também pela grande quantidade de ações arbitrárias que tomaram conta do país naquele início de abril.³⁶⁵

³⁶³ “[...] Itair não costumava informar à família sobre suas atividades políticas fora de casa, enquanto clandestino, para não envolver as filhas. De alguma forma elas já sabiam, antes de seu desaparecimento, que ele se dedicava ao PCB. Saiu de casa no dia 25 de maio de 1975, às 7:30 para um encontro às 8:00 horas, dizendo que voltaria ao meio-dia para ir ao médico. Desde então, nunca mais sua família recebeu notícias. [...] Segundo denúncias do ex-sargento Marival Chaves, do DOI-CODI/SP, publicadas na revista “Veja”, de 18 de novembro de 1992, Itair José Veloso, aos 45 anos de idade, foi preso por agentes daquele órgão no Rio de Janeiro, durante a Operação Radar e morreu sob tortura, numa casa de Itapevi, São Paulo. Seu corpo teria sido jogado da ponte, nas imediações de Avaré, a 260 quilômetros de São Paulo. O Relatório do Ministério da Marinha diz que em ‘set/75 - está preso e sendo processado por atividades subversivas do PCB’”. (ARAÚJO, 2013).

³⁶⁴ A Radar durou até 1976 e se concentrou, principalmente, no eixo Rio-São Paulo, objetivando destruir o comando central do partido. Foram mais de 600 presos e, pelo menos, 12 dirigentes mortos. (SOUZA, 2015, P. 96)

³⁶⁵ FICO (2014), op. cit., p. 59.

É justamente essa “brutalidade” de natureza institucional aplacada sobre os opositores a ditadura depois de 64, a ponto de “desaparecerem” com os corpos, que o documentário repagina no tempo presente através das memórias narradas pelos/as militantes. Numa primeira cena, identificamos a imagem de um saguão de prédio e uma mulher, Ivanilda, descendo os degraus da escada. A câmera encontra-se direcionada para a área externa do edifício (02:41 - 02:50).

Após um breve corte, começamos a acompanhar o drama cotidiano de Ivanilda. A câmera mostra-a atravessando ruas e avenidas em meio ao turbulento trânsito da grande cidade. Por vezes, a câmera realiza alguns *close-ups* em seu rosto (05:20 – 05:27), em outras filma-a de costas a caminhar em direção a estação de metrô, mais especificamente na estação do Largo do Machado (08:10- 08:17). Em outra ainda, já dentro do metrô e saindo das galerias do transporte coletivo numa escada rolante (09:03 – 09-13).

Ao seguir Ivanilda por um significativo tempo, a câmera do documentário procura explicitar o caminho longo e árduo daquela mulher por respostas sobre o paradeiro do seu marido, uma busca por vestígios que comprovem a luta de seu esposo contra a ditadura civil-militar. Busca que remete-se, certamente, ao trabalho insistente de reconstruir diariamente a memória do que se foi no “presente”, tanto em sua dimensão individual, quanto coletiva (ou institucional). Pois, como afirma Halbwachs:

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.³⁶⁶

A “presença” da memória de Itair Veloso coincide com a busca de Ivanilda. Seu objetivo consiste em percorrer, diariamente, arquivos públicos e centros de memória no Rio de Janeiro (e em outras capitais) para reunir o máximo de informações a respeito da “morte” do marido. A sua busca, no documentário, é por documentos de época que comprovem a responsabilidade do Estado diante do “apagamento” histórico de Itair.

Em várias cenas de “Memória para uso diário”, os lugares percorridos por Ivanilda são evidenciados, de modo a levar o expectador a ir junto com a personagem a diversas instituições de salvaguarda da história e da memória em busca de informações. Ao

³⁶⁶ HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990, p. 71.

acompanhar seu drama, o documentário faz com que nós entendamos o desgaste que ela experencia ao receber vários “não temos informação” ou “não consta nenhum registro”. O desgaste físico e mental de Ivanilda vai ficando evidente ao longo de sua trajetória na trama. Mas, mesmo com os obstáculos, ela não desiste de continuar sua caminhada.

Nesta perspectiva, os arquivos precisam ser concebidos no seu “duplo, paradoxal e conflituoso papel”, pois, segundo Rodrigues:

Arquivos como memória, por conseguinte, testemunhas de acontecimentos ou de ações passadas, mas também como dispositivos no presente, portanto muitas vezes, incômodos. No caso de arquivos públicos, pelo fato de refletirem as ações do aparelho de Estado, o acesso a seus documentos é de fundamental importância, não apenas pelo seu aspecto probatório ou, nas palavras de Arlete Farge, pelo seu potencial poder de culpabilizar e responsabilizar, mas, igualmente, pelo seu caráter testemunhal.³⁶⁷

Os arquivos estão constituídos de um poder de “fala”, pois diante de documentos produzidos em determinado período do tempo e de uma sociedade, no nosso caso na ditadura civil-militar, esses documentos têm um peso investigativo acerca das ações perpetradas pelos agentes do Estado. O que complementamos com Guilhaumou e Maldidier, quando afirmam:

[...] o arquivo não é um reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social. O arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes.³⁶⁸

Assim, os arquivos públicos revelam novamente o paradoxo da sua usabilidade; feitos e aglomerados em circunstâncias de uma operação de “pessoa física ou jurídica, pública ou privada”, os registros arquivísticos, fazem duplo papel social, o de sustentar sua existência, de veracidade e de direito, de um processo, podem da mesma maneira serem utilizados para, no sentido contrário, revelar-se contra os seus autores/algozes.

“Memória para uso diário” continua a acompanhar os passos de Ivanilda em direção às instituições de salvaguarda de documentos – os arquivos públicos. Na cena, ela conversa com um funcionário do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, um homem não identificado pelo

³⁶⁷ RODRIGUES, Georgete M. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. In: **Ministério Público Federal**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p.257-286, jan. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/acesso-a-informacao/legislacao-de-acesso-aos-arquivos-no-brasil-um-terreno-de-disputas-politicas-pela-memoria-e-pela-historia-georgete-medleg-rodrigues/view?searchterm=georgete>>. Acesso em: 28 set. 2019. p. 257.

³⁶⁸ Idem., p. 263.

documentário. Perguntada pelo funcionário sobre a história do “desaparecimento” de Itair, ela respondeu:

Ivanilda: Foi preso aqui no Rio de Janeiro, é lógico caiu aqui no Rio de Janeiro, morava num bairro chamado Condição, que é perto de Engenho de Dentro, em meia hora ele tinha um ponto, chamava um ponto, esse ponto ele ia encontrar com algum companheiro, ele olhou o relógio, em meia hora tenho que estar, e saiu, nunca mais voltou!

Homem: Qual era o partido que ele tinha ligação?

Ivanilda: o Partido Comunista.

Homem: o Partidão?

Ivanilda: o Partidão! Ahh temos que rir agora. To gelada (37:33 – 38:01)

Ivanilda lança alguns dados específicos sobre a vida pessoal e política do marido. Itair José Veloso era filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ele e Ivanilda moravam numa casa situada no bairro da Condição, próximo ao Engenho de Dentro. No dia em que desapareceu, Itair saiu em direção a um “ponto”³⁶⁹ onde marcara encontro com um companheiro do “Partidão”. Segundo a narrativa dela, a partir daí lembra-se que “*ele olhou o relógio, em meia hora tenho que estar, e saiu, nunca mais voltou!*”.

O caso de Itair, abordado no documentário ao lado de outros sujeitos, remete-se a experiência brasileira do “desaparecido político” que, de acordo com Coimbra, tem o intuito de edificar uma “outra” história sobre o militante. Ela explicita que essa estratégia de desaparecimento é recente, e foi elaborada efetivamente no período da ditadura com o objetivo expresso de “apagar” literalmente a história dos opositores ao regime.³⁷⁰

Cecília Coimbra aponta ainda que: “*Esta prática continua produzindo a figura sinistra e ilegal do desaparecido é, em realidade, um dispositivo torturante para a família e os amigos*”. Uma vez que o desaparecido político “oficialmente” não consta como um preso ou vivo, não tem uma lápide, construindo um ambiente de desorganização e incerteza, pois foi tirado da família o direito de encerramento da vida, que é efetivado, inclusive via religião, no sepultamento do corpo: “*Sem a morte, sem um túmulo, se constrói um ser ‘suspense’ no tempo e no espaço e se abre uma ferida sempre alimentada pela esperança, pelo ‘não-nome’ e por toda a situação que significa o não-saber*”.³⁷¹

³⁶⁹ Eram pontos de encontro marcados, no mais das vezes, em locais públicos como bares ou praças.

³⁷⁰ COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Produzindo esquecimento**: histórias negadas. 1999. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

³⁷¹ *Ibidem.*, p. 15.

Similar posicionamento de Cecília aparece em “Memória para uso diário”, quando, em conversa com Romildo Maranhão do Vale³⁷² a área de um cemitério clandestino em Ricardo de Albuquerque (RJ), sobre a vã esperança da mãe em saber que o filho (Ramires) estava vivo (“*A história*”, de toda a mãe, “*de ver o corpo*”, segundo Romildo), a militante retomou o uso do termo ao dizer:

É aquela coisa... é a invenção da figura do desaparecido político criada pela ditadura brasileira, exportada para as demais ditaduras latino-americanas. Isto é de uma perversidade atroz [...] é uma coisa, é de uma perversidade porque você continua torturando o familiar até a morte (54:38 – 55:01).

A luta contra essa “perversidade atroz” é o objetivo de Ivanilda. Numa segunda sequência, ela conversa com um funcionário (não identificado) em outro arquivo público. Ambos folheiam vários documentos, não encontrando nada de concreto naquele momento (39:01 – 39:30). O funcionário sugere que Ivanilda o acompanhe ao computador para continuar a busca nas páginas do Arquivo Nacional, no Serviço Nacional de Investigações, na Comissão Geral de Investigações e no Conselho de Segurança Nacional – todos localizados na capital federal. Mas, de acordo com o funcionário, seria necessário aguardar o resultado da pesquisa.

À “caça” de indícios ou evidências históricas que a levem até o paradeiro de Itair Veloso, Ivanilda chega então ao Arquivo Público Municipal do Rio de Janeiro. Neste local, foi atendida por uma funcionária de nome Maria Helena Vignoli de Moraes. Segue-se então o diálogo abaixo:

Ivanilda: Eu vim fazer uma pesquisa. Sobre meu marido Itair José Veloso.
 Maria Helena: Mas ele não morreu...
 Ivanilda: Ele não ...foi morto... ele desapareceu! Morto à gente tem um corpo... eu não tenho o corpo dele!
 Maria Helena: É só colocar desaparecido político (*formulário que Ivanilda estava preenchendo para ter acesso aos documentos*). Foi preso e desapareceu. (48:38 – 48:58)

Intrigante esse diálogo entre Ivanilda e Maria Helena. A primeira vem realizar uma pesquisa sobre o marido, mas ainda não pode comprovar, para a funcionária (e também para a

³⁷² Romildo Maranhão do Vale, recifense, ex-militante do PCBR e membro do GTNM, era irmão de Ramires Maranhão do Vale (1950-1973), estudante secundarista e também militante do PCBR que fora preso e morto por agentes do DOI/CODI / I Exército, no Rio de Janeiro, em outubro de 1973. Para maiores informações, ver em: https://www.acervo.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/e/5/4/e5494599924f8300a7fd8a803e1c730d30189735622f2014919dfac93a41fb05/d4badb5c-cf0d-4076-82d3-1127601274bb-RAMIRES_MARANHAO_DO_VALLE.pdf

justiça do Estado), de que estava realmente “morto”. Para Maria Helena, Ivanilda apenas poderia alegar que ele “desapareceu” – já que, segundo ela (e a mãe de Romildo do Vale), *“Morto à gente tem um corpo... eu não tenho o corpo dele!”*. A perversidade atroz...

... E a batalha diária. Com a solicitação em mãos, um segundo funcionário (talvez um arquivista) caminha pelos corredores do arquivo e chega ao espaço onde está localizado todo o acervo documental. Ele começa a buscar fichas em gavetas. Em determinada gaveta, o arquivista encontra uma ficha com o nome de *“Itai Veloso ou Itai Jose Veloso – até 07.08.1980”* e uma segunda contendo esta informação: *“Itai Jose Veloso – 4443 – 25/06/1968”*. O funcionário faz anotações no formulário de solicitação de Ivanilda e sai do acervo.

Logo a seguir aparece a imagem de Ivanilda, angustiada e torcendo por informações: *“Ai meu Deus... me dá um pouco de força pra mim! (e chorando)”*. Enquanto Ivanilda encontra-se na sala de espera do arquivo, a câmera se volta para um segundo arquivista subindo escadas em direção a outro acervo. Selecionando caixas, ele separa uns envelopes (pacotes) de documentos. Maria Helena vai ao encontro de Ivanilda, e avisa que o arquivista encontrou vários documentos referentes ao marido:

Maria Helena: Bastante coisa até. Vou levar para fazer cópia...

Ivanilda; Tá... tá...³⁷³

Maria Helena: Daqui deste prontuário que ele pegou, tem mais dezoito prontuários... tem bastante coisa.

Ivanilda: Se isso me ajuda na coisa do meu Estado...

Arquivista: Com essa documentação você pode pedir um ressarcimento do Estado.

Ivanilda: Sim, eu sei, inclusive é para isso, eu já dei entrada. Só ele me deram (sic) indeferido, porque eu não tinha comprovante de nada da onde meu marido foi preso. Mas aqui tem alguma coisa. (1:03:50 – 1:05:15)

Logo que Ivanilda pega as cópias dos documentos levantados no Arquivo Público, segue-se um corte. A cena retorna com a câmera do documentário acompanhando os passos daquela mulher em direção ao seu advogado, Dr. Celso Haddad Lopes – membro da Equipe Jurídica GTNM/RJ.

Ivanilda: Eu consegui um documento que eu mais precisava...até então eu não tinha. Eles disseram que meu marido foi preso no DOPS...

Advogado: Esse documento é fundamental, ele cita que ele foi preso...

Ivanilda: Foi preso...

Advogado: Um documento importantíssimo, pra provar...

³⁷³ Neste trecho do filme, Ivanilda chora por ter encontrado vestígios de seu marido, documentos que comprovam a luta que ele travava contra a ditadura. Sendo possível a partir desse momento ter o reconhecimento da morte de Itair Veloso.

Ivanilda: Ele estava com os companheiros... ele está dentro dessa listagem que ele foi preso...

Advogado: A gente pega essa documentação junta no requerimento, e vamos dar entrada agora na comissão.

As cenas anteriores mostraram um misto de emoções vivenciadas por Ivanilda, nesse processo de busca diária por vestígios de seu esposo. A burocracia enfrentada para conseguir algum tipo de documento, preenchimento de formulários, a espera em muitos casos por dias, semanas ou meses, é exposto na tela do documentário como uma caminhada árdua e angustiante.

Ivanilda necessitou respeitar um longo processo burocrático para conseguir alguma informação, até encontrar um conjunto substancial de documentações comprobatórias – de acordo com as palavras do próprio advogado (*“Esse documento é fundamental, ele cita que ele foi preso.../ Um documento importantíssimo, pra provar...”*) – a serem enviadas a uma audiência pública marcada pela “Comissão Especial de Reparação a ex-presos políticos” do governo do Rio de Janeiro em torno do deferimento e reconhecimento da morte de Itair cometida pelo aparato repressivo do Estado. O documentário acompanha cenas da audiência pública e o drama de Ivanilda:

Cel. da PM Sérgio Guimarães: Bom dia a todos. Nós iniciamos mais uma sessão ordinária da Comissão Especial da Reparação a ex-presos políticos.

Leonor Nunes Paiva (representante da Procuradoria do Estado do RJ): Itair José Veloso em votação, processo E3272/2004, que é um recurso; esse processo já havia sido julgado e por falta de provas havia sido indeferido. Houve recurso, o recurso também não trazia nenhuma novidade em termos de prova. E eu pedi então que incluísse no dia 8 de agosto, pedi que incluísse e mantive o meu voto... e pedi para que incluísse em pauta para julgar este recurso. Nesse interregno, em 16 de agosto, a viúva... é um processo que tem por interessado uma viúva, Ivanilda Veloso esposa do Sr. Itair José Veloso, ela apresentou a prova, então, devidamente autenticada pelo arquivo público, da prisão do interessado. Submeto o presente processo a comissão, não me opondo a concessão da reparação, já que há provas da prisão em órgão do Estado. Assim sendo, com registro acima submeto ao presente processo, aos meus pares para decisão do recurso (quando a representante da procuradoria, fala sua sentença, Ivanilda começa a chorar).

Cel. da PM Sérgio Guimarães: Dra. Elisabeth?

Dra. Elisabeth: Eu voto pelo deferimento.

Cel. da PM Sérgio Guimarães: Dr. Sidnei?

Dr. Sidnei: Com a relatora.

Cel. da PM Sérgio Guimarães: Dr. Francisco Campelo?

Dr. Francisco Campelo: voto com a relatora.

Cel. da PM Sérgio Guimarães: Pelo deferimento do recurso do processo 0072...

Ivanilda: Sou sossegadinha a pedir aos meus santos... eu sou muito devota de Santo Antônio... aí eu cheguei a alguns dias e disse assim: Seja o que Deus quiser. E tem um retrato dele lá no meu quarto, tem a placa tem tudo. Aí eu olhei... tenho sonhado... aí eu falei: Itair, eu vou lá pro julgamento, seja o que Deus quiser, onde

você estiver a sua força... você vai me ajudar... toma conta! Foi um alívio, felicidade, felicidade eu teria em ter meu marido aqui, isso que era felicidade... entendeu? Agora não é um ganho de vinte mil reais, eu me faz feliz... sim, é uma justiça... eu acho... deveria ser... uma justiça porque eu fui a luta! (1:10:22 – 1:13:17)

Ao final do processo judicial, com os documentos que Ivanilda anexou ao recurso, foi possível reconhecer que Itair foi perseguido, preso, torturado (hipoteticamente) e morto pelos agentes da repressão durante a ditadura. Sua história encarna a de outros familiares que buscam comprovar a “existência” (a vida e a morte) de um desaparecido político.

No filme, o tempo de tristeza e angústia mesclado à persistência e à fé de Ivanilda na busca incessante por elementos documentais que provassem aos representantes da comissão a morte “legal” do esposo, trouxeram, de algum modo, um sentido de justiça – ainda que em forma de reparação econômica: “[...] *Agora não é um ganho de vinte mil reais, eu me faz feliz... sim, é uma justiça... eu acho... deveria ser... uma justiça porque eu fui a luta!*”.

Diante de uma trajetória que atravessa “Memória para uso diário” como o fio condutor da narrativa fílmica, Ivanilda simboliza, dentro do GTNM/RJ, a história de uma mulher militante que demorou muitos anos para conseguir o reconhecimento do Estado de que ele foi morto pelos agentes da repressão. Uma memória de dor, de luto e de luta diária.

2.2.2.2 Maria de Dolores Perez Gonzales (Lola) e Cléa Lopes de Moraes (Cléia)

FIGURA 8 - LOLA E CLÉIA



FONTE: Memória para uso diário (2007)

Segundo Jacques Le Goff, a memória emerge: “[...] onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”.³⁷⁴ O historiador francês evidencia nestas palavras a importância da memória para a construção da história, seja ela no sentido individual ou coletivo.

As cenas de “Memória para uso diário” que envolvem as falas de Maria de Dolores Perez Gonzales (Lola) e Cléia Lopes de Moraes (Cléia) estão cheias de emoção e sensibilidade. Especialmente alguns *close-ups* da câmera de Formaggini nas mãos das duas mulheres (ver imagem abaixo)³⁷⁵. O foco nas mãos – mas também nos rostos – das duas mulheres remetem a busca por registros de memória (02:24 – 02:31).

Lola e Cléia manuseiam arquivos de reportagens, atas de reunião do GNTM, fotografias e vão dialogando sobre as suas trajetórias e projetando ações que precisam ser realizadas no tempo presente para “nunca mais” se esquecer do regime ditatorial no país. Ambas simbolizam um tempo de resistência e luta e a sabedoria de sujeitos que dedicaram grande parte de suas vidas ao trabalho de investigação e denúncia das ações perpetradas pela ditadura civil-militar.

As sequências em que elas aparecem conduzem a um ambiente de memórias individuais que entrecruzam-se e cruzam o caminho da formação do GTNM/RJ. A conversa entre duas amigas ao redor da mesa, em um clima de cumplicidade num lugar aconchegante, com mobiliário que representa uma casa: um aparador composto por fotografias de família, vasos com flores e folhagens, objetos decorativos e etc.

³⁷⁴ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990, p. 471.

³⁷⁵ O *close-up* nas mãos, particularmente de sujeitos com idade avançada e ainda mais por serem mulheres, denotam não apenas um certo trato afetivo com determinadas imagens e representações do “passado”, mas também querem relevar um sentido de partilhamento de experiências no tempo – um tempo social, qualitativo, denso, rico de sabedorias – de homens e/ou mulheres que desejam “lembrar e contar para os mais jovens a sua história, de onde eles vieram, o que fizeram e aprenderam”. In: BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1994, p. 7.

FIGURA 9 – MÃOS DE LOLA E CLÉIA



FONTE: Memória para uso diário (2007)

Além de toda a composição do ambiente, temos o diálogo sobre as experiências vividas; e os documentos consultados, são a ponte para a rememoração dos acontecimentos; experiências permeadas de lutas por outras memórias, lutas que foram construídas em meio ao Grupo Tortura Nunca Mais: “Lola: - *A memória é importante para resgatar o passado. / Cléia: - É! Porque a gente só pode resgatar o passado lembrando...né?*” (02:51 – 02:58).³⁷⁶

Por sua vez, a produção fílmica parece reforçar um clima de sensibilidade nas falas e no manuseio de Lola e Cléia, mas, em contrapartida, revela também a presença de duas fortes mulheres militantes envoltas numa batalha – como mencionamos páginas atrás – desde o final da década de 1970, no contexto da reivindicação pela anistia aos exilados políticos.

Seus diálogos transmitem, de um lado, a importância de denunciar e por fim as torturas herdadas da ditadura, e, de outro, demarcam a posição histórica e a identidade política delas no interior do GTNM/RJ, como neste curto diálogo no filme. “Lola: - *Tortura ontem, hoje e nunca mais!* / Cléia: - *Nunca mais! Nosso grupo é Tortura Nunca Mais*” (05:57 –

³⁷⁶ A noção de “resgate” aqui utilizada pelas duas militantes – “resgatar o passado” – possui certamente um viés romântico, na medida em que supõe uma idealização do passado (porém nunca um “retorno” a ele, não é mítico). Por sua vez, o ato de “resgatar” um determinado passado que, de outra maneira, poderia (pode) correr o risco de cair no esquecimento guarda uma relação estreita com a concepção benjaminiana de História: nele, o domínio da memória constituía um campo de mediação, no tempo presente, entre um *passado* que era preciso “salvar” do esquecimento (especialmente, dos “oprimidos”) e um *futuro* capaz de reacender (e ressignificar) as chamadas “perdas” daquele passado. Assim, para Benjamin, “rememorar” era um ato histórico, filosófico e político. Ver: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2012, v. 1; LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

06:11). Uma luta pela memória, pela busca da verdade e pelo reconhecimento dos mortos e desaparecidos em suas vidas e na de vários familiares.

Em outra sequência de diálogo entre Lola e Cléia, o documentário de Formaggini capta a força de narrativas individuais que edificam, instituem e se identificam a lugares que re/produzem e res/significam memórias de um determinado período histórico (NORA, 1993). Esses lugares podem ser ruas, praças, monumentos, residências, objetos privados etc. Como num trecho em que Cléia volta-se a Lola e indaga: *“Inauguramos ruas... lembra que inauguramos umas ruas?”* (08:18 – 08:25).

Para quem assiste ao documentário, é possível saber como a narrativa será conduzida. Além disso, sabemos sobre o quê Cléia está se referindo: vimos, no tópico envolvendo Cecília Coimbra e Flora Abreu, um trecho no qual aparecem várias placas de ruas contendo nomes de mortos e desaparecidos políticos. Ao indagar sobre a “inauguração de ruas”, Cléia referia-se possivelmente a luta do GTNM em pressionar as autoridades públicas do Rio de Janeiro a homenagear os “vitimados” pela ditadura em diversos espaços públicos urbanos – ruas, avenidas, praças etc.

Um momento semelhante no filme aparece quando, de maneira afetuosa e combativa, as duas mulheres tentam enfrentar sérias “feridas” de um passado recente que (ainda) não cicatrizou na história do Brasil, conforme diálogo abaixo:

Cléia: - Queria saber quando que a gente vai buscar aquelas pessoas que estão enterradas naquele cemitério, lá no subúrbio?

Lola: - A gente vai ter que ir e buscar?

Cléia: - A gente tem que lá buscar... tem que fazer uma sepultura para eles... eles não têm! Eu acho que a gente tem que fazer isso um dia ... né?

Lola: - fazer logo né!

Cléia: - Fazer logo! (1:09:29 – 1:10:07)

Nesta cena, elas aludem à necessidade do GNTM continuar denunciando e investigando a existência de cemitérios clandestinos, para descobrir outras evidências de ossadas de mortos e desaparecidos na ditadura.

O cemitério “lá no subúrbio” mencionado por Cléia, ao qual *“a gente vai buscar aquelas pessoas”* é o de Ricardo de Albuquerque (referido anteriormente). Mas não basta descobrir os cemitérios clandestinos: torna-se urgente retirar “aquelas pessoas” (ossadas) e enterrá-las dignamente – com direito à sepultura.

Em torno deste procedimento que articula memória e política, há o processo de relembrar ações que ambas construíram em sua militância, externando o desejo do não esquecimento de determinados sujeitos e contextos históricos. Michael Pollak pauta alguns princípios quando diz que

[...] existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar da infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. Na memória mais coletiva pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. A construção da cidade, os monumentos, por exemplo, podem servir de base a uma lembrança de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela, onde a pessoa não viveu pessoalmente, mas faz parte de sua memória em função da memória do grupo.³⁷⁷

Estes “dispositivos” ativadores da memória podem ser empíricos aos sujeitos, possuindo características pessoais e subjetivas. Em contrapartida, também podem ser construídos conforme interesses direcionados, levando em consideração as intencionalidades do que (ou de quem) se pretende “objetivamente” atingir no campo da memória. Exemplo: as narrativas sobre sevícias e outras formas de tortura em delegacias ou porões da DOPS.

Neste sentido, vale pensar com Henry Rousso sobre um certo peso “coletivo” a ser atribuído à memória quando lidamos com questões tão dramáticas e candentes como aquelas vivenciadas durante a ditadura no Brasil (ou o nazi-fascismo), que “costuram” – social ou institucionalmente – a vida e a trajetória de diferentes e diversos sujeitos individuais. Afirma Rousso:

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.³⁷⁸

Certamente, as memórias evocadas por mulheres como Lola e Cléa – ou a das que já analisamos até aqui – são marcadamente individuais, na medida em que suas histórias de vida

³⁷⁷ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992. p. 3.

³⁷⁸ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 93-101. p. 94.

têm nome, rosto, gesto, sentimentos, ações, singularidades. Contudo, as memórias destas mulheres militantes apenas podem ser entendidas por estarem inscritas numa formação social específica (capitalista, dependente, periférica, racista, misógina, violenta) constituída de sujeitos históricos determinados vivendo em condições históricas também determinadas – parafraseando a conhecida máxima de Karl Marx.³⁷⁹

Uma das referências para pensar essa relação da memória em ação com determinações históricas, surge quando o documentário cita uma reportagem da Rede Globo exibida em julho de 1991, em que se abordava uma reunião envolvendo médicos legistas e familiares de mortos e desaparecidos na identificação das ossadas de Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria Moraes Angel Jones³⁸⁰, esta última, como vimos, filha de Cléia.

Sônia Moraes, presa junto de seu companheiro Antônio Carlos, foram torturados e mortos nos porões da repressão. Foi elaborado um laudo oficial, dizendo que eles foram mortos em confronto com a polícia. Porém, a posterior os familiares de ambos conseguiram o reconhecimento dos corpos, e um novo laudo após exumação dos corpos, afirmando que eles foram mortos em decorrência de torturas, e logo em seguida, foram colocados em um carro, forjando um embate com a polícia.³⁸¹

³⁷⁹ Segundo a qual: “*Os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos [...]*” In: MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

³⁸⁰ “[...] Foi preso em novembro de 1973, no Posto Rodoviário, no Canal 1, em Santos, junto com sua companheira Sônia Maria Moraes Angel Jones. Na hora da prisão, Antônio Carlos foi agredido por vários policiais tendo recebido uma coronhada de fuzil na boca. [...] Para os Relatórios dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica permanece a versão falsa de que morreu após tiroteio com órgãos de segurança. O relatório do Exército sequer se refere a seu nome, apesar de terem sido os seus organismos responsáveis por sua prisão, tortura e morte. Seus restos mortais foram exumados em 1990, com o apoio do governo municipal de Luiza Erundina, identificados pela UNICAMP e trasladados para Ouro Preto, em 16 de agosto de 1990”. In: ARAÚJO et al. 1995, p. 178.

³⁸¹ Numa outra sequência do documentário, vemos o depoimento nesta mesma reportagem do tio-avô de Sônia Moraes, Paulo César Lopes, dizendo que ela: “*Foi torturada durante 48 horas, com a introdução de um objeto contundente, cassetete da PM, nos órgãos genitais, até causar hemorragia interna!*” (33:54 – 34:15)

FIGURA 10 – SÔNIA MARIA MORAES ANGEL JONES



FONTE: Memória para uso diário (2007)

Este fora o teor da reportagem. Pela análise médica da ossada, houve um diagnóstico e o reconhecimento de que Sônia Moraes Angel Jones fora assassinada por agentes da repressão. Na reportagem, citada no documentário, vemos muita emoção, abraços e choros entre os familiares (32:48 – 33:22). Destaque para o *close* no Cel. João Luiz de Moraes, pai de Sônia e, à época, Presidente do GTNM-RJ (até sua morte, em 1995).

Um retorno posterior ao tempo da filmagem nos coloca novamente próximos de Lola e Cléia. De repente, a câmera faz um movimento de “close” em Cléia e a ouvimos quase ao “pé do ouvido” dizer para Lola: “*Nunca mais!*” (1:13:22 – 1:13:23). E assim encerra-se a presença delas no documentário.

Lola e Cléia são tratadas em “Memória para uso diário” como símbolos de mulheres militantes que lutaram toda uma vida em defesa da verdade e da justiça, além de representarem ex-militantes (mortos e desaparecidos políticos) e seus familiares contra o nefasto legado da ditadura no Brasil. É dessa maneira que compreendemos o protagonismo delas no filme.

2.2.2.3. Elizabeth Silveira e Silva (Beth)

FIGURA 11 – ELIZABETH SILVEIRA E SILVA



FONTE: Memória para uso diário (2007)

O documentário traz ao espectador um choque com a “realidade”. Mesmos sabedores de que a memória da ditadura encontra-se numa espécie de “arena de lutas” há muitos anos, a narrativa de Elizabeth Silveira e Silva, ou Beth, remete-se a uma memória das graves consequências trazidas a ela e seus familiares desde a década de 1970.

As experiências de membros de famílias como as de Beth, que militavam há décadas em partidos ou organizações de esquerda, seriam duramente atingidas pela onda de repressão, violência e terror impostos pela ditadura.

Por exemplo, quando em determinado momento da conversa filmada, Beth, olhando para a câmera, afirmou que a ordem do pai, após o golpe, era o de eliminar tudo quanto era vestígio que associasse ao comunismo, numa atitude de desespero e proteção. Ela diz indignada: *“Caramba eu era filha de comunista... cara! /Quando foi em 64 nós rasgamos tudo ... estantes! / Meu pai mandou nós rasgarmos tudotic...tic...tic “ (03:20 – 03:31).*

O quão perigoso era ser comunista após o golpe de 64? A aflição diante de um governo ditatorial, fez com que famílias inteiras se sentissem ameaçados e coagidos. Não podemos quantificar as famílias que lutavam pela esquerda no Brasil, porém entendemos que deveria ser um número significativo na época. Mas, de acordo com a obra “Brasil: Nunca Mais”:

A suspeita de subversão estendia-se a familiares e amigos das pessoas procuradas pelas forças policiais-militares. À luz da ideologia da Segurança Nacional, o inimigo não era apenas uma pessoa física, era um eixo de relações visto potencialmente como núcleo de uma organização ou partido revolucionário. Assim, os que se encontrassem ao lado da pessoa visada, ainda que por vinculações profissionais, afetivas ou consanguíneas, eram indistintamente atingidos pela ação implacável dos agentes que encarnavam o poder do Estado [...].³⁸²

Medo e terror: duas das estratégias aplicadas pela ditadura civil-militar para intimidar qualquer tipo de oposição ao regime, inclusive, desarticulando sindicatos, perseguindo partidos de esquerda, exterminando lideranças políticas que não estavam alinhados aos pensamentos conservadores e tentando destruir a militância no país. Isso fica explícito em “Memória para uso diário”: relatos testemunham a prisão de familiares, tortura de pessoas que não tinham relação nenhuma com a militância, porém, estabeleciam uma relação afetiva com a/o militante.

Diante desse quadro, vivenciado por inúmeras pessoas, entendemos a importância de falar e ouvir estas memórias. Ao longo da pesquisa, compreendemos que há muito a ser ouvido e analisado sobre o golpe de 1964 e todo o processo instalado da ditadura no país. Para tanto, trazemos a contribuição de Pollak:

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.³⁸³

As vozes que ecoam contrapondo-se às versões das “memórias oficiais”, ou à construção de uma “história oficial”, tendem a requerer um espaço de escuta e de luta em defesa da emergência de uma nova produção de acontecimentos históricos que enfrente (ou rompa) o “*longo silêncio sobre o passado*” e consiga promover “*a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais*”. Neste sentido, é que Pollak falava da importância de valorizar as “lembranças dissidentes” e as “memórias subterrâneas”. É o que realiza Beth, quando narra a história de seu irmão, Reneé, e sua trajetória de militância política e de participação na experiência do Araguaia:

³⁸² Brasil: Nunca Mais, op. cit., p. 78.

³⁸³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 18 Set. 2019. p. 5.

Meu irmão entrou para a faculdade de medicina, e logo foi – vamos dizer assim – conquistado, foi recrutado pelo PC do B, que tinha um grupo de militantes dentro da universidade. Eles estavam se preparando para sair do Rio de Janeiro, e fazer um trabalho de campo, como eles diziam, um trabalho com as populações rurais, com os camponeses, um trabalho de conscientização. (11:49 – 12:22)

FIGURA 12 – O MENINO LUIZ RENÉ SILVEIRA E SILVA



FONTE: Memória para uso diário (2007)

Enquanto ouvimos a voz de Beth Silveira, aparece uma fotografia e a legenda “Luiz René Silveira e Silva”³⁸⁴ (1951-1974?), irmão dela. De acordo com o livro “*Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*”, produzido pelo GTNM do Estado de Pernambuco, na década de 1990, a trágica história de Luiz René na região do Araguaia é a seguinte:

[...] Desaparecido da Guerrilha do Araguaia aos 23 anos [...] Em 1980 sua mãe foi à Escola de Medicina e Cirurgia para conseguir sua fotografia e encontrou sua ficha escolar com a foto arrancada sendo informada que a mesma havia sido retirada por agentes de segurança [...] Segundo informações colhidas por Cirene Barroso, mãe de Jane Barroso (desaparecida) junto aos moradores da região do Araguaia, Luiz foi preso em casa de camponeses, com a perna quebrada por projétil de arma de fogo e levado para a base militar de Bacaba (PA), no início do ano de 1974. O Relatório do Ministério da Marinha à Comissão diz que ‘Luiz René foi morto em combate em março/74’.³⁸⁵

³⁸⁴ Como já afirmamos, tal qual o irmão, Beth também fora militante do Partido Comunista do Brasil na década de 1970.

³⁸⁵ ARAUJO, op. cit., p. 343.

E, nas palavras da historiadora Patrícia Espósito Mechi:

Um dos episódios mais sombrios da ditadura civil-militar foi, sem dúvida, a guerrilha do Araguaia, que seria mais bem caracterizada como “Massacre do Araguaia” já que a intenção do Partido Comunista do Brasil (PC do B), organizador do movimento, de desenvolver a guerra de guerrilhas rural que se iniciaria na região e se espalharia por todo o país, não se efetivou e, muito distante disso, os guerrilheiros foram brutalmente exterminados. O massacre promovido pelo Exército ocorreu paralelamente à imposição do Terrorismo de Estado³⁸⁶ sobre a população camponesa moradora do local, sem que as Forças Armadas, principalmente o Exército, se preocupasse com os subterfúgios que geralmente utilizava nos centros urbanos para mascarar suas atividades repressivas.³⁸⁷

A cruel demonstração de “força e truculência militar no Araguaia” em oposição aos militantes que estavam presentes na guerrilha, enfrentando situações de precariedade de enfrentamento e em combate com um povo em situação de miséria, explicita a posição das forças militares em consonância a ideologia da Doutrina de Segurança Nacional³⁸⁸, que contextualiza-se na lógica de repressão ao comunismo e todo tipo de movimento popular.

Ainda de acordo com Mechi as organizações militares, especificamente as Forças Armadas, que atuaram na região do Araguaia:

[...] costumam dividir a repressão à guerrilha do Araguaia em três campanhas, que ocorreram entre 1972 e 1974, no interior das quais se desenvolveram diversas operações de repressão e informação. A primeira campanha foi marcada pelo desconhecimento e despreparo das Forças Armadas para atuar na região; já a segunda, o que se evidencia são os choques entre as tropas regulares e a “comunidade de Informações” e a imposição destes últimos no comando da repressão à guerrilha a partir do final da campanha.³⁸⁹

³⁸⁶ “Não é difícil observar que as figuras dos crimes contra a humanidade e do genocídio fornecem o cenário ideal para o terror promovido pelo ente estatal. Na medida em que parte da população civil é selecionada como alvo das ações repressivas do Estado, uma série de políticas são colocadas em ação, e boa parte delas congrega ações violentas e ilegais que se amoldam na categorização de atos terroristas: sequestros, desaparecimentos, tortura, atentados a bomba, assassinatos, estupros, constantes invasões de domicílio. Tais ações, por si só, não seriam suficientes para designar o terrorismo de Estado. [...] A prática do terrorismo de Estado por regimes ditatoriais e/ou totalitários tem mostrado que o recorte repressivo vai se alargando com o tempo, atingindo um espectro cada vez mais amplo da população, com uma evidente militarização das relações sociais, segundo a qual todos são suspeitos até prova em contrário”. In: SILVA FILHO, 2012, p. 9.

³⁸⁷ MECHI, Patrícia S. As Forças Armadas e a barbárie no Araguaia: a repressão à Guerrilha entre 1972 e 1974. OPSIS. Goiânia, UFG, 2014, pp. 101-119. <https://doi.org/10.5216/o.v14i1.28810>. p. 102.

³⁸⁸ “A forma específica por ela assumida na região (América Latina) enfatizava a “segurança interna” em face da ameaça de “ação indireta” do comunismo. [...] os latino-americanos, preocupados com o crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizavam a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária. Além disso, a ideologia latino-americana de segurança nacional, especialmente em sua variante brasileira, volta-se especificamente para a ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa”. In: ALVES, op. cit., p. 33.

³⁸⁹ MECHI, op. cit., p. 103.

Nestas fases, os agentes do exército atuaram de maneira a enfatizar as operações de inteligência no perímetro da área e concretizar o extermínio dos guerrilheiros³⁹⁰. No dizer de Studart, a fase final da operação do exército, que efetivaria o extermínio dos guerrilheiros aconteceu:

No dia 7 de outubro de 1973 foi efetivamente iniciada a 3ª Fase de combate à guerrilha, que teve características totalmente diferentes das duas anteriores. A tropa penetrou na selva descaracterizada, passando a usar trajes civis; cada combatente adotou um codinome, tornando difícil e quase impossível uma identificação posterior através do nome, posto ou graduação. Com exceção do armamento que era padronizado – e cada grupo possuía um grande poder de fogo – os equipamentos tais como mochilas, etc., foram utilizados a critério de cada um, considerando que deveriam ser o mais confortável possível, de forma a enfrentar longas caminhadas através da selva.³⁹¹

Com esta ação, as Forças Armadas intencionavam desarticular a rede de suporte aos militantes, evitando a comunicação, o fornecimento de comida e outros tipos de recursos necessários. Moradores da região que estavam sob vigilância, suspeitas de dar apoio aos guerrilheiros. Além disso, os militares montaram estruturas de cárcere que intimidaram os moradores, por meio de prisão em buracos de aproximadamente três metros de profundidade, e de torturas diversas, como pau de arara, choques elétricos pelo corpo e espancamentos.³⁹²

E conforme consta no estudo da historiadora, esta operação de captura dos militantes sobreviventes durou aproximadamente oito meses na região. Mechi afirma que:

Após o extermínio dos guerrilheiros, tropas militares ficaram na região, que passou a ser considerada área de segurança nacional a partir de 1970. Entre eles, permaneceu o Major Curió, responsável por impedir a divulgação do que havia acontecido lá entre 1972 e 1974.³⁹³

Para representar estes “tempos sombrios”, uma das sequências do documentário explora o som de uma porta se fechando e um momento de escuridão. Compreendemos este recurso cinematográfico de Formaggini como uma alusão as ações ilegais perpetradas pelo regime; quanto a escuridão, entendemos como a ocultação de informações, simulação das

³⁹⁰ Segundo Mechi (2014, p. 116) as operações de desarticulação da guerrilha do Araguaia, intencionava exclusivamente o extermínio dos militantes que estavam na região: *“Havia condições para a prisão dos guerrilheiros, mas as tropas cumpriram a risca a ordem de que ninguém deveria sair vivo da área e não haveria prisioneiros. A partir do ‘Chafurdo do Natal’ os militares concluíram que a guerrilha estava desarticulada”*. Cunhado pelos militares, o “Chafurdo do Natal” representou um golpe de morte na guerrilha no natal de 1973.

³⁹¹ MECHI, op. cit., p. 112.

³⁹² Idem., 2014.

³⁹³ Ibidem, p. 117.

verdades possíveis sobre as ações e o favorecimento ao desconhecimento das ações executadas pelo Estado por meio de seus agentes repressores.

A guerrilha do Araguaia foi (e tem sido) negada por muito tempo pelos agentes dos órgãos militares do Estado, justificando que a guerrilha fora uma invenção das organizações de esquerda. Mesmo quando documentos “isolados” são veiculados, eles (militares) afirmavam que não existiam registros das operações, argumentando que foram todos incinerados. Beth Silveira parece reforçar essa posição dos órgãos militares quando diz:

Em dezembro de 1972, quando há uma incursão do exército na região, e que o partido então me comunica que o exército havia invadido um destacamento na região, que seria a região do Araguaia... daí pra cá ...não soube...não tive mais nenhuma notícia. (12:23 - 13:59)

Para contrapor-se a esta negação da história, Beth Formaggini em “Memória para uso diário” faz uso de fontes audiovisuais – reportagens televisivas – que abordaram a experiência histórica da Guerrilha do Araguaia e a luta do GTNM e de familiares de mortos e desaparecidos naquela região por descoberta de ossadas e outros vestígios. Numa destas reportagens, exibida na Rede Globo em maio de 1996, ouvimos a repórter narrar:

O ano era de 1972, a repressão política no Brasil estava no auge, a região do rio Araguaia, entre Marabá no Pará, e Xambioá no Tocantins, um trecho de 150 km, foi o lugar escolhido por setenta e nove militantes do Partido Comunista do Brasil, para viver na clandestinidade, eles tinham uma meta, começar pelo campo uma grande revolução contra o regime militar. Enquanto se armavam para a luta ensinavam aos camponeses a doutrina do comunismo.

Enquanto ouve-se a voz da repórter, surgem imagens da região do rio Araguaia. Na sequência, vemos uma camponesa, de nome Maria Raimunda Veloso, dizer:

Se nós soubesse ler, nós tinha que ensinar nosso vizinho que não sabia. Se nós tinha um pedaço de carne e nosso vizinho não tinha, nós tinha que partir e levar um pedaço pra eles. Aí eu dizia e se brigar assim... se exército vir aí e matar vocês? Aí a Cristina³⁹⁴ dizia pra mim ó: Em cima do nosso sangue a democracia vai renascer.

O relato de Maria Raimunda revela a relação estabelecida entre “guerrilheiros” e camponeses na região do Araguaia naquele período no sentido de um mútuo aprendizado –

³⁹⁴ “Jana Moroni Barroso [...] desaparecida desde 1974, na Guerrilha do Araguaia, quando tinha 26 anos. Segundo depoimentos colhidos por sua mãe, Jana foi presa e levada para Bacaba, localidade às margens da Transamazônica onde foi construído um centro de torturas das Forças Armadas. Segundo os moradores da região, aí também se encontra um cemitério clandestino. Estava quase nua e com muitas arranhaduras pelo corpo. Foi amarrada, colocada em um saco e içada por um helicóptero. Isto teria se dado nas proximidades de São Domingos do Araguaia. O Relatório do Ministério da Marinha diz que foi morta em 8/02/74”. (ARAÚJO et al. 1995, p. 313).

ela descreve uma experiência de tipo “socialista”. Todavia, este mesmo relato aponta para o protagonismo dos camponeses na luta contra as ações truculentas dos militares, e, para além disto, em lutas sociais contra a grilagem, o poder dos latifundiários e a ausência do Estado quanto na defesa de seus modos de vida, sociabilidade e trabalho.^{395 396}

Assim, após ouvirmos a reportagem e a narrativa da camponesa, segue-se um breve corte e a filmagem retorna com a imagem de um avião militar lançando bomba nas proximidades do rio Araguaia³⁹⁷ - nesta cena, a cineasta utiliza o recurso de repetir duas vezes a bomba lançada e o barulho do motor do avião (talvez visando enfatizar a virulência da operação militar), seguido de um momento de escuridão e som de tiros.

Para explicitar a quem se dirigia tamanha brutalidade, o documentário segue com a narrativa de Beth Silveira enquanto continua, alternadamente, citando a reportagem. Mostra um mapa contendo fotografia de alguns “guerrilheiros” do Araguaia, indicando os possíveis locais de captura, execução e “desaparecimento” dos cadáveres em cemitérios clandestinos. Ao lado desta reportagem, surge uma matéria de jornal – “Xambioá a Marabá, o roteiro dos cemitérios” – e uma segunda reportagem televisiva, exibida também em 1996, denominada “Procura de corpos de militantes da Guerrilha do Araguaia em Marabá”, conforme segue abaixo:

A ossada encontrada ontem pelos legistas argentinos, foi retirada hoje da cova do cemitério de Xambioá, o legista Luis Funebrider recolheu cada osso cuidadosamente e embalou em caixas. Esta ossada foi a descoberta mais importante desde que foram iniciadas as escavações na região do Araguaia. Logo que as imagens da primeira ossada apareceram ontem no Jornal Nacional, uma testemunha que mora aqui em Augustinópolis, no Tocantins, a 200km de Xambioá, nos procurou dizendo que sabe de quem são aqueles ossos. A testemunha pode ajudar a identificar o esqueleto e reduzir para cinquenta e oito o número de militantes políticos que desapareceram durante a Guerrilha do Araguaia e até agora não foram encontrados. O comerciante Manuel Ferreira Nascimento, disse que a ossada pode ser do guerrilheiro Paulo

³⁹⁵ MECHI, Patrícia S. **Os protagonistas do Araguaia:** trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. p. 20.

³⁹⁶ A história de sobrevivência e luta dos camponeses durante o período da Guerrilha do Araguaia, e como vários deles foram torturados e/ou mortos pelos agentes militares, resultou na produção do documentário “Camponeses do Araguaia: a guerrilha vista por dentro”, de 2010, dirigido por Vandrê Fernandes. Sobre uma análise historiográfica deste documentário na perspectiva de pensar as memórias daqueles sujeitos como um direito histórico e a dignidade de suas experiências de sociabilidade constituídas na região, ver: SOUTO, Rosângela S. M. Memória como direito: lembranças da guerrilha do Araguaia In: *VI Simpósio Nacional de História Cultural*. Teresina, UFPI, GT História Cultural, 2012, pp. 01-07.

³⁹⁷ Essa mesma imagem pode ser vista na abertura do documentário, citada no início deste capítulo.

Roberto Pereira Marques³⁹⁸, que na militância do PCdoB, usava o nome de Amauri [...] (14:00 – 15:15)

Articulada a esta reportagem, segue a trágica história de Luiz René Silveira (de codinome “Duda”) na Guerrilha do Araguaia, contada pela narrativa de Beth. Numa das cenas, ela fala das formas de contato de Luiz com a família. A carta (duas) fora o meio de comunicação utilizado pelo jovem militante para manter contato com a família³⁹⁹ e o “estremecimento” da relação com os pais quando decidiu realizar “trabalhos de campo” na região do Araguaia:

Ele escreveu duas cartas, que eram entregues pra mim através de companheiros. Eram mais para mamãe as cartas, porque ela era mais carinhosa, também papai era mais duro. E ele foi contra, terminantemente a ida dele, disse que, o tempo inteiro, que era um suicídio... que era um suicídio, e ele tinha razão. E na verdade é que ele tinha razão! Então ele saiu daqui meio que... eles saíram meio estremecidos! E aí a gente também enviava carta, nesse mesmo esquema, meu pai escreveu, o que eu acho que foi assim... (22:24 – 23:00)

Interessante como a irmã descreve no filme a relação de Luiz René com os pais. Segundo Beth, as cartas eram endereçadas a mãe *“porque ela era mais carinhosa”*, mesmo sabendo dos riscos que o filho poderia correr. A figura da mãe pode ser identificada a um “porto seguro”, mas também, possivelmente, a de uma mulher que diante da escolha do filho decidiu ser a referência de acolhimento e o alicerce de afeto.

De outro lado, ao pai é atribuída a imagem de um sujeito aparentemente “mais duro”. Representado como uma figura rígida na educação e sem muitas demonstrações de afeto, Beth relata sua contrariedade diante da decisão do filho (*“[...] ele foi contra, terminantemente a ida dele, disse que, o tempo inteiro, que era um suicídio...”*) – dando a impressão (por Beth) de estar ciente de que algo de ruim poderia ocorrer para quem era oposição ao regime. Ao que tudo indica, a postura contrária do pai gerou o “estremecimento” na relação, embora a

³⁹⁸ Paulo Roberto está desaparecido desde o ataque à Comissão Militar na região do Araguaia, no dia 25 de dezembro de 1973. A família, apesar das buscas, nunca mais teve notícias de Paulinho, como era chamado pelos familiares. [...]. Sua irmã, Maria de Fátima Marques Macedo, assim fala de seu desaparecimento: [...]. *Espero chegarmos, um dia, a esclarecer sobre o paradeiro de todos os guerrilheiros que... tiveram a coragem de entrar em uma luta, movidos por um ideal.... Tiveram muita coragem. Isto precisa ser reconhecido.* (ARAÚJO et al. 1995, p. 367).

³⁹⁹ Conforme aponta o estudo de Gianordoli-Nascimento, os órgãos de repressão procuravam manter sob controle e confisco qualquer tipo de comunicação de militantes com familiares: *“Como estratégia de acesso a informação sobre o paradeiro do militante, o regime militar controlava todas as formas de comunicação estabelecida entre os membros das famílias. Nesse sentido, qualquer tipo de comunicação, fosse por telefonemas e cartas, passou a significar um risco extremo para a família e para o militante”*. (GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2012, p. 111)

narrativa de Beth também deixe entrever que a “dureza” dele escondia a preocupação com o filho.⁴⁰⁰

Fruto da operação sanguinária e de extermínio comandadas pelo Exército brasileiro no Araguaia, Luiz René da Silveira foi ferido a bala, capturado de maneira violenta e assassinado brutalmente com o aval do Estado em março de 1974. Neste sentido, a história de luta de Beth consiste em denunciar às autoridades políticas sobre a morte de Luiz René e de outros militantes do PC do B mortos e desaparecidos na década de 1970.

A morte e o desaparecimento dos corpos dos indivíduos que militaram contra a ditadura civil-militar, sejam eles, filhos, amigos, pais, companheiros, irmãos e etc., significa algo não resolvido. E a contradição da dúvida – mesmo com as “provas” do destino fatal – consiste num elemento que o regime deixou de herança para as famílias:

No que diz respeito aos efeitos dessas mortes e desaparecimentos, é fato que esses se projetam para além do preso, para além do torturado, para além do morto e do desaparecido, transmitindo-se para suas famílias e seus amigos, que, além de terem seu luto negado ou dificultado pelo aparato repressivo, passam a conviver com a incerteza – psicologicamente torturante – do destino reservado aos seus entes queridos, transmitindo-se também para a coletividade política, que teve sua história adulterada.⁴⁰¹

O silenciamento da memória, diante da ocultação de corpos e documentos que podem comprovar as ações bárbaras cometidas pelo aparato repressivo do Estado em casos como o da Guerrilha do Araguaia, deixam uma questão fundamental: onde foram que eles (militares) enterraram os jovens militantes de esquerda executados na operação?

O silêncio ensurdecido do Estado referente a este caso, ainda assombra o país, em especial, as famílias que perderam seus entes nesta ação. Beth, conclui sua participação testemunhando sua história com a seguinte fala:

Tinha uma ordem de serviço para isso! Pra levar fulano para tal lugar... isso tem... onde que é que está isso? Em algum lugar está! Não venha me dizer que não tem...porque eu não acredito! Em algum lugar está! Isto não está á mostra, e por que não está a mostra? Porque eles não querem mostrar! Porque eles não querem, porque se faz isso, se eles liberam esta informação, estão lá os nomes dos torturadores! (39:31 – 39:56)

⁴⁰⁰ Ao concordar – num determinado momento da narrativa – com a posição do pai (“*ele foi contra, terminantemente a ida dele, disse que, o tempo inteiro, que era um suicídio... que era um suicídio, e ele tinha razão...*”), Beth rememora o episódio e dá a entender que o irmão teria errado em sua decisão.

⁴⁰¹ GALLO, Carlos Artur. Notas sobre a luta dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). **Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a história Recente**. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 163-176. p. 164.

São vozes e vidas que foram silenciadas no calor da juventude, mas presentes na narrativa indignada de Beth em diferentes sequências do documentário – a face de uma mulher militante que também tem transformado sua dor diária em luta, e que ainda hoje busca por respostas, na esperança de poder ter acesso a informações do irmão e os seus restos mortais.

2.2.3. Mulheres em busca de militância e justiça

2.2.3.1. Maria Dalva

FIGURA 13 – MARIA DALVA DA SILVA



FONTE: Memória para uso diário (2007)

Para finalizar o capítulo, nosso próximo foco gira em torno da trajetória de dor e de luta de Maria Dalva da Silva – uma mulher que também integra o GTNM/RJ tanto no trabalho da “Clínica Grupal”, mas do mesmo modo na luta por justiça.

Moradora em área de periferia no Rio de Janeiro, Maria Dalva já em sua primeira aparição no documentário revela de maneira sucinta a sua história: *“Eu sou de Coqueiral, do Sul de Minas. / Ai... eu vim para o Rio quando minha mãe faleceu, eu tinha uma tia que morava aqui... daí eu vim morar com minha tia”*. (03:42 – 03:50). Ela inicia sua história contando sobre uma perda, o falecimento da mãe que a deixou impossibilitada de continuar em seu local de origem, tendo como possibilidade morar com a tia.

Maria Dalva representa uma face peculiar do protagonismo dos sujeitos aqui analisados: mulher, negra e de origem pobre, a história dela remete-se não apenas a questões

de um passado recente que atravessou o tempo presente – no caso, a herança nefasta da ditadura civil-militar (abordada no documentário) – mas, não menos importante, um legado ainda mais violento, brutalizante e deletério: a herança escravista e o peso histórico concreto nas relações de classe, trabalho e raça no Brasil contemporâneo.⁴⁰²

Existem ainda muitos resquícios em nosso tempo presente que permitem indagarmos sobre o processo histórico que nos levou a construção de determinadas ações, em especial o aparato violento do Estado brasileiro. Podemos citar, por exemplo, a violência institucionalizada por agentes civis e militares ou a prática do extermínio de jovens (em sua maioria, negros e de periferia) em supostas operações “estratégicas” de batalhões da polícia ou do exército em morros e favelas.

No caso de Maria Dalva, mulher e mãe, estas práticas e ações direcionadas para uma população pobre, negra e de periferia trazem um significado, ao mesmo tempo, trágico e inexplicável. Porém, em “Memória para uso diário” chama-nos a atenção que o enfoque de Beth Formaggini localiza não apenas nas tragédias destas mães, como também num outro significado ao longo do documentário: “mãe significa luta” – luta incansável por verdade e justiça.

FIGURA 14 – TIAGO, FILHO DE MARIA DALVA



FONTE: Memória para uso diário (2007)

⁴⁰² FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. ; PEREIRA, Ellen C. & SAMPAIO, Simone S. A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira In: *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 133, pp. 432-445, set./dez. 2018. Acesso: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.152> .

Numa das cenas, Maria Dalva apresenta um pouco do histórico de seu filho, Tiago Correia da Silva (ver imagem): “*O meu filho tinha 19 anos, o Tiago, trabalhava e estudava. Ele queria fazer Engenharia Mecânica. Ele falava, ‘Eu quero fazer meu curso técnico, porque daí eu pago a minha faculdade’.* O sonho dele era trabalhar na Petrobrás”. (11:35 – 11:48). O depoimento dessa mãe resgata a história de seu filho, verbalizando seus sonhos, demonstrando que mesmo morador da periferia, pobre e negro, tinha planejado seu caminho, sabedor de suas dificuldades, tinha em mente o que precisava fazer para alcançar seu objetivo.

A narrativa dessa mãe, então, remete-nos diretamente a história de uma outra história – a das “Mães da Praça de Maio” (“Las Locas”), um movimento criado e organizado por mães durante a ditadura na Argentina na década de 1970, cujo objetivo era (é) lutar pela verdade e a justiça em relação aos seus filhos, mortos e desaparecidos, “vitimados” pelo golpe e a ditadura do governo do General Jorge Rafael Videla (1976-1983). Em “Guardianas”, encontramos o depoimento de várias mães, dentre elas, selecionamos esta fala emocionante sobre o quanto a união dessas mulheres, se torna uma poderosa estratégia de luta:

El juntarnos con otras madres fue pura y exclusivamente la desesperacion y el amor por nuestros hijos, creo que es lo único que te moviliza, el ser mamá, ese amor por tu hijo que te lleva a cualquier hora, a cualquier lado y de cualquier manera. (Jorgelina Azzarri de Pereyra).⁴⁰³

Mulheres e mães que se uniram com um objetivo buscar justiça para seus filhos, vítimas da ação do Estado, que se estruturou de maneira a decidir quem vive e quem morre no país. A fala de Jorgelina traduz similarmente a voz de Maria Dalva, explicando que o propulsor que motiva a continuar na luta é o amor. Amor incondicional por seus filhos e o sentimento de justiça para com as famílias que passaram (passam) pela mesma dor.

De acordo com Gianordoli-Nascimento, as mudanças diante de toda a situação de violência que estas famílias passaram/passam, acabam mudando a estruturação familiar: “*Em algumas famílias observa-se uma reestruturação da dinâmica familiar, principalmente quando as mães passam a assumir um lugar de busca de informação pelos filhos (as) presos ou desaparecidos*”.⁴⁰⁴ Maria Dalva explicita estas mudanças na rotina da família, e as consequências em decorrência da violência sofrida:

⁴⁰³ JAUJARENA (et. al.). **Guardianas de la memoria colectiva**: relatos de Madres y Abuelas de Plaza de Mayo. La Plata: EDULP, 2016. p. 77.

⁴⁰⁴ GIANORDOLI-NASCIMENTO, op. cit., p. 108.

Eu faço parte do “Posso me identificar”⁴⁰⁵, é um movimento que surgiu no morro do Borel, em 2003, onde quatro jovens foram executados por policiais, e tratados de bandido, eles apresentaram armas e drogas, disseram que eram traficantes, que morreram num confronto em auto de resistência. O meu filho não morreu na hora, “ele pediu para não morrer, que era trabalhador e que tinha uma filha”. Uma pessoa foi testemunha, e ouviu – abriu a porta – ele botou o fuzil em cima dela, e disse: “se você não entrar agora você vai morrer também”. Ela escutou meu filho gritando: “eu sou trabalhador e tenho uma filha”. O policial com o fuzil em cima dele, até então ele só estava baleado nas pernas, “você vai morrer porque você é bandido”, e nisso deu mais tiros, e não se ouviu mais os gemidos dele! Meu filho tinha marca de bala tatuada, que é o tiro que eles dão com a arma encostada, ele morreu com cinco tiros. Todos levaram tiros nas costas e na cabeça, mesmo assim, eles disseram que foi auto de resistência. (36:21 – 37:32)

A desqualificação e a criminalização de jovens negros moradores de periferia – todos vistos como “bandidos” e “traficantes” – e a forma tocante (ou chocante) como Maria Dalva descreve – com detalhes sórdidos, de frente para a câmera – a ação truculenta, indiferente e dirigida do policial que, com fuzil em mãos, assassinou Tiago com cinco tiros depois deste pedir, mais de uma vez, *“para não morrer, que era trabalhador e que tinha uma filha”*, escancaram uma dos motes que o documentário e, antes dele, que o GTNM: o quanto o legado da ditadura e do terrorismo de Estado ainda permanecem vivos no Brasil “democratizado”.

Além disso, existe na atualidade uma memória oficial do Estado sendo re/construída em torno da impunidade, da violência racial e de classe, de injustiças e de silenciamentos. Caramante explicita o processo que vem se construindo desde os anos 1970, com relação a violência policial em São Paulo:

Os homicídios praticados pela polícia começaram a crescer em São Paulo em meados dos anos 1970. Policiais militares que haviam participado do Destacamento de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e dos confrontos contra a guerrilha urbana na cidade passaram a ensinar e a replicar técnicas de repressão no combate ao crime comum. A simulação de tiroteios para justificar assassinatos era uma dessas técnicas. O inimigo, em vez do militante comunista, a partir dos anos 1970 se tornaria “o bandido”, suspeito de praticar crimes comuns, como roubos e furtos, e era normalmente negro, jovem, pobre e morador da periferia. Para muitos dos policiais que os matavam, o extermínio era uma forma de tornar o mundo mais seguro, diante de um sistema de Justiça ineficiente. Primeiro foram os policiais civis e seus esquadrões da morte. Depois os policiais militares, que agiam muitas vezes em parceria com justiceiros, representantes dos comerciantes dos bairros mais pobres cansados dos assaltos cotidianos. Durante esses últimos 40 anos,

⁴⁰⁵ De acordo com a página da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o “Posso Me Identificar” – mencionado por Maria Dalva – é um *“movimento de Paz, Garantia de Direitos e Preservação da Vida, oriundo da reunião de diversas comunidades de favelas e periferias do Estado do Rio de Janeiro, com o apoio de diversos movimentos sociais, populares e de direitos humanos, vem por este documento apresentar suas propostas aos poderes públicos, em suas diversas instâncias, visando a superação gradual e contínua da violência estrutural que atinge a sociedade”*. Ver: <http://www.abi.org.br/movimento-posso-me-identificar/> (acesso: 05.12.2019).

a prática do extermínio foi tolerada pelo Judiciário e por parte da população, que aplaudia o método criminoso praticado pela polícia. A tolerância das instituições dependia da incapacidade dos policiais em investigar os próprios crimes que praticavam.⁴⁰⁶

Entendemos que a edificação da violência perpetrada atualmente pelas instituições de segurança no Brasil, está envolta desde a formação dos agentes até as ações nas ruas, em um sistema onde prevalece a concepção repressiva e de eliminação de indivíduos – em sua grande maioria, pobres, pretos e favelados – incomoda determinadas as classes dominantes. Ainda segundo Bruno Paes Manso, a violência não se esgota na morte da vítima: *“A violência policial, contudo, não se encerra com a morte da vítima. Os familiares, além da dor do luto, são forçados a chorar em silêncio e a aceitar o estigma do filho assassinado, tido como bandido por ter sido morto pela polícia”*.⁴⁰⁷

As sequelas deixadas por uma situação de extrema violência, como a morte de um filho, podem resultar em inúmeros traumas e o desenvolvimento de problemas psicossomático. Além disso, tende a gerar a desestruturação familiar ocasionada por ações de extermínio por parte do Estado. É o que vemos na sequência em que Maria Dalva fala de algumas consequências em sua saúde e no interior da família, após o assassinato do filho:

Eu tive lesão coronariana, hipertireoidismo, arritmia, meu sangue coagulou, quase que eu tive trombose e amputo as duas pernas. Aí depressão – sabe, vai se encadeando tudo – tudo isso depois que aconteceu este incidente com meu filho. Então a família fica destruída, fica desestruturada, o meu marido agora bebe muito, porque é uma saída que ele tem! Quando a gente tem um filho, acho que não tem coisa que se compare a um filho...né! Quando você perde, é um pedaço, então você é amputada – você fica amputada – então alguma coisa você tem que fazer para compensar. E eu que essa luta aqui compensa, porque a gente que transformar a dor em luta. Minha luta agora é essa, ajudar os jovens, ajudar minha comunidade – eu já tenho vontade de sair de lá, porque eu tenho que passar, as vezes eu tenho que passar aonde meu filho foi executado, onde ele caiu – aí é muito triste! Mas eu quero ficar lá, porque eu quero ajudar! Eu quero uma vida melhor para eles. Mesmo que eu não veja, mas os meus netos, alguém vai ver melhorar. (44:42 – 46:03)

Contudo, o que vemos em “Memória para uso diário” é a história de uma mulher que transformou a dor de perder seu filho, Tiago, em luta (como ela próprio afirma). Por mais que a luta seja atravessada diariamente por momentos de sofrimento e angústia, ela destaca a importância da batalha para ajudar outros jovens e a proteger outras famílias nas periferias do

⁴⁰⁶ MANSO, Bruno Paes. "Digo para mim mesma que eles foram viajar. E que um dia vou viajar também. Vamos nos encontrar em outro lugar e mataremos as saudades". In: CARAMANTE, André. **Mães em luta**: dez anos dos crimes de maio de 2006. Dez anos dos crimes de maio de 2006. São Paulo: Nós Por Nós, 2016. p. 12-247. p. 75-76.

⁴⁰⁷ Idem, p. 76.

Rio de Janeiro, através de denúncia e de conscientização, mas também da busca por verdade e justiça – ainda que, no documentário, tenha relatado situações de ameaça constante por policiais indiciados na morte de Tiago, mas que circulam livremente nas ruas.⁴⁰⁸

No Brasil recente, temos o caso das “Mães de Maio”, em São Paulo, criado por mães que tiveram seus filhos assassinados pela polícia (num total de 564 mortes) em 12 de maio de 2006 – véspera do dia das mães – após o governo do Estado anunciar a transferência de 765 presos ao presídio de Presidente Venceslau, interior de São Paulo, e gerar uma série de rebeliões comandadas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC)⁴⁰⁹.

Como “resposta” às rebeliões e aos ataques do PCC, agentes do Estado e grupos de extermínio saíram às ruas para retaliação, especialmente em bairros de periferia de São Paulo. Como analisa Bruno Paes Manso:

As Mães de Maio, agrupamento de mães que passou a denunciar as mortes praticadas pela polícia, foi o primeiro movimento a se articular para dar um basta a essa inércia que há décadas produz inúmeras injustiças e que enfraquece, inclusive, a legitimidade das polícias Civil e Militar.

A resposta que com que as Mães de Maio vêm se deparando, porém, não está relacionada com o esclarecimento das mortes de seus parentes. Muitas delas, assim como Vera, passaram a ser acusadas de praticar crime. A primeira integrante das Mães de Maio a ser acusada de ser acusada por tráfico de drogas foi Ednalva Santos, acusada de tráfico em 2007 – no Dia das Mães do ano anterior, ela teve seu filho morto por dez tiros.

Antes da prisão, lembra Ednalva, policiais foram até seu estabelecimento de lanches e marmitas para ameaçá-la por causa das denúncias na imprensa.⁴¹⁰

Além da carga de sofrimento diante das injustiças cometidas na investigação destes crimes, a impunidade dos agentes que executaram as ações culminou na morte de centenas de jovens. Longe de ser uma “solução”, acaba por desencadear novos crimes e criminalizações, que, por seu turno, intencionalmente nunca são resolvidos pela ausência de políticas públicas na área da segurança e transparência nas investigações de assassinatos de jovens de periferia.

Por fim, em outra sequência do filme, com a câmera em close, Maria Dalva fez questão de desmascarar o poder de legitimação e convencimento realizados diariamente pela mídia dominante sobre a “necessidade” de uso ostensivo da violência por parte do Estado –

⁴⁰⁸ É quando Maria Dalva diz: “A operação foi com dezesseis policiais, só cinco foram indiciados. Dois já foram absolvidos, tem três que estão presos desde de dezembro de 2003. O policial que foi indiciado e que foi solto, ele olha pra mim assim, com o fuzil, como assim, ‘eu to aqui eu voltei’. E a gente sabe que ele participou, mas não como provar. Então agora a gente tá pedindo a reparação. Porque ... que o Estado mostre a sua reprovação, a reprovação total dele contra os atos dos seus agentes!” (58:50 – 59:27)

⁴⁰⁹ Um outro elemento catalisador das rebeliões foi a corrupção no sistema carcerário e nas investigações policiais.

⁴¹⁰ MANSO, op. cit., p. 76.

sob o rótulo da “segurança pública” – em áreas urbanas onde vivem uma população pobre, negra e trabalhadora⁴¹¹. Referindo-se à realidade nas periferias do Rio de Janeiro, Maria Dalva denuncia:

Só muda o local, mas os personagens são os mesmos, jovens, pobres e negros. Porque nas comunidades parece que a vida de um morador da comunidade não vale nada. Então a mídia só aparece para contar os mortos, só aparece isso, quantos morreram? Traficante morto pela polícia. Pra gente é muito importante, porque ninguém ouve a voz da gente! [...] (57:36 – 58:06)

Embora ela identifique a pertinência do trabalho de acompanhamento e assistência do GTNM/RJ, pois afirma que “[...] o Tortura Nunca Mais está junto com a gente, desde o início”, a dor de mulheres como Maria Dalva tem sido transformada em luta, inclusive para continuar a viver. Mesmo diante das adversidades impostas, continuam a sonhar com uma sociedade melhor, para que outros jovens tenham direito a uma vida mais digna.

2.2.3.2. Rosilene Ramos da Silva (Rose)

FIGURA 15: ROSILENE RAMOS DA SILVA, COM ANA MIRANDA



FONTE: Memória para uso diário (2007)

O documentário filma cenas de um lugar urbano, remetendo a periferia, com várias casas, ampliando o horizonte das filmagens para inúmeras casas humildes, evidenciando ao espectador que a câmera encontra-se numa comunidade do Rio de Janeiro.

⁴¹¹ MORAES FREIRE, Silene de. & CARVALHO, Andréa de S. de. Midiatização da violência: os labirintos da construção do consenso. In: **Textos & Contextos**. Porto Alegre, PUC, v. 7, n. 1, jan./jun. 2008, pp. 151-164. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/3944/3208> Acesso: 21.11.2019.

Ao fundo das primeiras imagens, ouvimos uma voz feminina, com forte sotaque carioca. Começamos a nos localizar neste espaço. A legenda aparece com a localização desse diálogo: trata-se do “Complexo da Maré”. Uma mulher, de nome Rosilene Ramos da Silva, ou Rose, nossa personagem, relata à câmera:

Eu nasci e vivi até meus nove anos em Parada de Lucas, saímos de lá... né, foi quando minha mãe se separou do meu pai, e fomos marar em Benfica... né, saímos de Benfica e viemos morar na Maré mesmo...né, perto da garagem da Real, pertence a baixa de sapateiro. E de lá viemos morar aqui. Aqui eu moro mais de vinte anos. (04:14 – 04:55)

Esta sequência apresenta, em plano americano, Rose em diálogo com Ana Miranda, militante e membra do GTNM. A câmera focaliza uma parede interna com várias fotografias de família. A residência demonstra uma aparência simples e humilde. Após este reconhecimento do espaço, a câmera vai se voltando a personagem que narra em primeira pessoa. Rose e Ana Miranda estão conversando em uma sala, sentadas ao sofá.

Entendemos nesta cena a importância de contar sua história: o que significa o diálogo, o ouvir e o falar na vida de uma pessoa? Em cenas anteriores ouvimos a narrativa de Ana, e, nesta sequência, essa mesma personagem escuta uma mulher da periferia, trocando os papéis, passando de interlocutora a ouvinte. Contar (ou recontar) suas histórias, significa construir uma “memória forte”, a narrativa dessas mulheres traz à tona vozes silenciadas por muito tempo; desse modo, as vozes são “pontes” para uma edificação sólida que significa luta e resistência de mulheres que protagonizam uma história pessoal e coletiva.

Na sequência seguinte, a filmagem volta-se novamente para a periferia, focalizando uma criança (andando de bicicleta). Segue um breve corte e, logo em seguida, reaparecem Rose e Ana. Ana mostra um desenho (grafite) a outra mulher. Na verdade, trata-se de desenhos feitos pelo filho de Rose, assassinado pela polícia em 2005. Assim se estabelece o diálogo diante da câmera de Beth Formaggini:

Ana: Maré, paz no mundo e na Maré... paz!

Rose: Fez essa aula de grafite, ele gostava muito disso. E.. eu não tenho que falar que era um filho malcriado... não, ao contrário, era muito amoroso, muito brincalhão, não podia me ver triste que me abraçava, me pegava no colo.

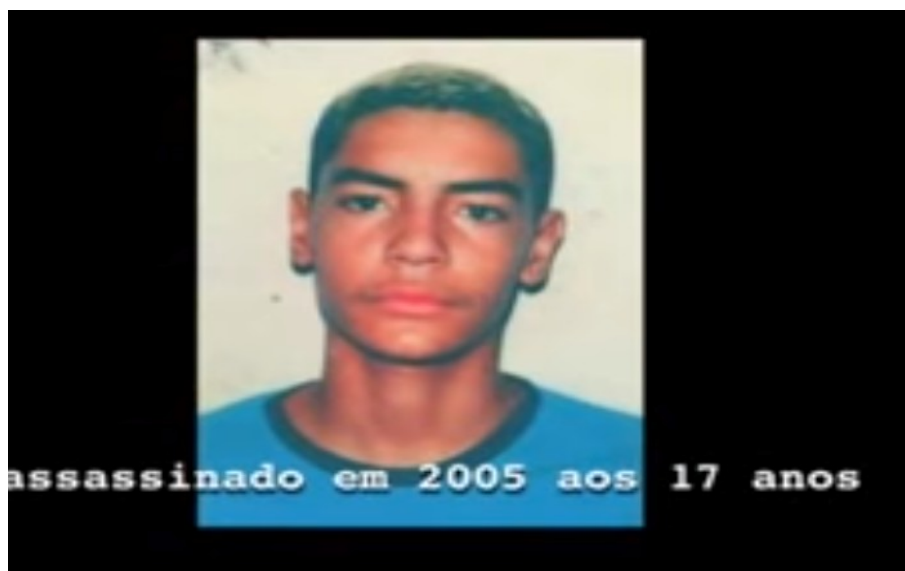
Rose: é a paz na Maré. Pedindo paz na Maré (*mostrando os grafites a Ana*).

Ana: ele estudava aonde que você falou?

Rose: Ele estudou aqui no Brizolão. Fez o primário no Brizolão, no Ciep aqui do Gustavo Capanema. De lá ele foi para Vila do João José de Castro e depois foi lá para Teotônio Vilela, lá no Esperança. Quando ele não quis estudar mais, ai ele

arrumou de cobrador de Kombi, pegava cinco horas da manhã, aqui dentro mesmo, depois foi trabalhar de camelô. (10:33 – 11:34)

FIGURA 16 – WALLACE, FILHO DE ROSE



FONTE: Memória para uso diário (2007)

Rose, mãe de Wallace Ramos da Silva, assassinado brutalmente aos 17 anos, compartilha com Ana Miranda uma série de desenhos de Wallace representando a vida e o cotidiano na Maré. Garoto “amoroso”, segundo Rose, ele fizera aula de grafite, possuía habilidades em desenhar.

Num lugar criminalizado pela polícia, dominado pelo tráfico e desqualificado pela mídia (e as classes dominantes) como “sem esperança” ou “sem futuro”, seus desenhos eram um contraponto: o documentário capta a predominância do lema da “paz” (o mesmo do GNTM), o uso de cores vivas e um cotidiano iluminado. Devia portar sonhos. Se Tiago, filho de Maria Dalva, sonhava ser engenheiro e trabalhar na Petrobrás, Wallace talvez viesse a ser um desenhista, design gráfico ou apenas externasse sua arte por conhecimento e prazer estético.

Mas, para os policiais que o assassinaram, isto pouco importava. Tinha “cara” de bandido. Numa das sequências do documentário, no interior da casa de Rose, esta relata a Ana como se deu a morte de Wallace:

Rose: Ele saiu dizendo que ia na casa de um colega buscar um caderno.

Ana: E foi de bicicleta?

Rose: E foi de bicicleta!

Ana: Daí o que aconteceu?

Rose: Daí eles mandaram meu filho parar, meu filho parou, saiu da bicicleta levantou a camisa, botou a mão para cima. Meu filho e os outros policiais, dado tiro pra cima, para simular que era um tiroteio. E essa hora da manhã os traficantes estão dormindo, ninguém está acordado na rua.

Ana: Que horas era?

Rose: Nove e meia para dez horas da manhã.

Ana: Essa hora não é hora de traficante?

Rose: Não é hora! Então meu filho foi caminhando até perto deles, e eles dera... levaram meu filho pra trás de um trailerzinho, que vocês vão ver lá, e deram dois tiros a queima roupa no meu filho, de fuzil sete meia dois. (34:51 – 36:20)

A história re/contada por Rose não somente comove, mas causa indignação e revolta. Enquanto ela narra, ouvimos um som de suspense. A câmera inquieta percorre o local em que Wallace fora assassinado (“*um trailerzinho*”, na verdade um “playground” abandonado). Entre nove e meia e dez da manhã – não era “*hora de traficante*” (indaga Ana). Sem qualquer cerimônia, diz Rose, os policiais “*mandaram meu filho parar*”.

O jovem, de bicicleta, atendeu a ordem e parou. Mais: “*levantou a camisa, botou a mão para cima*”. Em suma, acatou. Mas era preciso garantir o “serviço”, e, para justificá-lo (ou “justificá-lo?”), os policiais simularam um tiroteio entre eles e o jovem. Para despistar possíveis testemunhas, levaram-no ao “trailerzinho” e, à sangue frio, “*deram dois tiros a queima roupa no meu filho, de fuzil sete meia dois*”. Assassinato à mando do Estado.

Segundo Cecília Coimbra, desde os anos de 1960 não houve nenhum policial punido por estes assassinatos, alguns processos foram abertos, porém logo em seguida foram arquivados, com absolvição por “*legítima defesa*”, “*defesa da sociedade, de suas instituições e da ordem social*”, “*cumprimento do dever*”.⁴¹² Ainda em sua narrativa a autora aponta que:

Além dos “autos de resistência”, que tem alimentado e adubado a impunidade, uma outra estratégia tem sido hoje, nos anos 90 muito utilizada no estado do Rio de Janeiro: cadáveres são deixados nas emergências dos hospitais públicos. Como forma de impedir os exames de perícia de local, os corpos já mortos são retirados dos locais onde ocorreram os assassinatos e muitos deixados em hospitais.⁴¹³

Encontra, portanto, similaridades históricas entre as práticas atuais na repressão policial civil/militar diante de um grupo específico de pessoas, com o que aconteceu na ditadura, que também, houve ações como estas a determinados grupos de pessoas. A história se repete com ações repressivas, diante de pessoas que representam oposição ao Estado, sendo

⁴¹² COIMBRA, op. cit., p. 14.

⁴¹³ Idem., p. 15.

que, no Brasil contemporâneo, os que se “opõem” ao Estado (e às classes dominantes) são negros, pobres e moradores de periferia.

Assim, embora as investigações realizadas pelo GTNM não tenham se estendido – pelo menos, não vemos no documentário – aos casos das mortes dos filhos de Rose e Maria Dalva (problema importante, sem dúvida), “Memória para uso diário” faz questão de ampliar a temporalidade e o escopo da luta de mulheres (e demais militantes) contra a violência institucionalizada do Estado, ao apresentar um trabalho que o grupo desenvolve com mães que perderam seus filhos nas periferias do Rio de Janeiro. Rose e Maria Dalva estão entre elas.

Nas palavras de Silva e Dara, o trabalho de grupos institucionais como GNTM e demais movimentos de apoio aos familiares mortos, desaparecidos e/ou assassinados pela violência dos agentes do Estado, é fundamental para tentar amenizar os impactos físicos e psicológicos a estas pessoas:

Não há como escapar dos enormes desafios cotidianos que a devastação gerada pela morte de um familiar ou um amigo impõe sobre nossas vidas e de nossos companheiros. Por isso há de se ter ouvidos bem atentos (e muito respeito!) ao abordar a questão dessa luta por reparação, pois a devastação física, psíquica, moral e material a que somos acometidos todos os dias não é trivial, muito pelo contrário. É o mínimo que deveriam nos assegurar, e que nós fazemos questão de *arrancar como direito à (re)existência*.⁴¹⁴

Por sua vez, o medo e o terror vividos cotidianamente em bairros de periferia das grandes cidades parecem não paralisar estas mulheres-mães. Mesmo sendo, de algum modo, vítimas de um sistema perverso de repressão e violência institucionalizado pelo Estado, cuja mira das armas está quase sempre apontada para uma parcela jovem, pobres e negra da população brasileira, elas procuram auxílio em entidades como o GTNM, como vemos no diálogo exposto no filme:

Ana: E como é que você chegou lá ao grupo, como que você conheceu o Grupo Tortura Nunca Mais?

Rose: Eu fui procurar a psicóloga... né... aqui na Vila do João, cheguei lá... fui muito bem recebida, porque eu estava péssima! Conheci Dona Vitória, a Tatiane, foi minha psicóloga. O trabalho clínico o Dr. Marcos, é um pai pra mim, tem toda a paciência comigo quando eu chego lá chorando... eu só chego chorando no consultório dele... reclamando e chorando, e ele me dando todo o apoio, tenho todo o apoio. Quando eu não vou ele fica preocupado, sabe, me procura...liga... (46:04 – 46:50)

⁴¹⁴ SILVA, Débora Maria da; DARA, Danilo. Mães e familiares de vítimas do Estado: a luta autônoma de quem sente na pele a violência policial. In: KUCINSKI, Bernardo et. al. (org.). **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 98.

A dor pela perda de seus entes acaba sendo um motivador para continuar na luta, pois, como afirmam Silva e Dara, referindo-se ao movimento das “Mães de Maio” em São Paulo: *“Foi a partir da dor e do luto gerados pela perda de filhos, familiares e amigos que nos encontramos, nos reunimos e passamos a caminhar juntas – com nosso exército libertador de filhos e filhas – e de forma independente: do luto à luta”*.⁴¹⁵

Estas motivações parecem estabelecer ligações diretas com a luta de mães como Maria Dalva e Rose, no Rio de Janeiro. A primeira, mesmo sendo ameaçada por policiais não indiciados; a segunda, por acreditar que sua luta é por seu filho e por todos os jovens das periferias: *“E eu vou... pelo meu filho eu vou... pelos meus filhos... se eu sempre briguei, sempre lutei por eles vivo.. por que depois que le morre eu vou deixar lado? Não... eu quero justiça... eu quero justiça, porque se não isso não vai se acabar!”*. (58:23 – 58:49)

Cotidianamente estas mulheres-mães de jovens assassinados enfrentam inúmeros desafios em busca de justiça, e traçam estratégias para que cessem o *“genocídio da população preta, pobre e periférica em todo o país”*. São vozes femininas que ecoam nacional e internacionalmente, vozes que clamam por liberdade e que buscam uma sociedade melhor para seus filhos e os de outras gerações. Silva e Dara fazem um alerta:

[...] lembrando que as famílias também sofrem a prisão junto com seus entes queridos – e dezenas de milhares de crianças e adolescentes aprisionados por medidas supostamente socioeducativas, além da tortura cotidiana disseminada em cada abordagem policial nos becos, nas vielas e nas quebradas do Brasil afora. É contra esse sistema punitivo (penal e policial), racista e genocida, que a gente se levanta.⁴¹⁶

Essa fala dos autores apresenta elementos bem similares aos atos atrozos cometidos pelos policiais nos assassinatos de Tiago e Wallace: coincidência? Não entendemos dessa maneira. Como já mencionado, a violência estatal está estruturada desde o período ditatorial. Além do mais, temos a questão da ocultação de informações estruturais do regime, consequentemente não houve responsabilizações, ou seja, ainda é um capítulo da história que não cicatrizou, muitas indagações não foram respondidas, verdades não esclarecidas e justiça que não foi feita.

Em “Memória para uso diário”, Rose e Maria Dalva representam mulheres que no Brasil recente vivenciaram (e vivenciam) a morte de seus filhos por meio das mãos do Estado.

⁴¹⁵ Ibidem., p. 96.

⁴¹⁶ Ibidem., p. 96.

Além da importância dos grupos que apoiam estas mulheres, é a formação de uma corrente de mulheres que transformam sua dor em luta.

Percebemos em Maria Dalva um processo mais avançado desta transformação. O seu relato, mesmo marcado pela emoção, evidencia a participação em grupos que ajudam outras famílias, intencionando protegê-los de possíveis ações de violência. No caso de Rose, visualizamos uma mulher ainda em processo de aceitação, pois não conseguia verbalizar de maneira enfática a sua dor – embora deixasse registrado à câmera do documentário um pouco de sua militância germinal: “*Não... eu quero justiça... eu quero justiça, porque se não isso não vai se acabar!*”.

2.3. Conclusões parciais

Usar a memória diariamente, para jamais esquecer! Essa mensagem está explícita no tema do documentário de Beth Formaggini e, especialmente, no seu objetivo que fora o de abordar as origens, a organização e os modos de atuação do Grupo Tortura Nunca Mais, no Rio de Janeiro. Tendo por referencial as posições assumidas por Beth Formaggini no roteiro e direção e a natureza e os objetivos do GTNM (além da participação de Ana Miranda na produção), é possível afirmar que “Memória para uso diário” consiste num documentário, ao mesmo tempo, denunciador e anunciador.

A estrutura da narrativa documentária, bem como os relatos individuais (selecionados) de mulheres militantes escancaram o partilhar de uma experiência dramática e trágica em comum: a presença – em tempos “democráticos” – da herança repressiva, violenta e nefasta da ditadura em suas vidas e também de seus entes familiares. Por outro lado, no filme essa batalha pela memória dos mortos e desaparecidos da ditadura, mas também daqueles/as que ainda estão vivos, não pode ser travada apenas no campo das “lembranças” e muito menos de uma idealização do passado. “Memória para uso diário” carrega um significado de luta, com forte viés político (e politizador), de não apagamento de memórias de grupos que ainda enfrentam obstáculos para ecoar suas vozes, especialmente num período tão sombrio como o que vivemos nos últimos anos.

A batalha das mulheres aqui trabalhadas, e mais amplamente, dos familiares consiste em fazer com que a história dos militantes mortos e desaparecidos políticos seja conhecida. Nossa escolha em abordar as narrativas de mulheres – as que foram torturadas durante a

ditadura e fundaram o GTNM, as que também tendo fundado o grupo perderam maridos, irmãos e/ou filhos naquele período e ainda as que (ainda) são afligidas diariamente nos morros e favelas das grandes cidades – possuiu o objetivo de dar prevalência a presença e atuação delas (não esquecer do “Movimento Feminino pela Anistia”) e vermos potencializar, através de suas narrativas, a necessidade urgente de construir políticas de memória capazes de provocar convencimento social.

No documentário emergem histórias que se entrelaçam nas suas especificidades, porém muitos desses militantes encontraram-se na luta nos diversos espaços de batalha, desde nos porões da ditadura, nas ruas, em alguma ação ou em algum aparelho. Todos tinham uma história, um sonho, um ideal que foram interrompidos pela truculência dos órgãos de repressão, que não admitiam a existência de qualquer tipo de oposição.

Tendo como fio condutor a busca incansável de Ivanilda Veloso por informações sobre a morte de seu marido e militante do PCB, Itair José Veloso, a produção fílmica realiza uma espécie de “costura” entre as histórias de vida e de luta de diferentes tipos de militantes e destaca todo um trabalho árduo realizado, (hoje) há mais de 30 anos, pelo GTNM. Isto por que segundo Ribeiro, os articuladores da versão ditatorial continuam a selecionar fatos, utilizando critérios de interesse particular, elaborando dessa maneira: “*zonas de sombras, silêncios, esquecimentos, repressões*”.⁴¹⁷

Outro ponto importante em “Memória para uso diário” é aquele relativo às denúncias de falseamentos de documentos policiais e de laudos médicos para esconder informações e o paradeiro dos corpos de militantes de esquerda. Ao longo do documentário, somos convidados a assistir – por meio de reportagens em jornais e emissoras de televisão – a várias investigações envolvendo membros do Grupo *Tortura Nunca Mais* (destaque para Flora Abreu e Cecília Coimbra). No dizer de Coimbra, as versões oficiais das mortes dos militantes que se opunham à repressão eram

De um modo geral, as versões oficiais da ditadura militar brasileira para os assassinatos perpetrados diziam respeito às mortes por resistência à prisão, por atropelamento ou por suicídio. Assim, oficialmente todos os militantes políticos assassinados foram efetivamente mortos “acidentalmente”. Para coroar esse processo de negação histórica, a ditadura contou com o apoio técnico de vários médicos legistas que respaldaram com seus laudos as versões oficiais da repressão. Nesses documentos oficiais as causa-mortis foram registradas como reação à prisão,

⁴¹⁷ COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Produzindo esquecimento**: histórias... op. cit., p. 8.

atropelamento, ou suicídio, pois em nenhum momento foram descritas as marcas de torturas presentes nos corpos desses opositores políticos.⁴¹⁸

Como exemplos, temos o caso de Iara Iavelberg – abordado no capítulo anterior – cuja causa-mortis, “suicídio”, foi contestada pela família (e, em particular, por Mariana através do documentário “Em busca de Iara”) que passou a reivindicar, por vias políticas e jurídicas, a exumação dos restos mortais, e a verdade acobertada pelo regime de que fora assassinada. Outro caso emblemático, aqui mencionado, foi o de Sônia Maria Moraes Angel Jones, presa e assassinada em 1973 num centro clandestino de repressão, mas cujo laudo oficial constava que ela (e o Antônio Carlos Bicalho Lana) havia morrido em decorrência de um tiroteio com policiais.

No documentário, os casos dos filhos de Maria Dalva e Rose, que foram mortos pela polícia militar do Rio de Janeiro de maneira cruel e sem a chance de defesa, são abordados a partir do ângulo da dor destas mulheres/mães que conseguem encontrar forças para transformar o medo e a dor em luta, participando de grupos que promovem um debate sobre as ações do Estado nas periferias e prestam orientações jurídico-políticas e assistência médica e psicossocial. Daí relacionarmos as ações do GTNM com o movimento “Mães de Maio”, que, desde 2007, faz um trabalho político muito importante em São Paulo que é o da luta contra o “genocídio” de jovens que acontece nas periferias brasileiras. Um grupo que se estruturou a partir da chacina ocorrida em maio de 2006. Na ocasião foram assassinados cerca de 564 pessoas em um intervalo de dez dias. Segundo Brito:

Mais do que justiça para os próprios filhos, as Mães construíram, ao longo dos anos de atuação e luta, um movimento social de combate aos crimes do Estado ocorridos durante o período democrático, e se transformaram em referência para outras famílias preocupadas com a marcha fúnebre que vítima milhares de pessoas todos os anos no Brasil.⁴¹⁹

Débora Maria Silva, fundadora do movimento, perdeu o filho Edson Rogério Silva dos Santos, na chacina de maio. Depois de muitos dias hospitalizada, conseguiu se reerguer e começar a articular a luta, com a ajuda de outras mães que também tinham perdidos seus filhos para a violência do Estado. De acordo com Débora: *“Sou vítima do Estado não só no dia das mães, mas no direito de não mais comemorar o meu aniversário, como todas nós. O*

⁴¹⁸ Ibidem., p. 12.

⁴¹⁹ BRITO, Gisele. **Mães de Maio: a reação contra a violência do Estado**. 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

Estado destruiu minha família. Era eu e meus três filhos”.⁴²⁰ Antes delas, e ainda existente, uma referência de movimento de luta mencionada no capítulo é o das “Mães da Praça de Maio”, na Argentina, que iniciou sua organização e práticas de mobilização política a partir da implantação da ditadura militar em 1976.⁴²¹ Apesar de suas peculiaridades históricas, no tempo e no espaço, “*ambas são consideradas loucas por exigirem respostas do Estado brasileiro sobre o assassinato de seus entes*”.⁴²²

A análise deste documentário trouxe à lume o quão significativo tem sido a luta das mulheres (e, mais amplamente, dos militantes) do GNTM por verdade e justiça e não deixando que as memórias da ditadura se apaguem ou caiam no esquecimento. Os depoimentos estão carregados de emoção e de verdades ao falarem dos efeitos psicológicos que todas as situações vividas trouxeram para suas vidas, por meio das torturas, perseguições e desaparecimentos. Se pensarmos nas concepções revisionistas e negacionistas da ditadura no Brasil, tão em voga nos últimos anos, que têm defendido desde uma versão “branda” do regime – sem violência, sem torturas, sem extermínios, sem traumas – até as recentes tentativas de apagamento completo de seu nefasto legado histórico da memória nacional, a proposta de “Memória para uso diário” torna-se mais atual e urgente em nossos dias do que no tempo da produção.

Lutar em defesa da memória de militantes mortos e desaparecidos políticos, batalhar por suas próprias memórias de militância, significa mostrar um capítulo da história que ainda tem muitas indagações não respondidas. O Estado permanece legitimando a ocultação de documentos, informações, a sua própria responsabilização efetiva, a punição dos agentes repressores e o reconhecimento que houve uma ditadura no Brasil, ditadura civil (empresarial) e militar que, sequestrou, perseguiu, torturou, matou e ocultou cadáveres em nome de interesses das classes hegemônicas.

Compreendemos que no documentário “Memória para uso diário” existem outras perspectivas narrativas passíveis de análise. Um ponto de destaque é quanto a um paradoxo ligado aos “cortes” de classe, gênero e raça, presente de maneira implícita na abordagem

⁴²⁰ CARAMANTE, André. **Mães em luta: dez anos dos crimes de maio de 2006**. São Paulo: Ponte Jornalismo, 2016. 247 p. p. 36.

⁴²¹ Segundo Paula (2014, p. 3), falando as ações das “madres” portenhas: “*Elas elaboraram um abaixo-assinado em que pediam ‘a verdade’, como a única maneira de ‘saber se os filhos estão vivos ou mortos e onde estão?’*”.

⁴²² GONÇALVES, Renata. De antigas e novas loucas: Madres e Mães de Maio contra a violência de Estado. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, 2012, p. 130.

filmica. Da secção de personagens que realizamos em nossa pesquisa, todos são mulheres. Contudo, este é o único (e curioso) eixo em comum.

Se, por um lado, as militantes que pertencem a direção do “Grupo Tortura Nunca Mais” são, em sua grande maioria, compostas por mulheres brancas e que integram as classes médias urbanas e até segmentos de classe dominante (embora nada disso justifique a repressão, tortura e assassinatos de ex-militantes da luta armada), em contrapartida as mulheres que lutam cotidianamente contra a ostensiva violência de policiais civis e militares (agentes do Estado) e as ameaças de organizações criminosas (de certo modo, também ligadas ao Estado) são predominantes negras e pardas, das classes trabalhadoras e residem em periferias das grandes cidades.

Uma segunda questão, diz respeito a um traço peculiar da produção filmica: ela não privilegia a abordagem feminina (como a que fizemos). “Memória para uso diário” corresponde a um documentário de natureza “institucional”, pois diretamente vinculado a atuação do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM – RJ) – inclusive a produção do filme parece ter passado pelo crivo da diretoria. Sendo assim, por mais que as mulheres falem e exijam ser ouvidas, não é uma produção que evidencia uma voz específica das mulheres contra o regime.

Temos o exemplo de Ivanilda, mulher que é uma espécie de fio condutor de toda a trama. No entanto, essa história não enfoca a sua trajetória particular como mulher, e sim a história de luta por uma memória de outra pessoa, de Itair Veloso, seu marido. Dessa maneira, a narrativa de Formaggini, diante do testemunho de Ivanilda, busca a memória de um homem que foi executado pelos agentes do Estado. Uma segunda – e talvez principal – característica do filme é que ele foi produzido em homenagem a Gregório Bezerra⁴²³ e Apolônio de Carvalho⁴²⁴, homens que sobreviveram aos horrores da ditadura, em prol de um ideal de sociedade e de país. Isto é, homenagem a dois homens militantes.

Nossa pesquisa intencionou evidenciar as vozes dessas mulheres que fizeram parte da construção da produção cinematográfica; evidenciando ao nosso olhar suas lutas, suas dores e suas experiências. Trazendo para o campo historiográfico uma perspectiva feminina sobre a

⁴²³ Segundo o site Memórias (2019), analfabeto até os 25 anos de idade, e militante desde as primeiras movimentações de trabalhadores influenciados pela Revolução Russa de 1917, Bezerra teve atuação importantíssima nos momentos políticos no Brasil.

⁴²⁴ Ao longo do século XX, Apolônio de Carvalho sempre lutou por aquilo em que acreditava, numa longa e duradoura militância por transformação social.

batalha pelas memórias dessas mulheres. Para tanto, realizamos uma operação de focalizar e selecionar as vozes femininas que se expressaram durante o filme.

Enfim, ao partir de trajetórias e narrativas de mulheres e suas militâncias ligadas, direta ou indiretamente, ao GTNM/RJ, “Memória para uso diário” veio de encontro a necessidade de “resgatar” memórias e de reinscrevê-las no tempo presente enquanto uma luta diária contra o esquecimento (e a morte). Neste sentido, o protagonismo feminino carrega um significado muito forte, que é o da presença e participação ativa de mulheres em diversas frentes de batalha, agrupadas institucionalmente em torno do GTNM, no combate a violação de direitos cometida, no mais das vezes, pelo próprio Estado: lembrar sempre, para não repetir os mesmos erros do passado (e do presente).

CAPÍTULO 3 - “EM BUSCA DE IARA” OU A AUSENTE PRESENÇA DA MILITÂNCIA FEMININA

3.1. Contexto histórico de produção

O documentário “Em busca de Iara” procura re/contar a trajetória histórica de vida e de luta de Iara Iavelberg (1944-1971). Iara foi assassinada por agentes da ditadura, aos 27 anos de idade, quando refugiava-se em um “aparelho” no bairro da Pituba, em Salvador (Bahia). Estava sendo procurada no país todo, por ser militante política e especialmente, por ser companheira de Carlos Lamarca (1937-1971).

Mulher de família judaica tradicional em São Paulo, estudante e professora do curso de Psicologia na USP até tornar-se militante e guerrilheira pertencente a diversas organizações de luta armada (Polop, VPR, VAR-Palmares e MR-8) – incluindo aí seu relacionamento político, afetivo e amoroso com Lamarca – Iara transformou-se numa referência fundamental da participação e luta de mulheres contra a ditadura civil-militar no Brasil depois de 1964.

Como falamos em capítulo anterior, não foram poucas as mulheres que participaram e desenvolveram diversas tarefas nesta luta, como por exemplo, coleta de informações, retaguarda em assaltos, “escondendo” militantes e/ou materiais de resistência em suas casas, oferecendo abrigo e comida para perseguidos políticos, atuando como cuidadora de feridos, em movimentos de pichação nas madrugadas, guardavam: atividades políticas que intencionavam a preservação das vidas das pessoas que militavam e incorporavam uma luta “implícita” contra a ostensiva e violenta repressão imposta pela ditadura.

Em contrapartida, temos mulheres – como foi o caso de Iara⁴²⁵ – que não aceitaram travar combates silenciadas e ingressaram em organizações de luta armada, pegando em armas, panfletando nas manifestações, liderando equipes nas ações de levantamento de recursos, no recrutamento de novos militantes para as organizações, participando das discussões teóricas, fazendo parte da equipe de planejamento das ações, dentre outras atividades.

Para situar de maneira mais clara a participação das mulheres diretamente nas organizações de esquerda armada, Carvalho aponta os seguintes números de processos

⁴²⁵ E também de tantas outras mulheres que ousaram enfrentar a ditadura dentro de organizações de luta armada, como, por exemplo, Maria Auxiliadora Lara Barcelos (1945-1976), que integrou a VAR-Palmares, e Helenira Rezende (1944-1972), no PC do B e na “Guerrilha do Araguaia”.

judiciais contra militantes femininas, referindo-se a uma pesquisa desenvolvida por Marcelo Ridenti:

A Ação Libertadora Nacional, por exemplo, teve 76 mulheres processadas (15,4% do total). A Vanguarda Popular Revolucionária, 35 (24,1% do total de processados). O Partido Comunista do Brasil, 47 (18,1% do total). Mesmo considerando que essa presença estava limitada a alguns Estados – Rio de Janeiro, São Paulo e algumas capitais do Nordeste -, não era pouco para aquela época [...].⁴²⁶

Neste sentido, falar sobre Iara e a militância feminina no período da ditadura civil-militar no Brasil é necessário, pois entendemos que as mulheres tiveram um papel essencial em todo o processo de resistência, desde as atividades menos visíveis atribuídas a elas, até o ingresso em organizações de luta armada, que entendemos ser a ação combativa extrema de luta contra o regime.

O documentário “Em busca de Iara” foi roteirizado e produzido por Mariana Pamplona, que, além de mulher, cineasta e produtora audiovisual, é sobrinha de Iara (nascida em 1971, mesmo ano da morte da tia). O diretor é Flavio Frederico, esposo de Mariana e coproprietário da *Kinoscópio*, empresa produtora de filmes situada em São Paulo. O documentário, produzido em 2013, foi lançado nacionalmente no começo de 2014, ano em que se completaria os cinquenta anos do Golpe de 1964. Trata-se de uma produção emblemática, mas não a única.⁴²⁷

Além deste documentário, Mariana Pamplona e Flávio Frederico trazem no currículo cinematográfico produções como “Boca” (2010) – filme autobiográfico sobre um dos maiores bandidos paulistanos nas décadas de 1950 e 1960, Hiroito de Moraes, o “Rei da Boca” – e “Em um mundo interior” (2017), a respeito do cotidiano de crianças brasileiras, de diferentes regiões e classes sociais, acometidas de transtornos do espectro do autismo⁴²⁸. Como poderemos perceber, “Em busca de Iara” é uma proposta de documentário bem definida, tanto no contexto histórico, quanto no afetivo.

⁴²⁶ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p. 20.

⁴²⁷ Desta mesma “safra”, podemos indicar “Retratos de Identificação” (Dir. Anita Leandro), sobre os retratos fotográficos de quatro militantes de organização de luta armada presos, torturados e dois deles, mortos e “A Mesa Vermelha” (Dir. Tuca Siqueira), que retrata as histórias de 23 ex-presos políticos sobre a convivência nos presídios masculinos pernambucanos durante a ditadura civil-militar.

⁴²⁸ Além deles, os dois cineastas produziram em 2019 o documentário “Rumo”, que retrata a trajetória do grupo musical de vanguarda surgido em São Paulo na década de 1970 que mesclava experimentalismos no tratamento dos arranjos e composições com a tradição histórica da música popular brasileira. Entre os membros, os mais conhecidos são: Luiz Tatit, Ná Ozzetti e Paulo Tatit. Maiores informações, no site do grupo.

Uma característica primordial desta produção fílmica diz respeito ao uso de fontes documentais (recortes de jornais, fotografias, laudos médicos) e trechos de outro documentário⁴²⁹ que permitem ao espectador ter um acesso ampliado sobre questões políticas caras ao período da ditadura no país.

Porém, “Em busca de Iara” tem um elemento condutor bastante específico, embora imerso numa problemática geral: uma batalha pela memória – levada a cabo pelos familiares – em torno da verdade sobre a morte (e a vida) da jovem militante. A partir de memórias de familiares, amigos e companheiros de militância política, descortina-se uma longa jornada de desconstrução da narrativa “oficial” legitimada pelo Estado em torno do “suicídio” de Iara.

Ao lado deste fio condutor, emerge uma busca paralela: sobrinha de Iara, Mariana não conheceu pessoalmente sua tia, mas, de acordo com relatos, ela sempre esteve presente em sua memória. Assim, a sobrinha fez do documentário não apenas um modo de tornar (ainda mais) presente uma “ausência” (Iara), mas também deixa entrever uma continuidade da luta contra o autoritarismo (para Iara, interrompida precocemente).

Como surgiu a proposta de produzir “Em busca de Iara”? Em entrevistas, Mariana Pamplona apontou que a ideia principal da produção de um filme sobre a história de Iara iniciou a partir do momento em que realizou-se a cerimônia de sepultamento dos restos mortais de Iara, em 2006, após vir a público um laudo médico que desmontava completamente a versão “oficial” de que Iara teria cometido “suicídio”. No laudo de exumação, a equipe médica comprovou que Iara não cometera suicídio, e sim que fora assassinada por agentes da repressão durante a chamada “Operação Pajussara”⁴³⁰, ocorrida em Salvador. Mas não apenas por esta razão.

Além de sobrinha de Iara e co-proprietária de produtora audiovisual, Mariana Pamplona desenvolveu uma dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), intitulada “Clandestina, a vida de Iara Iavelberg em dois roteiros”, defendida em 2009 sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Fernando Passos da Conceição.

Nesta dissertação, Pamplona pretendia produzir dois roteiros fílmicos, um baseado numa narrativa de ficção – explorando “*a intersecção de múltiplas representações*” em torno de Iara (da menina nascida em família judaica até a mulher militante na luta armada e seu

⁴²⁹ Trata-se de “Universidade em Crise” (1965), de Renato Tapajós

⁴³⁰ Será situada e contextualizada mais à frente.

relacionamento com Lamarca) – e outro na modalidade documentário, intitulado “Suicídio?”, que objetivava desconstruir a versão do regime e investigar “*as reais circunstâncias de sua morte*”.⁴³¹

Como percebemos, Mariana uniu as duas frentes na produção de “Em busca de Iara”. Porém, o viés documentário ganhou um certo peso de reconstrução “histórica” no campo audiovisual, pois, de acordo com ela:

Todos os livros sobre este tema publicados até hoje (que foram na sua grande maioria escritos nos anos 80), não fazem uma investigação detalhada sobre a morte da guerrilheira. E mais: de acordo com estas publicações, Iara se suicidou; fato que não é compatível com o recente resultado da exumação de seu corpo. Como exemplo destas publicações estão os livros: Lamarca, de Emiliano José; Iara, de Judith Patarra; e A Ditadura Escancarada, de Elio Gaspari; no qual apesar do autor de maneira sutil não se comprometer com a versão de suicídio, ele confirma a versão da ditadura ao aceitar a história de um suposto garoto que encontra Iara em um quarto. Também no filme Lamarca, de Sérgio Rezende, a personagem de Iara (Clara) comete suicídio.⁴³²

Sobre a militância de Iara e as narrativas em torno sua morte, existe uma literatura específica – casos de Judith Patarra⁴³³ e Elio Gaspari⁴³⁴, mas também em Araújo et al.⁴³⁵ – que explorou e analisou a questão do “suicídio”, e, nela, permanece muito forte a versão oficial divulgada pelo regime como a “verdadeira”. Mesmo no conhecido filme “Lamarca” (1994), dirigido por Sérgio Rezende, a tese do suicídio da militante é aceita.⁴³⁶

Mas, a despeito deste problema identificado por Mariana, fato é que existem inúmeros textos em jornais, sites e blogs, além de um conjunto de publicações acadêmicas (incluindo a dissertação de Mariana) que tem procurado desconstruir a tese veiculada pelo regime e traspasada para o período de transição democrática.

De fato, existem outras publicações que não apenas questionam as reproduções do discurso oficial do regime a respeito da morte de Iara (caso de Patarra), mas, principalmente, visam promover reflexões e debates sobre a condição e o protagonismo femininos e as

⁴³¹ PAMPLONA, Mariana. **Clandestina, a vida de Iara Iavelberg em dois roteiros**. Dissertação: Mestrado em Multimeios. Campinas: Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, 2009. p. 9.

⁴³² *Ibidem.*, p. 10.

⁴³³ PATARRA, J. Iara. **Reportagem biográfica**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

⁴³⁴ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**, São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2002.

⁴³⁵ ARAUJO, Maria do Amparo et al. (Org.). **Dossiê dos mortos e desaparecidos** ... op. cit., 1995.

⁴³⁶ Em exemplos como o de Patarra, temos um problema maior: ao lado da legitimação da versão “oficial” (suicídio), existe um triplo exagero: na visão martirizadora e heroicizada de Iara, no uso da narração em primeira pessoa e o método de “romancear” a biografia histórica de Iara. Tais procedimentos levam a confundir o leitor sobre qual é a “verdadeira” Iara – “*quem está falando: trata-se da biografada ou da biógrafa?*”, questiona a autora de um recente trabalho. (NASCIMENTO, 2018, p. 04).

situações-limite colocadas pelo conservadorismo masculino no interior da esquerda revolucionária e de luta armada, tomando a figura de Iara como paradigmática no rompimento de padrões sociais⁴³⁷. Pois, como afirma Sônia Brandão:

Entre uma coisa (nascimento) e outra (morte) Iara rompeu com todos os padrões possíveis, questionando valores à direita e à esquerda: casou-se e desquitou-se muito jovem, entrou na universidade (numa comunidade onde as mulheres são educadas para o casamento), engajou-se no movimento estudantil logo no início da ditadura militar quando começava o curso de Psicologia na USP e como professora do Centro Acadêmico da Maria Antonia que oferecia um pré-vestibular e ao mesmo tempo arregimentava mais militantes para a luta política, saiu com os homens que desejava, questionou o machismo, o falso moralismo, foi exuberante nas relações sociais e sempre, sempre muito elegante e bonita (porque para ser clandestina e guerrilheira precisava-se ser desleixada e de mau gosto?, declarou várias vezes).⁴³⁸

Todavia, voltemos ao contexto de produção do documentário. Em entrevista ao programa “Metrópolis” (TV Cultura), no dia 31 de março de 2014, Pamplona e Flavio Frederico (diretor, co-produtor e marido de Mariana) apontaram particularidades da produção cinematográfica. Separamos abaixo, alguns trechos que reforçam, em parte, o dito acima, e auxiliam na análise da nossa pesquisa, em especial a narrativa de Mariana, que fala sobre o surgimento da ideia de construir o documentário. Ela afirmou que partiu

[...] do enterro dos restos mortais de Iara... quando soubemos que teria essa cerimônia, nós resolvemos filmar... e... foi muito forte... tanta pra mim quanto para o Flávio essa filmagem... desse momento. Então a partir desse material... desse momento... a gente falou... nossa... vale a pena a gente fazer o filme. [...] Minha família ficou durante muitos anos... né... numa luta judicial para conseguir desenterrar... tirar a Iara da ala dos suicidas... primeiro fazer uma exumação... em primeiro lugar exumar para saber o que de fato aconteceu... né... como que se deu... ela foi assassinada? Foi suicídio? Ou o que aconteceu? Então a família... [...] a versão oficial era de suicídio... né... então a família queria exumar o corpo da Iara pra saber o que de fato aconteceu... e então o cemitério não queria liberar esse fato... né...essa exumação... [...] Todos os livros estão desatualizados... todos eles fecham com a versão do suicídio... então o filme nesse sentido ele contribui com uma nova leitura... né... do que de fato aconteceu com a Iara... e uma coisa importante a se dizer é o seguinte: para a família essa coisa de exumar o corpo... era muito mais uma questão política do que religiosa... né... é claro que a mudança física... do fato do corpo da Iara... dos restos mortais da Iara saírem da ala dos suicidas e serem enterrados na ala comum tem um significado... mas é um significado pra minha família, muito mais político do que religioso. [...] a gente deu um depoimento lá (Comissão da verdade) ... eles chamaram a gente... eles tinham ideia... porque o

⁴³⁷ BRANDÃO, Sônia. É preciso estar atento e forte: desafios na curta trajetória de Iara Iavelberg. **Cordis: Mulheres na História**, São Paulo, v. 12, n. 12, p.167-184, jan. 2014. Semestral. Disponível em: <file:///C:/Users/Asus/Downloads/21939-56273-1-SM.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020; NASCIMENTO, Juliana M. do. Guerrilheiras, biografias e memória: a construção da figura da mulher militante nos ciclos de memória sobre a ditadura – o caso de Iara Iavelberg. In: **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História ANPUH-RJ – “História e Parcerias”**. Rio de Janeiro, UFF, 23 a 27 de julho de 2018, pp. 01-12.

⁴³⁸ *Ibidem.*, p. 172.

Munhoz... o Doutor Munhoz, ele foi o médico legista que fez o laudo... né... e nesse laudo fica provado que a Iara não se suicidou... mas o filme é muito mais do que mostrar só o resultado do laudo... ele vai atrás de quem era a Iara... e ele reconstrói os últimos momentos da Iara com o Lamarca... como foi em detalhes... como foi a viagem deles para a Bahia... e a gente pega depoimentos de diversos militantes, são diferentes pontos de vista daquela situação... então o filme é muito mais do que só ficar provando que ela não se suicidou...[...] primeiro lugar que era uma pessoa muito querida a Iara...eu fiquei impressionada como todo mundo gostava da Iara... todo mundo amava a Iara...era uma pessoa amada pelos amigos, pela família... uma pessoa alegre, de alto astral... assim... calma... muito interessada por arte, por literatura, por cultura... amiga de muitos artistas, como Flavio Império... ela gostava de teatro, de cinema...[...] Foi um amor que não conseguia muito se concretizar... né... porque eles não podiam ficar muito tempo juntos...né... tinham que ficar escondidos em aparelhos... então era uma coisa complicada... eles trocavam cartas, mas as cartas demoravam para chegar... porque iam para o Rio... iam para não sei aonde... então era um amor difícil... tenso mas difícil...[...] (0:48)

Mariana expõe nesta entrevista detalhes importantes sobre o “pano de fundo” da produção de “Em busca de Iara”. Em primeiro lugar, ela diz que o “insight” para um filme deu-se quando “[...] *do enterro dos restos mortais de Iara... quando soubemos que teria essa cerimônia*”, e resolveram – Flávio e ela – iniciar algumas filmagens. Relata o peso de filmar esse momento (que, como veremos, aparecerá somente ao final do documentário) e o quanto ele foi fundante na decisão de elaborar um roteiro e produzir o filme (“*Então a partir desse material... desse momento... a gente falou... nossa... vale a pena a gente fazer o filme*”).

Tal momento encontra-se relacionado também à luta histórica da família desde o contexto em que foi comunicado a morte “oficial” de Iara, em 1971, até o enterro dos restos mortais, em 2006, na qual um misto de indignação e sofrimento – além da perda física – estava associado diretamente às mentiras retóricas e às condições impostas pelo regime para o sepultamento do corpo da militante. Mas também, ao final do trecho citado, quando Mariana fala da surpresa ao saber, durante os depoimentos filmados com familiares e amigos, que, de um lado, “[...] *todo mundo amava a Iara...era uma pessoa amada pelos amigos, pela família...*” e, de outro, descobrir na história pessoal da tia “*uma pessoa alegre, de alto astral*”, além de uma mulher culta, posto que “*muito interessada por arte, por literatura, por cultura [...] gostava de teatro, de cinema...[...]*”

Em segundo, ela retoma parte da crítica tecida na dissertação, quando afirma que “*Todos os livros estão desatualizados... todos eles fecham com a versão do suicídio...*”, e aponta para o objetivo central do roteiro do documentário – desconstruir o peso da memória da versão “oficial”. Mas, eis que surge um novo elemento de contexto de produção: a batalha para conseguir exumar os restos mortais e todo o processo doloroso até conseguirem chegar a

uma nova versão sobre as circunstâncias de sua morte, constatada a improbabilidade de suicídio, tinha um significado para a família de que *“era muito mais uma questão política do que religiosa...”*.

E, em terceiro, a partir de depoimentos de vários ex-militantes de organizações de luta armada (como Cid Benjamin), ultrapassar – sem abandonar – o debate sobre o suposto “suicídio” de Iara e estabelecer uma relação estética e política entre o roteiro do documentário e a versão feita para “ficção”, na medida em que *“ele (filme) vai atrás de quem era a Iara... e ele reconstrói os últimos momentos da Iara com o Lamarca... como foi em detalhes... como foi a viagem deles para a Bahia...”*, de modo a enfatizar que o objetivo de “Em busca de Iara” seria *“muito mais do que só ficar provando que ela não se suicidou...”*.

Uma semana antes, no dia 24 de março de 2014, em entrevista ao Bandnews TV, Mariana Pamplona falou a respeito da estreia do documentário nas salas de cinema (que ocorreria no dia 27 de março). Na conversa, ela ressaltou algumas das especificidades da produção cinematográfica ao dizer:

[...] o filme não é só o resultado de um laudo... né... ela não se suicidou! O filme é muito mais do que isso... porque ele faz um resgate histórico, através de documentos, através de fotos, imagens... ele conversa com vários depoentes e mostra diferentes pontos de vistas, daquela situação [...] Ele é conclusivo no sentido em que ele... a Iara não se suicidou... isso é fato! Mas o filme também... ele abrange um período... ele recupera um pouco... aquela efervescência cultural... e tal...[...] (8:13 – 8:46)

Tomando por base esta entrevista, percebemos que a roteirista e produtora do filme mostra que o sentido do documentário vai além de provar as circunstâncias da morte de Iara Lavelberg: a produção filmica propõe um “resgate histórico”, por meio de pesquisa investigativa – documentos, fotografias, depoimentos orais – que foi estruturada para a elaboração do roteiro deste documentário.

Assim, a produção contribui não apenas para uma interpretação crítica do aparelho repressivo montado pela ditadura militar no país, como também propõe a reconstruir um outro “olhar” sobre Iara e do período ao qual ela atuou como estudante de Psicologia na USP e militante em várias organizações de luta armada.

Contudo, não foram só em entrevistas para jornais e emissoras de televisão que Mariana Pamplona e Flávio Frederico externaram sobre os motivos que os levaram a realizar “Em busca de Iara”. Os dois foram convocados a depor e participaram dos trabalhos da “Comissão Nacional da Verdade”, em 04 de março de 2013, quando da retomada do processo

jurídico e médico envolvendo a morte de Iara. A seguir apresentamos alguns pontos narrados por Mariana na Comissão:

Eu sou a Mariana, filha da Rosa Iavelberg, que era irmã caçula da Iara. Eu não conheci a minha tia... porque... minha mãe estava grávida de três meses, quando ela enterrou de maneira muito triste a irmã dela... o caixão veio lacrado... pouquíssimos familiares presentes... polícia por todo o lado... minha mãe tem uma lembrança muito triste desse dia... e ela estava grávida de mim. Então eu nasci sete meses depois... fiquei muito ligada à minha avó, que nunca se recuperou dessa perda... nunca se recuperou da perda da filha, que ela amava demais... meu avô também... meus tios que estavam exilados também... foi uma perda assim... não tem o que... meus tios que estava exilados também... foi uma perda assim... não tem o que... possa ser feito que traga a vida da Iara de volta... então a gente faz o que a gente pode... todo mundo aqui está fazendo o que pode... mas a dor dos familiares... essa dor vai ficar para sempre... não tem jeito. Então eu e o meu marido, o Flávio, a gente (tem) uma produtora de cinema que se chama Kinoscópio, e a gente decidiu a sete anos atrás, fazer um documentário sobre a... a princípio seria como que a ditadura fez para encobrir essa versão... e qual seria a nova versão e quais seriam as circunstância da morte da Iara... então o filme se focaria mais na parte da viagem do Lamarca para a Bahia... tentando refazer esse percurso nos mínimos detalhes... e aí todos os detalhes de como aconteceu a morte dela. Então enquanto a gente ia construindo essa nova versão... a gente iria destruir a versão dada pelos militares. Só que esse processo foi muito longo... a gente ficou sete anos colhendo muitos depoimentos... então a gente percebeu que precisava falar um pouco sobre a vida da Iara... quem era a Iara? Quem foi a Iara? Os amigos de juventude da Iara? ... então o filme virou uma coisa um pouco maior do que só se focar nesta questão da morte, do assassinato dela... que também é importante porque, por incrível que pareça, muita gente ainda acha que a Iara se suicidou... é incrível... até a Folha de São Paulo, há pouco tempo atrás, publicou uma matéria depois que o laudo já tinha sido... inclusive, depois que o laudo já tinha sido exposto para a imprensa e tal... publicou uma matéria que era sobre o Lamarca, sobre a questão se a mulher deveria ou não receber a indenização... tinha uma pequena materiazinha sobre que foi a Iara, e nessa materiazinha dizia que ela tinha se suicidado... então até... muita gente ainda duvida que ela tenha sido morta. Então nosso filme vai um pouco nessa direção... pegando testemunhas e tal... não só... tem o Dr. Munhoz que participa do filme... que é importantíssimo... porque ele reconstitui pra gente toda essa... ele dá essa aula aqui... né... no filme. Mas a gente tem também o depoimento de muitas outras pessoas... inclusive a Dona Shirlei que era a antiga moradora do apartamento onde a Iara morreu... e ela disse que entrou lá, e ela viu outros tiros... não só esse tiro... mas ela viu outros tiros no teto... e este depoimento está presente no filme também... assim como outros depoimentos... o depoimento da Mariluci, que conta que ouviu... que foi entrevistar logo depois do... que o cerco... que logo depois do cerco, ela foi fazer uma entrevista, e conseguiu falar com uma vizinha... que tinha ouvido os gritos da Iara, de rendição... a Mariluci escutou dessa vizinha os gritos da Iara; Eu me rendo... eu me entrego... pedindo enfim para se entregar. E outros depoimentos importantes que vão destruindo a versão dada pelo regime militar, para a versão de suicídio... (10:36 - 15:28)

Logo no início do seu depoimento, percebemos que Mariana situa sua própria vida no seio familiar dos Iavelberg e a (ausência de) relação com Iara.

Filha de Rosa Iavelberg, irmã caçula de Iara, Mariana não conheceu a tia⁴³⁹ – pois, quando de sua morte, a mãe estava grávida de sete meses. Na sequência, alude a dor e o sofrimento vivido pela mãe/irmã, Rosa, com alguns familiares, ninguém podendo ter contato com o corpo Iara e, pior, cercados por policiais: “[...] *quando ela enterrou de maneira muito triste a irmã dela... o caixão veio lacrado... pouquíssimos familiares presentes... polícia por todo o lado... minha mãe tem uma lembrança muito triste desse dia...*”. Esta imagem de dor e sofrimento relatada por Mariana encontra-se curiosamente com o seu nascimento: “*ela (mãe) estava grávida de mim*”.

Neste depoimento – mencionado em trecho da entrevista feita para o programa “Metrópolis” (páginas atrás) – ela também relata e reforça o contexto histórico de produção de “Em busca de Iara” já descrito e analisado anteriormente, mas, em nosso entender, contendo alguns detalhes a mais.

Assim, envolvendo o sofrimento e a dor da família misturado com o sentimento de indignação e impunidade (presente depois do trágico evento e atingindo a trajetória de Mariana), a proposta de um documentário nasceu “[...] *a princípio seria como que a ditadura fez para encobrir essa versão (do assassinato) ... e qual seria a nova versão e quais seriam as circunstâncias da morte da Iara...*”. Enfim, trata-se de um filme denunciante em busca de uma nova versão da morte. Porém, e aqui está um detalhe, este objetivo inicial ficaria mais circunscrito “*na parte da viagem do Lamarca para a Bahia... tentando refazer esse percurso nos mínimos detalhes... e aí todos os detalhes de como aconteceu a morte dela*”. Uma produção menor, talvez um curta metragem.

Ocorre que, segundo Mariana, “*esse processo (de investigação e filmagem) foi muito longo... a gente ficou sete anos colhendo muitos depoimentos...*”. E, à medida que eles iam confrontando a “versão dada pelos militares” – legitimada por órgãos da grande imprensa, como em matéria publicado pelo jornal “Folha de São Paulo”⁴⁴⁰ – com os depoimentos de familiares, ex-militantes e outras pessoas que conheceram Iara (particularmente na Bahia), o

⁴³⁹ Aqui repetimos a informação para realizar um complemento informacional: Mariana não tem o sobrenome “Iavelberg” por questões de medo e insegurança vividos por seus pais, quando do seu nascimento.

⁴⁴⁰ Não se tratava de uma matéria sobre Iara, mas que, em determinado trecho – envolvendo Carlos Lamarca e uma questão indenizatória – “*tinha uma pequena materiazinha sobre que foi a Iara, e nessa materiazinha dizia que ela tinha se suicidado... então até... muita gente ainda duvida que ela tenha sido morta*”. De qualquer modo, falar em “Folha de São Paulo” significa destacar uma empresa midiática que apoiou o Golpe de 1964 e que, há dez anos, em um editorial afirmou que a ditadura brasileira teria sido uma “ditabranda”...

objetivo de “destruir” a tese do suicídio intensificava (pois, *“por incrível que pareça, muita gente ainda acha que a Iara se suicidou... é incrível...”*).

Deste volume de depoimentos e cenas filmadas, acrescidos de pesquisas investigativas em fontes documentais de época – além, é claro, da força significativa que o “suicídio” na memória do regime – foi que Mariana (ao lado de Flávio) chegou a conclusão de que seria necessário fazer toda uma reconstrução “histórica” (fílmica) da vida da militante: *“Só que então a gente percebeu que precisava falar um pouco sobre a vida da Iara... quem era a Iara? Quem foi a Iara? Os amigos de juventude da Iara? ... então o filme virou uma coisa um pouco maior do que só se focar nesta questão da morte, do assassinato dela...”*.

É sobre essa “coisa um pouco maior” – sem perder de vista a “questão da morte” – que passaremos a tratar agora.

3.2. “Em busca de Iara” no filme

3.2.1. A exumação do corpo

A luta dos familiares de Iara Iavelberg, pela veracidade dos fatos de sua morte, perdurou desde meados de 1996. O processo pleiteado pelos familiares, tendo como representante Raul Iavelberg, à “Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos” (CEMDP), que investigava e solicitava esclarecimentos de mortos e desaparecidos durante a ditadura no país, foi indeferido em primeira instância pela CEMDP, em 05 de maio de 1998, segundo Santos (2008, p. 170) “pela ausência de provas concretas”.

Em 1996, o Programa Shalon Brasil – TV Shalon, apresenta uma reportagem, com a seguinte narração: “1971 morria Iara Iavelberg, vinte e cinco anos depois a família quer exumar o corpo de Iara, para apurar a veracidade dos fatos”. Na sequência da matéria, ouvimos o depoimento de Rosa Iavelberg, irmã de Iara:

Que ela estaria num apartamento... num aparelho na época, que seja chamava na Bahia... e que esse apartamento foi invadido pela polícia... e que nessa invasão a minha irmã teria conseguido fugir desse apartamento e pular pela área de serviço, para o apartamento vizinho e se esconder num quarto de empregada... e que um rapaz que morava nesse apartamento, e que inclusive já estava lá embaixo... voltou para o apartamento para pegar uma coisa que ele havia esquecido... e que aí ele ouviu tosse... provavelmente provocada por fumaça, por gás lacrimogênio... tal... e que ele desceu e avisou que tinha alguém ainda lá em cima. Que então a polícia

subiu, e na versão oficial eles pediram que ela se rendesse... que ela colocasse as mãos no vidro e se rendesse... e pela versão oficial, foi nesse momento que ela se deu um tiro e que eles ainda levaram ela com vida pro hospital e que no caminho ela havia falecido.

“Em busca de Iara” apresenta a reconstrução da vida de Iara Iavelberg, a partir do prisma de outras vozes. A composição da produção cinematográfica, roteirizada por Mariana, que faz uma interlocução entre narrador e personagem, compondo também a parte investigativa de toda a trajetória de sua tia Iara. A família Iavelberg não se conformou com a versão oficial apresentada pelo regime. Inclusive, na narrativa de Rosa Iavelberg para o programa, depois de descrever a história contada para a família, ela diz não acreditar e que seria necessário esclarecer os fatos que realmente ocorreram com sua irmã Iara.

Um ponto que nos chama a atenção, no final de seu depoimento, onde ela conta a situação em que a polícia subiu para verificar quem estava no apartamento que o menino indicou: “... *eles ainda levaram ela com vida pro hospital e que no caminho ela havia falecido*”. Essa é uma outra versão sobre a morte de Iara Iavelberg, no documentário não tem nenhuma testemunha que relate estes acontecimentos, de acordo com a narração de Rosa. A reportagem volta a narrar: “Mas de acordo com o irmão Raul, surgiu uma nova versão”. Fala de Raul Ialverberg: “*A primeira que surgiu... que seria de um suboficial da marinha que teria declarado que ele tinha matado... que ele tinha metralhado a Iara através da porta, onde ela estava escondida realmente. E que ele tinha ficado quieto todos esses anos*”. (39:37 – 41:59)

Esta outra versão sobre a morte de Iara Iavelberg, surgiu a partir de uma entrevista que Dr. Lamartine Lima – médico legista – ex oficial da Marinha, cedeu ao jornalista Bernardino Furtado, a matéria foi divulgada no jornal O Globo, em julho de 1996. Mariana Pamplona conversa com Bernardino Furtado, que relata alguns detalhes da conversa com Dr. Lamartine, dizendo que:

[...] e daí ele me contou esta história do militar Rubens Otero... que ele atendeu num hospital militar e fez uma confidência a ele (nessa parte aparece a matéria de jornal com os seguintes dizeres: depoimentos contestam versão de que Iara Iavelberg se matou – Revelação oficial – Médico diz ter ouvido sargento confessar ter metralhado a última companheira do guerrilheiro Lamarca.) ... que ele havia tido uma participação em um episódio importante, que foi o cerco e a morte da Iara Iavelberg... [...] ... me pareceu assim como se... saiu assim... (1:00:10 – 1:01:59)

Bernardino relata que na entrevista com Dr. Lamartine, ele estava tranquilo, sem nenhum tipo de tensão por estar frente a frente com algum familiar que tenha tido alguma vítima da ditadura civil-militar na época.

Dessa maneira, a impressão que se teve no momento do relato, é que foi uma conversa descontraída e que ele se sentiu a vontade para expor este detalhe da história que envolveu a morte de Iara Iavelberg, talvez sem pensar nas consequências que este fato poderia repercutir na família dessa militante. Familiares que já se sentiam afrontados, diante de tudo que passou desde a divulgação da morte de Iara Iavelberg. Eva Iavelberg, retrato de uma mãe que busca verdade e justiça diante das circunstâncias da morte de sua filha pela ditadura militar.

De acordo com Ferreira e Bauer:

[...] o direito à verdade possui alguns desdobramentos, implicando também o direito à memória e à informação, esta fundamental, pois a memória sobre determinado acontecimento somente pode ser construída a partir do conhecimento dos fatos; e também o direito à justiça, pois a verdade implica o reconhecimento público da responsabilidade pelos crimes cometidos. Em relação ao direito à informação, ele remete diretamente à disponibilização dos arquivos da repressão.⁴⁴¹

A ditadura em nenhum momento em que esteve vigente no país, mesmo no pós-1985, admitiu um debate amplo sobre as ações ocorridas após o Golpe de 1964. Os questionamentos são respondidos com frases “padronizadas” e são sistematicamente negadas todo tipo de possíveis documentos que possam esclarecer as ações desenvolvidas pelos agentes da repressão. A reportagem apresenta o depoimento de Eva Iavelberg, mãe de Iara Iavelberg:

Reportagem: A senhora é a favor então que se faça a exumação?
Eva Iavelberg: Sou... sou... porque eu acho que é muito bão a verdade vir à tona! Pelo simples fato de você... e todos da tua geração ficarem ao par do que aconteceu naquela época de repressão. Você acha que uma mãe esquece quando perde um filho? Isso me dói e vai me doer muito enquanto eu viver...

Versar sobre memória compreende dialogar entre lembranças e esquecimentos, relatos e práticas, silêncios e gestos. Abrange sentimentos que emocionam, que remetem há vazios e feridas que estruturam um conjunto de conhecimento. No dizer de Jelin: *“Abordar la memoria involucra referirse a recuerdos y olvidos, narrativas y actos, silencios y gestos. Hay en juego saberes, pero también hay emociones. Y hay también huecos y fracturas”*.⁴⁴²

⁴⁴¹ FERREIRA, Andréa Valentim Alves; BAUER, Caroline Silveira. O acesso à informação e os direitos à memória, à verdade e à justiça: uma análise através do desaparecimento do ex-deputado Rubens Beirodt Paiva. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). **Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a história Recente**. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 251-263. p. 254.

⁴⁴² JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002. p. 17.

FIGURA 17 – EVA IAVELBERG



FONTE: Em busca de Iara (2014, 41:34)

Uma mãe nunca espera que vá perder um filho - a “lei natural é que os pais morram primeiro” – ainda mais em uma situação de violência, de maneira cruel e sendo tratada como “criminosa/comunista”, como foi o caso de Iara Iavelberg. Eva Iavelberg, sente na pele “indignação, o vazio e o sofrimento causado pela perda” de sua filha. No entanto, o que impulsiona essa mãe a continuar a luta por Iara Iavelberg, é o desejo que nenhuma mãe (familiar) viva a dor da incerteza e falta de respostas, as consequências e traumas familiares e o sentimento de impotência diante da falta de verdade e justiça.

O movimento de familiares dos mortos e desaparecidos políticos, vítimas do regime militar, se articulam, pressionando órgãos do Estado, exigindo políticas que contemplem políticas de memória. Anseiam ações que avancem em medidas de investigação, apuração e responsabilização de todos os crimes cometidos na ditadura militar no país. Uma lei muito importante para o coletivo que luta por verdade e justiça em nome das vítimas do regime militar, é a Lei 9. 140/95⁴⁴³, que no dizer de Santos articula alterações no ano de 2003:

Essas articulações resultaram na Medida Provisória 176/2004, que antecedeu a lei 10875/2004, que estabeleceu condições para o reconhecimento de responsabilidade do Estado nos casos de pessoas mortas em *“repressão policial sofrida em manifestações públicas ou conflitos armados com agentes do poder público (...) e os suicídios cometidos na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas*

⁴⁴³ Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. (BRASIL, 1995)

psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público”.⁴⁴⁴

Deste modo, ampliou-se a perspectiva de novos processos serem examinados pela CEMDP, além de viabilizar uma nova análise dos casos que foram indeferidos em um primeiro momento. O caso de Iara Iavelberg foi contemplado por essa alteração na legislação, sendo analisado e deferido pela CEMDP em 1 de dezembro de 2004, sendo utilizado o critério da legislação que considera a previsão de indenização para casos de suicídio.

O documentário inicia com uma filmagem a partir do ano de 2003; ano que começou a germinar em Mariana Pamplona, a intenção de construir um projeto cinematográfico, que tivesse como base a história de sua tia Iara Iavelberg. Esse registro refere-se ao processo de exumação dos restos mortais de Iara, solicitado anos antes por via judicial. A imagem mostra um cemitério, e logo após aparece uma lápide com os seguintes dizeres: *Iara Iavelberg*.

Nessa filmagem, que retrata o processo de exumação do corpo de Iara, aparecem várias pessoas ao redor da sepultura, um homem abrindo o túmulo com uma picareta. Ao fundo, ouvimos um som de suspense e efeito de barulho de tiro (0:40 – 0:56), recurso utilizado para problematizar a morte da jovem militante na medida em que, segundo as próprias palavras de Mariana, no laudo oficial militar (e em várias outras narrativas) consta o “suicídio” como causa da causa de Iara.

O som que encerra esta cena possui um significado emblemático para a construção de toda a trama do documentário, na medida em que o mesmo tiro que pôs um fim a vida de Iara, em contrapartida, pode ser visto enquanto o início de uma nova história a ser contada sobre sua morte (a contestação do suicídio). Neste sentido, o efeito do uso de arma de fogo na morte da militante tem a pretensão de enfatizar práticas de ocultação e/ou omissão e de verdades não contadas.

Por sua vez, o clima de suspense parece-nos dizer “*o que vamos descobrir com a exumação?*”: na ocasião da morte de Iara Iavelberg, militares comunicaram a família da necessidade do reconhecimento do corpo, que estava em Salvador, e além do comunicado, especificaram que não poderia ser feita uma cerimônia de sepultamento aberta para toda a família e amigos. A recomendação era que deveria ser um momento rápido e com acesso de

⁴⁴⁴ SANTOS, Sheila Cristina. **A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e a reparação do Estado às vítimas da Ditadura Militar no Brasil**. Dissertação (Mestrado - Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008. p. 167.

poucas pessoas. Segundo depoimento de Rosa Iavelberg, a comunicação da morte de Iara Iavelberg, foi da seguinte maneira:

Eu estava na Rua Augusta indo para uma loja comprar tecido... eu me lembro muito bem, e eu escutei pelo rádio a notícia... foi terrível... [...] É... eles foram para a Bahia reconhecer e buscar o corpo. Então eu que fiquei aqui... esperando... eu recebi um telefonema da polícia, e eles falaram: não ir ninguém viu benzinho! Uma coisa muito agressiva, muito fria, muito perversa. E nós fomos seguindo o carro com o corpo... e nós em outro camburão, eu o vovô e a vovó... eles deixaram ir alguns poucos familiares. Então lá eles abriram um vitrozinho só para a gente ver... que a parecia só o rosto dela... a gente não viu o corpo... já estava muito deformada. o enterro foi rápido... revoltante pra gente... porque os policiais, não tinha família para carregar o caixão... uma coisa muito indesejada pela gente isso... (no decorrer desta fala aparece os seguintes dizeres: Recentemente foi inaugurado o túmulo da epígrafada em cemitério Israelita. Agentes presentes ao ato, informaram que não houve nada digno de registro.). A gente teve que passar por isso. (1:17:41 – 1:19:03)

De acordo, com Rosa Iavelberg, a comunicação da morte de Iara Iavelberg, foi dada de maneira muito cruel; no telefonema, foi feita uma advertência, para que não avisassem para muitas pessoas, mesmo que fossem da família. Não permitiram que a família tivesse acesso ao corpo de Iara.

No velório, como já mencionado no começo do capítulo, a despedida foi em um caixão lacrado, com uma “janelinha” onde conseguiam ver parte do seu rosto. No entanto, Rosa observa que o corpo aparentava um estado de deformação avançado, indicando a demora para a divulgação da morte de irmã e militante.

Mais de trinta anos depois, até o momento em que conseguiram que a justiça (em parte) fosse feita, a família pôde finalmente preparar uma cerimônia digna para Iara. Nesse contexto de que a “justiça foi feita”, a família de Mariana não vivenciava mais o medo imposto pelos agentes da ditadura militar em 1971: havia um clima de “superação” e de um novo recomeço. O processo de exumação dos restos mortais de Iara, significou um momento de afirmação e de reivindicação humana de Iara Iavelberg como mulher, militante, protagonista e morta tragicamente num período funesto de nossa História.

FIGURA 18 – PAIS DE IARA IAVELBERG – RECONHECENDO SEU CORPO NO IML DE SALVADOR



FONTE: Em busca de Iara (2014, 22:46)

Mas também essa afirmação e reivindicação de uma “outra” história de Iara aparece em cena posterior do documentário, na qual vemos uma reportagem que mostra fotografias de Iara Iavelberg e, posteriormente, imagens de Carlos Lamarca. Esta cena procura apresentar a figura de Iara atrelada a de Lamarca, haja visto que ele era o “*capitão do exército que desertou para organizar grupos guerrilheiros*”. A relação – explorada pela reportagem – é reproduzida no documentário:

Iara Iavelberg, morreu aos vinte e sete anos, em um cerco das forças de segurança em Salvador, era companheira de Carlos Lamarca. O capitão do exército que desertou para organizar grupos guerrilheiros. A versão oficial de que Iara teria se matado para não ser presa, não é aceita pela família. (1:16 – 1:33)

Contrapondo-se, em parte, a uma construção hierarquizada entre a posição do homem e da mulher na militância política, “Em busca de Iara” tenta desmistificar a “exclusiva ligação da militância” de Iara Iavelberg com a de Carlos Lamarca, não a ponto de esquecer o relacionamento que os dois tinham, mas, mostrar uma Iara ativa e militante, de relativa independência e de personalidade forte, protagonizando de maneira particular a luta e que ela protagonizou um papel importante na resistência contra a ditadura.

Voltando a questão da morte, na produção fílmica é exibida uma reportagem em uma televisão, trazendo a imagem de um túmulo com os escritos IARA IAVELBERG – NASCEU 7-8-1944 MORREU 20-8-1971. Trata-se de uma reportagem do Jornal Nacional – TV

GLOBO, contendo a seguinte legenda: *“Iara Iavelberg foi enterrada aqui a há 32 anos, a exumação é uma oportunidade de os três irmãos saberem a verdade”*. (0:57 – 1:05). Rosa Iavelberg, irmã de Iara, em depoimento no momento em que estavam retirando os restos mortais de Iara da sepultura para a exumação, disse à câmera: *“É um fato histórico, além do que, é a história de vida dela, não é ... que precisa ser contada, bem contada”*. (1:06 – 1:15)

O depoimento de Rosa simboliza um doloroso caminho percorrido por muitos familiares de mortos e desaparecidos políticos do período da ditadura militar, percurso de investigação e pesquisas, com o intuito de comprovar a responsabilidade do Estado, diante dos horrores executados por agentes que compunham as equipes de repressão no país. De acordo com Santos:

Décadas após o golpe de 1964 e das arbitrárias ações decorrentes desse regime, o governo brasileiro possibilitou um reencontro parcial com os fatos que envolveram as mortes e os desaparecimentos de opositores durante os 21 anos de ditadura no país, promulgando a Lei 9.140/95, que visa à reparação financeira às famílias das vítimas e também moral a todos aqueles que foram atingidos pela violência do Estado na época.⁴⁴⁵

A autora enfatiza que a “Lei dos desaparecidos” não observava as pessoas que “são” consideradas desaparecidas políticas, tendo uma atuação parcial nas necessidades dos familiares que buscam restos mortais de seus entes.

A luta dos familiares por respostas e justiça é o que impulsiona estas ações contra o Estado brasileiro, fruto da pressão a contar da década de 1970, quando iniciaram as denúncias das arbitrariedades da ditadura, e também a partir da promulgação da Lei da Anistia, em 1979, já detectando problemas na elaboração, conseqüentemente não atendendo as necessidades solicitadas; dessa maneira, ações dos movimentos de familiares de mortos e desaparecidos, possibilitaram algumas iniciativas de “reparação” aos familiares por parte do Estado.

Segundo Kucinski: *“Lentamente, as buscas isoladas de familiares, amigos e companheiros dos desaparecidos foram convergindo e assumindo a forma de luta coletiva”*⁴⁴⁶, como o caso do *“Movimento de Mulheres pela Anistia”*⁴⁴⁷. As resistências e lutas dos familiares ganharam outras dimensões que foram se intensificando a cada obstáculo que o Estado impunha na intenção descarada de ocultar informações.

⁴⁴⁵ Idem., p. 85.

⁴⁴⁶ Ibidem.

⁴⁴⁷ Ver ZERBINE (1979), mencionada no capítulo 1.

Uma estratégia usada pelo Estado no regime ditatorial foi a construção de laudos oficiais dúbios, como por exemplo, certidão de óbito e textos direcionados a imprensa em geral. Com o intuito de desaparecer com seus oponentes, agentes da repressão, forjavam versões de crimes, intencionando desaparecer com a militância, eximindo assim o próprio Estado de toda a responsabilidade pelos atos de violência e repressão.

Rosa Iavelberg, segue com seu depoimento, expondo o prisma da família sobre a morte de Iara, na reportagem produzida no ano de 2003: *“Não existe nenhuma prova concreta para a família que pudéssemos fazer acreditar, que ela se matou”* (1:34 – 1:40). A interlocução de Rosa, aponta para uma das justificativas, que impulsionaram a solicitação de exumação do corpo de Iara. A luta dessa militante não deixou vestígios de desânimo ou vontade de desistir, pelo contrário, no decorrer dos testemunhos vamos constatando, que ela acreditava muito na luta, e tinha o sonho de recuperar o país das mãos da ditadura e construir uma sociedade mais justa; esse desejo era maior do que qualquer obstáculo.

A matéria jornalística segue sua narrativa: *“Além da angústia da dúvida, uma questão religiosa, pelo judaísmo quem se mata é enterrado no setor separado do cemitério, numa terra não consagrada pelos rabinos”* (1:40 – 1:50). O Rabino Shamaí Ende explica de maneira sucinta a questão do suicídio para o judaísmo:

[...] uma pessoa que se acha no direito de tirar a sua alma, ele está colocando o fim no objetivo da sua vida... por isso ele realmente é desconsiderado um judeu normal... por isso ele não é enterrado no cemitério judaico com todo mundo... ele é colocado em lugar separado... em lugar onde pessoas que não cumpriram a lei judaica de forma revoltosa, são colocados lá... isso é chamado o lugar atrás do cemitério... atrás do paredão. Vale a pena notar que para a lei judaica, só é considerado suicídio de uma pessoa que fez esse ato de livre e espontânea vontade com a cabeça fria, e sua escolha de vida... isso que é considerado uma proibição da Tora. Agora uma pessoa que tinha uma doença psicológica, estava numa depressão profunda ou ele tinha problemas, dívidas grandes que tirou ele do sério e levou a cometer o suicídio... para a lei judaica isso não é considerado um suicídio que a pessoa fez aleatoriamente... [...] ...essa exceção de um suicídio que não se enterra num lugar no cemitério, que não se faz um “cad” sobre ele, que não se faz sobre ele todas as honrarias que se dão a uma pessoa pós morte... isso é somente para quem cometeu o suicídio quando ele não tinha nenhum outro problema, foi de cabeça fria e com vontade própria e foi um ato responsável. Isso é muito raro acontecer... a grande maioria dos suicídios são provenientes de uma doença mental, ou de uma situação emocional que também é considerado doença... nesse caso aqui não existe a pena que a Tora impõe aos suicidas [...].⁴⁴⁸

⁴⁴⁸ **Como o judaísmo lida com suicídio?** - Programa Láma Rabino 26. Realização de Rabino Shamaí Ende. São Paulo: Vídeos Sobre Torá e Judaísmo, 2015. (5 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=13&v=LDJvAyqo12c>. Acesso em: 30 out. 2019.

No esclarecimento do Rabino sobre o suicídio, o caso de Iara – mesmo tendo o laudo oficial do regime afirmando a tese de suicídio, e por conta de toda a operação empreendida para capturá-la – não deveria ter sido sepultada sem o direito de ter acesso a todo o ritual judaico pré e pós-enterro. Inclusive, teria que ser sepultada junto dos outros judeus da família. Na fala do Rabino em “uma situação emocional” a pessoa não seria considerada uma suicida.

No depoimento de Raul Iavelberg, irmão de Iara, ele reforça a posição da família com relação ao corpo de Iara ter sido sepultado em terra não consagrada: *“A família considera isso uma ofensa. Porque mesmo que ela tenha se suicidado, foi um suicídio induzido. Em hipótese alguma ela poderia ter sido enterrada como suicida”* (1:51 – 2:00).

Diante das explicações do Rabino Shamaí, citado anteriormente, se sustentarmos a versão oficial do governo ditatorial – o suicídio – Iara viu-se sem saída, passando por um estresse emocional de grande proporção, “justificando” a sua atitude de desespero diante das leis judaicas, não cabendo nesta situação que o ritual de sepultamento tenha sido em terra não consagrada e sem a cerimônia tradicional judaica de despedida dos restos mortais. Nesta reflexão, estamos levando em consideração a fala de Raul, que aponta a insatisfação da família por não ter tido acesso integral ao corpo de Iara, e não poder ser feito o velório de acordo com as tradições judaicas, dos quais acreditam.

A produção fílmica apresenta uma tensão no processo de exumação dos restos mortais de Iara, inclusive, quando a filmagem da abertura da sepultura é mostrada, a música de fundo remete a um suspense. (2:01 – 2:02). Depois desses segundos, a filmagem reporta-se a imagem da televisão com a narração da matéria jornalística de 2003:

Quando a exumação estava perto do fim, uma liminar ordenou a suspensão. O advogado do cemitério alegou falta de notificação, e disse que esta é uma semana religiosa que antecede o ano novo judaico. Mas o cemitério estava funcionando normalmente *(ao fim, aparece a imagem da televisão)* (2:03 – 2:18)

Logo em seguida, o repórter pergunta para o Rabino responsável pelo cemitério: *“É feriado ou não? / Rabino: Não tenho nada a declarar! / Repórter: O senhor não sabe se é feriado?”* (2:19 – 2:22). Enquanto o repórter indaga o Rabino, Samuel Iavelberg, outro irmão de Iara, intervém no diálogo de maneira exaltada:

Não pode falar porque ele faz parte do cemitério. Ele não tem nada a declarar, porque eles mentiram na justiça. É uma mentira na justiça... não é feriado. O Sr. Isac como bom judeu, devia falar que hoje é feriado religioso... ele não pode

falar...porque perante Deus ele não quer mentir... na justiça ele mentiu... (2:23 – 2:40)

Este momento de tensão do documentário, fomenta em nossa mente muitas indagações sobre o que está envolvido na morte de Iara Iavelberg: por que a administração do cemitério tem interesse em dificultar o processo de exumação de seus restos mortais? Que mentiras o Rabino Isac testemunhou perante o juiz? Qual o interesse em ocultar ou não permitir a descoberta da “verdadeira” causa da morte de Iara? O cemitério judaico compactuou com a ação do regime, em não permitir que os familiares tivessem acesso ao corpo, ou não argumentar sobre a versão do suicídio? São algumas questões que surgem ao refletir sobre os obstáculos encontrados pelos familiares nesse processo judicial de exumação do corpo de Iara.

Essa primeira parte do documentário apresenta algumas questões enfrentadas por diversas famílias de mortos e desaparecidos políticos, da época da ditadura civil-militar no Brasil. No dizer de Gallo:

A reinvenção das estratégias de fortalecimento da memória em detrimento do esquecimento, expressa na luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil, origina-se de forma quase que instintiva, quando: a) não se tinha quaisquer notícias de um familiar-militante e os órgãos de Segurança negavam a detenção; b) se tomava conhecimento da morte do familiar através de versões oficiais permeadas por circunstâncias obscuras.⁴⁴⁹

A produção filmica segue sua construção no sentido de denunciar, e desconstruir a versão oficial da morte de Iara; no entanto, ele se aprofunda em questões políticas que separam a verdade e a distorção dos fatos ocorridos com indivíduos que lutaram, afim de tentar estabelecer uma transparência democrática.

A história de militância de Iara não foi a única, mas retrata a história de muitos homens e mulheres que caíram nas mãos da repressão, e foram eliminados de maneira implacável pela ditadura. A narrativa investigativa apresentada de “Em busca de Iara”, perpassa a história de muitos outros militantes; homens e mulheres que sobreviveram a repressão, mas também, há histórias de homens e mulheres que não conseguiram sobreviver as arbitrariedades que a ditadura impôs a eles.

⁴⁴⁹ GALLO, Carlos Artur. Notas sobre a luta dos Familiares de Mortos e Desaparecidos ... op. cit., p. 164.

3.2.2. História de Iara Iavelberg antes da militância política

Mariana Pamplona, na produção fílmica, é o fio condutor que se movimenta de maneira que – em certos momentos é personagem e em determinados momentos é a investigadora e interlocutora dos diálogos com outros sujeitos – indivíduos estes, que compõem a trama de construção da história de militância de sua tia, Iara Iavelberg.

No terceiro minuto do documentário, ouvimos a *voz over* de Mariana narrar um pouco de sua vida, o motivo de não levar o sobrenome “Iavelberg” e identificar-se em fotografias de infância e adolescência (como as que seguem abaixo):

Meu nome é Mariana Pamplona, não tenho o sobrenome materno Iavelberg, porque meus pais tinham medo de que no futuro eu pudesse sofrer algum tipo de represália do regime militar (*ao longo dessa narração vão aparecendo fotografias dessa menina*). Nessas fotos estou no cemitério Israelita do Butantã, em São Paulo, visitando o túmulo da minha tia Iara, cuja história me acompanha desde antes do meu nascimento. (3:04 – 3:34)

FIGURA 19 – MARIANA PAMPLONA (À ESQUERDA)



FIGURA 20 – MARIANA PAMPLONA – CEMITÉRIO ISRAELITA



FONTE: Em busca de Iara (2014)

As lembranças de Mariana sobre sua tia, Iara Iavelberg, foram construídas desde sua infância - mesmo antes de seu nascimento – por meio dos relatos e experiências vividas por seus familiares (mãe, tios, avós e etc.), que foram “transferidos” a ela ao longo de sua vida. De acordo com Pollack, existem elementos que constituem as memórias, sendo elas individuais ou coletivas:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer.⁴⁵⁰

Dessa maneira, Mariana foi vivendo e incorporando, ao longo de sua trajetória, as experiências de militância de Iara e a duvidosa morte por suicídio, por meio do que era publicado pelos órgãos dos governos e divulgado pela mídia, mas também através do olhar de outras pessoas que a conheceram e/ou estiveram ao lado dela.

Familiares e amigos que conviveram com Iara e conheciam sua história, e todos os processos de construção pessoal (subjetividades, personalidade e sentimentos), profissional (ingresso e conclusão da faculdade e atuação na psicologia) e da militância (opção política e participação em organizações de esquerda) contra o regime.

Mariana Pamplona prossegue sua narrativa em *voz over* no documentário:

⁴⁵⁰ POLLAK, Michael. Memória e identidade social... op. cit., p. 2.

Minha mãe soube da morte de sua irmã quando tinha vinte anos, estava grávida de três meses, ou seja, eu nasci pouco tempo depois que Iara morreu, e isso de alguma forma deve ter me marcado (*ao fundo dessa narração, aparece uma placa com os seguintes dizeres: HOMENAGEM AOS QUE MORRERAM LUTANDO CONTRA A DITADURA 1968 – 1994*). (3:35 – 4:10)

Enquanto Mariana conta o ocorrido antes do seu nascimento e o sentimento que ficou presente no decorrer de toda sua vida, ela e sua equipe vão chegando ao Centro Universitário Maria Antonia – antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP).

FIGURA 21 – ROSA IAVELBERG



FONTE: Em busca de Iara (2014)

Num segundo momento, vem um corte e a filmagem revela que Mariana irá se encontrar com Rosa Iavelberg - Arte-Educadora - irmã de Iara e mãe de Mariana:

Mariana: Oi Mã... estava esperando faz tempo?

Rosa: Um pouquinho.

Mariana: O que você lembra da personalidade da Iara. O que é mais forte pra você?

Rosa: Bom... eu acho que ela era uma pessoa de muito fácil comunicação, de relacionamento interpessoal...assim... muito bom. Eu acho que esse era um traço de personalidade, assim como ela era em casa. Ela gostava muito, por exemplo, da mamãe... então ela cuidava muito da minha mãe... conversava dos problemas que minha mãe tinha. Com o Raul com o Melo, comigo... com as amigas... as duas grandes amigas dela, que eram a Maria Lucia e a Evelise. (*no decorrer da conversa aparece fotografias de família*).

Mariana: E ela já tinha essa coisa da vaidade? Você lembra disso?

Rosa: Eu acho que sim. Ela sempre foi uma pessoa que se cuidou muito... eu lembro dela cuidando tanto de alimentação, já naquela época, como assim de corpo, cabelo, unha... (4:11 – 5:12)

No diálogo entre Mariana e Rosa são explicitados alguns detalhes da convivência de Iara com a família, que, até então, não haviam sido relatados (nem nas entrevistas dadas por Mariana e Flávio), como quando ela diz *“eu acho que ela era uma pessoa de muito fácil comunicação, de relacionamento interpessoal... assim... muito bom. Eu acho que esse era um traço de personalidade”*, ou, logo na sequência, quando remete-se ao relacionamento afetivo muito forte com sua mãe, Eva (foto): *“Ela gostava muito, por exemplo, da mamãe... então ela cuidava muito da minha mãe... conversava dos problemas que minha mãe tinha”*.

FIGURA 22 – EVA IAVELBERG (MÃE DE IARA)



FONTE: Em busca de Iara (2014)

Este relato procura enfatizar a preocupação que Iara tinha com as questões cotidianas que sua mãe vivenciava, estando ao lado desta como amiga e confidente de suas possíveis angústias, além do bom relacionamento com as pessoas que estavam ao seu redor – Rosa cita os irmãos e os amigos (ver foto abaixo, com Iara ainda menina – circundada em vermelho).

Outro ponto de destaque na conversa, e que também não havia sido relatado anteriormente, é a questão da vaidade de Iara. Ao ser perguntada se realmente a irmã era vaidosa ou não, Rosa responde afirmativamente: *“Eu acho que sim. Ela sempre foi uma pessoa que se cuidou muito... eu lembro dela cuidando tanto de alimentação, já naquela época, como assim de corpo, cabelo, unha...”*.

De modo um tanto surpreendente, revela-se ao espectador um pouco da vida privada e íntima de uma jovem de família burguesa entre as décadas de 1950 e início dos 60. O cuidado com o corpo, com a alimentação ou as unhas nos introduzem ao interior de um segmento abastado da sociedade brasileira na qual às meninas cabia serem “vaidosas”, não apenas num cuidado inerente ao consumismo e aos padrões de beleza veiculados naqueles tempos “desenvolvimentistas”, quanto na preparação para futuros relacionamentos amorosos ou casamenteiros⁴⁵¹. Também é um modo de vermos uma representação da jovem burguesa Iara antes de tornar-se a militante de esquerda atuando em organizações de luta armada e ser criminalizada pela pecha de “puta” e “comunista”.

FIGURA 23 - FAMÍLIA DE IARA IAVELBERG (MÃE, PAI E IRMÃOS)



FONTE: Em busca de Iara – adaptado por A autora (2019)

O documentário segue com o depoimento de Samuel Iavelberg – fotógrafo e irmão de Iara. A narrativa de Samuel, editada no filme, também revela e destaca aspectos da vida privada da jovem Iara, com especial atenção para o precoce casamento “arranjada” pela família a ela em 1961. Concomitante a sua narrativa, surgem imagens fotográficas do casamento e de Iara Iavelberg vestida de noiva:

Foi aquele típico casamento judeu... onde uma família casa uma filha menor de idade, com um vizinho... só porque ele era estudante de medicina. Não podia dar certo... tipo da coisa que não podia dar certo. Começou a namorar com quatorze...

⁴⁵¹ MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, p. 559-658.

única coisa é que ela tinha o corpo de mulher desde os doze... era criança... (5:13 – 5:46)

Como já apontamos, Iara fazia parte de uma família tradicional e de origem judaica que prezava pelos costumes conservadores, tanto do ponto de vista da doutrina e dos rituais religiosos, quanto daquele constituído por práticas socioculturais vinculadas ao futuro das meninas oriundas de famílias abastadas.

O casamento de Iara, em 1961, quando ela tinha apenas dezesseis anos, segundo o relato de Samuel foi caracterizado pelos desejos das famílias em unir uma jovem de família tradicional com um homem mais maduro que pudesse “dar uma segurança”. Mas, o que isto significava naquele contexto histórico e social? Por um lado, conforme a afirmação de Michele Perrot:

O casamento, “arranjado” pelas famílias e atendendo a seus interesses, pretende ser aliança antes de ser amor – desejável, mas não indispensável. Os pais desconfiam da paixão, destruidora, passageira, contrária às boas relações, às uniões duráveis que fundam as famílias estáveis.⁴⁵²

Acresce-se a esta perspectiva que o objetivo de “dar uma segurança” representava não apenas garantias financeiras e de fortalecimento do status social das famílias, como a ideia de inculcar na cabeça das jovens de que seriam obrigadas a construir uma família estável e estruturada, de modo a manter intactas as características tradicionais de “mulher” e “mãe” (provedora) esperadas pelos pais.⁴⁵³

Por outro lado, na expressão “dar uma segurança” pensamos também na formação histórica conservadora da sociedade brasileira, e, em particular, no peso histórico-cultural construído e, muitas vezes, assumido pelas mulheres de elite, ambos marcados pela imposição e aceitação prévia de concepções patriarcais, machistas e/ou subalternas a serem internalizadas nos corpos e mentes das meninas.⁴⁵⁴

O que, como sabemos, os desdobrar da relação com o marido e a trajetória posterior de Iara (estudante e militante) irão negar. Por exemplo, quando ouvimos o depoimento de Evelise Souza Marra – psicóloga – amiga de Iara nos tempos de infância até a fase adulta: *“Eles tinham uma vida completamente independente... foi ficando um casamento que era*

⁴⁵² PERROT, Michelle. **Minhas História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 46.

⁴⁵³ DEL PRIORE, Mari. **História das mulheres no Brasil**. 5. Ed. São Paulo: Contexto: UNESP, 2001.

⁴⁵⁴ *Ibidem.*, 2001.

mais só um status quase né... porque ele não participava de nada... ele não aparecia. Mas ela tinha uma vida bastante livre”. (6:13 – 6:31)

FIGURA 24 – IMAGENS DO CASAMENTO DE IARA IAVELBERG EM 1961



FONTE: Em busca de Iara (2014)



FONTE: Em busca de Iara (2014)

Resumindo sua trajetória, tendo por base uma história que seria fadada ao “convencional”: Iara Iavelberg, nasceu em 1944, numa rica família de origem judia do bairro do Ipiranga, em São Paulo. Estudou na escola Israelita do Cambuci, casou-se aos 16 anos com um médico, que também era de família judia. De acordo com seu irmão Samuel e a amiga

Evelise, foi um casamento que não tinha como dar certo, ela muito jovem, um relacionamento incentivado (imposto) pelas duas famílias.

Entrou no curso de Psicologia, na rua Maria Antonia, em meados de 1963, ingresso que transformou os caminhos de sua vida, em particular, pelo seu engajamento político. De acordo com Gabriela Moncau, Iara era: “*Vaidosa e com muitos namorados, por vezes Iara foi censurada na Polop*”.^{455 456}. Mas, segundo a autora, Iara não se importava com os comentários sobre sua postura, e acabava por constranger os colegas que a criticavam, com seu jeito, não levando a sério os sermões que ocasionalmente levava.

A aproximação que o documentário faz, apresentando detalhes que remetem a vida pessoal de Iara, faz com que os expectadores estabeleçam uma empatia por essa mulher. Entendemos que, esse processo de construção de uma relação mais próxima com Iara, intenciona desconstruir a imagem veiculada pelo regime, de que os militantes queriam ferir a moral e os bons costumes sociais, destruindo as famílias e propagando a violência.

3.2.3. Iara, a estudante-militante: experiências dentro da universidade

A produção filmica mostra cenas da Universidade Maria Antonia, no mesmo período em que Iara Iavelberg ingressou sua vida acadêmica (meados de 1963); as filmagens mostram a agitação universitária, com imagens de várias atividades de grupos diversos, dentro do espaço acadêmico. (6:32 – 6:45). Seu irmão, Samuel, narra como foi iniciar esta experiência:

Nós entramos... passamos no vestibular de 64, e nós vínhamos de colégio secundarista, onde não tinha atividade política nenhuma. Nós éramos dois alienados... eu era jogador de futebol. Aí deu o golpe... começou aquela agitação toda ... a Maria Antonia ...era um centro político... aí nós entramos em contato com uma nova realidade... onde se discutia política em assembleias... (6:46 – 7:12)

A Universidade Maria Antonia, foi um espaço onde efervescia debates políticos, movimentos intelectuais; haviam diversos grupos que encontravam nos movimentos culturais (arte, teatro, cinema) linguagens de expressão sobre as questões políticas do país, tornando-se

⁴⁵⁵ MONCAU, Gabriela. Revolução e paixão na vida admirável de Iara Iavelberg. **Adusp**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.61-69, out. 2013. Disponível em: <<https://adusp.org.br/files/revistas/55/mat06.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2020. p. 4.

⁴⁵⁶ Interessante notar aqui que o termo “vaidade”, usado como um reforçador de certos padrões de beleza da sociedade de consumo, relaciona-se de modo tenso com a questão político-ideológica de ingresso em organizações de luta armada. Nota-se, então, uma certa preocupação dos líderes destas organizações em “masculinizar” ou “virilizar” as mulheres militantes In: COLLING, 2004, op. Cit; TOMAZONI, 2015, op. Cit.

um centro de referência cultural de São Paulo, e posterior ao golpe de 1964, os jovens que estavam presentes naquele espaço se articularam na militância política.⁴⁵⁷

No clima golpista de 64, ocorreu, nas imediações da Rua Maria Antônia – via onde se situava o prédio de mesmo nome (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFLCH/USP) – a famosa “Batalha da Maria Antônia”, envolvendo estudantes da FFLCH (ligados a movimentos e organizações de esquerda) e os estudantes de Direito da Faculdade Mackenzie, defensores do golpe, muitos deles vinculados posteriormente ao Comando de Caça aos Comunistas.⁴⁵⁸ A rua virou uma praça de guerra e o prédio, foi invadido e depredado, mas também o lugar virou símbolo de resistência e luta contra a ditadura. De acordo com a afirmativa de Trigo: *“Em 1964 há o golpe militar e a invasão da Maria Antonia. Depredação, detenção de professores e alunos, abertura de inquéritos, instauram um período de intimidação e repressão. A Maria Antonia transforma-se num baluarte de resistência”*.⁴⁵⁹

FIGURA 25 – PRÉDIO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO MARIA ANTÔNIA (USP) DURANTE A “BATALHA DA MARIA ANTÔNIA”



FONTE: USP (www.usp.br). Acesso: 20.11.2019

No documentário, surge novamente Evelise Marra, amiga de Iara. Nesta sequência, ela aparece com uma narrativa referenciando as experiências vividas por ela e Iara nos tempos da universidade:

⁴⁵⁷ NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

⁴⁵⁸ AMENDOLA, Gilberto. **Maria Antônia. A história de uma guerra**. Editora: Letras do Brasil, São Paulo, 2008.

⁴⁵⁹ TRIGO, Maria Helena B. Maria Antonia: um mito? In: *Plural*, 2, 98-108, 1995. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.1995.68045>. p. 105.

Naquele momento que nós estávamos lá... circulava entre o saguão e o bar da esquina, onde a gente tomava café... Fernando Henrique... o Gianotti que já era professor... o Chico Buarque... circulava por ali... de vez em quando tinha o tal de Sambafo na FAU... que devia estar fazendo construção naquele momento (*neste momento aparece a filmagem da Iara, momento em que ela olha para trás e é filmada*). A Iara começou a descobrir, a se aproximar dos intelectuais também da época, foi assim que ela se aproximou do Flavio Império, de um grupo Surrealista que tinha o Roberto Piva poeta, o Sérgio Lima, o Décio Bart quem ela teve uma ligação muito próxima... descobriu a Cinemateca...me levou para a Cinemateca... quando a gente descobriu a Cinemateca... o cinema de distração, virou arte... tinha o Teatro Arena... o teatro oficina em efervescência...e tudo você ficava sabendo e você transitava por ali. (7:13 -8:14)

De acordo com Menezes falar da Universidade Maria Antônia (FFLCH/USP) no período de 1962 a 1968: “[...] significava falar de uma universidade que servia de catalisador de toda uma fermentação ideológica e social, em que ‘conscientização’ e ‘participação’ eram as palavras de ordem”.⁴⁶⁰

Diante do cenário político, o clima nos espaços da universidade pública se enchera de diálogos e discussões sobre luta política, à direita e à esquerda, especialmente nesta última, quando, ao lado das entidades representativas estudantis (caso da UNE) ou político-partidárias (casos do PCB e PC do B) começaram a surgir movimentos e articulações com o objetivo de fundar e estruturar organizações revolucionárias de luta armada.⁴⁶¹ No dizer de Ana Colling: “O movimento estudantil tem sido historicamente um espaço privilegiado para a formação de lideranças e arregimentação de quadros partidários. [...] os anos 60, mesmo após o golpe militar, foram anos de intensa contestação e rebeldia”.⁴⁶²

Além disso, nas palavras de Evelise, no espaço da universidade “[...] circulava entre o saguão e o bar da esquina, onde a gente tomava café... Fernando Henrique (Cardoso)... o (José Arthur) Gianotti que já era professor... o Chico Buarque... circulava por ali...”. Ao que parece, Iara encantou-se com o universo intelectual e artístico-cultural politizado do Centro Universitário Maria Antônia, tanto que a amiga assinalou que “ela se aproximou do Flavio Império (cenógrafo, arquiteto e artista plástico), de um grupo Surrealista que tinha o Roberto Piva poeta, o Sérgio Lima, o Décio Bart quem ela teve uma ligação muito próxima... descobriu a Cinemateca [...] o Teatro Arena”.

⁴⁶⁰ MENEZES, Adelia Bezerra de. Maria Antonia: década de 60. In: LOSCHIAVO, M. C (org.). **Maria Antonia: uma rua na contramão**. São Paulo, Nobel, 1988, p. 118-131. p. 122.

⁴⁶¹ RIDENTI, op. cit.

⁴⁶² COLLING, op. cit., p. 49.

Enfim, foi neste ambiente “em efervescência” que se forjou uma outra identidade social e política de Iara. Da menina-moça “pronta” para o casamento arranjado pela família para a construção da jovem mulher militante que amadurecerá anos depois. Num destes momentos, “Em busca de Iara” realiza a citação de trecho do documentário “Universidade em Crise”, curta metragem produzido e dirigido por Renato Tapajós⁴⁶³, para abordar o cenário político ao qual Iara estava inserido:

Diante de uma situação nacional confusa, sem conseguir distinguir os verdadeiros caminhos de seu movimento, os universitários sentiam-se desorientados. Depois de sustentar a greve por quinze dias, foram obrigados a recuar. As autoridades não atenderam a nenhuma reivindicação e a greve foi suspensa. A invasão do prédio da Universidade Maria Antonia, foi apenas uma dentre as várias medidas repressivas tomadas contra as universidades. Em 1964 a União Nacional dos Estudantes é invadida e incendiada, o grêmio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo é invadido e suas instalações são depredadas (*legenda UNIVERSIDADE EM CRISE – curta metragem de Renato Tapajós*). (8:15 – 9:01)

Em “Universidade em crise”, porém, Tapajós retratava a situação da universidade após o golpe de 1964, onde ela foi ocupada por agentes da repressão, a fim de intimidar e desarticular todo tipo de pensamento contrário ao imposto pelo regime militar. Por seu turno, a memória que Mariana Pamplona construiu a respeito de sua tia está embasada nos depoimentos de familiares e em materiais audiovisuais, como o produzido por Tapajós. Como ela mesma afirmou: *“Da imagem de Iara, ficaram poucas fotos e apenas estas trintas fotografias do Curta ‘Universidade em Crise’ de Renato Tapajós”*. (9:02 – 9:13).

Os espaços estudantis (universidade) foram propícios a embates e debates políticos e à propagação de conceitos e ideologias de esquerda, fazendo com que muitos estudantes entrassem para as fileiras do movimento estudantil ou, mais tarde, para organizações de luta armada (caso de Iara).

Samuel Iavelberg em sua narrativa contando as experiências políticas com Iara dentro da universidade, especialmente o ingresso na POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária) e, depois, na VPR (Vanguarda Popular Revolucionária): *“Ainda em 64, eu já estava participando de assembleias... eu me interessei né... e algum tempo depois a Iara*

⁴⁶³ Renato Tapajós, foi um militante político do movimento estudantil, produzindo em 1965 o curta metragem “Universidade em crise”, tendo como patrocínio o Grêmio da Faculdade de Filosofia, intencionando protestar contra a violência e repressão policial contra a oposição e também em discordância com o aumento de preços. Segundo a Enciclopédia (2000, p. 686) o filme aborda: *“...a greve dos alunos do Grêmio da Faculdade de Filosofia, em protesto contra o aumento de preços e a violência da polícia”*.

também se interessou... nós éramos da POLOP. A POLOP teve um racha e deu origem depois a VPR”. (9:14 – 9:29).

FIGURA 26 – IARA IAVELBERG E SAMUEL IAVELBERG



FONTE: Em busca de Iara (2014)

De acordo com *Brasil: Nunca Mais* (1985, p. 102) a POLOP⁴⁶⁴ enfatizava nas suas ações o

[...] debate teórico e doutrinário dentro da esquerda marxista que a um projeto de construir uma alternativa política ao PCB. Não chegou, dessa forma, a se constituir numa organização nacional, embora tenha alcançado certo prestígio nos meios universitários [...]

Diante de todo cenário político, que necessitava de uma ação mais enfática na luta contra as investidas do regime militar; e também, de acordo com *Brasil: “[...] influência da luta guerrilheira que se alastrava pela América Latina, sob inspiração da Revolução Cubana e do guevarismo”*.⁴⁶⁵

Impactou nas cisões citadas por Samuel, sendo que em Minas Gerais, a grande maioria dos militantes POLOP, desligaram da organização para edificarem o COLINA⁴⁶⁶ (Comando

⁴⁶⁴ A “Organização Revolucionária Marxista-Política Operária” (POLOP) foi criada em fevereiro de 1961, reunindo círculos de estudantes provenientes da “Mocidade Trabalhista” de Minas Gerais, da “Liga Socialista” de São Paulo (simpatizantes de Rosa Luxemburgo”, alguns trotskistas e dissidentes do PCB do Rio, São Paulo e Minas. (BRASIL, 1985, p. 102)

⁴⁶⁵ *Brasil: Nunca Mais*, op. cit, p. 103.

⁴⁶⁶ No início de 1969, sofreu uma extensa sequência de prisões. A partir disso, movido tanto por afinidades políticas quanto por um esforço de sobrevivência, o COLINA se aproximou da VPR, nascendo desse namoro o

de Libertação Nacional); em São Paulo, uma porcentagem da militância de esquerda fizeram aliança com os militantes que restaram do MNR, com o intuito de construir a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária).

A atuação na militância de esquerda, significava, desenvolver ações práticas, porém, demandava concomitantemente dedicação nos estudos teóricos. Diante da maioria dos jovens que militaram serem oriundos dos movimentos estudantis, sentia-se a necessidade de aprofundamento teórico, para a construção da revolução. Segundo Colling essa prática estava edificada “na tese leninista de que ‘sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário’”,⁴⁶⁷ considerada essencial para a formação das organizações e de novos militantes.

O regime atingiu por meio da censura muitas obras, consideradas subversivas, perigosas ou imorais. Diante desse cenário repressivo, estar em posse de uma obra proibida, podia ser considerado um crime grave, abrindo premissa para monitoramento, prisão e consequentemente suspeito de participação em alguma organização de esquerda. Devido ao exposto, eram utilizadas estratégias, que permitissem a posse e a leitura das obras sem correr risco explícito. De acordo com Memórias⁴⁶⁸:

Para driblar a censura, tais organizações criaram métodos clandestinos de circulação de livros proibidos. Nas gráficas de grupos guerrilheiros, capítulos de livros eram impressos separadamente e disfarçados com capas insuspeitas de livro de receitas ou obras famosas. Como a tiragem era muito pequena, esses impressos circulavam clandestinamente de mão em mão. Um único exemplar podia ser lido por muitas pessoas, até que alguém os jogasse fora para escapar da repressão.

As organizações de esquerda marcavam reuniões com o maior número possível de integrantes, para discutir as bases teóricas que possivelmente iriam orientar as tarefas a serem executadas pelo grupo. Estas discussões lançavam demandas e a posterior os militantes precisavam continuar os estudos e as reflexões, para que num próximo encontro tivessem argumentos e ideias, que contribuíssem com a construção de soluções, para os próximos passos do movimento revolucionário.

Segundo Ana Colling, quanto a decisão de mulheres, como a Iara, em entrar para estas organizações: “A decisão de assumir a militância política em tais organizações expressa a

VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares), fundada em meados de 1969. (BRASIL, 1985, p. 103)

⁴⁶⁷ COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar** ... op. cit., p. 51.

⁴⁶⁸ Site “Memórias da Ditadura”. Ver Bibliografia.

vontade radical das mulheres de se tornarem protagonistas ativas da história".⁴⁶⁹ Desejo de participar da construção de um país diferente do que estava sendo imposto após o golpe de 1964, e de fato, as mulheres contribuíram significativamente, frente a militância de esquerda contra a ditadura civil-militar.

A partir da promulgação do AI-5, em 1968, a clandestinidade não era mais uma opção de luta para os militantes; ela se tornou obrigatória para dar andamento nas estratégias de luta e importante plano de sobrevivência pessoal, dos companheiros e da organização como um todo. Levando a militância de esquerda elaborar novas táticas de guerrilha e oposição ao regime ditatorial. Segundo Almeida & Weis:

O AI-5 decretou a suspensão de todas as garantias individuais e dos direitos políticos. O confronto saía do campo das idéias e descia às ruas, com a luta armada, e aos porões, com a tortura. O ideário de libertação difundido pelos segmentos intelectual, artístico, estudantil ou operário, ficava impossibilitado de ser conjugado com a ideologia da Segurança Nacional imposta pelo regime, já que a política de perseguição estava legitimada por normas, códigos, leis e discursos, prendendo, torturando, matando, exilando e desaparecendo com aqueles que contestavam o governo.⁴⁷⁰

O resultado mais perigoso da promulgação do AI-5 foi a abertura de caminhos que permitiram ações arbitrárias usadas pelos aparelhos repressivos do Estado de Segurança Nacional, de acordo com Alves:

A consequência mais grave do ato Institucional terá sido talvez que abriu caminho para a descontrolada utilização do aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional. Crucialmente importantes a este respeito foram as restrições impostas ao Judiciário e a abolição do *habeas corpus* para crimes políticos. Podiam efetuar prisões sem acusação formal sem mandato. Juntamente com as restrições ao Judiciário, isto impedia advogados e outros que defendiam os presos políticos de aplicar as garantias legais. Não podiam assim evitar sérios abusos de poder e a tortura de presos políticos. Por outro lado, a ausência de um prazo de vigência do ato significava que os poderes extraordinários se haviam tornado ordinários.⁴⁷¹

O AI-5 significou um Estado centralizador dos poderes, blindando as ações com a justificativa de manter a segurança do "cidadão de bem", não estabelecendo prazo de término para as normas estabelecidas, significando a exclusão de direitos garantidos constitucionalmente em 1967. Ele expôs o principal dispositivo de repressão, tendo como premissa o fechamento do Congresso Nacional, a interrupção de direitos de quaisquer

⁴⁶⁹ Ibidem., p. 48.

⁴⁷⁰ GIANORDOLI-NASCIMENTO, op. cit., p.104.

⁴⁷¹ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 135.

cidadãos, a suspensão de mandatos eletivos, exonerações, prisões sem mandando judicial, a invalidação do habeas corpus e etc.

No decorrer da nossa pesquisa, falamos sobre as escolhas que os (as) militantes tiveram que fazer para ingressar e continuar na luta, e a abdicação da vida pessoal foi uma decisão que impactou muito a vida dessas pessoas. A propósito em Viana, lemos o relato de Maria do Carmo, militante que conta sua trajetória política na ditadura. Em determinado momento ela relata essa questão de não poder ficar próximo ao companheiro:

Na clandestinidade vive-se em função do grupo, das tarefas, das restrições, temores e cuidados, quase já não se tem vida pessoal. Muito raramente alguém fica com seu companheiro. Às vezes acontece exatamente o oposto. [...] Você não podia nem morar com seu próprio marido. Era uma situação muito desagradável, de extrema tensão. Isso levava as pessoas a mostrarem tanto seu lado melhor quanto o pior. Quem está mais machucado que os outros – perdeu, por exemplo, a companheira ou o companheiro – fica mais duro, tomando conta, exigindo. Esse período foi tudo isso, e muito mais.⁴⁷²

A militância política impôs muitas abdições na vida desses sujeitos, especialmente as mulheres; nem por isso, anulou os sentimentos de fragilidade, saudade e dores que todo o ser humano em determinado momento sente. No entanto, estar na militância, significava, abrir mão de projetos pessoais, para construir algo maior, tinham em mente um projeto que contemplava o país inteiro. Dessa maneira, precisam alimentar sentimentos que os ajudassem na luta, como por exemplo, a convicção, o desprendimento pessoal e além de tudo ter muita coragem.

Iara Iavelberg, uma militante que fugiu aos paradigmas que as organizações de esquerda tentavam estabelecer para seus integrantes. De acordo com os relatos, da família e amigos, ela tinha uma personalidade carismática e alegre, não deixando de apontar a beleza, que era um elemento que chamava muito atenção das pessoas. Não perdeu a vaidade na luta, é lembrada por aconselhar outras companheiras, de que não precisava ser feia para ser militante, não concordava na questão da “masculinização” das mulheres, como sendo ponto de partida para o ingresso na luta contra a ditadura.

Portanto, mesmo com características de personalidade forte e particular, ingressou na luta, participou de formação de guerrilha no Vale do Ribeira, morou em vários aparelhos, viveu na clandestinidade usando diversos nomes, como por exemplo, Mariana e Liana. Iara

⁴⁷² VIANA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de Lia, Maria do Carmo Brito. São Paulo: Record, 2003, p. 64.

Iavelberg acreditava na luta armada, entendia que essa seria a única maneira de destituir o poder empresarial e militar e restituir a democracia no país.

3.2.4. Caminho sem volta: “procura-se” significava “vivo ou morto”

Nesta sequência, o documentário apresenta um trecho do famoso vídeo de curta metragem intitulado “Liberdade de expressão”, de 1967, dirigido e produzido por João Batista de Andrade (15:10 – 15:40). Andrade – cineasta à época de formação marxista – atuou no movimento estudantil, vinculado a União Estadual dos Estudantes (UEE) em São Paulo. Com o golpe de 1964, abandonou o curso de engenharia na Escola Politécnica da USP, entretanto, continuou na militância do movimento estudantil, junto a Renato Tapajós.⁴⁷³

No trecho mencionado do curta metragem, são mostradas pessoas andando e correndo pelas ruas no que entendemos ser uma manifestação política. O clima metropolitano de São Paulo, aparentemente em “ordem”, onde uma multidão de homens e mulheres circulava pelas ruas vai revelando, em meio ao agitado cotidiano urbano, uma tensão no ar presente nas falas de quem é parado (ou flagrado) pela câmera de João Batista.

Porém, a luta contra o golpe e a ditadura não está ali, visível, nas ruas e avenidas, mas situada num outro espaço, o único possível para quem acreditava poder derrubar o regime: a clandestinidade. Rosa Iavelberg, em outro trecho de sua narrativa, fala da presença de Iara na luta armada através da clandestinidade:

Quando eu entrei na faculdade de arquitetura em 69, eu acho que ela já estava completamente na clandestinidade... porque daí para a gente se encontrar ... né... tinha que ter alguém que não estava na clandestinidade... que marcava um lugar para que eu encontrasse com ela. Então ou para ver ou para levar roupas que ela pedia... ela já vinha muito disfarçada, vinha de peruca de outra cor de cabelo... ela tinha o nome de guerra que era Mariana... que era o seu nome. Que eu levei ela para ficar num quarto... de uma casa... que era lá em Santo Amaro... e ela já diz que se chamava Mariana, e contou uma história... enfim... que ela era uma outra pessoa... ela criou uma identidade. Aí eu me despedi e ela ficou lá.

Mariana: A polícia batia na casa da vovó?

Rosa: Era um estágio de observação frequente, o telefone estava em escuta, muitas vezes a gente sentia que tinha gente na rua observando, e o porteiro do prédio onde a vovó morava como sentinela da possibilidade de ela vir... isso era um fato. (15:41 – 16:44)

⁴⁷³ **ENCICLOPÉDIA do cinema brasileiro**. 3.ed. ampl. e atual São Paulo: Ed. SENAC São Paulo: Edições SESC-SP, 2012. 836p., il. algumas color., retrs. ISBN 9788539601509 (SENAC-SP).

A angústia da clandestinidade não era mais uma opção para Iara, a partir de 1969, como relatou Rosa, ela já estava imersa na militância de esquerda.

Tendo que se adequar a realidade de não poder ter acesso irrestrito aos seus familiares, sem pôr em risco sua “antiga” vida com eles, sua própria integridade física e da organização que participava. A comunicação com a família era um risco muito alto a se correr, dessa maneira, a mediação destes encontros contavam com a comunicação de pessoas simpatizantes do movimento, que auxiliavam esses encontros, mesmo que ainda considerados arriscados.

Rosa revela ainda as mudanças de características físicas de Iara nesse encontro: mudança de nome, outra narrativa de história de vida, descaracterizando a ligação íntima com a família Iavelberg; utilização de peruca, que também auxiliava na desconstrução das características físicas, mudança na cor dos cabelos, todos estes artifícios para que não fosse reconhecida e conseqüentemente associada a família Iavelberg. E, como Rosa mesmo enfatizou, Iara construiu uma outra pessoa, uma nova identidade social, assegurando o não reconhecimento de sua verdadeira identidade, sua sobrevivência e a possibilidade de se deslocar de um local para outro.

Segundo Elizabeth Ferreira, havia regras impostas pelas organizações de esquerda, com o intuito de instruir referente a conduta dos militantes, em especial as mulheres:

[...] que tinham que superar certas limitações impostas pelo repertório de seu papel de gênero – e que diziam respeito à posição que ocupavam anteriormente na sociedade – para se adaptarem à nova realidade. Ingressar pela primeira vez na arena política e quase simultaneamente na clandestinidade – sendo ambos os espaços igualmente desconhecidos e perigosos para elas – foi um exercício de audácia.⁴⁷⁴

Mulheres-militantes encontraram diversos obstáculos: tiveram que enfrentar as limitações impostas pelos companheiros de luta, pré-julgamentos de suas famílias e amigos. Conquistaram espaço nas organizações de esquerda, superando os desafios e provando a capacidade desenvolver ações tão bem quando seus companheiros.

As estratégias do aparato repressivo foram se acirrando, levando automaticamente as mulheres também para a clandestinidade. Por uma questão de sobrevivência e proteção das redes de comunicação em seu entorno, a clandestinidade foi o meio encontrado para continuar a luta e tentar escapar da tortura, da prisão e da morte.

⁴⁷⁴ FERREIRA, op. cit., p. 137.

Sobre estes limites impostos pela ditadura no que concerne a comunicação entre um militante na clandestinidade e seu grupo de amigos ou familiares, Evelise Marra falou sobre o seu último encontro com Iara:

Achava que ela estava assustada demais... ainda conversei com ela... será que vocês não vivem nessa clandestinidade, ficam vivendo essa coisa muito intensamente? Não dava para acreditar que esta coisa fosse ser levada da forma que foi... né... e que o procura-se queria dizer... vivo ou morto... né... matem. Na verdade o mundo aqui fora estava vendo o milagre econômico, as pessoas queriam ganhar seu dinheiro.... né... (ao fundo dessa fala aparece um cartaz com os nomes dos terroristas procurados – BANDIDOS TERRORISTAS PROCURADOS PELOS ORGÃOS DE SEGURANÇA NACIONAL – além do nome de Iara Iavelberg, nome de guerra Claudia, VPR; estavam os nomes de Antonio Sergio de Matos (Moreno) ALN; Agostinho Fiordelis (Ernesto) ALN; Maria Amélia de Araújo Silva ALN; Ricardo Apeua (Fernandes) ALN; entre outros); (16:45 – 17:20)

Amiga de Iara, Evelise não imaginava a proporção do envolvimento de Iara na luta contra a ditadura civil-militar. E também desconhecia que o regime tinha um aparato repressivo altamente estruturado para eliminação de todos os seus oponentes.

Os cartazes que divulgavam as fotografias dos “terroristas”, era uma maneira de convocar a sociedade à responsabilidade de auxiliar o aparelho de Estado – por meio da “comunidade de informações” – na tarefa de proteger “a família, a moral e os bons costumes”, disseminando tais bandeiras conservadoras e reacionárias nas ruas, na imprensa e demais espaços de sociabilidade.⁴⁷⁵

O objetivo era o de indicar que aquelas pessoas nomeadas publicamente de “terroristas” representavam um perigo para o “cidadão de bem”. Por trás dessa divulgação – hipocritamente moralizadora – os agentes da repressão (incluindo as organizações de extermínio) obtinham uma “legitimidade” para sequestrar, prender, torturar, assassinar e enterrar como indigente os opositores ao regime⁴⁷⁶, enquanto a ditadura do grande capital amparada nas malhas institucionais do Estado “vendia” o país dos “milagres” e das “modernizações”.⁴⁷⁷

Em outra chave de leitura e análise do documentário, voltada ao protagonismo, falando a respeito dos ideais e objetivos da militância política da época, particularmente os ligados às organizações de luta armada, Samuel Iavelberg, irmão de Iara, narrou o seguinte:

⁴⁷⁵ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Rev. bras. Hist.* vol. 17, n. 34, São Paulo, 1997 <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200011>

⁴⁷⁶ FICO (2014), op. cit.

⁴⁷⁷ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

Tínhamos um objetivo na organização... que era criar um foco guerrilheiro... criar uma guerrilha no campo. Então a discussão básica era essa... como conseguir dinheiro para a revolução... como conseguir armas e arrumar um local... uma região onde o pessoal poderia treinar e começar a luta armada. (18:20 – 18:43)

A guerrilha rural era concebida quase em “senso comum” nas organizações de oposição ao regime militar, de acordo com Silva:

Um aspecto essencial do ideário guerrilheiro, considerado quase que “senso comum”, era a concepção da guerrilha originada e estruturada no campo, no meio rural. Tais concepções eram inspiradas em modelos estrangeiros, a exemplo da Revolução Cubana, ocasião em que as formas de luta revolucionária foram fundamentadas no “guevarismo”. [...] Encontramos em Guevara a raiz daquilo que Régis Debray tornaria mundialmente conhecido como a “teoria do foco” ou “foquismo”.⁴⁷⁸

A estratégia dos grupos⁴⁷⁹ que defendiam esse ideal de guerrilha, era a conquista de locais táticos espalhados por todo o país, fazendo um trabalho de campo, conquistando novos adeptos a luta. O trabalho de conscientização com o povo oprimido, com a massa de trabalhadores seria o caminho para fomentar o desejo de revolução. Outra perspectiva empenhada pelos grupos, segundo Ridenti era:

[...] iniciar a “guerra popular prolongada” pela organização dos camponeses e da guerrilha rural, sem descartar as lutas de massas nas cidades e as ações de guerrilha urbana. A ideia era aproveitar “as condições favoráveis que as zonas rurais oferecem, e congregando no Exército Popular as grandes massas exploradas no campo, a guerra popular permitirá a libertação paulatina de vastas regiões [...] quando o Exército Popular, a partir de suas bases de apoio, desfechar o ataque contra os centros urbanos, as forças revolucionárias nas cidades desencadearão a insurreição urbana para o aniquilamento total do inimigo” [...].⁴⁸⁰

A partir do AI-5, a formação do foco guerrilheiro rural era considerada substancial para a efetivação da revolução; e a militância que participava dessas organizações acreditavam que não havia outro caminho a percorrer. Seus membros tornavam-se quase fiéis à concepção de que, a partir da guerrilha rural, conseguiriam ganhar a luta contra a ditadura no país.

⁴⁷⁸ SILVA, Fabricio Trevisan Florentino da. Oposição armada aos governos militares brasileiros (1964-1985): a trajetória do Movimento Comunista Revolucionário (MCR). In: SILVA, Zélia Lopes da; ANHEZINI, Karina (Org.). **A escrita histórica e suas múltiplas faces**. Assis: FCL, UNESP, 2011, p. 727-760. Disponível em: <<http://www2.assis.unesp.br/fcl/livro/ebook/files/assets/common/downloads/publication.pdf#page=729>>.

Acesso em: 20 nov. 2019. p. 732.

⁴⁷⁹ “[...] mesmo as organizações que se autointitulavam essencialmente “foquistas”, como a *Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ)* e o *Comando de Libertação Nacional (COLINA)*, e também os que se declaravam puramente “maoísta”, como a *ALA Vermelha do PC do B*, tinham elementos com diversas posições híbridas [...]” (SILVA, 2011, p. 733).

⁴⁸⁰ RIDENTI, **O fantasma da revolução brasileira** ... op. cit., p. 44 - 45.

Sendo assim, as ações desenvolvidas nos centros urbanos eram consideradas um apoio temporário, intencionando angariar recursos financeiros para a compra de uma propriedade rural, e montar a estrutura inicial da guerrilha no campo. Após um corte, “Em busca de Iara” segue com Mariana Pamplona em sua busca pela verdade histórica em torno da morte de Iara Iavelberg, enquanto aparece a imagem dela descendo a rampa de um aeroporto:

Sempre soube que as circunstâncias da morte de Iara, em agosto de 1971, em Salvador, permaneceram obscuras. E que a versão de suicídio dada pelos militares, era altamente questionável. Eu nunca consegui me esquecer de uma foto muito triste, dos meus avós reconhecendo o corpo de Iara no IML de Salvador. Só um mês depois de sua morte... isso porque durante esse período o corpo dela ficou escondido numa gaveta do IML... sendo usado como uma espécie de isca para atrair Lamarca. Só depois da morte dele, é que a morte de Iara pode ser divulgada ... (22:17 – 23:48)

Neste e em vários depoimentos dela no decorrer da produção filmica são relatados o quão perversa a ditadura foi, em particular com Iara Iavelberg e Carlos Lamarca. Uma de suas faces era de inventar narrativas falsas (uma parente distante das “fake news”) a respeito da morte de militantes de esquerda ou mesmo cidadãos “comuns” confundidos com militantes.

Os órgãos de repressão articulavam situações e cenas com a intenção de apagar a história de militância de muitas pessoas, inclusive a de Iara. A simulação do laudo de necropsia dela, apresenta indícios duvidosos, sobre as circunstâncias da morte de Iara. Ademais, foi montada uma estrutura de “silêncio”, de “proibido” e de sigiloso, ninguém podia falar ou argumentar algo sobre o caso; se realmente tivesse sido suicídio, não teria motivos para tanto mistério na abordagem dessa história.

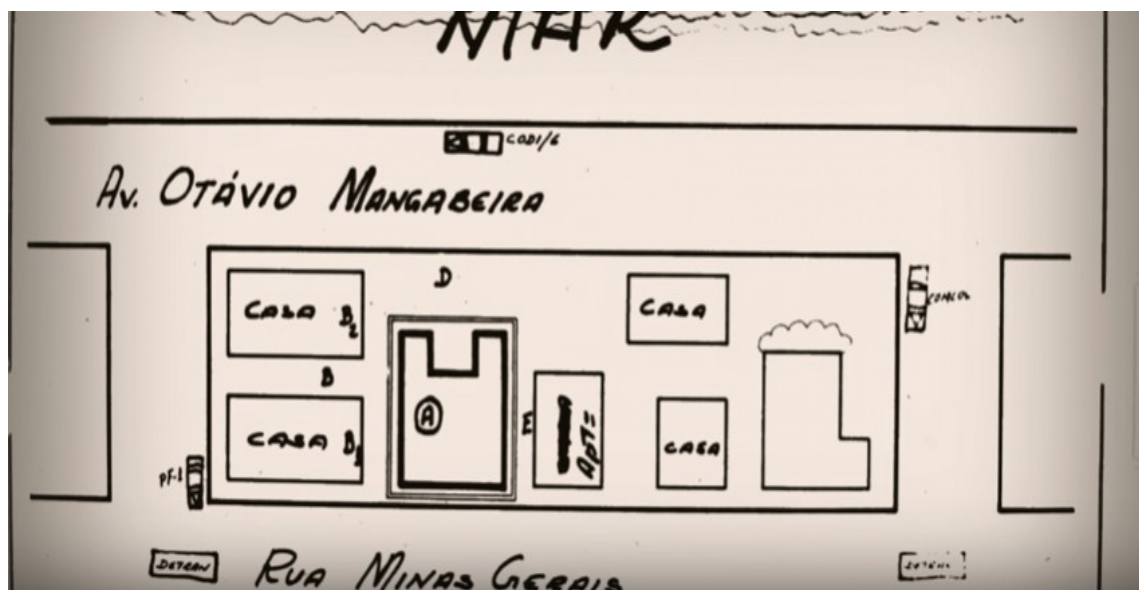
3.2.5. A “Operação Pajussara”

Na sequência da produção filmica, vemos a apresentação de uma imagem (um mapa – ver abaixo) de uma via pública. Tratava-se da Rua Minas Gerais, localiza próxima ao mar e da avenida Otávio Mangabeira. Estamos diante de uma cidade litorânea, provavelmente uma capital. Podemos dizer isto, pois sabemos, pelo filme e por parte da literatura existente, que Iara, Lamarca e outros militantes de luta armada atuaram (ou se refugiaram) em grandes centros urbanos litorâneos.

Logo após um trecho de um documento oficial militar dizendo: “Reservado – estouro de aparelho do MR-8 – Apto° n°201, do Edifício Santa Terezinha, sito à Rua Minas Gerais,

125 – Pituba – Salvador/ Bahia – aparelho do MR-8”, aparece o plano de ação, e a missão da ação: “... prender os ocupantes do apartamento 201”. E, na sequência, a fachada do referido prédio. (1:05:37 – 1:06:08). O que vamos assistir, então, são imagens, simulações e relatos acerca da chamada “Operação Pajussara”.

FIGURA 27 – MAPA RUA MINAS GERAIS



FONTE: Em busca de Iara (2014)

A “Operação Pajussara”, ocorrida na Bahia entre os meses de agosto e setembro de 1971, consistiu num plano de operações estratégicas e táticas envolvendo o Exército (Sexta Região Militar), agentes da Polícia Federal e da DOPS/SP – sob o comando do Major Nilton Cerqueira e o delegado Sérgio Paranhos Fleury – com o objetivo expresso de descobrir, capturar e prender alguns militantes do MR-8, dentre os quais o “capitão” Carlos Lamarca (que havia se desligado da VPR)⁴⁸¹ e, sua conhecida “companheira”, Iara Iavelberg.⁴⁸²

⁴⁸¹ Fruto de divergências no trabalho de formação de núcleos guerrilheiros no interior da Bahia, sob a incumbência de Lamarca – que, em 1969, iniciara dentro da VPR o treinamento de grupos de guerrilheiros no vale da Ribeira, em São Paulo – já que Lamarca passaria a substituir o “foquismo” como teoria revolucionária (Che Guevara / Régis Debray) por uma concepção de guerra popular prolongada (proposta do MR-8, baseada na experiência chinesa de Mao). Também havia críticas dentro da organização acerca do “personalismo” de Lamarca, conduta vista como pouco condizente com um (ou o ideal de) militante guerrilheiro. Ver: SALES, Jean R. A influência da Revolução Cubana na história da Ação Popular nos anos 1960 In: *Antiteses*, v. 11, n. 21, p. 345-367, jan./jun. 2016. E também uma pesquisa no acervo on-line do CPDOC: www.fgv.br/cpdoc/acervo (Acesso: 01.11.2019)

⁴⁸² NETTO, José P. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Cortez, 2014, p. 35.

Para entender melhor o fim trágico de Iara, relacionando-a à sua morte durante a realização da “Operação Pajussara”, vemos imagens de Mariana Pamplona chegando em Salvador e iniciando um outro trabalho de “busca” em torno dos fatos que levaram ao assassinato de sua tia e militante.

Numa das sequências, vemos Mariana encontrar-se com uma membra do Grupo “Tortura Nunca Mais”, da Bahia, com o objetivo, pensamos nós auxiliar na investigação sobre o que realmente aconteceu com Iara no dia de sua morte. Segundo o depoimento de Diva Soares Santana – à época, diretora do “Tortura Nunca Mais”/BA:

Os arquivos da Bahia até hoje não foram disponibilizados ao público, nós só tivemos acesso até hoje ao trabalho da Policial Federal na época da ditadura militar... encontramos lá o relatório da operação Pajussara, é um relatório de agentes da Policia Federal, que faz ao comandante, ao superintendente da Policia Federal, e o diretor do DOPS na Bahia, o Luiz Arthur de Carvalho. Nesse relatório tem a tomada da rua Minas Gerais, do Edifício Santa Terezinha, que termina com a morte de Iara, e a prisão de Nilda e Jaileno. Foi utilizado cerca de duzentos homens, fecharam aquelas ruas e adjacências, mas eles não sabem que vão encontrar ali a Iara. [...]

O mencionado relatório da “Operação Pajussara”, disponível no site da Comissão Estadual da Verdade/SP ⁴⁸³, é um documento com aproximadamente cento e dez (110) páginas. Neste documento oficial, expedido pelo Ministério do Exército (IV Exército, Sexta Região Militar), consta de maneira detalhada o “perfil” dos militantes a serem perseguidos e capturados pelos agentes da repressão, bem como os objetivos expressos da operação na capital baiana.

O relatório diz que a construção desse documento teria como finalidade apresentar: “[...] *uma descrição dos principais acontecimentos, problemas e ensinamentos da ‘Operação Pajussara’*”. A divisão do texto era bastante meticulosa: além da mencionada “finalidade”, constavam também os “antecedentes” dos militantes capturados, um estudo detalhado da região (clima, terreno), “aspectos econômicos e sociais” da região (Salvador), os passos da operação (diretrizes e ordens) – seguidos de tópicos específicos a serem atingidos (como “inimigo”, “missão”, “ligações e comunicações”) – e, particularmente, a descrição das duas fases (entre agosto e setembro de 1971), contemplando “apoios” administrativo, aéreo e de outros órgãos estaduais e anexos. Sobre os “antecedentes” de Iara Iavelberg e o seu fim trágico, assim consta no relatório:

⁴⁸³ Sobre os trabalhos da Comissão da Verdade, no Estado de São Paulo, ver em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/upload/001-relatorio-operacao-pajussara.pdf> (Acesso: 25.10.2019).

c) Suicídio de IARA IAVELBERG

Fruto de intensas buscas de informe e após várias tentativas sem sucesso, graças à persistência e ao trabalho metucioso realizado, foi levantado o endereço do apartamento da Rua MINAS. GERAIS, nº 125/201 - PITUBA.

No dia 19 AGO 71 foi montada urna Operação pelo CODI/6 para estourar este aparelho, o que ocorreu ao amanhecer do dia 20, resultando na prisão de JAILENO / SAMPAIO FILHO, 'RAIMUNDO', 'ORLANDO'; e de NILDA CARVALHO CUNHA, 'ADRIANA'. **IARA IAVELBERG, a fim de evitar sua: prisão, ocultou-se em um banheiro do apartamento vizinho; sentindo-se cercada e sofrendo a ação dos gases lacrimogêneos, suicidou-se [...].**⁴⁸⁴ (RELATÓRIO, 1971, p. 2 – grifo nosso)⁴⁸⁵

Na sequência do filme, vemos o relato sobre a rendição de “Emília” (Solange Lourenço Gomes, que, na ocasião, era coordenadora do MR-8 na Bahia), registrando que mesmo com seu relato não foi possível identificar de maneira precisa a localidade dos militantes da organização MR-8. Mariana faz questão de descrever (com imagens) as prisões dos militantes no apartamento da Pituba, a partir da ótica dos agentes repressivos do Estado.

Sobre o “suicídio” de Iara, importante destacar que no filme o mesmo trecho sublinhado acima, extraído do Relatório da Operação, é mencionado: *“Iara Iavelberg, a fim de evitar sua prisão, ocultou-se em um banheiro do apartamento vizinho, sentindo-se cercada e sofrendo a ação dos gases lacrimogênicos, suicidou-se”*. O relatório, ainda, expunha de maneira excessivamente “generalizada” (e dissimuladora) como conseguiram prosseguir com as investigações para a conclusão da operação – cujo objetivo central culminaria na prisão/morte de Carlos Lamarca:

Após **intensos interrogatórios**, ‘Orlando’ confessou seus contatos com Milton Mendes Filho, ‘Dico’; Diogo Assunção, ‘Tuca’; e César Queiroz Benjamim, ‘Menininho’, todos presos em Salvador, em diligências posteriores, já durante a Operação Pajussara. [...] após a morte de Iara, ‘Rocha’, **interrogado intensamente e traumatizado**/ por esse acontecimento, confessou que, em fins de junho, havia conduzido Carlos Lamarca e Iara para a Bahia ...[...] (RELATÓRIO, 1971, pp. 02-03 – grifos nossos)⁴⁸⁶

Desde pelo menos 1969, quando uma operação policial dos agentes da DOPS, coordenada pelo delegado “facinora” Sérgio Paranhos Fleury, emboscou e assassinou

⁴⁸⁴ Site da Comissão da Verdade.

⁴⁸⁵ Ainda sobre o Relatório da “Operação Pajussara”, chamou-nos a atenção o fato de o texto não mencionar nenhum codinome associado a Iara e a Lamarca. Isto é, as menções a eles são feitas nos nomes próprios – diferentemente de outros militantes, como “Rocha” (José Carlos de Souza), “Raimundo” ou “Orlando” (Jaileno Sampaio), Cesar Benjamin (“Menininho”) e Nilda Carvalho (“Adriana”). Possivelmente, neste período, os agentes da repressão já tinham um conjunto significativo de informações a respeito dos dois militantes.

⁴⁸⁶ Site da Comissão da Verdade.

brutalmente Carlos Marighella, na alameda Casa Branca, em São Paulo⁴⁸⁷, o aparato militar-policial e “paramilitar” da Ditadura de Segurança Nacional no Brasil – como em outros países do Cone Sul – passou a atingir um grau intensificado de terrorismo de Estado (PADRÓS, 2014).

Através de sequestro, violência, repressão, tortura, assassinatos, mortes, desaparecimentos – o aparato militar e “paramilitar” do Estado (e seus órgãos repressivos) empreenderam várias operações para eliminar militantes de esquerda e destruir as organizações de luta armada (ALN, MR-8, VPR, VAR-Palmares) em diversos lugares e regiões do país⁴⁸⁸.

Sobre o Relatório da “Operação Pajussara”, existem alguns detalhes que nos chamaram a atenção, como, por exemplo, a quantidade de efetivo operacional disponibilizado para realizar a operação e os detalhes meticulosos dos agentes do Estado para o cumprimento da missão – prender/eliminar todos os militantes da organização, com foco particular em Carlos Lamarca e Iara Iavelberg.

Vale também indicar o uso velado no texto da tortura nos porões da ditadura para extrair informações dos militantes capturados e presos, como foi no caso de Cid Benjamin (“Menininho”) e José Carlos de Souza (o “Kid”/Rocha). A linguagem utilizada no relatório – “intensos interrogatórios” – representam uma forma de ocultar a prática da tortura. Outro elemento de destaque é que não se tinha a intenção de matar, pelo menos de imediato, até conseguir as informações necessárias para encontrar Lamarca e outros possíveis companheiros que estivessem com ele.

A produção filmica apresenta de maneira cronológica como Iara Iavelberg chegou ao aparelho da Pituba, em Salvador. Diante do ambiente de acirramento do aparato repressivo do

⁴⁸⁷ Antes de “Em busca de Iara”, mais exatamente no ano de 2012, foi lançado o documentário “Marighella”, protagonizado pelo ator Lázaro Ramos. O detalhe interessante deste documentário – e talvez não seja uma coincidência – é que ele foi produzido e dirigido por Isa Grinspum Ferraz, sobrinha de Marighella (caso também de Mariana) e, de forma similar a “Em Busca de Iara”, pretende elaborar uma re/construção “histórica” (filmica) e afetiva em torno da vida e da trajetória de luta do seu tio, militante comunista e líder da ALN que se tornou, para o Estado à época, o maior inimigo da ditadura militar.

⁴⁸⁸ RUBERT, Silvania. A Ditadura de Segurança Nacional no Brasil e seus silêncios. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, UNIOESTE, Ano XIII, n. 27, 2. semestre de 2012, pp. 96-110; FREGONESI, Rute M. & PRIORI, Angelo. A ditadura militar no Brasil: golpe, repressão e tortura. In: **VIII Congresso Internacional de História – “1917-2017: centenários”**. Maringá, Departamento de História, UEM, 09 a 11 de outubro de 2017, pp. 01-08. Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3897 Acesso: 20.06.2018; PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** São Paulo: Alameda, 2019.

regime, os dirigentes do MR-8, em comum acordo, decidiram levar Iara Iavelberg e Carlos Lamarca para a Bahia. De acordo com João Salgado:

Aconteceu que as condições de segurança foram ficando extremamente precárias e o Muniz disse: ó não tem como... não tem mais condições de segurá-los aqui... não tem... quer dizer... com toda aquela queda em cascata... e... tem que ir embora... então vamos levá-los mesmo para essa área... que não é a área ideal, mas que tem mais segurança que no Rio de Janeiro. Só sei que o José Carlos que era um dos motoristas, que foi dirigindo a Kombi com ele... e havia esse batedor... ia na frente e voltava, para dizer como que estava a estrada e tal... (28:26 – 29:11)

Essa operação de transferência de Iara e Lamarca para a Bahia, teve a participação de José Carlos Souza (Kid/Rocha), que descreve da seguinte maneira a ação:

Havia um silêncio muito grande dentro do fusca... que era eu na frente, o motorista que era um simpatizante... então a ideia era o seguinte... a gente combinou os sinais, caso aja alguma dificuldade, a Kombi vai sinalizar e a gente vai... a gente que está logo atrás vai saber o que fazer...[...]
[...] Aí... de Conquista a gente vai para Jequié... a Kombi ia ficar comigo... porque eu ia levar o capitão próximo a área... então a gente vai chegar mais próximo o possível, seria Jequié... eles já embarcavam para Salvador... (29:12 – 30:24)

FIGURA 28 – TRAJETO DE IARA E LAMARCA



FONTE: Em busca de Iara (2014)

A viagem de Iara e Lamarca para a Bahia, na verdade teria alguns capítulos antes de culminar com o assassinato no prédio na Pituba, em Salvador. De acordo com o mapa (acima) e o relato de “Kid”, o plano de refúgio (ou esconderijo) dos dois consistia numa rota que incluía Vitória da Conquista, passando por Jequié e bifurcando em dois caminhos. A ideia seria a de, temporariamente, separar o casal – Lamarca sendo levado para Brotas de Macaúbas

e Iara, em Feira de Santana – até que, finalmente, pudessem livrar-se da perseguição das forças repressivas.

Em 1971, logo que chegou a Salvador, em direção a Feira de Santana, Iara foi apresentada a César Benjamin (“Menininho”) – ex-dirigente do MR-8 no recôncavo Baiano. Em seu depoimento Benjamin relata que:

A primeira vez que eu encontrei a Iara foi em Feira de Santana... e tinha a missão de guardá-la... então eu a coloquei num... numa...num aparelho, como a gente chamava na época... junto com uma família, num bairro de periferia de Feira de Santana... era uma família de simpatizante nosso [...] ... isso perdurou até a prisão do Kid, e ele sabia que ela estava em Feira... embora não soubesse onde... isso criou para nós uma situação de emergência, e eu tive que tomar uma decisão sobre Iara... né... a minha inflexão é que a Iara não poderia ficar. Essa casa onde ela estava, nunca foi descoberta. Tirei ela de Feira e levei para lá... no final foi o local em que ela acabou morrendo (*depois dessa fala aparece a fachada do Edifício Santa Terezinha*) [...] Quando ela caiu, eu estava viajando para o Rio de Janeiro... cheguei no Rio... e aqui no Rio encontrei o Salgado... que era o comandante da área onde Lamarca estava. Aí ele me entrega um envelope fechado... né... para entregar a Iara. Que já estava morta e nós não sabíamos... (31:44 – 35:53)

César Benjamin continua sua narrativa para a câmara (e para Mariana), falando sobre a sua prisão, a ostensiva violência aplacada pelos órgãos de repressão durante a sessão de tortura e o modo aterrorizante de como ficou sabendo da morte de Iara:

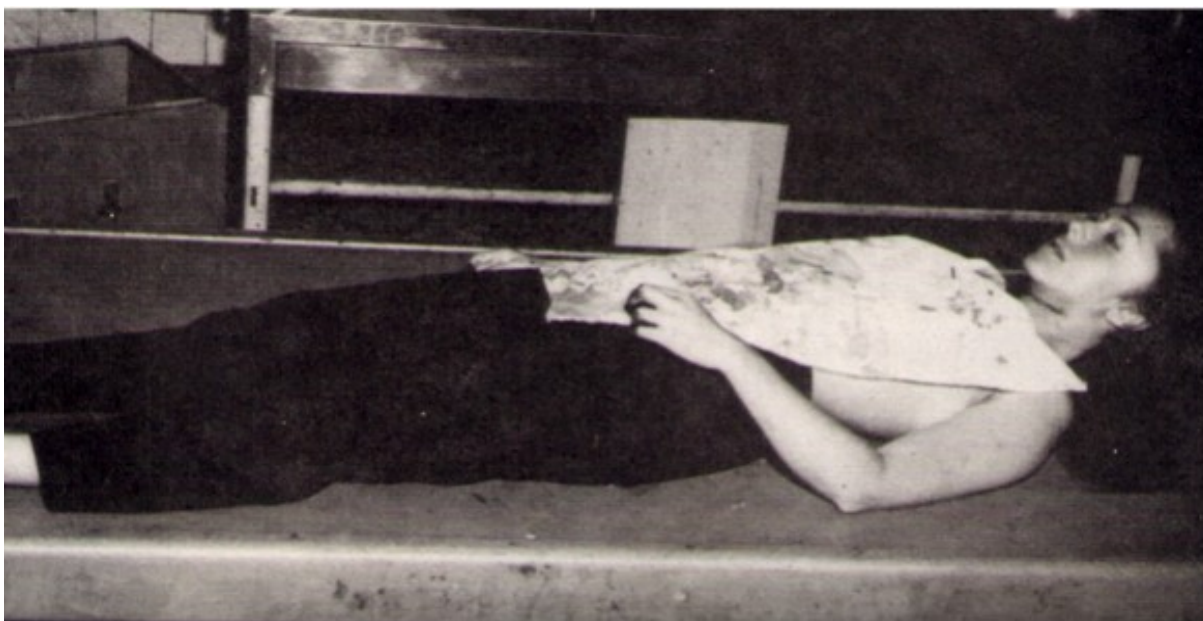
Aí me levaram para uma unidade militar... eles me... eu estava algemado... eles me encostaram na parede... e começaram a rasgar a minha roupa... aí eu comecei a sentir que eles estava colocando fios elétricos no meu corpo... e... um deles colocou a mão no meu ombro, e me disse: olha, enquanto eu tiver com a mão no seu ombro está tudo bem, quando eu tirar! [...] ... e eles começaram a dizer, lá pelas tantas... não sei exatamente por que? [...] imagino que era para quebrar minha moral...começaram a dizer: matamos a Iara... Iara está morta... [...] ... e de alguma maneira eu acho que eles intuíram que eu não estava acreditando... e eu realmente não acreditei! Eles me arrastaram para uma quina da sala... me levantaram o capuz... e me mostraram a foto... era Iara morta. Ela estava deitada numa prancha... estava sem blusa... e tinha um furo, um tiro exatamente entre os seios, exatamente entre os seios. (31:37 – 31:43)

Pelo relato de Benjamin, percebemos como os agentes do Estado operavam as sessões de violência e tortura dentro das unidades militares (Ciex, Cenimar), ou seja, no interior das próprias instituições consideradas “legais” – e que deveriam garantir a defesa do território e a soberania nacional – aconteciam práticas ilegais e bárbaras contra cidadãos brasileiros. Além disso, a forma agressiva, desmedida, como foi tratado dentro da unidade militar, quando disse: “[...] eles me encostaram na parede... e começaram a rasgar a minha roupa... aí eu comecei a sentir que eles estava colocando fios elétricos no meu corpo...”.

Contudo, o mais chocante foi o relato dele sobre a maneira como o agente revelou-lhe a morte de Iara. Pela sua narrativa, parecia constituir parte substancial do interrogatório e da tortura psicológica (“*imagino que era para quebrar minha moral*”), mas, naquele momento em foi dito que eles haviam matado Iara (“*matamos a Iara... Iara está morta...*”), era difícil acreditar na informação – “[...] *de alguma maneira eu acho que eles intuíram que eu não estava acreditando... e eu realmente não acreditei!*”.

O choque veio, quando arrastaram César e levantaram o capuz, mostrando-lhe uma foto dela, morta, “*deitada numa prancha*” (ver abaixo). Ele ainda se lembrava da cena (talvez Mariana tivesse a foto em mãos, não sabemos) ao mencionar com detalhe: “*tinha um furo, um tiro exatamente entre os seios, exatamente entre os seios*”.

FIGURA 29 - IARA IAVELBERG MORTA



FONTE: Em busca de Iara (2014)

FIGURA 30 – IARA IAVELBERG MORTA



FONTE: Em busca de Iara (2014)

Após a fala de Benjamin, vem um corte. Na sequência, aparece Mariana Pamplona narrando o seu testemunho sobre a construção um tanto “romantizada” da tia no seu imaginário desde os tempos de menina, especialmente sobre o período em que ela e Lamarca estiveram escondidos na Bahia, caso em que analisamos anteriormente. Narra Mariana:

Iara e Lamarca foram mitos no meu imaginário de menina e de adolescente... aos quinze anos fiz na íntegra uma leitura do diário que ele escreveu para ela, enquanto estava escondido no sertão da Bahia. E aquele amor tão forte e incondicional, realmente me comoveu... (37:04 – 37:26).

“Em busca de Iara” é a concretização do desejo de Mariana Pamplona de conhecer quem foi sua tia Iara Iavelberg, uma pessoa que como citada acima, esteve presente na vida de sua sobrinha, mesmo sem a conhecer. Segundo Pollak, nossa memória também é constituída por pessoas ou personagens, pensando da seguinte maneira:

[...] falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformam quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertencem necessariamente ao espaço-tempo da pessoa.⁴⁸⁹

⁴⁸⁹ POLLAK, *Memória e identidade social...*, op. cit., p. 2.

Mariana Pamplona vivenciou, de certo modo, a experiência da construção da memória de Iara Iavelberg, através das falas de seus familiares e dos ex-companheiros de luta, mesmo que as lembranças da tia estejam presentes desde sua infância, ela não conseguiu compartilhar nenhuma experiência concreta com Iara Iavelberg.

Esta produção fílmica pôde ampliar o seu olhar, buscando mais e mais detalhes sobre a personalidade e a maneira como Iara viveu seus últimos anos de vida. Caso da “Operação Pajussara”, mencionada antes, que enviou um destacamento para desmantelar um aparelho em Salvador, com o intuito de eliminar militantes que estavam atuando no MR-8, cujos alvos principais eram Iara Iavelberg e Carlos Lamarca.

Ainda sobre o plano e os resultados desta operação policial-militar, vemos Mariana falar novamente de Solange Lourenço Gomes (“Emília”), então coordenadora do MR-8 na Bahia, que se entregara para as forças policiais. Conforme narra Mariana:

A prisão de Kid também conhecido como Rocha, que acabou causando a queda de Iara e Lamarca, na verdade foi consequência de um fato anterior e surpreendente. A entrega espontânea da dirigente do MR-8 em Salvador, Solange Lourenço Gomes “Emília”. Durante uma partida de futebol no estádio da Fonte Nova em Salvador, Solange teve uma crise de esquizofrenia, após um tumulto causado pelo temor de que as arquibancadas iriam desabar, saiu correndo direto do estádio para a delegacia. Solange se declarou subversiva, e entregou toda a estrutura do MR-8 na Bahia. Sem saber disso, todos os militantes da organização guerrilheira estavam com os dias contados, entre eles Lamarca e Iara. (53:52 – 54:43)

Após a delação de “Emília” todos os militantes delatados tiveram sua prisão decretada, porém, os órgãos de repressão não tinham o conhecimento exato de onde estariam, inclusive, não tinham conhecimento qual era a localidade do trabalho de campo da organização.

Em 06 de agosto de 1971, conseguiram capturar “Rocha” e “Mininho”. Na ocasião “Mininho” conseguiu pegar a arma do agente militar e fugir da ação empreendida contra eles, no entanto, “Rocha”, não teve o mesmo destino, foi preso.

Na prisão “Rocha” precisava ganhar tempo, abrindo alguma informação que não fosse pertinente, ou não entregasse algum companheiro; na ocasião de sua prisão, ele estava de saída de Salvador, dessa maneira, ele desmontou o aparelho em que estava alojado, e os seus móveis foram levados para montar outro aparelho – esse era seu pensamento:

É... eu ia desmontar o meu aparelho, que eu não ia ficar mais... Jair Heleno ia pegar os móveis lá de casa, que ia para o aparelho dele. Esse aparelho estava sendo desativado... então não tinha risco nenhum... de ligação desses móveis com nada. Só que não foi isso! [...] O que foi é que... aí isso eu não sabia... é de que a caminhonete

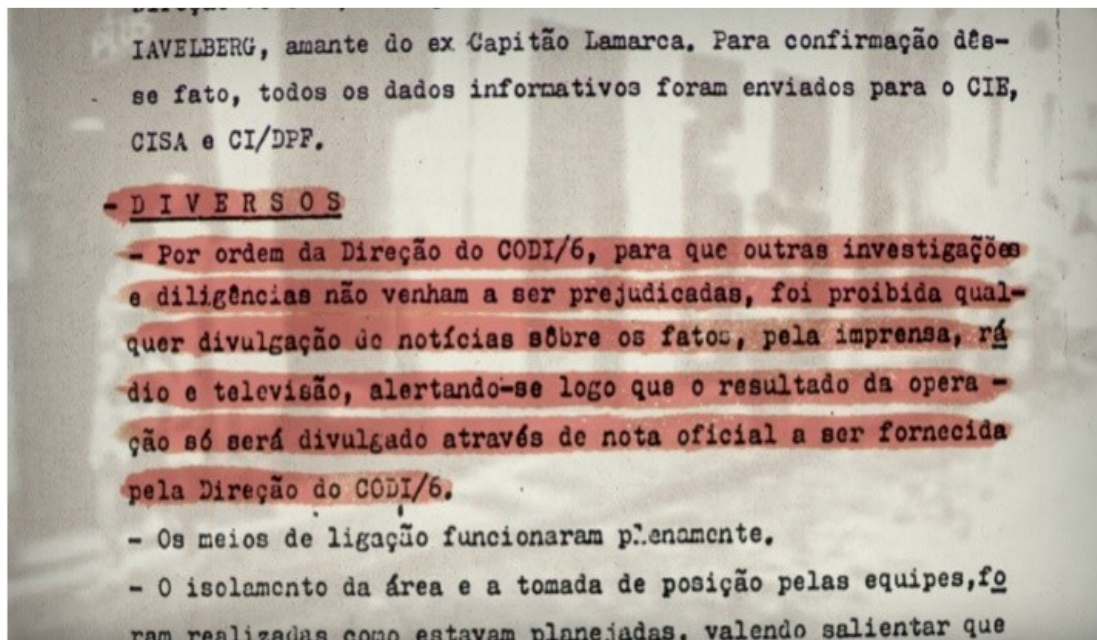
tirou de lá e levou diretamente para o aparelho... e que tinha acabado de montar...
 [...] Para Pituba... se eu tivesse sabido de que esta caminhonete fosse... levou diretamente para o aparelho que Jaileno estava, eu não abriria ele com facilidade...
 [...]

Diante desse fato, as forças de repressão montaram a operação para a prisão dos militantes que estavam no apartamento da Pituba. De acordo com o depoimento de Cantidio⁴⁹⁰ de Freitas Júnior – ex-inquilino do apt. 201, no edifício “Santa Terezinha”:

[...] Houve uns fatos interessantes... o rapaz que alugou... a empresa que alugou... o rapaz foi lá para fazer uma vistoria no prédio... disse eu quero ficar aqui na cozinha, porque na pia, porque está pingando em baixo... eu disse, mas ninguém falou? Ninguém me disse que estava... e levou o dia todo quebrando e fazendo que estava quebrando algumas coisas e etc.... e levou um dia inteiro. Eu me lembro que quando Iara me disse que estava com princípio de asma e que só um medicamento fazia efeito, e que eu fui com ela na farmácia... Nilda me acompanhou. Na volta, eu chamei a atenção...a atenção de Nilda e não de Iara... uma Kombi bem de frente do apartamento do outro lado, que levou o dia todo... no dia seguinte... e não consertavam... pô o cara ainda está consertando?... mas que diacho aquele carro de frente...[...] ... umas onze e meia... fui para casa, normal... quando foi mais ou menos umas três e meia da madrugada, bateu forte na porta... e abri... e ele disse eu sou major fulano... ele disse o senhor vai conosco agora. Quando chegou no Barbalho no Fortes, havia uma toalha deitada no chão, Antuani que tinha feito um mês, todo encolhidinho... todo encolhidinho, e a babá Benedita, com um olho deste tamanho (arregalado) num canto assim, apavorada...apavorada... sem entender nada. Ele disse: é enquanto uns querem a grandeza da pátria, outros querem destruí-la. Não me fizeram nada... eu perguntei aonde estava a Lúcia? Ele disse está em outro compartimento... eu perguntei aonde estava a Nilda, ele disse, isso não interessa ao senhor! Num determinado momento ele mandou que eu descesse e me disse: Olha... o que está ocorrendo aqui e o que ocorreu, quem disser alguma coisa, basta alguém saber, seja quem for, seja mulher, seja filho, vocês vão se ver conosco! E nem imaginam o que pode acontecer. (47:44 – 51:05)

⁴⁹⁰ Cantidio era o inquilino do apartamento da Pituba, ali morava sua amante Lucia Cunha com o filho deles, Antuani, que tinha apenas um mês de vida. Apesar de não se envolver com política, Lucia abrigava sua irmã Nilda e namorado Jaileno, ambos do MR-8.

FIGURA 31: DOCUMENTO OFICIAL QUE APRESENTA AS ORIENTAÇÕES DE SIGILO DA OPERAÇÃO



FONTE: Em busca de Iara (2014)

As situações relatadas por Cantídio, demonstram que o cerco ao apartamento da Pituba foi muito bem planejado, dificultando algum tipo de reação dos militantes que ali estavam. O que nos soa estranho, é que ninguém percebeu a vigilância antes do cerco, como por exemplo, o homem que foi fazer a manutenção da cozinha, ou o carro quebrado em frente ao prédio e toda movimentação em volta do imóvel.

Em 20 de agosto de 1971, Iara Iavelberg acordou com muita fumaça tóxica, das bombas de gás lacrimogênio, que os agentes da repressão atiraram contra o seu aparelho, apartamento 201. No intuito de escapar da repressão, ela pulou uma mureta que dava acesso ao apartamento 202 (vizinho ao seu aparelho), o plano era escapar dos agentes da repressão, que haviam invadido o 201.

Iara conseguiu se esconder no banheiro de empregada, que ficava na área de serviço do imóvel. Com uma arma na mão, agachou-se no banheiro e tentou ficar em silêncio, enquanto aguardava o tumulto passar. Ouvia o barulho da movimentação dos militares, inclusive, ouvia o coronel responsável pela operação “Coronel Luiz Arthur” solicitar no megafone, que todos se rendessem.

FIGURA 32 – EDIFÍCIO SANTA TEREZINHA, COM OS APARTAMENTOS 201 E 202.



FONTE: Em busca de Iara (2014)

Aguardar escondida no apartamento 202, parecia um bom plano para Iara, caso não acontecesse nenhum imprevisto – alguém a visse e denunciasse, ou ouvissem sua tosse, por conta de uma crise de asma que estava tendo naqueles dias. A história dos relatos, contam que após as prisões dos companheiros de Iara, a polícia solicitou que os moradores voltassem aos seus imóveis, e abrissem as janelas, para que o gás pudesse se dissipar e não trazer problemas de saúde aos moradores.

Neste momento, subiu um menino chamado “José Arthur Bagatini”, morador do apartamento 202. Esse menino, segundo o filme, teria visto Iara abaixada no banheiro com uma arma na mão. Contam que Iara pede para que ele fique em silêncio. De acordo com Flávio Frederico citado por Moncau ele não contou de imediato o que viu:

O menino fecha a porta e, de acordo com um documento interno da Polícia Federal a que tivemos acesso por meio do Arquivo Nacional de Brasília, não fala imediatamente para a polícia. [...] Ele ficou em dúvida sobre o que fazer. Contou para a mãe, que ficou apavorada e contou para o tio, que conhecia alguém da polícia e avisou.⁴⁹¹

A polícia subiu novamente, dessa vez no apartamento 202, encontraram uma mulher trancada no banheiro (versão oficial), desceram com o corpo de Iara Iavelberg. Identidade que só foi confirmada a posteriori, como sendo uma das militantes mais procuradas do país.

⁴⁹¹ MONCAU, *Revolução e paixão na vida admirável de Iara...* op. cit., p. 62.

Mas, de acordo com relato de José Carlos Souza, o “Kid” (Rocha), falando sobre a presença dos agentes policiais no entorno do edifício:

Provavelmente... acho que esse cara chegou lá na quinta feira... já de noite, eles já começam a campanar... aí na sexta eles estouram... eu vi que saiu com armamento pesado, com muita gente na sexta de noite que eu estava na policial federal... aí começou uma movimentação muito grande na... eu pensava que movimentação é essa? não vai dar em nada. Ai quando chegou de manhã cedo, chegaram lá na minha cela... e bateram o retrato de Iara... desceram logo... nove horas da manhã chegou Fleury... aí eu não exatamente as palavras, mas foram me dizer que tinham matado Iara. Parece que esta história de suicídio vem nesse mesmo dia. (52:15 – 53:51).

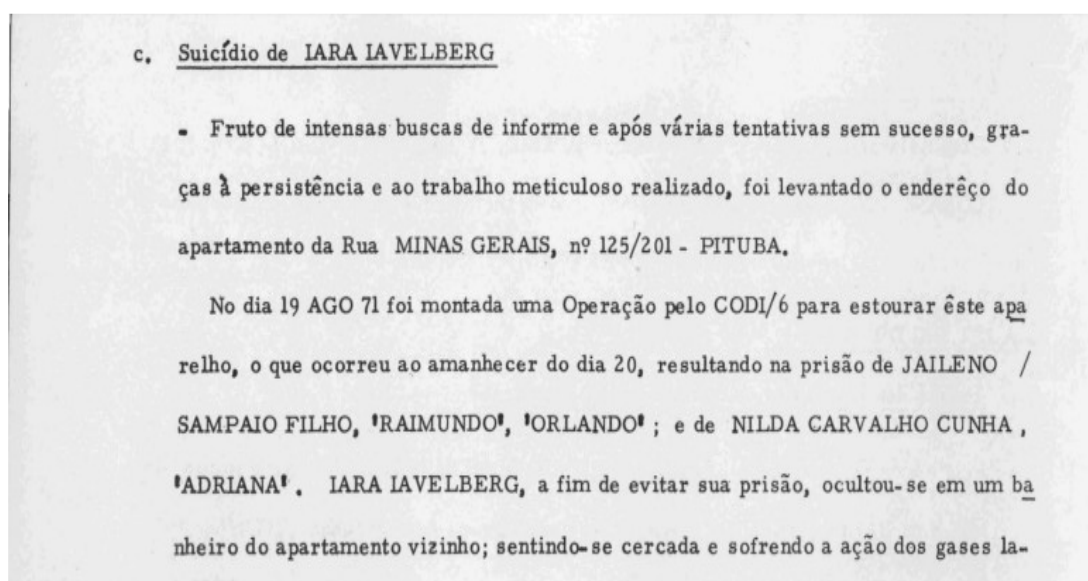
Em sua narrativa, Souza (Rocha) – já preso na Polícia Federal – apresenta uma espécie de análise do esquema tático criado pelos agentes policiais para entrar no prédio e, depois, no apartamento 201. Fala de um “cara” – no filme, identificado por um falso técnico de vistoria⁴⁹² – que chegara ao prédio com antecedência (quinta-feira), seguido, um dia depois, pelo início da operação (uma sexta à noite) ao lembrar que, mesmo preso, “[...] eu vi que saiu (policiais) com armamento pesado, com muita gente na sexta de noite [...]” do prédio da Polícia Federal.

Porém, o mais intrigante fora a percepção, rememorada por “Kid”/Rocha, de que a operação não ia “dar em nada” – talvez, em alusão a uma crença (ou esperança) vã de que o esconderijo na Pituba seria quase “perfeito” e que os dois, Iara e Lamarca, pudessem fugir e viver livres da perseguição do regime. A alusão, no entanto, logo se desfaz, quando lembrou que “quando chegou de manhã cedo, chegaram lá na minha cela...” – às nove horas, tendo à frente o delegado Sérgio Paranhos Fleury – e “bateram o retrato de Iara... foram me dizer que tinham matado Iara”. Para ele, inclusive, a tese do “suicídio” não demorou tanto para ser publicizada, mas veio “nesse mesmo dia” em que mostraram-se o retrato dela, morta.

Além disso, cabe dizer que na narrativa de “Kid”/Rocha para o documentário, o cerco foi efetivado na madrugada do dia 20 de agosto de 1971, conforme consta exatamente no Relatório da “Operação Pajussara”. De acordo com a primeira fase da operação, citada através de imagem (abaixo):

⁴⁹² Confirmada na narrativa de Cantídio de Freitas Júnior, citando anteriormente, cujo trecho replicamos aqui: “[...] Houve uns fatos interessantes... o rapaz que alugou... a empresa que alugou... o rapaz foi lá para fazer uma vistoria no prédio... disse eu quero ficar aqui na cozinha, porque na pia, porque esta pingando em baixo... eu disse, mas ninguém falou? Ninguém me disse que estava... e levou o dia todo quebrando e fazendo que estava quebrando algumas coisas e etc.... e levou um dia inteiro [...]” (47:44 – 51:05). Provavelmente, um agente disfarçado com o objetivo de “conhecer” melhor o local onde os militantes estavam escondidos.

FIGURA 33 – RELATÓRIO OPERAÇÃO PAJUSSARA



FONTE: Verdade (2019)

A finalização da “Operação Pajussara” deu-se com a execução de Lamarca e Jessé. A “maioria” dos passos empreendidos pelos agentes da repressão estão registrados neste relatório, percebe-se que houve o cuidado de registrar os principais momentos da ação, nomear as pessoas (militantes) que cooperaram com a delação de informações e há também uma subjetividade de opinião em alguns itens apontados no documento.

No relatório não consta “tortura” ou “uso de violência” para obter as informações desejadas pelos agentes; não apresenta as estratégias de convencimento das populações locais para a obtenção de informação sobre o paradeiro dos militantes e etc. Detalhes que, a partir de uma análise minuciosa da linguagem utilizada nos registros, poderiam descortinar outros detalhes da brutal operação.

O Relatório da “Operação Pajussara” faz parte do que tem sido chamado de “arquivos da repressão”. Segundo Ferreira e Bauer são:

[...] conjuntos documentais que foram produzidos pelos órgãos de informação e segurança em ações repressivas durante a vigência das ditaduras civil-militares de segurança nacional. Os dados contidos nestes papéis eram de fundamental importância para a consecução das estratégias de implantação do terror, evidenciando a importância que a informação adquirira para estes regimes, e orientando a execução das operações militares e policiais.⁴⁹³

⁴⁹³ FERREIRA & BAUER, op. cit., p. 255.

Embora muitas intervenções realizadas pela ditadura civil-militar estivessem alicerçadas em ações paramilitares e clandestinas – consequentemente contando com a “ausência” de determinadas informações nos registros documentais (como a menção explícita aos agentes participantes das mortes ou desaparecimentos) – existia uma base hierárquica que obedecia a uma burocracia administrativo-militar.

Porém, essa mesma burocracia exigia a criação de registros, elaboração e atas e depoimentos “formais”, elaborar prontuários pessoais e organização de arquivos. Nesse sentido, para Jelin os órgãos militares necessitavam criar e alimentar tais registros burocráticos:

O paradoxal nas ações dos Estados, mesmo as mais secretas ou realizadas em períodos de exceção, é que elas são registradas. A própria dinâmica burocrática dos Estados, na concepção weberiana, pressupõe registros documentais, quase sempre detalhados, assinados pelas pessoas autorizadas por esse mesmo Estado a agir em seu nome. Ainda que existam lacunas na produção documental nas diversas instâncias estatais, e que se tente suprimir falas, algum traço delas restará.⁴⁹⁴

A produção destes registros documentais, auxiliam no presente para elucidar questões obscuras nas ações dos agentes repressores.

Produzindo, segundo Ferreira e Bauer, um “efeito bumerangue”, documentos que foram usados para orientar as operações repressivas, mas, contemporaneamente, compoendo um rol de documentos importantes para comprovar as diversas violações de direitos, para provar que muitas vítimas “desaparecidas” estavam sob a guarda dos agentes do Estado, tendo dessa maneira a possibilidade de reparação para os familiares dos mortos e desaparecidos políticos.⁴⁹⁵

3.2.6. Testemunhas contradizem a versão: Iara Iavelberg “suicida”?

A versão de suicídio foi, como já sabemos, contestada pela família, por companheiros de militância e mesmo por testemunhas que disseram estar no local na data do cerco da “Operação Pajussara”.

De acordo, por exemplo, com José Carlos Souza (Kid / Rocha), ex integrante do MR-8: *“A opção do suicídio seria a opção de você tentar evitar morrer num suplicio muito grande. Então a única alternativa real de morte seria o tiro na cabeça... jamais um tiro no*

⁴⁹⁴ Idem, p. 256.

⁴⁹⁵ Ibidem.

coração... jamais...” (51:16 – 52:14). Segundo Viana, no testemunho de Maria do Carmo⁴⁹⁶, ela relata sobre a possibilidade de suicídio, como sendo uma estratégia para fugir das atrocidades da prisão e conseqüentemente das torturas:

[...] havia também a pílula do veneno. Cada um recebeu a sua para usar em caso de prisão. E então, caíram presos os primeiros companheiros que tinham a pílula: foi um horror. Não só não morreram, como tiveram cólicas terríveis, uma enorme diarreia. Ficavam desmoralizados e, além disso, fracos, pois para salvá-los a repressão fazia a lavagem estomacal. Discutiu-se muito então até chegar à conclusão de que todo mundo deveria ter uma arma bem pequena, que pudesse ser escondida em qualquer lugar e que permitisse morrer sem erro. Era mais um risco a correr – andar armado. Mas a organização resolveu arriscar.⁴⁹⁷

Ainda na fala de Viana, Maria do Carmo explicita o sentimento de “maior que a dor”:
“Na tortura, você rapidamente é colocado cara a cara com um horror maior que a dor: tem gente de sua mesma espécie, o homo sapiens – duas pernas, dois braços, uma cabeça – que é um monstro”.⁴⁹⁸ Porém, este não foi o caso da morte de Iara. Esta é uma das razões da produção do documentário. Investigar, justamente, a forma como Iara veio a ser morta e afastar quaisquer possibilidades de que tenha se suicidado.

Neste sentido, Mariana Pamplona e sua equipe, na sequência da edição, ouviram novamente o relato de Diva Soares Santana – à época, Diretora do Grupo “Tortura Nunca Mais”/BA – que traz um fato complementar a “busca” presente no título do filme:

Eles tomam o edifício, invadem o apartamento, tem uma história de um menino que desce e diz que tem uma pessoa no quarto... Iara Iavelberg... nesse caso. Quando eles chegam no quarto onde diz que estava a mulher no apartamento, eu nunca vou me esquecer do que estava escrito ali, porque uma coisa que me chamou a atenção, quando eles batem na porta, do banheiro, ela põe as mãos nos basculhantes, isto é dito pelo agente... ela põe a mão no basculhante e diz: eu me entrego. (54:44 – 56:01)

A narrativa de Diva diz respeito à importância vital dos trabalhos que o Grupo “Tortura Nunca Mais” (GTNM) realiza em todo o país, em busca de verdade e justiça em relação aos mortos e desaparecidos, além do objetivo de defender uma memória de resistência

⁴⁹⁶ Maria do Carmo Brito – codinome "Lia" na clandestinidade – foi integrante da Política Operária (Polop), do COLINA, uma das principais dirigentes da VAR-Palmares, onde comandou a ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), onde se tornou a primeira mulher a comandar uma organização guerrilheira em toda a América Latina. In: Vianna, 2003, op. Cit.

⁴⁹⁷ VIANA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: A história de Lia, Maria do Carmo Brito. São Paulo: Record, 2003. p. 65-66.

⁴⁹⁸ Ibidem., p. 79.

e luta de militantes de esquerda contra os abusos cometidos pela ditadura civil-militar na história do Brasil.

Mas, ao mesmo tempo, traz uma revelação específica – presente nos documentos produzidos pelo GTNM e também pela Comissão Nacional da Verdade – algo que, segundo Diva, fez-lhe afirmar “*eu nunca vou me esquecer do que estava escrito ali (no documento)*”. Tal revelação guarda vínculo estreito, no filme, com os momentos finais da vida de Iara no apartamento da Pituba, em Salvador. Ao que tudo indica, de acordo com Diva, a militante estava muito distante de querer se matar ao sentir a presença dos agentes da repressão, pois “*quando eles batem na porta, do banheiro, ela põe as mãos nos basculhantes, isto é dito pelo agente... ela põe a mão no basculhante e diz: eu me entrego*”.

Além dela, mais uma testemunha confirma a mesma versão, de ela disse: “Eu me rendo”. Mariana Pamplona, narra a seguinte história:

Leônia é ex-militante e irmã de Lúcia Nilda Cunha, ela nunca conseguiu se recuperar das cicatrizes que a ditadura deixou em sua família. Além de Nilda ela também perdeu a mãe Esmeraldina, que protestava publicamente contra a morte da filha, como resultado de torturas. Na época Esmeraldina foi considerada suicida, mas a família sempre questionou a versão oficial. (1:02:27 – 1:02:50)

Ao que Leônia Cunha – advogada – irmã de Nilda⁴⁹⁹ Cunha, também conta o que ouviu naquele dia, e também o que sua irmã Nilda contou sobre os momentos em que esteve no apartamento 201 da Pituba:

[...] E ela disse... aquela história... e cercaram tudo... já era tarde da noite quando nós ouvimos, daqui ouviu a voz gritar: não atira eu me rendo, eu me entrego! E aí ouvimos o tiro. [...] É uma voz de m... voz feminina... ouvimos ela gritar... não atira eu me entrego, eu me rendo. (1:02:51 – 1:05:36)

Com o objetivo de apresentar um maior número possível de “provas” documentais (e audiovisuais), Mariana Pamplona tenta fazer de “Em busca de Iara” um capítulo final na história do “suicídio”. Ao lado de narrativas como as de Diva e Leônia, ela colhe também a narrativa/depoimento de Shirley de Freitas Silveira – proprietária do apt. 202 em 1971, imóvel onde Iara se escondeu, para tentar fugir do cerco policial. Assim falou Shirley:

Mataram ela!... Mataram ela! [...] ... ela está no apartamento que é vizinho ao deles... foi no primeiro andar, eles alugaram um apartamento ao lado... tanto que ela, quando

⁴⁹⁹ Alguns dias após ser solta, Nilda ficou cega e morreu inexplicavelmente. Suspeita-se que ela foi envenenada na prisão.

pulou... pulou para o meu apartamento... quer dizer eu não vi... [...] e ela ficou encolhidinha naquilo ali... tentaram atirar pelo basculhante... e foram várias tentativas... até que acertaram nela... porque balearam e depois levaram no carro ela já baleada, e ela morreu no caminho...[...] Não... porque primeiro o exército não deixou... eles disseram que ela estava viva... e levaram no carro para levar para o pronto socorro... mas daí o corpo estava enrolado... você sabe que nessa hora eles tomam a frente, os policiais tomam a frente... [...] Eu consegui tomar conhecimento na época daquela que tudo era proibido... você vivia com medo de tudo e de todos... [...] E jogaram muita bomba de gás... para ver se ela conseguia sair pelo basculhante... e atiraram, porque num... dois dias depois eu fui lá e ainda estavam as marcas na parede... dos furos de bala... ela morreu entre a pia e a parede... onde estavam os tiros encravados... e tinha sangue no piso e na parede. (1:13:01 – 1:14:04)

Na sequência, Pamplona também ouve o relato de Mariluci Moura – jornalista – em São Paulo no ano de 2011, sobre como era difícil ter acesso ao prédio (impedido pelos agentes da polícia), as histórias contadas (e desconstruídas) pelas pessoas no “calor” dos acontecimentos e a ocultação de informações sobre o “paradeiro” do corpo de Iara. Nas palavras de Mariluci:

[...] Eu me lembro o lugar mais ou menos desse pequeno prédio. Nós não podíamos entrar, os repórteres etc., não podiam entrar no apartamento. E tentamos ficar por ali conversando, para saber mais detalhes do que tinha acontecido de fato naquele prédio. O que as pessoas contavam assim, você tentando tirar mais detalhes da história... é que ela teria, que alguém teria ouvido ela dizendo: não atirem eu me entrego. [...] Ao divulgarem, ficou claro que já tinha muitos dias que tinha acontecido...[...] isso ficou claro! Que a morte tinha acontecido muitos dias antes... que o corpo tinha ficado sim, no IML de Salvador... sei que eles tinham estrategicamente guardado a informação. (1:14:05 – 1:16:46)

Segundo Santos a ditadura atuava premeditando encobrir a responsabilidade dos agentes do Estado nos crimes cometidos, produzindo as chamadas “versões oficiais”:

[...] para os casos de mortes de opositores políticos praticadas em dependências policiais, por exemplo, criava versões oficiais e procurava divulgá-las por meio de órgãos de segurança e da imprensa. Com a adoção dessa prática, eliminou em um período infeliz a dez anos, mais de trezentos cidadãos em todo o país.⁵⁰⁰

O regime ditatorial construiu inverdades para os óbitos de opositores em todas as regiões do país. Os casos que, em sua maioria foram fraudados, aos poucos, foram revelados. Conforme Miranda e Tibúrcio:

As versões divulgadas pela imprensa na época, baseadas em notas oficiais dos próprios órgãos de repressão, foram sendo desmentidas por médicos-legistas e peritos respeitados que analisaram laudos de necropsia, fotos cadavéricas e perícias de local, entre outros documentos. Assim, constatou-se: em vez de “suicídios” e

⁵⁰⁰ SANTOS, A Comissão Especial sobre Mortos ... op. cit., p. 88.

“mortes por atropelamento”, tratavam-se de assassinatos sob tortura; em vez de “fugas de prisão”, desaparecimentos forçados; em vez de “tiroteios” – quase todos simulados -, execuções á queima-roupa. Em vários casos, a ampliação de fotos cadavéricas permitiu a observação de marcas de algemas e de torturas. Novas provas demonstram que casos reconhecidos pelo *Dossiê de mortos e desaparecidos a partir de 64* como morte em tiroteio não ocorreram desse modo; após confronto, foram presos, levados para dependências policiais e torturados até a morte.⁵⁰¹

As famílias de mortos e desaparecidos atuam diretamente na busca por desconstruir essas versões oficiais, buscam arduamente a verdade possível dos fatos.

Desejam que a memória de seus entes não seja esquecida ou apagada com as omissões perpetradas pelo Estado. Ainda há muito o que dizer sobre as formas de violência e repressão impetradas pela ditadura civil-militar no Brasil, já que um conjunto de documentos oficiais apenas muito recentemente têm sido disponibilizados ao público e para pesquisas – contendo histórias e memórias de muitos homens e mulheres que continuam silenciados neste período obscuro da nossa história.

Até pouco tempo atrás, era a situação de Iara. Necessário, para Mariana, fazia desconstruir de vez a narrativa do “suicídio”. Isto ocorre quando, na sequência quase final do documentário, vemos Mariana Pamplona dirigir-se até o Instituto de Criminalística, da “Superintendência da Polícia Técnico-Científica”, em São Paulo, para falar com Dr. Daniel Munhoz – médico legista. A narração contextualiza as razões dessa visita:

Em 2003 nós recebemos requisição judicial para fazer a exumação do cadáver de Iara Iavelberg, para tentar ver se era possível determinar se foi suicídio ou homicídio. O cadáver estava esqueletizado, e os únicos dados que nós pudemos observar foram os ossos. E o único dado relevante que nós encontramos, foi esta fratura aqui, que corresponde a uma saída de projétil de arma de fogo. Portanto só com a ossada nós não tínhamos como saber se foi homicídio ou suicídio. [...] O Dr. Pitex que foi o médico legista que fez a necropsia da Iara em 1971, ele descreve que o orifício era circular, com bordas deprimidas e com oito milímetros de diâmetro, completamente diferente de um tiro suicida. O que a gente nota, é que ela teve uma lesão no tórax, pequena e com uma borda deprimida. [...] O que indica, que mesmo através das vestes, o tiro encostado daria características diferentes daquela da Iara, e, portanto, aquele tiro na Iara não corresponde a um tiro suicida. (1:19:04 – 1:23:32)

A investigação que o Dr. Munhoz fez no processo de exumação dos restos mortais de Iara Iavelberg, não deixa dúvidas, da impossibilidade de suicídio no caso da perfuração descrita pelo Dr. Pitex, legista que na época da morte, fez o laudo de necropsia. Dr. Munhoz fez um trabalho de investigação minucioso, usando estratégias que simularam a causa da morte naquele tempo e espaço, conforme lemos acima.

⁵⁰¹ Ibidem., p. 88-89.

Apesar de a família ter tido sucesso no esclarecimento da morte de Iara, não houve manifestação formal dos militares ou agentes policiais sobre o caso. Como indicamos, parece que a ausência de tais manifestações encontra ressonância na existência mesmo de algumas produções biográficas, como a de Judith Patarra (1992), que, ao mencionar a morte de Iara Iavelberg, ainda resistem em deixar de lado a “versão oficial” edificada pelo regime – o “suicídio”.

O não-reconhecimento e responsabilização direta por parte do Estado teve que ir para instância judicial, a fim de ratificar o laudo médico de exumação do corpo de Iara. Só assim, a família conseguiu provar – ao menos judicialmente – que a jovem militante foi literalmente assassinada. Nos dias atuais, de avanço extremista e conservador, é preciso ir além das determinações judiciais para defender politicamente uma “memória forte” de resistência e luta contra a ditadura e de reconhecimento do Estado como agente principal da morte e desaparecimento de vários brasileiros e brasileiras.⁵⁰²

3.2.7. “Descanse em paz, Iara!” ou... o “final” de uma polêmica

Ao final do documentário, Mariana compartilha com o espectador do filme a cerimônia de sepultamento, feita em um templo judaico, em 2006. Vemos a seguinte legenda “*Enterro dos restos mortais de Iara Iavelberg ao lado de sua família em 11 de junho de 2006*”.

Na cerimônia, o caixão de Iara indica a localidade onde estavam a cabeça e os pés. Logo a seguir dessas imagens, o Rabino que celebrava diz, citando vários membros da família Iavelberg: “*Em nome da família de Iara [...] e na presença de Samuel, Rosa, Raul, Ana, Luiz, Catarina, Carlos, Mariana, Isabel e Jonas (sobrinhos)*”.

Inicia a cerimônia tradicional judaica, com todo o ritual do qual não foi permitido em 1971. A posteriori, levam os restos mortais para a sepultura, juntamente com outros sepultados, em terreno sagrado (não mais separado, como anteriormente). O Rabino diz – título deste tópico: “*Descanse em paz, Iara!*”. Após esta sequência, o documentário termina com uma imagem de Mariana, ainda criança, sorrindo para a câmera fotográfica (1:26:21 – 1:28:45).

⁵⁰² TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar...** op. cit., 2012.

O que estas duas cenas representam para nós? Por um lado, entendemos que elas possuem suas especificidades, ou seja, enquanto as imagens da cerimônia fúnebre com os restos mortais do corpo de Iara simbolizam (na tradição judaica) o direito “sagrado” de sua existência e de sua morte perante a instituição religiosa, a fotografia da criança Mariana sorrindo para a câmera empresta um sentido de continuidade, de que o nascimento (e o próprio sorriso) da sobrinha de Iara traduz o germinar de uma luta sem fim pelo direito à verdade.

Por outro, ambas as cenas expressam uma sensível conotação política (ressaltada pela própria Mariana) envolvendo a morte de Iara Iavelberg, posto que marcam (e desejam selar) o reconhecimento da memória e da justiça diante das mentiras contadas pelo regime, e, de certo ângulo, permanentes depois da ditadura.

Como complemento a esta nossa hipótese, trazemos a afirmação Pollak, segundo a qual enfatiza a relevância da “escuta” como uma forma de enfrentar os bloqueios e as permanências das versões narradas pela “história oficial”, isto por que

[...] a história oficial em alguns casos pode ser revisada a partir de relatos suprimidos por longos anos. Além disso, a lembrança permanece mesmo que a história oficial não as contemple. O autor afirma que o silêncio, pode não se igualar ao esquecimento, mas pode significar uma resistência ao excesso da memória oficial. O silêncio pode ser quebrado tendo em primeiro lugar uma escuta.⁵⁰³

A memória dos familiares de mortos e desaparecidos políticos da ditadura civil-militar, precisa estar presente na construção histórica do país. Não admite que exista uma memória única e hegemônica, que reconheça apenas a versão das classes dominantes ou de uma fração desta classe, e, o que é pior, a versão construída e reconstruída pelos próprios agentes institucionais do Estado – ainda tão presentes na memória nacional.

Fazer com que estas memórias sejam visíveis, significa ouvir vozes que não foram ouvidas, contar histórias que não foram contadas. Vozes femininas como as de Iara, mulher e militante, na luta contra a ditadura.

3.3. Conclusões parciais

O documentário “Em busca de Iara”, como a palavra “busca” explicita, teve por objetivo uma ressignificação e reconfiguração do que foi imposto pela ditadura no Brasil aos

⁵⁰³ POLLAK (1989), op. cit., p. 10.

militantes de esquerda que atuaram em organizações de luta armada. Mas tal abordagem é vista e investigada a partir de um sujeito específico: uma mulher militante, Iara Iavelberg, conhecida por ser a “companheira” de Carlos Lamarca, o “capitão” – mas que, na película, ganha um protagonismo (até mesmo em virtude de Mariana Pamplona ser sua sobrinha).

“Suicídio” era a versão oficial produzida por laudo médico, assinado pelo Dr. Pitex, membro do Exército, e em documentos complementares (e desaparecidos) dos arquivos do Instituto Médico Legal (IML). As informações sobre o corpo de Iara – liberado para a família um mês após sua morte – ficara um tempo em sigilo para não “atrapalhar” as investigações policiais (cujo objetivo era capturar Carlos Lamarca).

Mariana Pamplona não havia nascido quando sua mãe, Rosa Iavelberg, soube da morte de Iara. Neste sentido, o roteiro de “Em busca de Iara” possui uma finalidade histórica e política, mas também fortemente afetiva: isto porque o objetivo de apurar os verdadeiros fatos que levaram a morte de Iara e descartar veementemente a tese do “suicídio” misturava-se com o sentimento de poder “encontrar” sua tia – tão presente no imaginário de Mariana.

Reunindo narrativas e evidências documentais, o documentário quer, de um lado, enfatizar que a tese do suicídio sempre foi contestada pela família. Em entrevista a Gabriela Moncau, Mariana Pamplona disse: *“As pessoas precisam saber o que aconteceu, a Iara foi assassinada pelo regime militar como muitos e muitos jovens, não dá para esquecer isso, precisa ser contado, para que nunca mais aconteça”*.⁵⁰⁴

A história de vida de Iara, inter-relaciona outras histórias, por meio de suas vivências, é possível ter um olhar amplo, de situações que outras militantes experimentaram. É necessário que seja contado não apenas a história de Iara, mas de que seja contada muitas outras histórias de pessoas que lutaram contra o regime militar, muitas deram suas vidas pela batalha e outras conseguiram sobreviver aos horrores da ditadura civil-militar. Segundo Maria Lúcia, amiga de faculdade de Iara: *“Tudo que fosse revolucionário, pode ter certeza que a Iara ia se interessar. Era uma pessoa que estava sempre procurando coisas mais à frente do seu tempo, muito estudiosa”*.⁵⁰⁵

Por outro lado, o documentário, pelo campo afetivo e familiar (mas permeado de visão política), quer que o espectador entenda que Iara Iavelberg foi uma mulher “amada por todos” e além do seu tempo, quebrando diversos paradigmas e expectativas sociais. Neste âmbito,

⁵⁰⁴ MONCAU, Gabriela. *Revolução e paixão na vida admirável de Iara...* op. cit., p. 69.

⁵⁰⁵ *Ibidem.*, p. 63.

Mariana procurou criar um roteiro a qual era preciso construir uma certa “empatia” com a pessoa de Iara (da infância à fase adulta) e com as escolhas que fez.

Traça um perfil de mulher que passou por uma infância burguesa, um casamento (forçado) na adolescência – apoiada pela família – mas que também ingressou na universidade, nos debates políticos, nas atividades culturais (música, teatro, cinema, artes plásticas), no movimento de resistência ao Golpe em 1964, e a entrada em organizações de oposição a ditadura (luta armada e, depois, a clandestinidade); a união e o romance com Lamarca, inimigo número 1 do Estado. Enfim, de como tornou-se uma das mulheres-militantes mais procuradas pelos agentes da repressão, cujo desfecho trágico se deu com a morte (assassinato) na “Operação Pajussara”.

“Em busca de Iara” apresenta a luta de uma família por verdade e justiça, diante da morte de um ente querido. Mariana Pamplona, ao fazer parte da equipe de construção dessa produção fílmica, deseja além de contar a história de sua tia Iara Iavelberg, anseia por lutar pela memória de todos os militantes que foram assassinados pela ditadura militar no país. A família Iavelberg travou uma luta política pela memória, pela lembrança e pelo não esquecimento do que aconteceu com Iara Iavelberg.

O documentário requer trazer à tona as memórias de “Marias, Marianas, Claudias, Lianas”⁵⁰⁶, histórias que precisam ser contadas, e como Rosa Iavelberg diz: *“bem contadas”*. Representação de “coragem e determinação”, uma batalha que iniciou antes do seu nascimento, a partir do comunicado da morte de Iara, numa circunstância totalmente indesejada e sem a possibilidade de uma despedida honrada. Indignação que culminou em um processo de solicitação de exumação dos restos mortais de Iara no ano de 1996, decisão favorável ao pedido, que só foi concedida no ano de 2003; e que mesmo sendo deferido judicialmente teve obstáculos por parte da administração do cemitério judaico de São Paulo.

E finalmente, a posteriori o laudo de exumação confirmou a desconfiança da família, de que a conjuntura da morte de Iara, não foi de acordo com a versão oficial do Estado. Mesmo com um laudo contraditório ao “oficial” do regime, a família vivenciou um misto de sentimentos – do alívio à revolta – pois não permitiram que tivessem acesso ao ritual de despedida que ela e sua família acreditava. Portanto, o desfecho do documentário, são as filmagens da despedida da jovem militante, conforme os ritos judaicos.

⁵⁰⁶ Nomes fictícios que representam outras militantes assassinadas pelo regime militar (1965 a 1985).

Mas “Em busca de Iara” também foi motivado por questionamentos vindos de Mariana Pamplona desde antes do seu nascimento e a acompanharam no decorrer de sua vida. Por intermédio dele, Mariana desejava uma ampla discussão e divulgação públicas dessa nova perspectiva descoberta pela família, a desconstrução da tese do “suicídio” e a cobrança de que o Estado reconhecesse a legitimidade do processo que foi instaurado e modificasse a versão sustentada por tantas décadas.

Ao lado de Iara, Mariana Pamplona também pode ser designada de mulher-militante na luta contra a nefasta história da ditadura civil-militar no país. Uma militância valente, embora numa outra época e campo do conhecimento, com uma força incansável, não medindo dedicação para alcançar os objetivos – a busca por respostas, busca pela verdade e por justiça.

Em 2013, por exemplo, quando do depoimento à Comissão Nacional da Verdade, Mariana fez questão de mencionar o quanto o velório da tia foi extremamente traumatizante para a família. No depoimento, toda a situação que envolveu a morte de sua tia se mostrava muito presente para ela e a família, ao enfatizar a questão da “perda” e como lidar com ela: *“... foi uma perda assim... não tem o que... possa ser feito que traga a vida da Iara de volta... então a gente faz o que a gente pode... todo mundo aqui está fazendo o que pode... mas a dor dos familiares... essa dor vai ficar para sempre... não tem jeito”*.

Entendemos que estas experiências de perda por intervenções violentas e repressivas do próprio Estado são geradoras de traumas que passam de geração em geração, uma tortura herdada do regime que atravessam períodos históricos e regimes políticos. A vida de Iara não volta mais. Neste sentido, para Mariana, participar da “Comissão Nacional da Verdade”, tinha o papel de relatar a dor da família, mas, principalmente, denunciar para a sociedade a realidade que foi vivida por muitos militantes que lutaram contra a ditadura, e, ao mesmo tempo, expor as arbitrariedades que o Estado legitimou em nome do poder das classes dominantes.

Como sobrinha e acompanhando todas as angústias, e também por ter um conhecimento/experiência como cineasta, percebeu uma possibilidade de construção de um documentário com traços ficcionais visando obter maior “realismo” e aproximar-se mais da “verdade” em torno da morte da tia. A produção filmica perpassa a vida de muitas pessoas, muito militantes que também foram perseguidos e violentados nos seus direitos civis, políticos e humanos.

Visando desconstruir concepções “históricas” e uma memória hegemônica legitimadas pelo próprio Estado, “Em busca de Iara” propõe, enfim, um novo prisma, trava uma batalha específica em defesa da memória, verdade e justiça ao partir da luta de sua própria família – dentre tantas que foram destruídas pelo regime, mesmo com a transição democrática – e também da própria Mariana para apresentar elementos comprobatórios que permitam enfrentar a herança nefasta da ditadura e uma percepção, a partir da morte de Iara, do que foi construído pelo Estado durante e após aquele período.

“Em busca de Iara” permite diversas perspectivas de análise. Trata-se de uma produção cinematográfica com forte destaque a uma investigação a partir de teorias sobre o feminismo: é uma obra filmica produzida por “uma mulher que enfatiza a memória de outra mulher”. Mulher, que de acordo com os testemunhos no documentário, protagonizou sua vida pessoal, profissional e militância. Como observamos em vários momentos da nossa análise, “uma mulher a frente de seu tempo”. Entendemos a importância dessa concepção, porém não foi a perspectiva selecionada para esta pesquisa.

O que foi relevante construir até o presente momento, se não foi suficiente para esgotar a temática e explicar todas as ações instauradas pelos agentes da repressão, o documentário “Em busca de Iara”, ao colocar em primeiro plano o protagonismo de uma mulher e militante, procura reconstruir a memória política do Brasil recente, cobrando do Estado o reconhecimento dos fatos ocorridos na ditadura civil-militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos abordados na construção da pesquisa, entendemos que investigar os diversos sujeitos envolvidos na oposição à ditadura civil-militar, em especial as mulheres, torna-se essencial para entender não apenas o contexto histórico em que a sociedade brasileira se edificava a partir do Golpe de 1964 – bem como o processo que foi articulado pelo Estado para impor e manter o poder das classes dominantes ao longo de mais de vinte anos – como também (senão principalmente) na participação das mulheres nos movimentos de resistência e luta que ocorreram (e ocorrem) no árduo e contraditório processo democrático no país.

A reflexão que discurremos no decorrer da pesquisa sobre a relação entre mulheres e militância, fez com que encarássemos a tarefa de enfrentar a questão da “invisibilidade” destes sujeitos na História (e mesmo na historiografia) através de uma ênfase no protagonismo. Daí a importância de lidarmos, de certo modo, com a questão do gênero.

O maior desafio na elaboração de uma pesquisa que tenha como foco os sujeitos femininos, é sem dúvida, a falta de particularidades na escrita historiográfica, elaborada quase que majoritariamente por homens, tendo como consequência a falta de especificidades femininas nas narrativas históricas. Inclusive, na escrita da história das mulheres que militaram contra a ditadura, se formos comparar a bibliografia produzida, é evidente um número significativo de produções voltadas a abordar personagens históricos masculinos.

As mulheres que militaram contra a ditadura no Brasil, romperam com a ordem tradicional impostas a elas; queriam que estas mulheres permanecessem nos espaços privados, destinados exclusivamente ao feminino, porém, elas desmistificaram suas posições sociais e saíram a luta. As batalhas foram (e continuam) diversas: mulheres que ingressaram nas organizações de esquerda, pegaram em armas, foram para a clandestinidade e estiveram à frente da resistência. Em contrapartida, existem mulheres que lutaram por seus filhos, seus maridos e amigos, abrindo suas casas para o acolhimento de feridos e pessoas que necessitavam de abrigo, assim como outras tantas mulheres que, mesmo distantes da experiência ditatorial, sentem literalmente na pele – por serem negras (logo identificadas com “pobreza” e “crime”) – a ostensiva e brutal violência cotidiana exercida pelo aparato policial-militar em favelas e áreas de periferia do país, assassinando seus filhos.

Neste sentido, para lidar com este desafio procuramos estudar o protagonismo de mulheres e de sua militância política contra a ditadura em nossa história recente através da relação entre cinema e memória, com o objetivo de abordar questões amplas de um modo específico.

Conforme assinalado na Introdução, numa pesquisa sobre a ditadura civil-militar e de quais os modos um selecionado grupo de sujeitos – inscritos num determinado contexto histórico – tratam, sentem, narram e re/elaboram o pêndulo entre o “passado” e o “presente” deste período tão funesto de nossa história, apenas faz sentido estudar a memória se ela for pensada na interface com relações de poder, mas, mais ainda, como fruto de experiências – individuais e/ou coletivas – indissociavelmente ligadas às disputas e lutas históricas entre diferentes projetos sociais, com destaque para aqueles engajados com as esquerdas.

Na senda de intelectuais como Traverso e Pollak, citados nesta pesquisa, trata-se da eminente tarefa de “politizar” a memória e fazer dela – e dos espaços de sociabilidade onde ela institui-se – uma arena em que se necessitam travar verdadeiras “batalhas” em defesa de certos valores, experiências, ideais deste e de outros tempos. Ou ainda o que outros historiadores – em sua maioria, de verve marxista – têm denominado de “políticas de memória” ao enfatizarem a necessidade de impedir o avanço de narrativas revisionistas e negacionistas, por exemplo, ao se referir a temas difíceis como ditaduras ou o fascismo⁵⁰⁷.

Foi o que procuramos fazer no capítulo 1, reconhecendo nossas limitações, quando focalizamos três dimensões de batalhas pela memória: o da ditadura civil-militar no Brasil, o da participação e protagonismo de mulheres na militância contra a ditadura e o dos limites e possibilidades deste mesmo protagonismo feminino nas telas do cinema nacional, com destaque para os documentários contemporâneos.

Os documentários selecionados para a nossa pesquisa – “Memória para uso diário” e “Em busca de Iara” – caracterizam-se por serem “representações sociais” com raríssimo apelo a ficção, devido ao fato de nos re/apresentar através das lentes filmográficas, um conjunto de sujeitos, circunstâncias, fatos e processos que já eram “históricos” antes da filmagem e produção dos documentários.

Porém, isto não significa que os documentários não possam ser responsáveis por produzir outras formas de conhecimento histórico e de expor (e até defender) determinadas

⁵⁰⁷ SILVA, op. cit.; SENA JÚNIOR, op. cit.; CALIL, op. cit.

“verdades”, também elas “históricas” (nem por isso, inquestionáveis) – como aludiu Rosenstone⁵⁰⁸. Além do que, como já dissemos, costuma ser um modo de fazer cinema necessariamente envolvido com o que chamamos de “real histórico”, mas de um modo peculiar. Pois, se no início do século XX, um cineasta como John Grierson pôde afirmar que o documentário consistia num “tratamento criativo da realidade”, ele queria dizer que: a) existe o “real” enquanto relação “objetiva” e categoria histórica, mas b) que esse mesmo real passava pelo “tratamento criativo” daquele/a que o filma e, portanto, sofria a interferência da subjetividade, intencionalidade e criação do/a cineasta.

Nos documentários selecionados, as mulheres representam uma fração significativa de vozes que precisam ser ouvidas. O protagonismo das mulheres nas produções filmicas analisadas, representam a evidência de sujeitos que fizeram parte da construção da história do Brasil, lutando ontem e hoje por uma sociedade mais justa e democrática. Neste âmbito, o documentário tem um significado essencial na abordagem de narrativas silenciadas, memórias esquecidas e apresentar diversos fatos que não foram trazidos à luz (ou ocultados) pelo Estado e as classes dominantes, especialmente no atual contexto de governo de extrema-direita.

A investigação do documentário “Memória para uso diário”, de Beth Formaggini, reacende um sentimento sobre o quão é importante trazer à luz a batalha diária de mulheres ligadas ao “Grupo Tortura Nunca Mais” por verdade e justiça, trabalhando por décadas para que memórias não sejam esquecidas, para que histórias de vidas de militantes políticos sejam conhecidas e reconhecidas pela sociedade. O protagonismo do GTNM também remete ao movimento de outros grupos organizados, que lutam por verdade e justiça, grupos de trabalho protagonizados por mulheres. Mulheres que estiveram na frente de batalha, mas também mulheres que tiveram como herança a perda de entes queridos por políticas ditatoriais há décadas passadas e na contemporaneidade.

“Memória para uso diário” não compactua com as perspectivas revisionistas e negacionistas da ditadura no Brasil, que vem tentando enfatizar uma “ditabranda” ou mesmo negar a violência e a brutalidade do regime. A costura do documentário é permeada de cenas com muitas emoções, narrativas carregadas de sentimentos reprimidos, consequências físicas e psicológicas que a ditadura civil-militar marcou estas mulheres, a maioria delas destacada em nossa análise: marcas registradas pelas ações repressivas que o Estado legitimava durante

⁵⁰⁸ ROSENSTONE, op. cit., 2010.

o regime, como as torturas, os sequestros, a caçada implacável, os assassinatos e a ocultação de cadáveres. Além disso, o documentário expõe o nefasto legado deixado pelo regime na criminalização e assassinato de jovens negros moradores de periferia e nos sentimentos de indignação e angústia de mães que perderam seus filhos.

“Memória para uso diário” reivindica uma luta pela memória de quem lutou contra a ditadura e ainda luta contra toda e qualquer violação de direitos humanos, principalmente pelo fato de o Estado ainda não reconhecer a sua responsabilidade como vetor de repressão, violência e mortes. Em nossa análise, tendo como premissa as narrativas e os protagonismos de mulheres que contam suas histórias passadas e presentes de militância, na busca incessante por verdade e justiça e em memória de seus entes queridos, o próprio filme se transforma numa arena de batalha pelo não esquecimento, na medida em que foi produzido em parceria com o GTNM/RJ, uma instituição criada nos anos 1980 justamente para enfrentar o legado da ditadura.

“Em busca de Iara” também traz em sua essência a busca pela verdade sobre o que foi cometido durante a ditadura civil-militar, particularmente contra militantes de esquerda. O documentário tem como vetor de abordagem a história de Iara Iavelberg, jovem militante que integrou uma organização de luta armada, conhecida como a “companheira” de Carlos Lamarca e que foi brutalmente assassinada por agentes policiais em Salvador (“Operação Pajussara”).

No entanto, sem deixar de reconhecer estes importantes elementos (ao contrário, os incorpora), o documentário reconstrói a trajetória de Iara através de uma lente cinematográfica mediada por Mariana Pamplona, sobrinha de Iara, nascida no mesmo ano em que sua tia falecera.

A produção cinematográfica perpassa claramente uma abordagem histórica e política, entretanto, devido ao fato de Mariana Pamplona ter um laço singular com Iara Iavelberg e de só ter ouvido histórias de sua tia, o documentário tem uma carga afetiva, íntima e familiar. Parte de registros fotográficos e narrativas de parentes desde os tempos de infância (numa família de classe média alta de origem judaica), passando por uma malograda tentativa de casamento dentro de padrões conservadores e patriarcais até chegar ao peso que a vida universitária dos anos 1960 exerceu no modo de ser e viver de Iara, com destaque para a

militância no movimento estudantil e, depois, na luta contra o golpe e a ditadura que se seguiu.

Responsável pelo roteiro, produção e entrevistas – além de reunir diversos documentos históricos do regime (recortes de jornal, registros policiais, laudos médicos, fontes orais) – Mariana promove a reconstrução da ex-militante através de uma questão-chave: refutar a suposta tese de que Iara teria se “suicidado” e, assim, mudar o significado da morte da tia. Deste modo, o documentário expõe a luta da família por verdade, batalha que no caso da família Iavelberg durou judicialmente mais de sete anos para conseguirem autorização para que fosse feita uma exumação dos restos mortais de Iara. Não podemos deixar de mencionar que, a espera pela verdade das circunstâncias da morte de Iara durou mais de três décadas. Outro fato importante a ser destacado é a operação de atribuir um maior protagonismo a militância de Iara, haja vista que fora, desde então, vista apenas como a “companheira” de Lamarca.

A história de vida de Iara Iavelberg apela para o campo emocional da família, não deixando de registrar a luta de longo tempo por verdade e justiça, porém é uma representação de muitas outras histórias que não foram contadas, memórias que não podem ser esquecidas, memórias de outros militantes que também foram executados pelos agentes da repressão, pessoas que desapareceram e as famílias lutam até o presente por respostas.

O resultado desta pesquisa mostra a partir de mulheres militantes e suas histórias (memórias) o quão significativo foi e está sendo no presente, o seu protagonismo de mulheres na luta contra o legado da ditadura e a herança de um Estado que legitima violência nos campos e cidades do país.

Enfim, em nossa investigação, os dois documentários apresentaram uma maneira peculiar de olhar e entender o mundo, transformando o modo em que se compartilha e constrói o conhecimento. As produções fílmicas possibilitam: diversos enfrentamentos, percorrer as memórias de pessoas que vivenciaram a ditadura civil-militar e ampliar a perspectiva de conhecimento sobre este período de violência, cerceamento de liberdades e arbitrariedades legitimadas pelo Estado. Temáticas caras a nossa sociedade, que ainda convive com violações e retrocessos constantes, enfraquecendo a democracia. São produções fílmicas que fomentam a disseminação de diversos prismas da história, trazendo a luz memórias de

peças que estiveram por muito tempo à margem das narrativas oficiais, desempenham um protagonismo significativo nesse processo de reconstrução do conhecimento histórico.

Os documentários trouxeram a lume vozes de mulheres que lutaram contra o regime militar, falas de mulheres que dão voz a pessoas que não sobreviveram as violações dos agentes da repressão, estabelecem memórias de militantes que protagonizaram no passado recente, uma luta de resistência e enfrentamento contra a ditadura e também expõem narrativas de mulheres (mães) que, na contemporaneidade, lutam contra a herança violenta do regime ditatorial.

Cinema-documentário: fonte e objeto desta pesquisa, que nos possibilitou abordar e problematizar uma temática ainda muito presente em nossos dias, tornando “visíveis” narrativas, imagens e memórias de sujeitos que, no rastro de Benjamin, correm sempre o risco de desaparecer. É que precisamos, continuamente, lutar para “salvá-los” do esquecimento.

FONTES AUDIOVISUAIS

Memória para uso diário. Direção: Beth Formaggini. Roteiro: Beth Formaggini. Rio de Janeiro: 4ventos, 2007. (80 min.), colorido. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ys4781EYPBU>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

Em busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Argumento e roteiro: Mariana Pamplona. Kino Produções, 2013. (91 min.), colorido. Arquivo fílmico particular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Jéssica Carolina Aparecida de; TROMBINI, Mariana da Cunha; GUTIERRE., Maria Madalena Borges. Que bom te ver viva: vozes da resistência feminina na Ditadura Militar brasileira. **Revista Eletrônica de Letras**, Franca, v. 12, n. 12, p.1-47, jan. 2019. Anual. Disponível em: <file:///C:/Users/Asus/Downloads/1730-4608-1-PB.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALVES, Paula; ALVES, José Eustáquio Diniz; SILVA, Denise Britz do Nascimento. Mulheres no Cinema Brasileiro. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 2, n. 24, p.365-394, jul. 2011. Semestral. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/13661>. Acesso em: 07 dez. 2019.

AMENDOLA, Gilberto. **Maria Antônia. A história de uma guerra**. Editora: Letras do Brasil, São Paulo, 2008.

ARAÚJO, Maria do Amparo Almeida et al (Org.). **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. 444 p. Disponível em: www.dhnet.org.br. Acesso em: 20 set. 2019.

ARAÚJO, Maria P. (org.) **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Prefácio de Dom Evaristo Arns. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-79.

BARROS, José D'Assunção. Cinema e história: considerações sobre os usos historiográficos das fontes fílmicas. In: **Comunicação & Sociedade**, Ano 32, n. 55, jan./jun. 2011, pp. 175-202.

- BAUER, Caroline & GERTZ, Rene. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKI, Carla B. & LUCA, Tânia R. de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 173-193.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Trad. Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012, v. 1.
- BERNARDET, Jean-Claude. **Cineastas e imagens do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BEZERRA, Claudio. **A personagem no documentário de Eduardo Coutinho**. São Paulo: Papirus, 2014.
- BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 2. ed. São Paulo: Ed. T.A. Queiroz, 1994.
- BOUDIN, Aldimara C. B. D.; FLACH, Simone de F. Movimento estudantil brasileiro: Da formação às estratégias de luta na atualidade. **Revista Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 8, n. 2, maio/ago. 2017, pp. 215-231.
- BRAGGIO, Ana K. & FIUZA, Alexandre F. Acervo da DOPS/PR: uma possibilidade de fonte diferenciada para a história da educação. **Tempo e Argumento**, [s.l.], v. 5, n. 10, p.430-452, 18 dez. 2013. Universidade do Estado de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180305102013430>.
- BRANDÃO, Sônia. É preciso estar atento e forte: desafios na curta trajetória de Iara Iavelberg. **Cordis: Mulheres na História**, São Paulo, v. 12, n. 12, p.167-184, jan. 2014. Semestral. Disponível em: <file:///C:/Users/Asus/Downloads/21939-56273-1-SM.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Habeas Corpus, que se apresente o corpo: a busca dos desaparecidos políticos no Brasil**. Brasília: SDH, 2010.
- BRASIL. **Decreto nº 9.919, de 18 de julho de 2019**. Transfere o Conselho Superior do Cinema para a Casa Civil da Presidência da República e altera o Decreto nº 4.858, de 13 de outubro de 2003, que dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Superior do Cinema. Brasília, DF, 18 jul. 2019. Seção 1, p. 1.
- CALIL, Gilberto G. Elio Gaspari e a ditadura brasileira: uma interpretação revisionista. In: MELO, Demian, CALIL, Gilberto & SENA JÚNIOR, Carlos Z. (org.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro, Consequência, 2017, pp. 79-112.
- CAMPOS, Pedro Henrique P. **“Estranhas catedrais”**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. 2ª reimpressão. Niterói/RJ: Eduff, 2017.
- CARAMANTE, André. **Mães em luta: dez anos dos crimes de maio de 2006**. São Paulo: Ponte Jornalismo, 2016. 247 p.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Hegemonia como via de acesso ao pensamento de Gramsci: um foco na revolução passiva. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, v. 35, n. 2, p. 34-53, 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10254> Acesso: 05 de dez. 2018.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 132, pp. 211-230, ago. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282018000200211&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 11 mar. 2019.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Produzindo esquecimento: histórias negadas**. 1999. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

_____; PASSOS, E.; BARROS, R. B. Direitos Humanos no Brasil e o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. In: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BARROS, R. B. (org). **Clínica e Política**. Rio de Janeiro: Ed. Te Cora, 2002.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. 159 p.

_____. As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. **Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra**. Coimbra, 2004. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana_Maria_Colling.pdf Acesso em: 20 dez. 2018.

CONRADI, Carla Cristina N. **"Memórias do sótão"**: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). 266 f. Tese (Doutorado - História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

CORDEIRO, Janaína M. **Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

COSTA, Antônio. **Compreender o cinema**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

COSTA, Cleber; SOUZA, André de; CARVALHO, Lisiane. As reformas de base e o golpe de 64. **Em Debate**, Santa Catarina, v. 1, n. 3, p.1-9, jul. 2007. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/issue/view/1719>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COUTINHO, Eduardo. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. In: **Projeto História**, São Paulo, PUC, v. 1, n. 15, abr./1997, pp. 165-171.

DA-RIN, Silvío. **Espelho partido**: tradição e transformao do documentário. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

DREIFUSS, René A. **1964**: a conquista do Estado. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2006.

_____. **O jogo da direita**: na nova República. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

DEL PRIORE, M. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M. C. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 217-235.

_____. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

DEZEMONE, Marcus. 1964 e as batalhas de memória 50 anos depois. In: **Maracann**. Rio de Janeiro, UERJ, n. 11, v. 1, dez. 2014, pp. 56-67. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/revmar.2014.14305>

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Movimento feminino pela anistia: militância e afeto na luta política contra a ditadura militar brasileira. **Fazendo Gênero 9**, Santa Catarina, v. 1, n. 1, p.1-9, 23 ago. 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278167443_ARQUIVO_textoAnaRitaFonteles-FazendoGenero9.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

ENCICLOPÉDIA do cinema brasileiro. 3.ed. ampl. e atual São Paulo: Ed. SENAC São Paulo: Edições SESC-SP, 2012. 836p., il. algumas color., retrs. ISBN 9788539601509 (SENAC-SP).

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens  Reforma Universitária de 1968. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, Dec. 2006. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200003&lng=en&nrm=iso. access on 07 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>.

FAVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Faculdade Nacional de Filosofia: origens, construção e extinção. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [S.l.], nov. 2013. ISSN 2318-1982. Disponível em: <http://www.gpec.ucdb.br/serie-estudos/index.php/serie-estudos/article/view/511/405>. Acesso em: 06 out. 2019.

FEIJÓ, Sara Duarte. "Em teu nome..." e "Batismo de sangue": formas cinematográficas de representar o exílio na ditadura brasileira. **Projeto História**, São Paulo, v. 43, n. 1, p.481-495, jul. 2011. Quadrimestral. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index/search/search?query=SARA+DUARTE+FEIJ%3C%93&searchJournal=&authors=&title=&abstract=&galleyFullText=&suppFiles=&dateFromMonth=&dateFromDay=&dateFromYear=&dateToMonth=&dateToDay=&dateToYear=&dateToHour=23&dateToMinute=59&dateToSecond=59&discipline=&subject=&type=&coverage=&indexTerms=>>. Acesso em: 23 set. 2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Andréa Valentim Alves; BAUER, Caroline Silveira. O acesso à informação e os direitos à memória, à verdade e à justiça: uma análise através do desaparecimento do ex-deputado Rubens Beirodt Paiva. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). **Cone Sul em tempos de ditadura**: reflexões e debates sobre a história Recente. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 251-263.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Leticia S. O cinema como fonte da história: elementos para discussão. **Métis: história e cultura**, v. 8, n.15, 2009, pp. 185-200. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/734> Acesso: 25/09/2018.

FERREIRA, Maria Leticia M. Políticas da memória e políticas do esquecimento. In: **Aurora**. São Paulo, PUC, n. 10, v. 1, 2011, pp. 102-118. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/4500> Acesso em: 27.11.2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Topoi, Rio de Janeiro, dez.2002, p.314-332.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo**: Ditadura, Propaganda, e o imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, v. 24, nº. 47, 2004, pp. 29-60.

_____. **O grande irmão – da operação Brother Sam aos anos de chumbo**: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O golpe de 64**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FINO, Patrícia; HINTZE, Helio. Jogada de Médici: o uso da loteria esportiva pelo regime militar brasileiro. **Rua**, Campinas, v. 2, n. 23, p.267-289, nov. 2017. Mensal. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/web/index.php?r=paginasartigo/viewpagina&numeroPagina=1&artigo_id=95>. Acesso em: 01 set. 2019.

FONTANA, Josep. **História**: Análise do passado e projeto social. Trad. Luiz Roncari. Bauru: EDUSC, 1998. 281 p. p. 281.

FONTES, Virginia. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980 In: LIMA, Julio C. F. & NEVES, Lúcia W. (orgs.). **Fundamentos da**

educação escolar no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006, pp. 201-239.

_____. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2010.

FREDERICO, Celso. **A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984).** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FREGONESI, Rute M. & PRIORI, Angelo. A ditadura militar no Brasil: golpe, repressão e tortura. In: **VIII Congresso Internacional de História – “1917-2017: centenários”.** Maringá, Departamento de História, UEM, 09 a 11 de outubro de 2017, pp. 01-08. Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3897 Acesso: 20.06.2018.

FROTA, Maria Guiomar da C. Retratos e testemunhos nas memórias da repressão e da resistência: uma interpretação do filme *Retratos de Identificação* dirigido por Anita Leandro. In: **XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – “Informação, sociedade, complexidade”.** Marília: UNESP, 23 a 27 de outubro de 2017, pp. 01-15.

GALLO, Carlos Artur. Notas sobre a luta dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). **Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a história Recente.** Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 163-176.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada,** São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2002..

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria et al. A construção da memória histórica da ditadura militar brasileira: contribuição das narrativas de familiares de presos políticos / The construction of historical memory of Brazilian military dictatorship. **Psicologia e Saber Social**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 103-119, jun. 2012. ISSN 2238-779X. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/3249>>. Acesso em: 17 set. 2019. doi:<https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2012.3249>.

GOMES, Ângela de Castro & FONTES, Virgínia. Tortura: nunca mais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.166-183, maio 1996. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/tempo/entrevistas/entres1-1.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2019.

GONÇALVES, Renata. De antigas e novasloucas: Madres e Mães de Maio contra a violência de Estado. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, 2012.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** 5. ed. São Paulo: Ática, 1999.

GUBERNIKOFF, Giselle. A imagem: representação da mulher no cinema. **Conexão**, Caxias do Sul, v. 15, n. 8, p.65-77, jan. 2009. Semestral. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/113/104>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volumes 02. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere**. Volume 04. Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRUPO Tortura Nunca Mais. **Um grupo dedicado ao combate à tortura e à defesa da memória política brasileira**. 1985. Disponível em: <<https://www.torturanuncamais-rj.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

HISTORIA das mulheres no Brasil. 5. ed São Paulo: Contexto: Ed. da UNESP, 2001. 678 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 85 72448 723 (broch.).

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

JAUJARENA (ET. AL.). **Guardianas de la memoria colectiva: relatos de Madres y Abuelas de Plaza de Mayo**. La Plata: EDULP, 2016.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Revista Tempo e Argumento**, [s.l.], v. 10, n. 23, p.204-251, 20 abr. 2018. Universidade do Estado de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180310232018204>.

JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. 2005. 170 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3337>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

KAPLAN, E. A. **A mulher e o cinema: os dois lados da câmera**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFLATE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 123-132.

KORNIS, Mônica A. História e cinema: um debate metodológico In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, pp. 237-250. jan. 1992.

LEANDRO, Anita. Os acervos da ditadura na mesa de montagem. In: **Logos 45**. Rio de Janeiro, V. 23, n. 02, 2º. semestre 2016, pp. 103-116.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Unicamp, 1990. 499 p. Inclui referências. ISBN 9788526810082 (broch.).

LEME, Caroline Gomes. **Cinema e sociedade: sobre a ditadura militar no Brasil**. 2011. 383 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281781>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

LEME, Caroline G. **Ditadura em imagem e som: trinta anos de produções cinematográficas sobre o regime militar brasileiro**. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

LESSA FILHO, R. (2019). Retratos de identificação. *Significação: Revista De Cultura Audiovisual*, 46(52). <https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.2019.148487>

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil – de Marx a Gramsci. **Novos Rumos**, Brasília, v. 16, n. 21, p.4-10, jan. 2006. Anual. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2093>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

LIMA, Fernanda Luiza Teixeira. **Batalhas pela memória: verdade, reparação e justiça nas narrativas historiográficas e filmicas sobre a ditadura chilena (1973- 2015)**. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2015. Disponível em: <[https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/9082/1/DISSERTA%
%c3%87%c3%83O_BatalhasMem%c3%b3riaVerdade.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/9082/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_BatalhasMem%c3%b3riaVerdade.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2020.

LIMA, Dulcilei da Conceição. **A mulher na produção cultural brasileira: invisibilidade e fomento**. Salvador, XI ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em cultura, 2015.

LINS, Consuelo & MESQUITA, Cláudia. **Filmar o real: sobre o documentário brasileiro contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LOFF, Manuel; PIEDADE, Felipe & SOUTELO, Luciana (org.). **Ditaduras e revolução: democracia e políticas da memória**. Coimbra: Almedina, 2015.

LOVATO, Angélica. Partidos, sindicatos e movimentos sociais nos anos 1950-64: balanço histórico-bibliográfico preliminar. In: **Aurora**, ano V, n. 9, Dez. 2011. ISSN: 1982-8004 <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/>

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem: da ditadura militar à nova república (1974-1985)**. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. Neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil. **Cadernos Cemarx**, nº. 5, São Paulo, 2009, pp. 195-210.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Rev. bras. Hist.** vol. 17 n. 34 São Paulo 1997 <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200011>

MARTINS FILHO, João R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. In: **Varia Historia**. Belo Horizonte, UFMG, Departamento de História, v.1, nº 28, dez. 2002, pp. 178-201.

MARTUSCELLI, Danilo. O autoritarismo civil no Brasil pós-1988 In: SILVA, Carla; CALIL, Gilberto & BOTH, Márcio Antônio (org.). **Ditaduras e democracias: estudos sobre poder e hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)**. Porto Alegre: FCM, 2014 pp. 195-210.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. 2 ed. Bauru: Edusc, 2000.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MECHI, Patrícia S. As Forças Armadas e a barbárie no Araguaia: a repressão à Guerrilha entre 1972 e 1974. **OP SIS**. Goiânia, UFG, 2014, pp. 101-119. <https://doi.org/10.5216/o.v14i1.28810>

_____. **Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

MEIRELLES, Renata. Da memória para a história: experiências e expectativas de mulheres subversivas na ditadura militar. **Prisma Jurídico**, São Paulo, v. 1, n. 10, p.111-134, jan. 2011. Semestral. Disponível em: <[http://periodicos.uninove.br/index.php?journal=prisma&page=article&op=view&path\[\]=2804](http://periodicos.uninove.br/index.php?journal=prisma&page=article&op=view&path[]=2804)>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MELO, Demian B. de. O caráter de classe do golpe de 1964 e a historiografia In: SILVA, Carla L.; CALIL, Gilberto & BOTH, Márcio (org.). **Ditaduras e democracias: estudos sobre poder e hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)**. Porto Alegre: FCM, 2014, pp. 89-107.

_____. (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo historiográfico**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando Antonio. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, p. 559-658.

MENEGASSO, Aruana M. **Anos de chumbo nas telas do cinema de Lúcia Murat: reflexões envolvendo ensino de história, filmes e Ditadura Civil-Militar (1964/1989)**. 237 f. Dissertação (Mestrado – Ensino e Processos Formativos). São José do Rio Preto, IBILCE-UNESP, 2018.

MENEZES, Adelia Bezerra de. Maria Antonia: década de 60. In: LOSCHIAVO, M. C (org.). **Maria Antonia: uma rua na contramão**. São Paulo, Nobel, 1988, p. 118-131.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e O Marxismo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.27-43, 2014. Disponível em: <[http://www.jurupari.unir.br/uploads/36363636/arquivos/MENDON_A__S_601963219 .pdf](http://www.jurupari.unir.br/uploads/36363636/arquivos/MENDON_A__S_601963219.pdf)> . Acesso em: 11 jan. 2019.

_____. & FONTES, Virginia. **História do Brasil recente**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

MERLINO, Tatiana & OJEDA, Igor (orgs.). **Direito à memória e à verdade: substantivo feminino**. São Paulo: Caros Amigos, 2010.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro - a anistia e suas conseqüências: um estudo do caso brasileiro**. São Paulo, Humanitas/Fapesp, 2006.

MONCAU, Gabriela. Revolução e paixão na vida admirável de Iara Iavelberg. **Adusp**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.61-69, out. 2013. Disponível em: <<https://adusp.org.br/files/revistas/55/mat06.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

MONIZ BANDEIRA, Luiz A. **O Governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 8ª Ed. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional. In: TOLEDO, Caio N. de (org.). **1964 – visões críticas do golpe**. 2ª. Ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2014, pp. 103-123.

MORAES FREIRE, Silene de. Movimento estudantil no Brasil: lutas passadas, desafios presentes In: **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**. Colômbia, Universidad Pedagógica y Tecnológica de Boyacá, vol. 11, 2008, pp. 131-146. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86912618007> Acesso: 15 jan. 2020.

_____. & CARVALHO, Andréa de S. de. Mdiatização da violência: os labirintos da construção do consenso. In: **Textos & Contextos**. Porto Alegre, PUC, v. 7, n. 1, jan./jun. 2008, pp. 151-164. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/3944/3208> Acesso: 21.11.2019.

MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos & KORNIS, Mônica (org.). **História e documentário**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Z A H A R, 2014.

MÜLLER, Marcelo. **Entrevista exclusiva com Beth Formaggini**. 2019. Disponível em: <<https://www.papodecinema.com.br/entrevistas/pastor-claudio-entrevista-exclusiva-com-beth-formaggini/>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

MUNIZ, Diva do Couto G. Sobre História e Historiografia das Mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, MG, v. 31, n. 1, jan./jun. 2018, pp. 147-166. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/CEF-v31n1-2018-8> Acesso em: 11 de jan. 2019.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: utopia e massificação**, 2004.

_____. A história depois do papel In: PINSKI, Carla (org.). **Fontes históricas**. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 235-289.

_____. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAQUET, Pierre-Vidal. **Os assassinos da memória: o revisionismo na História**. Campinas: Papyrus, 1988.

NASCIMENTO, Juliana M. do. Guerrilheiras, biografias e memória: a construção da figura da mulher militante nos ciclos de memória sobre a ditadura – o caso de Iara Iavelberg. In: **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História ANPUH-RJ – “História e Parcerias”**. Rio de Janeiro, UFF, 23 a 27 de julho de 2018, pp. 01-12.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Cortez, 2014.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. 6ª. Ed. Trad. Mônica S. Martins. Campinas: Papyrus, 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC-SP, n. 10, pp. 07-28, dez. 1993.

NOVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni. B; FEIGELSON, Kristin. (orgs.). **Cinematógrafo: um olhar sobre a História**. São Paulo: UNESP, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré1964. In: TOLEDO, Caio N. De (org.). **1964, visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. 2ª. Ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2014, pp. 29-37.

PADRÓS, Enrique S. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. In: **Anos 90**. Porto Alegre, UFRGS, Programa de Pós-Graduação em História, v. 11, n. 19, 2004, pp. 199-223.

_____. A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional. **Tempos Históricos**, v.10, 1º sem. 2007, p. 105-129.

_____. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan./jun. 2009.

_____. (et. al.). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 - 1985): história e memória**. Porto Alegre: Corag, v. 2, 2009.

_____. Enterrados vivos: a prisão política na ditadura uruguaia e o caso dos reféns. In: **Espaço Plural**. Marechal Cândido Rondon, Unioeste, CEPEDAL, Ano XIII, n. 27, 2º Semestre 2012, pp. 13-38. ISSN 1518-4196

_____. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Arthur; RUBERT, Sylvania (org.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. p. 13-36.

PALMAR, Aluízio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** São Paulo: Alameda, 2019.

PAMPLONA, Mariana. **Clandestina, a vida de Iara Iavelberg em dois roteiros**. Dissertação: Mestrado em Multimeios. Campinas: Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

PAULA, Adriana das Graças de. Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia, as Mães da Praça de Maio e os intelectuais. **XI Encontro Internacional da ANPHLAC**, 2014, Niterói. Anais. Disponível em: <<http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Adriana%20de%20Paula.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

PATARRA, J. Iara. **Reportagem biográfica**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. "As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero". **História Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 15, n. 3, p. 398-405, set./dez. 2011.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “segunda onda”: corpo, prazer e trabalho. In: _____. & PINSKI, Carla B. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 01-268.

PEREIRA, Ellen C. & SAMPAIO, Simone S. A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, pp. 432-445, set./dez. 2018. Acesso: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.152>

PEREIRA, Maria Juvanete F. da Cunha Pereira. O Arquivo Público enquanto lugar de memória. In: **Em Tempo de Histórias**. Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, v. 1, n.10, Brasília, 2006, pp. 94-106.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. V. Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

PILLETI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 18 Set. 2019.

_____. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-606.

_____. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Ed. Unesp, 1995. pp. 81-91.

RAMOS, Alcides Freire. **Canibalismo dos fracos: cinema e história do Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2002.

RAMOS, Alcides Freire. João Batista de Andrade e Eduardo Coutinho: aspectos estéticos, políticos e éticos da luta contra a ditadura militar In: ____; CAPEL, Heloisa & PATRIOTA, Rosângela. **Criações artísticas, representações da história**. São Paulo: Hucitec, 2010, pp. 13-27.

RAMOS, Fernão (org.). **História do cinema brasileiro**. São Paulo: Art Editora, 1987.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. & SÁ, Jair Ferreira de (org.). **Imagens da revolução: documentos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

_____. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo P. Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. 1ªed. Rio de Janeiro:Zahar, 2014, pp. 30-47.

ROCHA, R. C. Que Bom Te Ver Viva: Gênero, Ditadura, Anistia e Memória. **Contemporâneos**. Santo André, n.14, p.01-17, 2016.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. **Ministério Público Federal**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p.257-286, jan. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/acesso-a-informacao/legislacao-de-acesso-aos-arquivos-no-brasil-um-terreno-de-disputas-politicas-pela-memoria-e-pela-historia-georgete-medleg-rodrigues/view?searchterm=georgete>>. Acesso em: 28 set. 2019.

RODRIGUES, Laécio R. de A. Coutinho, leitor de Benjamin. In: *Devires*, **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Antropologia**, FAFICH/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte, v. 8, n. 2, pp. 118-137, Jul./Dez. 2011. Link: <http://www.fafich.ufmg.br/devires/index.php/Devires/article/view/258>. Acesso: 09.08.2018.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante**. São Paulo: Intermeios, 2013.

ROSENSTONE, Robert. **A história nos filmes, os filmes na história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 93-101.

ROVAI, Marta G. de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. pp. 108 - 132.

RUBERT, Sylvania. A Ditadura de Segurança Nacional no Brasil e seus silêncios. **Espaço Plural**, Marechal Candido Rondon, UNIOESTE, Ano XIII, n. 27, 2 semestre de 2012, pp. 96-110.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1975.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SALES, Jean R. A influência da Revolução Cubana na história da Ação Popular nos anos 1960 In: **Antíteses**, v. 11, n. 21, p. 345-367, jan./jun. 2016.

SANTOS, Cecília MacDowell , « Memória na Justiça: A mobilização dos direitos humanos e a construção da memória da ditadura no Brasil », **Revista Crítica de Ciências Sociais**[Online], 88 | 2010, colocado online no dia 01 outubro 2012, criado a 29 julho 2019. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/1719> ; DOI : 10.4000/rccs.1719

SANTOS, Mayara A. M. Balestro dos. “**Brasil paralelo**”: um aparelho privado à serviço do poder e hegemonia da “nova direita” no Brasil recente. Pesquisa em andamento (Mestrado – História). Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2019.

SANTOS, Sheila Cristina. **A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e a reparação do Estado às vítimas da Ditadura Militar no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

SCARPELLI, Carolina D. B. Vidas clandestinas: a ditadura militar brasileira e as memórias da clandestinidade. **Encontro Nacional de História Oral**, Pernambuco, v. 1, n. 1, p.1-16, abr. 2010. Disponível em: <https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270410148_ARQUIVO_VidasClandestinas-TrabalhoCompleto.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

SCHEMES, Claudia; ARAÚJO, Denise C. de & PUHL, Paula Regina. As manifestações femininas na tela: Zuzu Angel e a moda-protesto. In: **Polêm!ca**. Rio de Janeiro, UERJ, v. 11, n. 2, mai. 2012, pp. 285-306. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3101/2222>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990. p. 14.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-96.

SENA JÚNIOR, Carlos Z. A “boa memória”: algumas questões sobre revisionismo na historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian, CALIL, Gilberto & SENA JÚNIOR, Carlos Z. (org.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro, Consequência, 2017, pp. 41-78.

SIMÕES, Solange de D. **Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Carla Luciana. Imprensa e construção social da “Ditabranda” In: MELO, Demian B. de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo historiográfico**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp. 189-207.

_____. As políticas de memória no Brasil, 50 anos após o Golpe. In: LOFF, Manuel; PIEDADE, Felipe & SOUTELO, Luciana (org.). **Ditaduras e revolução: democracia e políticas da memória**. Coimbra: Almedina, 2015, pp. 138-158.

_____. & BATISTA, Alfredo (orgs.). **Combatentes: tempos de falar** – depoimentos da Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2016.

_____.; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marcio Antônio Both da (Org.). **Ditadura, transição e democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: FCM Editora, 2016. 247 p. (Coleção Brasil República 4). ISBN 9788567542195 (broch.).

SILVA, Débora Maria da; DARA, Danilo. Mães e familiares de vítimas do Estado: a luta autônoma de quem sente na pele a violência policial. In: KUCINSKI, Bernardo et al (Org.). **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015. Cap. 13. p. 94-101.

SILVA, Fabricio Trevisan Florentino da. Oposição armada aos governos militares brasileiros (1964-1985): a trajetória do Movimento Comunista Revolucionário (MCR). In: SILVA, Zélia Lopes da; ANHEZINI, Karina (Org.). **A escrita histórica e suas múltiplas faces**. Assis: Fcl-assisunesp, 2011. p. 727-760. Disponível em: <<http://www2.assis.unesp.br/fcl/livro/ebook/files/assets/common/downloads/publication.pdf#page=729>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SILVA, Priscila Andrade da. **A moda de Zuzu Angel e o campo do design**. Dissertação (Mestrado em Design). Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2006, 140f.

SILVA FILHO, J. C. M. Terrorismo de Estado e a Ditadura Civil-militar no Brasil: Direito de Resistência não é Terrorismo. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. N. 5. jan./jun. 2011. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Disponível em: . Acesso em: 10 nov. 2019.

SILVA JÚNIOR, Samuel F. **Diretas Já e autocracia burguesa no Brasil: luta política na transição conservadora**. Marechal Cândido Rondon, 286f. Dissertação (Mestrado – História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família: As mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOIHET, R. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997b. p. 275-296.

SORLIN, Pierre. Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 81-95, 1994.

SOUSA, Reginaldo C. Associativismo feminino e participação política: um estudo sobre as bases sociais de apoio à ditadura militar em Curitiba (1964-1985). In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 31, nº 65, pp. 390-412, set.-dez. de 2018. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v31n65/2178-1494-eh-31-65-389.pdf> Acesso: 14.11.2019.

SOUZA, Eliton Felipe de. **“Eu também fui torturado”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro.** 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Joinville, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/135128/334793.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

STIGGER, Helena & GERBASE, Carlos. Cinema brasileiro e a experiência da ditadura militar. In: **Alceu**, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, pp. 110-122.

TEGA, Danielle. Gênero e cinema: reflexões e discussões teóricas. **IV Enecult**, Salvador, v. 1, n. 1, p.1-10, maio 2008. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14527.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

_____. **Mulheres em foco:** construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina. 2009. 121 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/98965>>.

_____. **Mulheres em foco:** construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. (Coleção PROPG Digital - UNESP). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109153>>.

TELES, Janaina de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil.** 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi: 10.11606/T.8.2017.tde-31012017-140247. Acesso em: 2019-01-22.

TELES, A.; LEITE, R. S. C. **Da guerrilha à imprensa feminista:** a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **Ridh**, Bauru, v.2, n.2, p.9-18, jun. 2014. Mensal. Disponível em: <https://www.3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/17397>. Acesso em: 14 dez. 2018.

_____. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. In: **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, Dec. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000301001&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p1001>.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964:** visões críticas do golpe. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

TOMAIM, Cássio dos Santos. O documentário e sua "intencionalidade histórica". **Doc Online**, Covilhã - Pt, v. 15, n. 1, p.11-31, dez. 2013. Semestral. Disponível em: <http://doc.ubi.pt/arquivo_total.html>. Acesso em: 04 jul. 2019.

TOMAZONI, Larissa. A mulher na ditadura militar: uma análise das limitações e consequências da participação política feminina. **Cadernos da Escola de Direito**, Curitiba, v. 22, n. 1, p.40-51, jan/jun 2015. Semestral. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/3053>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: história, memória e política**. 2ª ed. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

TRIGO, M. H.. Maria Antonia: um mito? In: **Plural**, 2, 98-108, 1995. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.1995.68045>

VALIM, Alexandre Busko. História e cinema In: CARDOSO, C. F. & amp; VAINFAS, R. (orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2012, pp. 283-300.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira. In Vestígios do Passado: a história e suas fontes, 2008, Rio Grande do sul, **IX Encontro Estadual de História – ANPUH-RS**, Rio Grande do Sul, 2008.

VASCONCELOS, Isabela. **Mulheres militantes: retratos das figuras femininas no cinema sobre a ditadura militar brasileira**. 2018. 197 f. TCC (Graduação) - Curso de História da Arte, Unifesp, Guarulhos, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.unifesp.br/jspui/bitstream/11600/49160/1/MULHERES%20MILITANTES%20-%20RETRATOS%20DAS%20FIGURAS%20FEMININAS%20NO%20CINEMA%20SOBRE%20A%20DITADURA%20MILITAR%20BRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

VASCONCELOS, Kathleen Elane L.; SILVA, Mauricelia C. da; SCHMALLER, Valdilene Pereira V. (Re)visitando Gramsci: considerações sobre o Estado e o poder. **Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 82-90, jun. 2013. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S141449802013000100008>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

VERDADE, Comissão da. **IARA IAVELBERG**. 2013. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/iara-iavelberg>>. Acesso em: 27 out. 2019.

VIANA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória: A história de Lia, Maria do Carmo Brito**. São Paulo: Record, 2003.

VIANNA, A., & FARIAS, J. (2016). A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, (37), 79-116. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645008>

XAVIER, Ismail. **O cinema brasileiro moderno**. São Paulo: Paz & Terra, 2001.

_____. **O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência.** 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

ZERBINE, T. **Anistia: a semente da liberdade.** São Paulo, Gráfica das Escolas Profissionais Salesianas, 253 p. 1979.

REFERÊNCIAS – BLOGS E SITES

ABRAMO, Perseu. **Maria Dolores Perez Gonzales (Lola).** 2006. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/04/23/maria-dolores-perez-gonzales-lola/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

AGÊNCIA PÚBLICA (Brasil) (ed.). **Mulheres perseguidas relembram situações e sentimentos ao longo da ditadura e comentam o momento negacionista vivido sob o governo Bolsonaro:**“Nós temos uma dor que jamais será apagada”. 2019. Disponível em: <https://www.abcdabc.com.br/brasil-mundo/noticia/dulce-pandolfi-fui-objeto-aula-tortura-81167>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BBC NEWS BRASIL. **Caso Marielle Franco: enquanto não souber quem mandou matar, o medo não passa, diz ex-chefe de gabinete da vereadora.** Por Rafael Bairfouse. 12 de março de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47530607>

BBC NEWS BRASIL. **Como ordem de Bolsonaro para comemorar golpe de 1964 se transformou em problema para as Forças Armadas.** por Leticia Mori. 31 de março de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47741593> Acesso: 15 de abr. 2019.

BRASIL 247. **Vídeo com ataques de Olavo a militares é excluído das redes de Bolsonaro.** Por Edição. 21 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/390966/V%C3%ADdeo-com-ataques-deOlavo-a-militares-%C3%A9-exclu%C3%ADdo-das-redes-de-Bolsonaro.htm> Acesso: 23 de abr. 2019.

BRITO, Gisele. **Mães de Maio: a reação contra a violência do Estado.** 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

CATRACA LIVRE. **Diretor bolsonarista Roberto Alvim ataca Fernanda Montenegro.** In: Catraca Livre, 23/09/2019. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/diretor-bolsonarista-roberto-alvim-ataca-fernanda-montenegro/>. Acesso: 28.12.2019.

CINTRA, André. **Leia a íntegra do manifesto Uma Estética da Fome, de Glauber Rocha.** 2019. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/319175-1>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Iara Iavelberg**. 2013. Disponível em: <<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/iara-iavelberg>>. Acesso em: 27 out. 2019.

DITADURA, Memórias da. **Helenira Rezende Nazareth**. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/helenira-rezende-de-souza-nazareth/>. Acesso: 10.12.2019.

DITADURA, Memórias da. **Maria Auxiliadora Barcelos**. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/maria-auxiliadora-lara-barcelos/>. Acesso: 10.12.2019.

DITADURA, Memórias da. **Maria Amélia de Almeida Teles**. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/maria-amelia-de-almeida-teles/>. Acesso: 10.12.2019.

DITADURA, Memórias da. **Criméia de Almeida**. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/crimeia-de-almeida/>. Acesso: 10.12.2019.

DITADURA, Memórias da. **Apolônio de Carvalho**. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/apolonio-de-carvalho/>>. Acesso em: 12 out. 2019.

DITADURA, Memórias da. **Iara Iavelberg**. 2019. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/iara-iavelberg/>>. Acesso em: 01 set. 2019.

DHNET. **Aulas de Tortura: os Presos-Cobaias**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/projetos/dh/br/tnmais/cobaias.html>>. Acesso em: 02 set. 2019.

DOM TOTAL. **Bolsonaro censura propaganda do Banco do Brasil sobre diversidade**. 2019. Disponível em: <<https://domtotal.com/noticia/1351694/2019/04/bolsonaro-censura-propaganda-do-banco-do-brasil-sobre-diversidade/>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

DULCE, Emilly. **Mulheres foram protagonistas da resistência armada à ditadura**. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/09/06/mulheres-foram-protagonistas-da-resistencia-armada-a-ditadura/>>. Acesso em: 06 set. 2018.

EL PAÍS (Brasil). **O assassinato de Marielle Franco no radar da ONU**. Por Gustavo Macedo. 18 de março de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/18/opinion/1521399707_091965.html

KREUTZ, Katia. **O que foi o movimento cinematográfico, suas principais características estéticas, filmes e cineastas mais importantes e suas influências para o cinema**

contemporâneo. 2018. Disponível em: <<https://www.aicinema.com.br/neorrealismo-italiano/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

MARTINS, Thays. "**Nunca teve ditadura no Brasil**", diz Bolsonaro sobre questões do **Enem**. 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/11/14/interna_politica,806513/nunca-teve-ditadura-no-brasil-diz-bolsonaro-sobre-questoes-do-ene.shtml. Acesso em: 10 ago. 2019.

MATTOS, Carlos Alberto; REIS, Léa Maria Aarão. **Ontem e hoje, a pergunta que não cala: quem mandou matar?** 2019. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cinema/Ontem-e-hoje-a-pergunta-que-nao-cala-quem-mandou-matar-/59/43642>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

MACHADO, Fernando. **Nouvelle vague: movimentos cinematográficos**. 2018. Disponível em: <<http://www.artecines.com.br/nouvelle-vague/>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

METRÓPOLES. **Por trás das câmeras: a luta das mulheres no cinema brasileiro**, 07/08/2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/feminismo/por-tras-das-cameras-a-luta-das-mulheres-no-cinema-brasileiro>. Acesso: 19.12.2019.

O GLOBO (G1). **Bolsonaro determinou que Defesa faça as 'comemorações devidas' do golpe de 64, diz porta-voz**. 25 de março de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonarodeterminou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-portavoz.ghtml> Acesso em: 15 de abr. 2019.

REVISTA FÓRUM. **Violência contra a mulher não para de crescer no Brasil e números repercutem nas redes**. 09 de setembro de 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/violencia-contr-a-mullher-nao-para-de-crescer-no-brasil-e-numeros-repercutem-nas-redes/>

RICOBOM, Gisele. **Ninguém segura este país**. 2016. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/-Ninguem-segura-este-pais-/4/37434>>. Acesso em: 01 set. 2019.

VERDADE, Comissão Nacional da **Ana de Miranda Batista**. 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/173587968-Ana-de-miranda-batista.html>. Acesso em: 02 maio 2019.

VERMELHO. **Estado reconhece que ditadura matou Stuart e Zuzu Angel**. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2019/09/09/estado-reconhece-que-ditadura-militar-matou-stuart-e-zuzu-angel/> (Acesso: 03.01.2020).

WOLFF, Cristina. O golpe de 1964 e a luta feminina por espaço na memória. **Instituto Humanitas Unisinos**. Entrevista com a autora. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/529997-a-luta-feminina-por-espaco-namemoria>. Acesso em: 12 fev. 2019.

REFERÊNCIAS CINEMATOGRAFICAS

Como o judaísmo lida com suicídio? - Programa Lâma Rabino 26. Realização de Rabino Shamaí Ende. São Paulo: Vídeos Sobre Torá e Judaísmo, 2015. (5 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=13&v=LDjvAyqo12c>. Acesso em: 30 out. 2019.

Filme "Em busca de Iara" estreia no dia 27/03. Realização de Band News. Rio de Janeiro: Band, 2014. (11 min.), son., color. Disponível em: <<https://tvuol.uol.com.br/video/filme-em-busca-de-iara-estreia-no-dia-2703-04028C9C3570D8C94326>>. Acesso em: 27 out. 2019.

"Em Busca de Iara" - Mariana Pamplona e Flávio Frederico no Programa "Metrópolis". Realização de Marcos Rti. Rio de Janeiro: Marcos Rti, 2014. (11 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U7Gqnom-wVk>>. Acesso em: 27 out. 2019.

Provocações com Beth Formaggini - bloco 01. Rio de Janeiro: Tv Cultura, 2013. (13 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=171&v=n0eUBCnfS8Q&feature=emb_title>. Acesso em: 09 nov. 2019.

1964: 50 Anos Depois - Depoimento Beth Formaggini | Curta!. São Paulo: Canal Curta, 2014. Son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=e6G_7LeMYSA. Acesso em: 10 ago. 2019. .

APÊNDICE 1 – EQUIPE TÉCNICA DO DOCUMENTÁRIO “MEMÓRIA PARA USO DIÁRIO”

Equipe técnica – Memória para uso diário

Beth Formaggini (Produção executiva, pesquisa, roteiro e direção)	Ana Miranda (Coordenação de conteúdo e apoio à pesquisa)	Beatriz Sá Leitão, Vera Vital Brasil, Eduardo Passos (Consultoria de conteúdo Projeto Clínico Grupal GTNM)	Cleisson Vidal, Tiago Scorza (Fotografia e câmera)
---	--	--	---

Fonte: Memória para uso diário – adaptado A autora (2019)

Equipe técnica – Memória para uso diário

Pedro Moreira, Altir Pereira (Som direto)	Roberto Wong (Produção)	Clarisse Viana (Produção adicional)	Márcia Medeiros, Litza Godoy (Montagem)	Aurélio Dias (Música e edição de som)
--	-----------------------------------	--	--	--

Fonte: Memória para uso diário – adaptado A autora (2019)

Equipe técnica – Memória para uso diário

“Bateria fantástica” Luciano Perrone (Música de abertura)	Sérgio Pranzl, Ronald Souza, Erick Grigorovski (Design gráfico)	Sueli Nascimento (Colorista)	Dora Velloso (Assistente de produção)
--	---	--	---

Fonte: Memória para uso diário – adaptado A autora (2019)

Equipe técnica – Memória para uso diário

Rafael Maul de Carvalho Castro (Assistente de pesquisa)	Clarisse Laus (Assistente de design gráfico)	Maira Norton (Assistente de edição)	Lucas Peterson, Roberto Wong (Tradução inglês)
---	--	---	--

Fonte: Memória para uso diário – adaptado A autora (2019)

Equipe técnica – Memória para uso diário

Carmem Astrid (Tradução espanhol)	Chica Batella (Legendagem)	Ronaldo Mendes Duda Lima (Motoristas)
---	-----------------------------------	---

Fonte: Memória para uso diário – adaptado A autora (2019)

Equipe técnica – Memória para uso diário

Abertura voz ex-presidente Gal Emílio Garrastazu Médici (Escultura de Oscar Niemeyer)	Grupo Tortura Nunca Mais (Produção e realização)	4VENTOS (Realização e produção)
---	--	---

Fonte: Memória para uso diário – adaptado A autora (2019)

APÊNDICE 2 – EQUIPE TÉCNICA DO DOCUMENTÁRIO “EM BUSCA DE IARA”

Produção Cinematográfica – Em busca de Iara

<i>PRODUTORA KINOSCÓPIO</i>
<i>ANCINE – AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA APOIO CULTURAL</i>
MEMÓRIAS REVELADAS
ARQUIVO NACIONAL
CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
ESCOLA DA VILA
CINEMATECA BRASILEIRA
GOVERNO DE SÃO PAULO – PROGRAMA DE FOMENTO AO CINEMA PAULISTA 2011 – FINALIZAÇÃO GOVERNO DE SÃO PAULO – SECRETARIA DE ESTADO E CULTURA – SABESP
PROGRAMA MUNICIPAL DE FOMENTO CINEMA – PREFEITURA DE SÃO PAULO – FINALIZAÇÃO DE LONGA METRAGEM.

Fonte: Documentário Em busca de Iara – adaptado pela A autora (2019)

Equipe Técnica de Produção

Flavio Frederico (direção)	Mariana Pamplona (argumento/ roteiro)	Flavio Frederico e Mariana Pamplona (produzido)
Carlos André (direção de fotografia)	Gabriela Cunha (som direto)	Mariana Pamplona (entrevistas / locução)
Flavio Frederico (fotografia adicional / produção executiva)	Vítor Alves Lopes e Flavio Frederico (montagem)	Remier Rocha (pesquisa iconográfica)
Mariana Pamplona e Flavio Frederico (pesquisa histórica)	Jonas Tatif (trilha sonora original)	Pedro Noizyman (edição de som / mixagem)
Rodrigo Pimenta (design / animação)		

Fonte: Documentário Em busca de Iara – adaptado pela A autora (2019)

Equipe Técnica de Produção

SILVIO DA RIN (Som direto adicional / RJ)	FERNANDA CRISTIANE OLIVEIRA / NINA SENRA (Assistente de montagem / finalização)	RAFAEL FREDERICO (Assistente de pesquisa histórica)
EDSON PEREIRA PAIVA / JEFERSON ROBERTO CAVEAGNA (Assistentes de câmera)	DENIS / TCHE TCHÉ (Eletricista)	VANESSA NASCIMENTO (Secretária de produção)
DOT (Pós-produção)	JOSÉ FRANCISCO NETO, ABC / FERNANDO FRAHIA (Direção geral)	GLEIXE LICÁ / CARLOS CUNHA (Coordenação)
MAGALI WISTEFELT (Atendimento)	GIGIO PELOSE (Correção de Cor)	PAULO ERNESTO JR. (Colorista assistente)
MARTA TELES / PAULA CARPI / TADEU PARRILLO FREDE (Edição on line)	GABRIEL GUEDES / MÁRCIO CASSIANO (Estagiário)	CASA DA LAPA (Estúdio de edição de som)
ESTÚDIO JLS (Estúdio de mixagem / print máster)	DANIEL SASSO (Gerencia operacional)	PATRICIA PORTARO (Clearanos direitos musicais)
CARLOS KLACHQUIN, ABC (Dolby consultant)	MINI ESTÚDIO (Abertura e animações)	RODRIGO PIMENTA (Direção)
DIOGO LOPES (Design)	VANESSA IUTUKA / JOÃO MAIA (Animação)	CASABLANCA LAB (Revelação)
CINECOLOR (Cópias 35mm)	TELEIMAGE (Tranfer 35mm)	

Fonte: Documentário Em busca de Iara – adaptado pela A autora (2019)

Filmes utilizados na produção

“ESTUDANTES, CONDICIONAMENTO E REVOLTA” , 1968 de Peter Overbeck	“UNIVERSIDADE EM CRISE” , 1966 de Renato Tapajós
“LIBERDADE DE IMPRENSA” , 1967 de João Batista Andrade	“DOCUMENTÁRIO” , 1968 de Rogerio Sganzerla
“BRAZIL, REPORT ON TORTURE” , 1971 de Haskell Wexler e Saul Landau	“ESSA RUA TÃO AUGUSTA” , 1967 de Carlos Reichenbach
“SUICÍDIO?” , 2010 de Flavio Frederico	

Fonte: Documentário Em busca de Iara – adaptado pela A autora (2019)

Arquivos pesquisados

Projeto realizado através do apoio institucional da Prefeitura de São Paulo – Lei 10923/90		
AGÊNCIA DO ESTADO	ARQUIVO NACIONAL	ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	ASSOCIATED PRESS	CINEMATECA BRASILEIRA
CONTEÚDO EXPRESSO	E-FOOTAGE	ICONOGRAPHIA
INA-FR	LINK TV	MERCÚRIO PRODUÇÕES
REDE GLOBO DE TELEVISÃO	TAPIRI VÍDEO	TV CULTURA
TV SHALON		

Fonte: Documentário Em busca de Iara – adaptado pela A autora (2019)

Músicas usadas na produção do Documentário

“OS ARGONAUTAS”	“SANGUE LATINO”
Composta e interpretada por Caetano Veloso – Editora Warner Chapell – Fonograma gentilmente cedido pela Universal Music.	Comp.: João Ricardo e Paulinho Mendonça – Int.: Secos & Molhados – Editora Universal Music Publishing – Fonograma gentilmente cedido pela Warner Music Brasil.

Fonte: Documentário Em busca de Iara – adaptado pela A autora (2019)

Instituições e pessoas envolvidas no documentário (agradecimentos)

ROSA, RAUL E SAMUEL IAVELBERG	ANA MARIA DA CUNHA CERQUEIRA	ARTHUR SENS
BETO PAMPLONA	CENTRO UNIVERSITÁRIO MARIA ANTONIA	CLAUDIA MORAES FERNANDES
CLAUDIO FREDERICO	CLAUDIO TOZZI	DR. DANIEL MUNHOZ
DJIN SGANZERLA / SINAI SGANZERLA / HELENA INÊS	CARLOS ANDRÉ ZALASIK	FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
GABRIELA CUNHA	GRUPO TORTURA NUNCA MAIS	INACREDITÁVEL
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA DE SÃO PAULO	INSTITUTO MÉDICO LEGAL DE SÃO PAULO	IVAN PUGLIESE
VLADIMIR SACCHETTA	JERÓME MERLE	JOÃO BATISTA DE ANDRADE
JOSÉ LUIZ SASSO	JOSÉ ROBERTO SADEX	KÁTIA DOLIN / VIVIAN DE LUCCIA
LEONIA CUNHA	LILA FOSTER	MARIA THERESA DE MEDEIROS PACHECO

PAULINHO MENDONÇA	PETER OVERBECK	RENATO TAPAJÓS
REGINA JEHÃ	RODOLFO NANI	SÁTIRO FERREIRA NUNES
SAUL LANDAU / GREG LANDAU	SÉRGIO FERRO	SONIA COUTINHO FORSTER
VALÉRIA MORSE	VICTOR GIANVECCHIO	

Fonte: Documentário Em busca de Iara – adaptado pela A autora (2019)

Produção final do documentário

Captação de recursos – LS NOGUEIRA
Colocação de certificados audiovisuais – ARCOLY
Investidores Lei 8.685/93 Art. 1 – VIAPOL / PROTECÇÕES / ALUMIPLAST / ZATIZ / ADEZAN / ITB EQUIPAMENTOS / ABBASE / CHG AUTOMOTIVA / IBAR
Este filme foi desenvolvido, produzido, finalizado e distribuído com recursos públicos operados ou geridos pela Agência Nacional de Cinema – ANCINE por meio da lei 8.685/93.

Fonte: Documentário Em busca de Iara – adaptado pela A autora (2019)